



CAIO EDUARDO SILVA MULATINHO

**EDUCAÇÃO CONTÁBIL: Um Estudo Comparativo das Grades
Curriculares e da Percepção dos Docentes dos Cursos de
Graduação das Universidades Federais da Paraíba, Pernambuco e
Rio Grande do Norte, Referentes ao *Programa Mundial de Estudos
em Contabilidade* Proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU**

Recife-PE

2007



CAIO EDUARDO SILVA MULATINHO

**EDUCAÇÃO CONTÁBIL: Um Estudo Comparativo das Grades
Curriculares e da Percepção dos Docentes dos Cursos de
Graduação das Universidades Federais da Paraíba, Pernambuco e
Rio Grande do Norte, Referentes ao *Programa Mundial de Estudos
em Contabilidade* Proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU**

Dissertação apresentada ao Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Jorge Expedito de Gusmão Lopes, PhD.

Recife-PE

2007

TERMO DE APROVAÇÃO

CAIO EDUARDO SILVA MULATINHO

**EDUCAÇÃO CONTÁBIL: Um Estudo Comparativo das Grades
Curriculares e da Percepção dos Docentes dos Cursos de
Graduação das Universidades Federais da Paraíba, Pernambuco e
Rio Grande do Norte, Referentes ao *Programa Mundial de Estudos
em Contabilidade* Proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU**

Dissertação apresentada ao Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Jorge Expedito de Gusmão Lopes, PhD.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Jorge Expedito de Gusmão Lopes, PhD
Orientador – UnB/UFPE/UFPB/UFRN

Profa. Dra. Fátima Cunha Ferreira Pinto
Membro Externo – CESGRANRIO

Prof. Dr. José Francisco Ribeiro Filho
Membro Interno - UnB/UFPE/UFPB/UFRN

Dedico esta obra aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Ao me sentar para escrever esses agradecimentos me veio à mente uma idéia, sendo eu o filho mais novo de quatro irmãos, vindo da periferia carioca, pude vislumbrar toda a trajetória que percorri até esse momento, desde os corredores do Educandário Cruzeiro do Sul, na Baixada Fluminense, até os corredores da Universidade Federal de Pernambuco. Notei o quão bravo fui, por ter chegado aonde cheguei, porém tudo isso só foi possível ser concretizado com o apoio de muitas pessoas. Portanto, vou dirigir a atenção para esse rebento numa lúdica cesta de agradecimentos.

Em primeiro lugar, aos meus pais: Jane Mulatinho e José Glauter Mulatinho (*in memoriam*). Aos meus irmãos: Ricardo, Marcelo e Ana, pelo carinho e afeto proporcionado. À minha “*grande família*”, em especial a minha avó Alaíde Silva, que me acolheu sempre que precisei, e pelo exemplo de união, seja em qualquer hora ou lugar.

Em especial, ao Prof. Jorge Lopes, que tem sido como um pai pra mim, por seus ensinamentos, pela paciência, pela confiança depositada e muita força de vontade em me ensinar não apenas o conhecimento científico, mas a VIDA!

Aos amigos que fiz no transcorrer da minha graduação e pós-graduação, que de alguma forma contribuíram para a minha formação como profissional e como pessoa.

A todos os professores que encontrei pelo caminho, na academia, tenham certeza de que vocês são minha fonte de inspiração, pela nobre profissão que exercem, e que hoje também exerço. Vocês são como espelho para mim.

Especialmente aos professores José Francisco Ribeiro Filho e Fátima Cunha Ferreira Pinto, pelas valiosas e pertinentes contribuições a esta dissertação.

Aos amigos do GEPEC (Grupo de Ensino e Pesquisa em Contabilidade), especialmente ao Hugo, Rafael e Henrique, por suas valiosas contribuições para a conclusão deste trabalho. Guardem bem esses nomes, serão excelentes professores de nossa ciência.

À grande amiga Marcleide Pederneiras pelo apoio e incentivo a minha pessoa, e pelo seu carinho e atenção, peculiar das grandes amizades.

Ao amigo Felipe Dantas Cassimiro da Silva, por quem tenho grande admiração e respeito, pelo seu caráter, disciplina, inteligência, sensibilidade para as coisas do mundo e pelo magnífico docente que é. Está muito além de um amigo para mim, o considero como um irmão!

E, acima de tudo, a Deus, por ter me dado à vida, e a capacidade por ter chegado a este momento tão ímpar na vida profissional de uma pessoa.

*"Um homem pode ser tão grande quanto ele queira ser.
Se você acredita em si mesmo e tem coragem,
determinação, dedicação, iniciativa competitiva e se você
está disposto a sacrificar as pequenas coisas da vida e
pagar o preço pelas coisas que valem à pena, isso pode
ser feito." (autor desconhecido).*

RESUMO

MULATINHO, Caio E. S. **EDUCAÇÃO CONTÁBIL: Um Estudo Comparativo das Grades Curriculares e da Percepção dos Docentes dos Cursos de Graduação das Universidades Federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, Referentes ao Programa Mundial de Estudos em Contabilidade Proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU.** 2007. Dissertação (Mestrado) Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (UnB/UFPE/UFRN/UEPB), Recife, 2007.

O objetivo desta pesquisa foi evidenciar desafios, ações e perspectivas das Universidades Federais dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, no que diz respeito à formação do Contador, através da análise comparativo-crítica das grades curriculares adotadas atualmente, em relação ao *Programa Mundial de Estudos em Contabilidade* (PMEC) proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU, bem como da percepção dos professores que compõem o quadro docente dos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis destas instituições. Para tanto, foi adotado o método indutivo, com utilização de técnicas de coleta de dados direta, com aplicação de questionários aos docentes, com perguntas diretas que versou sobre a formação do Contador, bem como da técnica indireta, com o levantamento documental-bibliográfico concernente ao objeto de estudo. Quanto o tipo de pesquisa, este se caracterizou como um estudo exploratório-descritivo, no tocante a identificar tópicos (disciplinas), diferentes ou não, nas grades curriculares das três instituições à luz do PMEC. Com isso, permitiram ser estabelecidas análises comparativas entre as IFES, sobre fatores comuns, diferenciadores e de globalização. Por fim, conclui-se que as IFES estudadas contemplam as disciplinas do PMEC, exceto nas áreas: TI, Tópicos Internacionais, Contabilidade Social, Ambiental e Internacional, bem como o estudo de línguas estrangeiras. Foi identificado também o excesso burocrático e a rigidez como fator impeditivo de remodelagem curricular das IFES, bem como se chegou à compreensão de que é necessária a obrigatoriedade do exame de suficiência para os bacharéis, da abrangência do Programa de Educação Continuada para todos os Contadores, para fortalecimento da profissão. O domínio de conhecimentos específicos congruente a uma compreensão holística do ambiente, são exigências cada vez mais presentes no mercado de trabalho do Contador. Esta situação reflete a complexidade de uma realidade que os egressos do curso terão de enfrentar. Dessa forma, é fundamental que as escolas de Contabilidade abordem essa complexidade, com currículos mais flexíveis.

Palavras-chave: Currículo Contábil; Programa Mundial de Estudos em Contabilidade; Formação do Contador.

ABSTRACT

MULATINHO, Caio E. S. **ACCOUNTING EDUCATION: A Comparative Study of the Curriculum Grades and the Perception of the Teachers of the Degree courses of the Federal Universities from Paraíba, Pernambuco and Rio Grande do Norte, regarding the World Program of Studies in Accounting Proposed by ISAR/UNCTAD/ONU.** 2007. Dissertation (Master's degree) in Programs Multiinstitutional and Inter-regional of Masters degree in Accounting (UnB/UFPE/UFRN/UFPB), Recife, 2007.

The objective of this research was to evidence challenges, actions and perspectives of the Federal Universities from States of Pernambuco, Paraíba and Rio Grande do Norte, in what it concerns the Accountant's formation, through the comparative-critical analysis of the curriculum grating adopted now, in relation to the World Program of Studies in Accounting (PMEC) proposed by ISAR/UNCTAD/ONU, as well as of the teachers' perception that compose the educational picture of the bachelareate courses in Accounting of these institutions. Then the inductive method was adopted, with use of techniques of direct collection of data, with application of questionnaires to the teachers, with direct questions that it turned about the Accountant's formation, as well as of the indirect technique, with the documental-bibliographical rising regarding the study object. As the research type, this it was characterized as an exploratory-descriptive study, concerning identifying topics (disciplines), different or no, in the curriculum grating of the three institutions to the light of PMEC. With that, they allowed to be established comparative analyses among IFES, about factors common, differentiating and of globalization. Finally, it is ended that studied IFES contemplate the disciplines of PMEC, except in the areas: TI, International Topics, Accounting Social, Environmental and International, as well as the study of foreign languages. It was also identified the bureaucratic excess and the rigidity as obstructive factor of curricular remodelment of IFES, as well as it was approximated to the understanding that it is necessary the compulsory nature of the sufficiency exam for the bachelors, of the inclusion of the Program of Continuous Education for all of the Accountants, for invigoration of the profession. The appropriate domain of specific knowledge to an understanding of the atmosphere, they are demands more and more presents in the Accountant's job market. This situation reflects the complexity of a reality that the exits of the course will have to face. In that way, it is fundamental that the schools of Accounting approach that complexity, with more flexible curriculum.

Keywords: Accounting Curriculum; World program of Studies in Accounting; Accountant's Formation

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Curso Superior de Ciências Comerciais	55
Tabela 2 - Curso Técnico de Guarda-Livros	56
Tabela 3 - Curso Técnico de Atuário	56
Tabela 4 - Curso Técnico de Perito-Contador	56
Tabela 5 - Curso Superior de Ciências Contábeis e Atuarial	57
Tabela 6 - Curso Superior de Ciências Contábeis	57
Tabela 7 – Categoria I: Conhecimentos de Formação Geral de Natureza Humanística e Social (de 15 a 25% da carga horária total)	60
Tabela 8 – Categoria II: Conhecimentos de Formação Profissional (de 55 a 75% da carga horária total)	61
Tabela 9 – Categoria III: Conhecimentos ou Atividades de Formação Complementar (de 10 a 20% da carga horária total).....	61
Tabela 10 – Conteúdo Mínimo Distribuído em Áreas de Conhecimento (segundo o Edital nº. 04/97)	63
Tabela 11 – Conteúdos Sugeridos por Área de Conhecimento (segundo o Edital nº. 04/97)	64
Tabela 12 – Conteúdos para a Formação de Contadores	67
Tabela 13 – Blocos de Conhecimento definidos pelo ISAR/UNCTAD/ONU	84

Tabela 14 – Nível Optativo Avançado de Contabilidade e Áreas Afins	84
Tabela 15 – Categoria 01: Conhecimentos de Formação Geral, Humanísticas e Sociais - UFPB	99
Tabela 16 – Categoria 02: Conhecimentos de Formação Profissional (Formação Básica) - UFPB	100
Tabela 17 – Categoria 02: Conhecimentos de Formação Profissional (Formação Específica) - UFPB	100
Tabela 18 – Categoria 03: Conhecimentos ou Atividade de Formação Complementar - UFPB	101
Tabela 19 – Disciplinas Eletivas – UFPB	101
Tabela 20 – Categoria 01: Conhecimentos de Formação Geral - UFPE	103
Tabela 21 – Categoria 02: Conhecimentos de Formação Específica – UFPE ..	103
Tabela 22 – Disciplinas Eletivas - UFPE	105
Tabela 23 – Conhecimentos de Formação Geral e Específica - UFRN	106
Tabela 24 – Disciplinas Eletivas - UFRN	108
Tabela 25 – Perfil dos Respondentes Quanto a <i>Idade</i> por Instituição	116
Tabela 26 – Perfil dos Respondentes Quanto a <i>Formação e Qualificação</i> por Instituição	117
Tabela 27 – Perfil dos Respondentes Quanto a <i>Experiência</i> por Instituição ...	118
Tabela 28 – Perfil dos Respondentes Quanto ao <i>Regime de Trabalho</i> por Instituição	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Distribuição das Disciplinas por Bloco de Conhecimento	111
Gráfico 02 – Comparação IFES <i>versus</i> ISAR (Bloco de Contabilidade)	111
Gráfico 03 – Comparação IFES <i>versus</i> ISAR (Bloco de Conhecimentos Organizacionais)	112
Gráfico 04 – Comparação IFES <i>versus</i> ISAR (Bloco de TI)	113
Gráfico 05 – Comparação IFES <i>versus</i> ISAR (Bloco de Conhecimentos Gerais)	113
Gráfico 06 – Comparação IFES <i>versus</i> ISAR (Bloco de Nível Optativo Avançado)	114
Gráfico 07 – Opinião quanto à <i>falta de uma visão mais prática do curso</i>	121
Gráfico 08 – Opinião quanto <i>ao mal posicionamento das disciplinas no curso</i>	122
Gráfico 09 – Opinião quanto à <i>falta de uma visão global dos cursos</i>	124
Gráfico 10 – Opinião quanto à <i>falta de conteúdos dirigidos à Contabilidade Internacional, Social e Ambiental, Línguas, TI e Métodos Quantitativos</i>	125
Gráfico 11 – Opinião quanto à <i>falta de uma ênfase maior em disciplinas relativas à prática da pesquisa</i>	126

Gráfico 12 – Opinião quanto à ênfase do curso na área pública	128
Gráfico 13 – Opinião quanto à ênfase do curso na área comercial	129
Gráfico 14 – Opinião quanto à ênfase do curso na área de pesquisa	130
Gráfico 15 – Opinião quanto à ênfase do curso na área de <i>formação de docentes</i>	132
Gráfico 16 – Opinião quanto à ênfase do curso na área de <i>comércio exterior</i>	133
Gráfico 17 – Opinião quanto à ênfase do curso na área gerencial	134
Gráfico 18 – Opinião quanto às divergências regionais de mercado	136
Gráfico 19 – Opinião quanto à falta de harmonização das normas	137
Gráfico 20 – Opinião quanto à variável cultural-humano-comportamental	138
Gráfico 21 – Opinião quanto ao exame de suficiência se estimula <i>a melhora do ensino praticado pelas instituições</i>	139
Gráfico 22 – Opinião quanto ao exame de suficiência se eleva a <i>qualidade do profissional perante o mercado de trabalho</i>	140
Gráfico 23 – Opinião quanto à flexibilidade curricular	141
Gráfico 24 – Opinião quanto às discussões internas sobre <i>modificações curriculares</i>	142
Gráfico 25 – Opinião quanto ao excesso burocrático referente à <i>mudança curricular</i>	143

Gráfico 26 – Opinião quanto à falta de docentes qualificados para assumir as ‘novas’ disciplinas	144
Gráfico 27 – Opinião quanto às divergências de posicionamento entre docentes na remodelagem curricular	145
Gráfico 28 – Opinião quanto à obrigatoriedade e supervisão dos órgãos competentes no aspecto da educação continuada	146
Gráfico 29 – Opinião quanto à criação de escritórios modelos para aplicação da teoria à prática	147
Gráfico 30 – Opinião quanto à utilização de empresa júnior para aplicação da teoria à prática	148
Gráfico 31 – Opinião quanto à utilização de prática fora da universidade	149
Gráfico 32 – Opinião quanto à participação de atividade de laboratório	150
Gráfico 33 – Opinião quanto à duração do curso	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Comparação entre Currículos Mínimos e as

Diretrizes Curriculares Nacionais (LDB, 1996)..... 62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	<i>American Accounting Association</i>
ABAMEC	Associação Brasileira do Mercado de Capitais
ABRASCA	Associação Brasileira de Empresas de Capital Aberto
BACEN	Banco Central do Brasil
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFE	Conselho Federal de Educação
CM	Currículo Mundial
CNE	Câmara de Ensino Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
FECAP	Fundação Escola Álvares Penteado
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBRACON	Instituto Brasileiro de Contadores
IEG	<i>International Education Guideline</i>
IES	Instituições de Ensino Superior
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
ISAR	<i>Intergovernmental Working Group on Experts on International Standards on Accounting and Reporting</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PMEC	Programa Mundial de Estudos em Contabilidade
TI	Tecnologia da Informação
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade Development</i>

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE GRÁFICOS	11
LISTA DE QUADROS.....	14
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	15
1 INTRODUÇÃO	19
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA	19
1.2 CARACTERIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	24
1.3 JUSTIFICATIVA.....	31
1.4 OBJETIVOS.....	35
1.4.1 Objetivo Geral	35
1.4.2 Objetivos Específicos	35
1.5 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	36
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	39
2.1 BREVE HISTÓRICO DA CONTABILIDADE	39
2.2 A FORMAÇÃO DO CONTADOR.....	42
2.3 O ENSINO DE CONTABILIDADE NO BRASIL	44
2.4 CURRÍCULO: SIGNIFICADO E EVOLUÇÃO	52
2.5 EVOLUÇÃO DOS CURRÍCULOS DE CONTABILIDADE NO BRASIL.....	55
2.6 ASPECTOS GERAIS E ESPECÍFICOS CONCERNENTES	
AOS DOCUMENTOS-BASE (TD'S) DO ISAR	67
2.6.1 Razões para a Elaboração de um Currículo Mundial	67

2.6.2 Quadro Atual da Profissão Contábil – Exigências Globais e Empresariais	69
2.6.3 Diretrizes para Elaboração de um Currículo Global da Contabilidade e Outras Exigências de Qualificação (TD/B/COM.2/ISAR/5)	76
2.6.4 Modelo do Currículo Global para a Instrução Profissional de Contabilistas Profissionais (TD/B/COM.2/ISAR/6) e (TD/B/COM.2/ISAR/21)	82
2.7 COMPONENTES DO PROGRAMA MUNDIAL DE ESTUDOS EM CONTABILIDADE – SITUAÇÃO BRASILEIRA	86
3 PROCEDER METODOLÓGICO	91
3.1 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	91
3.2 COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA	95
3.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE	95
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	98
4.1 DESCRIÇÃO DAS GRADES CURRICULARES DAS IFES ESTUDADAS.....	98
4.1.1 Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus João Pessoa.....	98
4.1.2 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Campus Recife.....	102
4.1.3 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Campus Natal	105
4.1.4 Comparação e Análise: UFPB/UFPE/UFRN <i>versus</i> ISAR/UNCTAD/ONU	108
4.2 ANÁLISE DO RESULTADO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS DOCENTES	116
4.2.1 Perfil dos Respondentes	116
4.2.2 Aspectos Gerais da Formação do Contador	119

4.2.3 Aspectos Específicos da Formação do Contador	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
CONCLUSÃO	156
SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	158
REFERÊNCIAS.....	159
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	170
ANEXO A - TD 05	176
ANEXO B – TD 21	236

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

A Contabilidade pode desempenhar papel de destaque perante aos mercados empresariais globais. Tendo em vista que, independente do tamanho da empresa, a Contabilidade agrega valor informacional aos seus mais diversos usuários, no controle financeiro, tributário e de gerenciamento de suas operações, em aspectos de liquidez, solvência, risco, rentabilidade, dentre outros.

Por outro lado, em recente pesquisa da Revista *Money* (TERRA, 2006), sobre as profissões mais valorizadas nos Estados Unidos, o Contador e o Atuário figuram neste *ranking*, com salário médio de US\$ 62,000 e US\$ 83,000 por ano, respectivamente.

A crescente globalização dos mercados está resultando em constante mutação no mundo empresarial, onde provoca uma maior flexibilidade e eficiência por parte das ciências afins e, em particular, da Contabilidade, para acompanhar essas mudanças (alta competitividade, avanço tecnológico, transformações societárias, demanda social por preservação ambiental, por ética, dentre outros).

Nesse contexto Lindo (1996) ressalta que os efeitos da globalização econômica sobre a educação universitária precisam ser constantemente assimilados pelas instituições de ensino, como também por todos os envolvidos no processo formativo e no exercício profissional.

De uma forma mais ampla Lopes (1997), Doutor em Educação, em seu artigo intitulado *Uma Introdução ao Estudo da Escola do Novo Milênio: A Escola Contingencial*, frisa que a velocidade do desenvolvimento científico-tecnológico e a

promissora e já existente eclosão global, não podem ser descartados pelas escolas, fatos esses oriundos de uma realidade social conflitante. Onde o mesmo autor defende que o exercício e prática da ótica sócio-ambiental trazem consigo uma reflexão no que diz respeito ao ensino praticado, alertando as escolas de todo o mundo, na organização de seus programas, à necessidade de uma postura de responsabilidade, criatividade e nível de criticidade dos que se submetem ao aprendizado do conhecimento.

Dessa forma, a formação acadêmica do Contador que atuará neste cenário merece atenção especial por parte dos governos, instituições de ensino, entidades normativas e de representação da classe profissional.

Um dos aspectos a ser focado à formação profissional do Contador é o currículo adotado pelos agentes responsáveis pela operacionalização dos objetivos pré-definidos no projeto pedagógico das instituições de ensino superior que ofertam o curso de Ciências Contábeis. Este currículo deve dar condições necessárias para que o egresso esteja apto a desenvolver e a contribuir para o aprimoramento das práticas e teorias no campo contábil.

O currículo deverá ser fruto de criteriosa análise antes de sua aplicação prática. Entretanto, fica evidente, ao vislumbrar a conceituação do currículo, por parte de alguns pedagogos, que este deverá ser um instrumento de transmissão do conhecimento, resultante de um processo evolutivo, que está em constante mutação.

Dentre muitos autores especialistas na área, vale ressaltar a contribuição do Doutor em Economia e Estudos Sociais, Ivor Goodson (1995), desenvolvedor de pedagogias alternativas que promovam inclusão social, quando afirma que o

currículo não pode ser entendido como algo estático, fixo, “mas como um artefato social e histórico, sujeito a mudanças e flutuações”.

Ao visualizar o desenvolvimento e evolução da Contabilidade, que segundo Hendriksen e Van Breda (1999) e Ludícibus (2004), se deu através do desenvolvimento sócio-econômico, nota-se que as modificações curriculares procuraram acompanhar este desenvolvimento, passando por diversas alterações, desde a regulamentação da profissão, com inclusão de novas disciplinas e alterações de ordem das disciplinas existentes, no intuito de minimizar o distanciamento entre os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de novas competências atreladas às exigências mercadológicas.

Portanto, é por meio de uma formação adequada às exigências do mercado profissional, que surgirá um profissional dotado de qualificações capaz de atuar em todo o contexto de uma economia mundial.

Por outro lado, os esforços institucionais de organismos ligados à área contábil, nacionais e mundiais, em preparar profissionais contábeis no aspecto técnico, social, ético, e agora internacional, ocorrem desde a regulamentação da profissão.

A harmonização mundial dos requisitos de qualificação profissional, para que estes profissionais sejam capazes de contribuir tanto para o desenvolvimento profissional como para a sociedade, em que estes prestam seus serviços, foi e está sendo amplamente debatido pelas comunidades internacionais e nacionais de Contabilidade.

Destacam-se as discussões na Organização das Nações Unidas (ONU), como é o caso da *United Nations Conference on Trade and Development*

(UNCTAD), cuja atribuição principal está em dar um tratamento integrado do comércio e do desenvolvimento, bem como das questões relacionadas às áreas de investimento, de finanças, de tecnologia, de desenvolvimento da empresa, de *educação* e de desenvolvimento sustentável. Considerada uma instituição que, sendo parte da ONU, se caracteriza pela pluralidade das participações de muitos países, sendo denominada de uma organização multilateral e, dessa forma, apresenta como particularidade o caráter democrático. Atualmente é composto por 188 países membros com igual participação, que independem do seu *peso* econômico.

Como também é o caso da *World Trade Organization* (WTO), ou traduzido OMC (Organização Mundial do Comércio), que dentre as diversas funções exercidas no fortalecimento do comércio transnacional, com normas contábeis comuns a todos, destaca-se a preocupação com requisitos de qualificação dos profissionais que atuam ou atuarão neste cenário. Também caracterizada pelo multilateralismo em suas decisões.

Ainda no contexto internacional pode-se citar: *American Accounting Association* (AAA), *International Accounting Standards Board* (IASB), *International Federation of Accountants* (IFAC), dentre outros.

Outros órgãos há de se considerar, no fomento às discussões de qualificação, atuação e regulação do profissional contábil, bem como de harmonização das normas, no contexto brasileiro. Dentre eles destacam-se: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN), Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto (ABRASCA), Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) e a Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais (ABAMEC).

Resultante das discussões acerca da educação contábil e da harmonização de suas normas, em 1982 foi criado um grupo de trabalho subordinado a UNCTAD, denominado *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting* (ISAR), que dentre outros objetivos está o de promover estudos e debates em Contabilidade, formação profissional e divulgação/publicação de informações.

Em 17 de fevereiro de 1999 foram aprovados na 16ª reunião da UNCTAD, em genebra na Suíça, dois importantes documentos relativos à formação do Contador, foram eles: TD/B/COM.2/ISAR/5 (TD5) e TD/B/COM.2/ISAR/6 (TD6) denominados respectivamente de *Directiva para la Elaboración de un Programa Mundial de Estudios de Contabilidad Y Otras Normas Y Requisitos de Cualificación e Global Curriculum for the Professional Education of Professional Accountants*.

O TD5 ressalta a importância de se desenhar um currículo mundial de estudos em Contabilidade, que resultaria em um guia de referência, isto é, funcionaria como um *Benchmark*¹ para as qualificações dos Contadores. Já o TD6 trouxe o detalhamento de um programa de estudos e conhecimentos gerais em Contabilidade, no que tange aos conteúdos abordados nos módulos, que supostamente deveriam ser seguidos pelos contadores para prestação de serviços contábeis de padrão internacional e compatível com as mudanças de ordem tecnológica, social, política, ambiental e econômica no mundo.

Em 31 de julho de 2003, foi aprovado na 20ª reunião da UNCTAD, outro documento na mesma linha dos anteriormente citados, o TD/B/COM.2/ISAR/21 (TD21), trazendo correções e modificações referentes às diretrizes curriculares

¹ É um referencial de excelência, ou ainda, é a identificação da melhor prática de experiência ou aprendizado. (WIKIPÉDIA, 2006).

propostas no TD6. Essa revisão já estava prevista no documento TD6, e foi resultante da necessidade de reforço na formação do Contador, principalmente baseado na quebra de grandes empresas norte-americanas ocorridas durante os anos 2001 e 2002.

A expectativa contemporânea concernente à grade curricular é um desafio que precisa ser encarado por todos os atores envolvidos no processo formativo em Ciências Contábeis das universidades e faculdades de todo o mundo, seja ela pública ou privada, elaborando currículos adequados à nova demanda do mercado, que possam colocar profissionais de alto nível.

1.2 CARACTERIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

As mudanças no cenário da economia mundial, os processos de modificações societárias, combinadas à cristalização do conhecimento científico, em especial nas Ciências Contábeis, resultaram em uma busca incessante referente à harmonização da qualificação profissional e das normas contábeis, por parte dos organismos nacionais e internacionais, pois se acredita que haverá um fortalecimento da profissão contábil em todo o mundo, criando um ambiente de formação de um profissional mundial capaz de oferecer serviços uniformizados em qualquer parte do mundo.

Portanto, é importante salientar que a necessidade de harmonização da profissão é uma busca de diversos órgãos ligados à área contábil, tendo como representação mundial o ISAR. Este observou que a atual situação de dinamismo social e competitividade global, onde não há uma formação padronizada por parte

das instituições de ensino em todo o mundo, traz distorções quanto à qualificação deste profissional e, conseqüentemente, interfere em sua atuação.

A harmonização da profissão e das normas contábeis, segundo o UNCTAD (2003) permitirá suavizar as diferenças do sistema de formação nacional, reduzir os custos de acordos de reconhecimento profissional mútuo entre países, facilitar a compreensão dos informes contábeis e ainda aumentar o comércio transnacional de Contabilidade. Como suavização entende-se que o CM não deve ser encarado como definitivo, pois precisa-se considerar os múltiplos vieses locais de ambiente legal, institucional, político, econômico, etc.

Entretanto, também há de se considerar que a harmonização da profissão e das normas contábeis não é tarefa fácil, tendo em vista as divergências nos *Financial Reporting*² de cada país. Ou seja, a métrica *lucro*, por exemplo, não seria o mesmo se fossem consideradas práticas diferentes adotadas pelos mais diversos países. Convém lembrar, que a Contabilidade é resultante do ambiente em que atua. Porém, este tema se tornou exigência conjuntural da atual situação que o mundo passa, pelo fato das empresas, por exemplo, precisarem contar com informações no tempo certo e na hora certa para manterem-se competitivas. Vale salientar que o tipo e a qualidade dessa informação são fortemente impactados pela qualidade na educação oferecida a este profissional (NIYAMA, 2006).

Uma formação mínima ideal dos discentes no atendimento as necessidades do mercado, que se caracterizem pela abrangência de conhecimentos necessários, é tarefa hercúlinea para as instituições de ensino de Ciências Contábeis,

² Significa *Sistemas Contábeis*, onde é definido como funcionam os procedimentos para preparação e apresentação das informações contábeis. (NIYAMA, 2006:16).

principalmente quando imbricados a uma realidade do ensino praticado, voltados predominantemente ao tecnicismo.

Nessa linha de pensamento Kraemer (2005) afirma que:

O grande desafio da educação contábil é adequar seus aprendizes à demanda da realidade econômica com responsabilidade e competência. A linha educacional que tem sido adotada impossibilita o aluno a criar e o torna reproduzidor de idéias entendidas como verdades absolutas. O contador deve ser capaz de desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e controle gerencial e exercer com ética suas atribuições. Além disso, deve estar integrado com os problemas da sociedade e assumir uma postura de maior autonomia e participação na sociedade.

Nossa et al (2000), Ludícibus (2004), Marion (2003) acrescentam que um dos fatores importantes que podem contribuir na qualidade do ensino é a adoção de currículos de educação dirigidos para a realidade do mercado, na qual a Contabilidade esteja inserida.

Os esforços dos organismos nacionais e, em especial, internacionais, em harmonizar as normas e a formação deste profissional, foram intensificados a partir de 1993, pelo ISAR, reforçando o envolvimento, agora, mais diretamente com questões ligadas a educação contábil, no intuito de elaborar diretrizes para a criação de um *Programa Mundial de Estudos em Contabilidade (PMEC)*, atendendo as expectativas e necessidades dos mercados.

O ISAR trouxe nos conteúdos de seus documentos oficiais (TD'S) os componentes necessários para a criação de um ambiente de formação e qualificação do profissional contábil, para atuar no novo panorama econômico-social global.

O PMECE permitirá melhorar o desempenho das funções do Contador, bem como melhorar a prática de sua atuação, na prestação de serviços desses

profissionais para a economia mundial. Pois, em pronunciamento oficial, a UNCTAD considera que:

O contador deve ser capaz de aplicar os conhecimentos teóricos na prática, em situações reais, obtendo, analisando, interpretando, sintetizando, avaliando e comunicando informações (tradução livre), (UNCTAD, 2003).

Neste sentido, Franco (1999) declarou que:

[...] os contadores precisam, atualmente, ser treinados de forma diferente. Além dos conhecimentos técnicos essenciais, o contador da atualidade precisa também desenvolver habilidades relativas à comunicação, às relações humanas e à administração, criando um balanceamento adequado entre a formação teórica e experiência prática (FRANCO, 1999, p. 82-83).

A idéia acima pressupõe uma reflexão em que a comunidade econômica e a sociedade exigem um profissional capaz de dominar conhecimentos técnico-científicos, bem como sabê-los pôr em prática de forma a agregar valor às informações que a Contabilidade por finalidade produz no apoio ao processo decisório. Além disso, é preciso considerar que as restrições geográficas da qual a Contabilidade vivenciou durante anos está ultrapassada, quando comparada a séculos anteriores, isto devido a velocidade e interação das informações.

Dentro dessa perspectiva, torna-se lógico ver que, da mesma forma que a ciência evolui a formação tem que acompanhar, pois a evolução científica traz quebras de paradigmas, surgimento de novos conhecimentos, novos campos de atuação, e assim por diante.

Devido à importância que se deve ter quanto ao currículo na formação do contador, Carvalho (2004), afirma que:

É tarefa sem fim; os mercados evoluem, as metodologias de ensino evoluem, as ciências evoluem, e os currículos sempre devem ser atualizados para incorporar – quando não tentarem antecipar – tais evoluções.

Portanto, as dificuldades de se elaborar um currículo que imbriquem todas as exigências conjunturais globais não é objetivo fácil a ser alcançado, principalmente quando se leva em consideração a própria essência da Contabilidade, ser uma ciência do homem e que deva estar concatenada com o ambiente em que ele vive em constante mutação, enfim, por ser uma ciência social aplicada.

Como afirma Niyama (2006):

A contabilidade, por ser uma ciência social aplicada, é fortemente influenciada pelo ambiente em que atua. De uma forma geral, valores culturais, tradição histórica, estrutura política, econômica e social acabam refletindo nas práticas contábeis de uma nação.

No intuito de trazer um guia de referência na formação e qualificação dos Contadores, agora globais, o ISAR elaborou um modelo curricular de formação e qualificação desse profissional e as exigências mercantis e acadêmicas que propiciará ao *Contador Global*³ uniformizações de suas qualificações e de seus serviços, tendo em vista que o aprimoramento da profissão contábil se torna urgente e necessária devido às transformações atuais.

Por outro lado, como resultado da internacionalização crescente das atividades empresariais, muitas escolas ao redor do mundo estão internacionalizando o seu currículo, inclusive o de Contabilidade, objetivando prepará-los para os desafios de atuar nesta feira global de empresas.

³ Expressão dada pelo ISAR, para os profissionais formados com base no PMEC.

Como também, a importância crescente de padrões de contabilidade internacionais e sua influência em exigências nacionais em países diferentes, estão servindo como um catalisador para a internacionalização da educação em Contabilidade no mundo.

Vale salientar ainda, em um contexto geral da elaboração e aplicabilidade do currículo, que “a organização curricular de um curso profissional de nível universitário é, sem dúvida, tarefa vasta e complexa, pois envolve a consideração de múltiplos aspectos e interesses” (RAVANELLO, 1972, p. 04).

No Brasil, as instituições de ensino superior, que ofertam o curso de Ciências Contábeis, formulam seus currículos com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), propostas pela Resolução nº. 10, aprovada em 16 de dezembro de 2004 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Câmara do Ensino Superior (CES), homologados pelo Ministério da Educação (MEC).

De acordo com o Art. 5º dessa Resolução, os cursos de graduação em Ciências Contábeis deverão:

[...] contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais observados, o perfil definido, para o formando.

Nesse contexto fica claro que a preocupação do CES, em propiciar a harmonização das normas brasileiras aos padrões internacionais de Contabilidade, bem como da organização curricular dos cursos de Bacharelado em Ciências Contábeis, devem captar as demandas mercadológicas, nacional e internacional.

Considerando ainda, segundo o *caput* do Art. 11, da referida Resolução, que as DCN deverão ser implantadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta Resolução. Isto é, como a Resolução teve sua publicação oficial no dia 16 de dezembro de 2004, estariam hoje, as Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, que ainda não se adequaram às diretrizes, com o prazo limite de adequação ultrapassados.

Em recente pesquisa sobre a Resolução, anteriormente referida, e das diretrizes curriculares propostas pelo ISAR/UNCTAD/ONU (TD6 e TD21 revisado), Pereira (2005) concluiu que a Resolução contempla o PMEC, demonstrando que há um elevado grau de adequação entre as diretrizes, onde foi alcançado através de comparação dos conteúdos dos mesmos. Tendo em vista os achados da pesquisa, o autor sugeriu que as IES brasileiras que oferecem o Curso de Ciências Contábeis podem migrar para a estrutura proposta do currículo mundial de modo integral. Dessa forma, capacitando os egressos desses cursos a atuarem num contexto nacional e internacional. Com base nisto, resta saber se as grades curriculares atuais desses cursos estão aderentes às diretrizes do ISAR/UNCTAD/ONU.

Nesta mesma linha, dentre diversos autores, Riccio e Sakata (2004) apontam que “as instituições educacionais estrangeiras e brasileiras iniciaram um processo de adaptação às pressões da globalização através da internacionalização dos currículos”.

Por fim, Frezatti e Leite Filho (2003), propõem que o ensino superior em Contabilidade no Brasil necessita de reformulação, considerando que os profissionais egressos das instituições nem sempre superam as expectativas mercadológicas.

Em decorrência da situação acima exposta, surge o seguinte questionamento:

Estarão os cursos de bacharelado em Ciências Contábeis das Universidades Federais dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, aderentes às recomendações do *Programa Mundial de Estudos em Contabilidade* proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU, quanto à formação do Contador?

1.3 JUSTIFICATIVA

A viabilidade de um desenvolvimento na área contábil, através da educação, é necessidade eminente, não apenas pela falta de padronização da profissão e das normas, mas principalmente pelas ameaças de fatores econômicos, tais como abertura de mercado, internacionalização de capitais, globalização, novas modalidades de investimentos, entre outros.

Portanto, a relevância da investigação proposta advém da importância que o profissional contábil assume perante o cenário econômico-social, pelo fato de ser o responsável pela “mediação do conflito distributivo existente entre os principais grupos de agentes econômicos” (PEREIRA, 2005).

Este cenário segundo Hernandez (1999) se deve ao processo de globalização, fruto do sistema capitalista, que as economias mundiais estão passando, atreladas ao desenvolvimento acelerado dos diversos meios de comunicação, impactando sobremaneira a sociedade e o meio empresarial em toda parte do mundo.

As diretrizes educacionais, para a formação de um profissional contábil global, proposto pelo ISAR, tiveram a incumbência de fomentar discussões que evidencie a

importância de se desenvolver um currículo que abarquem disciplinas de conhecimentos gerais e técnicos, bem como desenvolver habilidades e consciência profissional, com base em avaliações de competência e da educação continuada, e se estes estão concatenados com as prerrogativas de um mundo altamente interligado.

Como também, o trabalho procurou contribuir para o aprimoramento do ensino em Ciências Contábeis, devido ao fato das mudanças nas tendências educacionais do contador ser visíveis e amplamente discutidos em encontros em todo o mundo. Como por exemplo, no XV Congresso Mundial de Contabilidade, com o trabalho intitulado “Em Busca do Contador Global”, realizado em Paris em 1997.

Relativo à UNCTAD, já ocorreu 11 conferências, inclusive a última, realizada no Brasil, na cidade de São Paulo, em outubro de 2004, onde foram debatidos temas concernentes à educação na área contábil e nas demais áreas relativas ao desenvolvimento e ao comércio. As premissas da UNCTAD, concernente à área contábil, dispostas no seu sítio oficial diz que “enquanto há normas internacionais para a provisão dos serviços, não há normas globais para os provedores destes serviços” (UNCTAD, 2000).

Destacam-se também as sessões do ISAR, que são realizadas anualmente, para discussões no âmbito da educação dos contadores, bem como da promoção sobre a aplicação prática das questões relacionadas às normas internacionais de informação financeira.

Outra evidência no fomento ao debate sobre educação e o Contador, a XVIII Convenção dos Contabilistas, realizada no Brasil (no Estado do Espírito Santo), em setembro de 2005, trouxe como temática: “Contador Global na Era Digital”.

Corroborando com a relevância do presente estudo, o membro efetivo do ISAR, o Prof. Dr. Nelson Carvalho, em matéria destinada à categoria, concernente a prerrogativa para a formação do Contador, expõe que:

De nada adiantaria concluir o esforço de elaboração de normas globais de Contabilidade e auditoria se não houvesse o contador global apto a entendê-las e explica-las, ajudar que fossem implantadas, e capaz de auditá-las [...], daí foi um passo para o ISAR abraçar a causa de produzir um currículo de formação profissional para o *Contador Global*.

Portanto, torna-se aceitável a justificativa do ISAR em elaborar um currículo para a formação desse profissional, apto a desenvolver seus serviços dentro da perspectiva de um mercado/sociedade mutável e mundial. Dessa forma, fica evidente que o esforço institucional necessário para a implantação deste currículo, dado o cenário global, precisam intensificar-se cada vez mais, no sentido de criar meios viáveis e flexíveis de se formar profissionais capazes de ser uma referência no que diz respeito à Contabilidade.

Da mesma forma, Riccio e Sakata (2004), afirmam que, quanto maior for à aderência entre o currículo adotado em determinado país e o *Currículo Mundial* (CM), tanto maior serão evidenciados aspectos de harmonização na educação contábil desse país.

Por fim, considerando que estes profissionais são de grande valia dentro de uma economia e de uma sociedade é que surge o interesse pela investigação proposta, em analisar o *Programa Mundial de Estudos em Contabilidade* proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU ante aos conteúdos dispostos nas grades curriculares de Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, especificamente a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atrelados à percepção dos

professores que formam o corpo docente destas instituições, no intuito de evidenciar desafios, ações e perspectivas na formação do contador atual.

A escolha das instituições, objeto dessa investigação se justifica pelo fato de que estas fazem parte do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, onde é oferecido o mestrado acadêmico em Contabilidade. Bem como, considerando o *caput* do Art. 11 da Resolução nº. 10/2004 do CES/CNE/MEC, em que os cursos deveriam adequar seus componentes curriculares às Diretrizes emanadas por esta Resolução em até dois anos após a sua publicação. Entretanto, as grades curriculares adotadas atualmente pelas três instituições federais, objetos desse estudo, estão em vigor desde 1994, ou seja, há 17 anos que não se teve nenhuma adequação dos componentes curriculares adotados por estas instituições pelo que estabelece tal Resolução.

Vale salientar que o interesse da opinião dos docentes, quanto à formação do Contador, que lecionam no curso de Ciências Contábeis, embasa-se na concepção de que estes são integrantes essenciais no processo ensino-aprendizagem das IES, pois são os transmissores práticos do conhecimento sistematizado no currículo, isto é, são os operadores do currículo em sala de aula.

Neste sentido Dutra (2003) considera que “o perfil do egresso será o reflexo do que os professores imaginam para o curso e constroem em sala de aula com os educandos”. Com base nisto é que a opinião dos professores se torna importante para reforçar a consecução do objetivo proposto.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

- Evidenciar desafios, ações e perspectivas das Universidades Federais dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, no que diz respeito à formação do Contador, através da análise crítica das grades curriculares adotadas atualmente em relação ao *Programa Mundial de Estudos em Contabilidade* proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU, bem como da percepção dos professores que compõem o quadro docente dos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis destas instituições.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Traçar a tipologia evolutiva dos currículos dos cursos técnicos e de bacharelado em Ciências Contábeis no Brasil, demonstrando os fatores que contribuíram para a evolução do ensino da Contabilidade, bem como na conceituação e caracterização do termo *currículo*, em sua origem e sua aplicação;
- Desenvolver referencial teórico acerca das exigências globais e empresariais da profissão do Contador, e dos documentos oficiais: TD5, TD6 e TD21, a fim de detectar os atuais cenários nacionais e internacionais, bem como servir de sustentação ao delineamento da investigação realizada;
- Descrever as grades curriculares do curso de Ciências Contábeis das Universidades Federais dos Estados de Pernambuco (UFPE), Paraíba (UFPB) e Rio Grande do Norte (UFRN), no que tange as disciplinas oferecidas atualmente;

- Classificar as disciplinas oferecidas no currículo das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), objetos do presente estudo, de acordo com disciplinas classificadas nos blocos de conhecimentos definidos pelo *Programa Mundial de Estudos em Contabilidade* proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU, que servirá de base conceitual das evidências referentes a fatores comuns, diferenciadores e de globalização dos currículos, acompanhadas de análise crítica;
- Identificar a percepção dos professores que compõem o quadro docente dos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis, das IFES selecionadas, relativas ao *Programa Mundial de Estudos em Contabilidade*, bem como analisá-las à luz dos preceitos legais vigentes no País e do propõe o PMEC, quanto à formação do contador dessas IFES.

1.5 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Assim como na maioria dos estudos de pesquisa, este estará sujeito a algumas limitações.

Primeiro, a análise das grades curriculares foi de caráter exploratório-descritivo, uma vez que este trabalho não pretendeu trazer conclusões sobre todos os aspectos da qualidade do ensino superior. Até porque a qualidade do ensino é influenciada por diversos outros fatores além da estrutura curricular, tal como a qualidade docente, infra-estrutura da instituição, aspectos metodológicos, pedagógicos e didáticos, dentre outros fatores.

A evidenciação dos desafios, ações e perspectivas na formação do Contador foram resultantes das atividades indutivas dos questionários aplicados junto aos

professores, concomitante à análise crítica da aderência ou não das grades curriculares das instituições estudadas, com o PMECC.

Convém lembrar que esta análise curricular possa não ser determinante na aderência ao currículo mundial, pois não se pode afirmar que os conteúdos são ensinados em sua totalidade, e de que forma são ensinados. Como também, ao evidenciar as percepções dos professores quanto à formação do contador, segundo o PMECC, poderá haver discrepâncias do que o professor pensa e o que o mercado demanda realmente.

Segundo, a coordenada determinada da delimitação do estudo está definida de forma clássica pelo espaço e tempo na análise realizada. Como espaço determinado tem-se o nordeste do Brasil, especificamente os Estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, no que diz respeito às IFES presentes nesses estados, que são: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em que estejam presentes os cursos de Ciências Contábeis. Conseqüentemente, os achados que emergirem da amostra estudada neste estudo possa não ser representativo das populações inteiras de IFES do Brasil.

Outra particularidade a ser considerada é que os cursos analisados têm sede (campus) nas respectivas capitais, ou seja, Recife (UFPE), João Pessoa (UFPB) e Natal (UFRN). Optou-se em delimitar as capitais, tendo em vista que cada instituição oferece o curso em mais de um campus. Como é o caso da UFPE, que além do curso em Recife, oferece em Vitória de Santo Antão e na cidade de Caruaru. Já a UFPB, além do campus na capital, tem também no interior do estado, que fica na cidade de Mamanguape. E a UFRN oferece o curso também no interior, na cidade de Caicó.

Terceiro, quanto ao aspecto temporal fica delimitada a análise curricular em vigência pelos organismos reguladores federais, sendo o foco, a análise das grades curriculares ofertadas das instituições investigadas. Salieta-se que a pesquisa em tela não considerou as diferenças que há entre as IFES selecionadas, como por exemplo, aspectos relacionados à metodologia de ensino, qualificação docente e infra-estrutura do curso, mas sim a análise focará aspectos curriculares e de percepção de professores quanto ao PMEC.

Por fim, o estudo não se propõe a elaborar uma proposta curricular a ser adotada pelas IFES investigadas, mesmo porque o próprio modelo proposto pelo ISAR/UNCTAD/ONU estabelece que o currículo deva atender as peculiaridades regionais, e para tanto necessitaria de uma pesquisa empírica, com a comunidade empresarial, estudantes, professores e demais atores envolvidos no processo de formação, para a definição das peculiaridades setoriais e/ou regionais do mercado de trabalho dos profissionais contábeis que compõem estes estados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE HISTÓRICO DA CONTABILIDADE

A Contabilidade é tão antiga quanto à própria origem da civilização. Sua origem está atrelada a necessidade de se registrar quantitativamente fatos comerciais que ocorriam entre o homem primitivo, com o intuito de proteger a posse, obter inventário das riquezas, bem como o controle de seu patrimônio. Foi desenvolvido através de técnicas primitivas, que ao passar dos anos foram se aperfeiçoando e se especializando, com algumas delas praticadas até hoje. Cada vez que o homem obtinha mais riqueza sentia-se a necessidade de elaborar técnicas para controlar e preservar os seus bens.

Para o entendimento da origem e desenvolvimento da Contabilidade nota-se, com clareza, que surgiu como resultado da expansão comercial.

À medida que o comércio se expandia e a riqueza era acumulada, a negociação individual ia sendo substituída pelo comércio por meio de representantes e associações. O uso de sociedades permitia que os riscos da navegação marítima de longo curso fossem compartilhados e que a riqueza do capitalista fosse combinada à audácia dos jovens comerciantes. [...], portanto, a sociedade, foi importante no desenvolvimento da contabilidade porque levou ao reconhecimento da firma como entidade separada e distinta das pessoas de seus proprietários (HENDRICKSEN; VAN BREDA, 2002, p. 43).

Destarte, o surgimento da profissão contábil ocorreu, segundo Hendriksen e Van Breda (2002, p. 47), com o advento da Revolução Industrial, quando a partir desse acontecimento, muito importante para toda a sociedade e a economia mundial da época, teve início à intensificação no número de especialistas em Contabilidade, com base nos diversos normativos aprovados na época, dentre eles a exigência de contadores em caso de falência; como também a exigência que as companhias

tinham de serem passíveis de aprovação dos seus balanços, por auditores; criação de institutos contábeis em países como: Inglaterra, País de Gales, Escócia, entre outros, dando a estes profissionais a denominação “*contadores autorizados*”. Bem como, o aparecimento das estradas de ferro, a cobrança de impostos e o desenvolvimento das corporações, surgiram como catalisadores na formação de profissionais aptos a atuarem naquele contexto.

Ainda com relação ao seu desenvolvimento, outro ponto a ser considerado no que se refere à Contabilidade é que esta se:

[...] desenvolveu-se em resposta a mudanças no ambiente, novas descobertas e progressos tecnológicos. Não há motivo para crer que a Contabilidade não continue a evoluir em resposta a mudanças que estamos observando em nosso tempo (HENDRICKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 38).

As organizações cresceram e o sistema econômico tornou-se complexo, evoluindo, também, a Ciência Contábil. Esta incorporou doutrinas, princípios e toda uma série de conceitos, repartindo-se em áreas específicas, tais como: Contabilidade Financeira, Contabilidade Gerencial, Auditoria, Perícia e Controladoria.

Hoje, a Contabilidade reúne uma ampla gama de conhecimentos técnicos e científicos, além de competências que deverão ser exercidas no ambiente organizacional, compreendendo o desempenho de atividades nos campos da análise financeira, fluxo de caixa, gerenciamento estratégico da informação, auditoria, controladoria, análise das demonstrações financeiras e, em destaque, apoio à tomada de decisão.

Igualmente, a conceituação da Contabilidade evoluiu com o seu desenvolvimento, novas visões e responsabilidades foram agregadas, novos objetivos e finalidades foram adicionados, fatos esses explicados por ser a Contabilidade uma ciência social, em que devem ser levados em consideração aspectos relativos ao homem inseridos no ambiente em que vivem. Para melhor compreensão destacam-se algumas citações, dos mais renomados autores brasileiros na área contábil.

A Contabilidade é a ciência que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial (FRANCO, 1986, p. 19).

Segundo Sá (1998, p. 42), a Contabilidade é considerada uma “ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia das células sociais”.

Ainda, de acordo com o Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (IPECAFI), citado por Araújo (1998, p. 18) a Contabilidade é “objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”.

Pode-se afirmar que a informação é um recurso fundamental para contribuir na definição dos objetivos de uma entidade, bem como se sabe que a informação sempre foi um importante fator para a tomada de decisão, principalmente, quando levada em consideração um ambiente de grandes evoluções tecnológicas de comunicação e informação, como é atualmente.

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões (MARION, 1998, 27).

Ressalta-se, que a Contabilidade surgiu com o homem e uma série de fatores, seja no aspecto cultural, social, tecnológico e econômico, interferem sobremaneira na sua prática e no seu desenvolvimento como ciência. Como afirma Sá (1997, p. 15):

A Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincido com aqueles que caracterizam os da própria evolução humana.

Atualmente pode-se considerar que está se vivendo uma época de profunda modificação no ambiente sócio-econômico, e que obrigam a alterar critérios metodológico-pedagógico-científicos em relação à preparação de um ambiente propício em que a Contabilidade possa atuar em sintonia com tais modificações.

2.2 A FORMAÇÃO DO CONTADOR

Segundo Koliver (2003), a formação do Contador é uma das grandes vertentes a serem equacionadas para chegar-se a uma posição sobre a Contabilidade. Ainda, considera esse aspecto formativo de *clássicos*, por serem preocupações permanentes dos cursos de graduação e pós-graduação. Isso com base na satisfação das exigências atuais em matéria de capacitação.

Formar um profissional que esteja apto a atuar num mundo globalizado e que seja capaz de imbricar conhecimentos técnico-científicos abrangentes é um desafio

posto a todos os atores envolvidos, sejam órgãos de classe, profissionais da área, governos, academias, entre outros.

A análise de formação profissional dos Contadores pressupõe, antes de tudo, o seu exame no âmbito universitário, porquanto é neste que encontramos, na ordem dos acontecimentos correntes, as primeiras e grandes divergências no contexto mundial [...] (KOLIVER, 2003).

Considerando a citação, acima, exposta no contexto brasileiro, nota-se que com a evolução do ensino comercial, a proliferação das escolas técnicas e a falta de compromisso com o ensino nelas ministradas, com professores, na maioria das vezes despreparados para a docência, foram alvos de muitas críticas. Em consequência disso, ocasiona o surgimento de instituições de ensino com pouca ou nenhuma qualificação, onde qualquer pessoa poderia obter diplomas de contador. Se as academias não estiverem preparadas qualitativamente para formarem profissionais e, agora, globais, ficarão no *meio do caminho*.

Como afirma Nossa (1999, p. 09), compartilhando da idéia acima exposta: “aumentaram-se apenas as instituições, os cursos e as vagas; não houve uma maior preocupação com os aspectos qualitativos”.

Ainda referente às instituições alarma:

As instituições precisam estar atentas às transformações que ocorrem no ambiente em que está inserida e adaptar-se para a formação de estudantes capazes de serem agentes das mudanças de amanhã (NOSSA, 1999, p. 1).

A formação do Contador pressupõe o oferecimento de capacitação técnica e instrumental e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de uma percepção crítica da realidade e dos fenômenos organizacionais.

Nesse contexto é necessário preparar o aluno para ingressar no mercado de trabalho, o que significa não torná-lo tão-somente um mero reprodutor de métodos e técnicas. A gestão organizacional contemporânea requer do Contador cultura geral, criatividade, habilidade no relacionamento interpessoal, abertura ao novo, busca do aprendizado contínuo e visão interdisciplinar.

Ainda, Marion (2001, p. 11) teoriza que é nas instituições de ensino superior o local propício para a construção do conhecimento, e conseqüente formação humana e, para atingir a competência requerida, é necessário criar, criticar.

Neste mesmo ponto de vista, Laffin (2001, p. 25) destaca que, a formação dos bacharéis em Ciências Contábeis, apesar de contemplar outras áreas do conhecimento em seu currículo, é eminentemente técnico e não abriga uma preocupação de formação ampla, preocupando-se mais com a técnica de registro e controle isolados.

2.3 O ENSINO DE CONTABILIDADE NO BRASIL

Segundo Oliveira (1995, p. 25-26), a criação do curso de Ciências Contábeis originou-se da evolução do ensino comercial, tendo seu surgimento ligado ao desenvolvimento das atividades mercantis e ao fortalecimento dos Estados que gerou a necessidade de se ter um profissional preparado para as questões relacionadas ao comércio.

Com o desenvolvimento do comércio fez surgir à necessidade de pessoal qualificado, ocasionando a fundação de inúmeras escolas que se voltavam à preparação de pessoal especializado em registrar as transações dos estabelecimentos comerciais, bancários e estatais que constituíam a base da economia no início do século XX.

Em 1856 foi criado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, considerada uma das primeiras manifestações no ensino de Contabilidade no Brasil; muito embora a primeira disciplina voltada para a área contábil foi escrituração mercantil, usada para qualificar a prática de registro, inserida a partir de 1863, e tinha um caráter preparatório para a administração do comércio.

Por volta de 1890 surge a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde era oferecida uma disciplina de Contabilidade, que de acordo com Avelino Jr. (2005), estava atrelada a disciplina de Direito Administrativo realçando o relacionamento da Contabilidade ao Direito.

Nesta época ainda não existia uma prática regular no ensino da Contabilidade, estando caracterizada pela oferta de algumas disciplinas técnicas, e que era normalmente executada pelos *Guarda-Livros*⁴.

Outro ponto a ser destacado é que para enfrentar os problemas oriundos do progresso que transformava o Brasil, na complexidade e aumento das negociações, principalmente na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo, com a ampliação do número de empresas comerciais, por exemplo, resultou em dificuldades nas organizações, principalmente na contabilização, pois eram trazidos profissionais de fora do País, já que não tinha mão-de-obra qualificada suficiente para atender as demandas do mercado.

Com o processo de expansão industrial e de aberturas de estabelecimentos comerciais e bancários na cidade de São Paulo, no final do século XIX, surge a primeira escola de Contabilidade do País, denominada de Escola Prática de

⁴ Essa denominação era utilizada para designar o profissional de contabilidade da época, que se encarregava da escrituração dos livros mercantis das empresas comerciais da época. Muito embora já se utilizasse há bastante tempo à nomenclatura "contador geral", esta era reservada àquele profissional que atuava na área pública. (COELHO, 2000)

Comércio de São Paulo, datada de 02 de junho de 1902. Posteriormente, em 1905, a instituição teve o reconhecimento oficial de seus diplomas, sendo considerada, a partir desta data, de utilidade pública. Estabelecida em 09 de janeiro de 1905, através do Decreto Federal nº. 1.339, que reconhecia os cursos de *Guarda-Livros* e *Perito Contador*. Em dezembro do mesmo ano a Escola Prática de Comércio de São Paulo passou a chamar-se de Escola de Comércio de São Paulo.

O curso foi inaugurado em 1908, após a construção e mobília do edifício, tendo início o *Curso Superior de Ciências Comerciais*.

Em 1923, esta escola passou a chamar-se de Fundação Escola Álvares Penteado (FECAP), em homenagem ao conde Álvares Penteado que doou à escola o terreno para a construção da instituição, voltada apenas à formação técnica. No entanto, apenas em 1949 teve início a primeira turma de Ciências Contábeis e Atuariais, após o reconhecimento do curso como ensino superior, em 1945.

O Decreto nº. 20.158, de 30 de junho de 1931, organizava o ensino comercial e regulamentava a profissão do Contador. Este dispositivo era dividido em um curso propedêutico (inicial ou de introdução), que consistia na preparação e habilitação para receber um ensino mais completo, com disciplinas básicas, tais como: português, inglês, francês, matemática, geografia, história, física, química, caligrafia, e cursos de caráter técnico que englobava, dentre outros, os cursos de *Guarda-Livros*, *Atuário* (extinto pelo Decreto-Lei nº. 7.988, em seu Art. 9º) e de *Perito-Contador*.

A duração dos cursos propedêuticos tinha a duração de três anos, segundo este Decreto. Já os cursos técnicos variavam entre dois e três anos de duração.

Com o desenvolvimento econômico do Brasil a partir dos anos 40, e a situação em que se encontrava a formação em Contabilidade daquela época, observa-se que era basicamente centrada em um curso médio, eminentemente tecnicista, no qual não mais suportava as exigências de uma formação adequada/aprimorada, dada situação.

Nesse contexto, Silva e Moura (2002) destacaram a necessidade perene de elevação do nível do ensino no curso de Ciências Contábeis, bem como da busca pela valorização do Contador. Estes fatores foram determinantes para a criação do Curso Superior de Ciências Contábeis e Atuariais, através da sanção do Decreto-Lei nº. 7.988, datado de 22 de setembro de 1945, submetidos pelo MEC à Presidência da República.

Dois anos antes, em dezembro de 1943, em entrevista cedida para a Revista Paulista de Contabilidade, o Professor Frederico Hermann Júnior descreveu sobre a percepção que tinha sobre a formação exigida nesta época, afirmando que:

Os cursos de Contabilidade Superior, em que são formados contadores, deverão desenvolver altos estudos de Contabilidade, de Organização e de Economia das instituições estatais, paraestatais e sociais e das empresas industriais, bancárias, de seguro e do comércio em geral, com o fito de preparar profissionais aptos para o desempenho de funções de direção nas grandes empresas e instituições públicas e particulares e as de peritos forenses, fiscais de seguros, fiscais de sociedades anônimas e outros que lhe serão outorgados com grande soma de responsabilidade pela legislação comercial e financeira vigentes. O elevado padrão de conhecimento necessário para o exercício de tais funções não pode ser adquirido em curso secundário (...) Somente as universidades, como indica a experiência de outros povos, oferecem o clima necessário para a formação de técnico com alta cultura científica. (HERMANN Jr., 1943 apud SILVA e MOURA, 2002).

Neste mesmo ano foi sancionado o Decreto-Lei nº. 6.141, de 28 de dezembro, que versou sobre a lei orgânica do Ensino Comercial. Na Seção II, Art. 5º, deste decreto situa o curso de Contabilidade como um curso técnico. Destaca-se, ainda,

que o Art. 3º, deste Decreto-Lei, versa sobre o caráter do curso nesta época, considerando como um *Curso de Continuação*, que era antecedido por um Curso Comercial Básico, onde dava oportunidade aos alunos de se especializar em alguma área.

De acordo com o Decreto-Lei nº. 7.988/45, o curso conferia o grau de bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais àqueles que concluíssem no prazo de duração pré-fixado. E ainda, confeririam o título de *Doutor* em Ciências Contábeis e Atuariais ao candidato que, no mínimo dois anos depois de formado, defendesse uma tese original e de excepcional valor.

Com relação ao Decreto-Lei nº. 7.988/45, Favarin (1994, p. 9) apresenta opinião quanto à mudança da estrutura curricular do Curso Superior de Ciências Contábeis e Atuariais, afirmando que “O currículo original que se apresenta enxerga o Contador de nível superior como um técnico em contabilidade melhorado”.

Em 20 de dezembro de 1945, foi sancionado o Decreto-Lei nº. 8.191, em que se tratou das disposições relativas ao curso de ensino comercial, sancionado através do Decreto-Lei nº. 6.141/1943, onde ficaram estabelecidas apenas duas categorias, resumindo as especializações, são elas: *Técnico em Contabilidade* (para os Técnicos em Contabilidade e Guarda-Livros) e *Bacharel* (para os que se formou em nível superior, Contador e Atuários, e Perito-Contadores).

O Art. 7º do Decreto-Lei que criou o Curso Superior de Ciências Contábeis e Atuariais estabeleceu que:

A Faculdade Nacional de Política e Economia, criada pela Universidade do Brasil pela Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, passa a denominar-se de Faculdade Nacional de Ciências Econômicas e funcionará como um centro nacional de ensino, em grau superior, de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais e bem assim, de estudos e pesquisas nesses ramos dos conhecimentos científicos e técnicos.

Silva e Moura (2002) relatam que atualmente esta Faculdade passou a denominar-se de Instituto de Economia e Faculdade de Ciências Contábeis e Administração, com proposta de nova mudança de denominação para Escola de Administração de Negócios.

Com o estabelecimento do Curso Superior em Contabilidade e Atuaria em 1945, a Contabilidade passou por um processo de abertura e regulamentação do curso superior em outras instituições. A exemplo da criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, através da promulgação do Decreto-Lei Estadual nº. 15.601, de 26 de janeiro de 1946, oferecendo os cursos de Bacharelado em Ciências Econômicas e o Bacharelado em Ciências Contábeis e Atuariais.

A composição do corpo docente desta Faculdade, de acordo com Oliveira (1995, p. 35), era basicamente formada por grandes nomes do cenário contábil nacional, tais como: Francisco D'Áuria, Frederico Hermann Jr., Cariolano Martins, todos oriundos da Escola de Comércio Álvares Penteado.

As mudanças advindas com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo foram substanciais, tendo em vista que os esforços da formação ultrapassavam as atividades docentes, sendo inserido a pesquisa, como fator importante para o próprio desenvolvimento da Contabilidade.

Bem como afirmam Silva e Moura (2002), quando dizem que, com a inserção da pesquisa, além da docência, para a formação superior dos contadores, foi constituído o primeiro núcleo de pesquisas no Brasil.

Outro fator que vale salientar é que foi estabelecido aos docentes a trabalharem em regime de dedicação exclusiva, antes não exigida pelos cursos da época.

Nesta época os ensinamentos e diretrizes de Contabilidade fundamentavam-se na escola italiana, muito centrada na prática de execução de atividades ligadas à Contabilidade, que perdurou até meados da década de 70, quando a formação passou a ter influência da escola norte-americana.

Como afirma Silva (1980, p. 85):

O Curso secundário apresentou um desenvolvimento acentuado até meados da década de sessenta, enquanto que o curso superior vegetava (...) posição essa que se inverteu a partir do fim dessa década (referindo-se aos anos 80), com um crescimento maior do curso de bacharéis e uma queda do curso técnico de Contabilidade (...) o ensino da disciplina acompanhava, dos fins de quarenta até praticamente o início de setenta as teorias predominantes da Escola Italiana, preocupados muito mais com a prática de execução nos diferentes ramos onde a Contabilidade é aplicada.

Ainda sobre a influência das escolas no ensino da Contabilidade no Brasil, Ludícibus (2004, p. 07) teoriza:

Assim, diríamos que a Contabilidade no Brasil evoluiu sobre a influência da escola italiana [...], até algumas firmas de auditoria de origem anglo-americana, certos cursos de treinamento em Contabilidade e Finanças, oferecidos por grandes empresas, tais como o excelente BTC do *General Electric*, e a Faculdade de Economia e Administração, em seu curso básico de Contabilidade Geral, acabaram exercendo forte influência, revertendo à tendência.

Outra característica marcante da influência italiana na Contabilidade brasileira foi à sanção do Decreto nº. 2.627, de 26 de setembro de 1940, que era a antiga Lei das Sociedades por Ações. Esta surge segundo Avelino Jr. (2005, p. 29), numa

época em que se discutia a padronização de balanços. Acerca deste assunto Schmidt (2000, p. 207) acrescenta que:

A padronização representava o coroamento da Contabilidade, ao passo que, para outros, a padronização representava apenas um aspecto, sendo necessária à adoção de procedimentos para a elaboração dos balanços.

De acordo com a literatura, quando a Contabilidade passou a ter sua própria legislação (Decreto nº. 2.627/1940), influenciou sobremaneira na atividade dos contadores, impactando no ensino da prática contábil no Brasil.

Em 1951, houve o desdobramento do curso superior em Ciências Contábeis e Atuariais, através da Lei nº. 1.401, tornando-se independente o de Ciências Contábeis, e dava a oportunidade dos contadores possuírem um maior cabedal de conhecimentos matemáticos. (SILVA e MOURA, 2002, p. 6). Dentre os dispositivos considerados nesta lei, vale ressaltar que o curso permaneceu com duração de 04 anos, muito embora a lei abordasse que tais cursos poderiam ser concluídos em 03 anos.

Na década de 60, em virtude das novas demandas dos contabilistas, advindas com a instalação de multinacionais no Brasil, necessitava-se de profissionais capazes de disseminar o conhecimento, tendo em vista que a Auditoria e a Contabilidade ganhavam cada vez mais espaço.

Avelino Jr. (2005, p. 31) destaca que o desenvolvimento da teoria e da prática, característica da *Escola Norte-Americana*, foi resultante da inserção das organizações multinacionais no Brasil. Neste momento houve o ponto de ruptura da influência da escola doutrinária italiana para a americana, que prevalece até os dias atuais.

2.4 CURRÍCULO: SIGNIFICADO E EVOLUÇÃO

A palavra *Currículo*, de acordo com Traldi (1987, p. 25), é um termo adaptado em português, de origem da palavra latina *Curriculum*, que significa curso, percurso, rota, ou ainda, o caminho das atividades de uma pessoa ou grupo de pessoas, o modo ou a forma de fazer de curso ou percurso, até o término da execução do ato. Na visão de Goodson (1998, p. 31), um currículo “é definido como um curso a ser seguido, ou, mais especificamente, apresentado”.

Hamilton apud Saviani (1998, p. 21) ressalta que o termo currículo foi inicialmente usado para atestar a graduação de um mestre na Universidade de *Glasgow*, em 1663, e era usualmente relacionado ao “certificado de conclusão de curso, com a avaliação dos resultados de cada estudante”. Dessa forma, o autor citado afirmou que:

Com o tempo, o termo currículo evoluiu da idéia inicial de registro da vida estudantil de cada aluno (num uso figurado da expressão latina “*curriculum vitae*”, que significa ‘*carreira*’) para indicar o conjunto dos ‘*novos traços ordenados e seqüenciais da escola do século XVI*’ (*ipses litteris*) (HAMILTON apud SAVIANI, 1998, p. 21)

Dutra (2003, p. 54) traz uma discussão no que se refere ao significado da expressão currículo, do ponto de vista dos pedagogos. De acordo com Vilar apud Moreira (2001b, p. 11-12):

[...] não há consenso em relação ao que se deve entender pela palavra “currículo”. As divergências refletem problemas complexos, fundamentalmente por se tratar de um conceito que: (a) é uma construção cultural, histórica e socialmente determinada e (b) se refere sempre a uma “prática” condicionadora do mesmo e de sua teorização.

Goodson (1995, p. 67) corrobora com as teorizações de Moreira (2001) e Dutra (2003) afirmando que “um dos problemas constantes relacionados ao estudo do currículo é que se trata de um conceito multifacetado, construído, negociado e renegociado em vários níveis e campos”.

Entretanto, Moreira (2001b, p. 13) apud Saylor e Alexandre, considera outra acepção do currículo, quando o relaciona com uma visão de *plano*, em que oferece ao aluno um conjunto de oportunidades de aprendizagem em uma determinada unidade escolar.

Saviani (1998, p. 24), afirma que o currículo pode ser entendido como um instrumento que proporciona aos educandos uma síntese de conhecimentos que é apresentada e praticada, objetivando a construção deste.

Com base nestes autores, nota-se a preocupação e da caracterização do significado do currículo, tendo em vista que, segundo Dutra (2003, p. 54) o “currículo não é um conceito vigente na natureza, onde a sua definição tem que expressar o que ocorre nesta, o conceito vai depender de interpretação de cada pedagogo”.

Segundo Dutra (2003, p. 54), de acordo com a análise realizada na definição de currículo, dos mais diversos autores, sintetiza afirmando que a definição do currículo é “o conhecimento possuído pela sociedade que, sistematizado pela escola, é transmitido ao educando para que este construa o seu próprio conhecimento com o intuito de (re) construir, edificar e manter em funcionamento os sistemas sociais”.

Veiga Neto (2004) afirma que o currículo precisa ser trabalhado de forma consistente e atual em que permita desenvolver nos alunos competências, capacidade de articular diversos recursos cognitivos em situações específicas e

habilidades e capacitar o aluno para argumentar, agir, tomar iniciativas, criticar, enfim, ser um agente transformador da sociedade.

De acordo com Greene (1971) apud Goodson (1995, p. 18) o currículo é “uma possibilidade que o discente tem como pessoa existente, sobretudo interessada em dar sentido ao mundo em que de fato vive”.

Dentro desse contexto, Moreira e Silva (1999, p. 7) teoriza que:

O currículo não se constitui em um elemento neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. Antes, o currículo está implicado em relações de saber, transmite visões sociais particulares e interessadas, produz identidades individuais e sociais particulares.

Young (1977) apud Goodson (1995, p. 18), ao explicitar a idéia de currículo, complementa que o currículo “precisa ser considerado não como mera ilusão, camada superficial da prática escolar de alunos e professores, mas como uma realidade social, historicamente específica, expressando relações de produção particulares entre pessoas”.

No contexto da formação de Contadores, Carr (1999) destacou sua preocupação das entidades internacionais relativas ao currículo contábil, afirmando que:

A função do currículo contábil é de equiparar os que ingressam na profissão com conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias para atender às expectativas dos usuários dos serviços contábeis. O currículo contábil fornece as bases do conhecimento, as habilidades e as atitudes, que são considerados necessários para obter competência. Como a Contabilidade experimenta mudanças através do tempo, assim também acontece com a definição das exigências do papel do Contador, a competência a ele associada e, portanto, o conteúdo do currículo contábil.

Enfim, nota-se que o papel de um currículo transcende aos objetivos de uma formação técnica-científica, de uma disposição de conhecimentos a serem

percorridos pelos educandos, de caráter eminentemente prático, no processo ensino-aprendizagem, mas sim da construção de conhecimentos, que serão resultantes das relações e das necessidades sociais, sendo o reflexo do sentido de como as pessoas vêem o mundo.

2.5 EVOLUÇÃO DOS CURRÍCULOS DE CONTABILIDADE NO BRASIL

O entendimento da dinâmica que se deu à formação superior de Ciências Contábeis no Brasil, faz-se mister a descrição da evolução curricular, desde a criação das escolas de comércio, na perspectiva dos atos normativos, dentro do contexto histórico, e da proposta emanada pelos organismos internacionais, como é o caso das diretrizes estabelecidas pelo ISAR/UNCTAD/ONU, estes considerados em um contexto atual.

De acordo com o Decreto Federal nº. 1.339/1905, o curso de ensino comercial era estruturado da seguinte forma:

Tabela 1 - Curso Superior de Ciências Comerciais

Curso Geral	Curso Superior
Habilitação de diplomados à função de guarda-livros, perito judiciário e empregados da Fazenda;	Destinado aos que concluísem o curso geral, habilitando às funções de agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhia de seguros, chefe de Contabilidade de bancos e de grandes empresas comerciais.

Fonte: Decreto nº. 1.399/1905.

De acordo com o Decreto nº. 20.158/31, ao tratar sobre os cursos técnicos voltados à formação em Contabilidade, traziam em seus conteúdos curriculares as seguintes disciplinas:

Tabela 2 - Curso Técnico de Guarda-Livros

Primeiro Ano	Segundo Ano
Noções preliminares de Contabilidade; Matemática Comercial; Noções de Direito Comercial; Estenografia; Mecanografia.	Contabilidade Mercantil; Matemática Comercial; Legislações Fiscais; Técnica Comercial e Processos de Propaganda; Estenografia; Mecanografia.

Fonte: Decreto nº. 20.158/31, Capítulo III, Art. 6º, letra b.

Com relação ao Curso Técnico de Atuário, que era dividido em 03 anos, era estruturado da seguinte forma:

Tabela 3 - Curso Técnico de Atuário

Primeiro Ano	Segundo Ano	Terceiro Ano
Noções preliminares de Contabilidade; Matemática Comercial; Noções de Direito Constitucional e Civil; Estenografia; Mecanografia.	Contabilidade Mercantil; Matemática Comercial; Noções de Direito Comercial Terrestre; Economia Política e Finanças; Merceologia e Tecnologia Merceológica; Técnica Comercial e Processos de Propaganda;	Contabilidade dos Seguros; Cálculo Atuarial; Legislação de Seguros; Estatística; Seminário Econômico.

Fonte: Decreto nº. 20.158/31, Capítulo III, Art. 6º, letra d.

Já o Curso Técnico de Perito-Contador, também dividido em 03 anos, tinha a sua estrutura de acordo com a Tabela 4. Como segue:

Tabela 4 - Curso Técnico de Perito-Contador

Primeiro Ano	Segundo Ano	Terceiro Ano
Noções preliminares de Contabilidade; Matemática Comercial; Noções de Direito Constitucional e Civil; Legislação Fiscal; Estenografia; Mecanografia.	Contabilidade Mercantil; Matemática Financeira; Noções de Direito Comercial Terrestre; Merceologia e Tecnologia Merceológica; Técnica Comercial e Processos de Propaganda; Economia Política e Finanças.	Contabilidade Industrial e Agrícola; Contabilidade Bancária; História do Comércio, Indústria e Agricultura; Prática do Processo Civil e Comercial; Seminário Econômico; Estatística.

Fonte: Decreto nº. 20.158/31, Capítulo III, Art. 6º, letra e.

Em 1945, através do Decreto-Lei nº. 7.988, foram estabelecidas as seguintes disciplinas no currículo.

Tabela 5 - Curso Superior de Ciências Contábeis e Atuarial

Primeira Série	Segunda Série	Terceira Série	Quarta Série
Análise Matemática; Estatística Geral e Aplicada; Contabilidade Geral; Ciências da Administração; Economia Política.	Matemática Financeira; Ciências das Finanças; Estatística Matemática e Demográfica; Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola; Instituição de Direito Público.	Matemática Atuarial; Organização e Contabilidade Bancária; Finanças das Empresas; Técnica Comercial; Instituições de Direito Civil e Comercial.	Organização e Contabilidade de Seguros; Contabilidade Pública; Revisões e Perícia Contábil; Instituições de Direito Social; Legislação Tributária e Fiscal; Prática de Processo Civil e Comercial.

Fonte: Decreto-Lei nº. 7.988/45, Capítulo III, Art. 3º.

Segundo Silva e Moura (2002, p. 6), ocorreram profundas modificações no ensino superior brasileiro, em especial no Curso de Ciências Contábeis, em função da Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, onde foram fixadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foi criado o Conselho Federal de Educação (CFE), que dentre as suas atribuições estava o de estabelecer os currículos mínimos, no ensino superior brasileiro (através da Resolução emitida em 08 de fevereiro de 1963), dividindo o curso de Ciências Contábeis em dois ciclos, a saber: *o ciclo básico* e *o ciclo profissional*. Estes eram estruturados da seguinte forma:

Tabela 6 - Curso Superior de Ciências Contábeis

Ciclo Básico	Ciclo Profissional
Matemática; Estatística; Direito; Economia.	Contabilidade Geral; Contabilidade Comercial; Contabilidade de Custos; Auditoria e Análise de Balanços; Técnica Comercial; Administração; Direito Tributário.

Fonte: Resolução expedida em 08 de fevereiro de 1963.

Com a criação dos currículos mínimos houve uma mudança estrutural com relação aos currículos adotados pelas instituições de ensino. Essa mudança teve um caráter de flexibilidade curricular, antes nunca visto. Relativo a este posicionamento, Machado (1982, p. 50) afirma que:

Com o advento dessa nova legislação, os cursos de Ciências Contábeis perderam o caráter de rigidez as que estavam submetidos sob o império do Decreto-lei nº 7.988, de 22/09/45, e do Decreto nº 1.401, de 31/07/1951, que impunham um currículo onde listavam as disciplinas a serem ministradas, e, no caso do curso de Ciências Contábeis e Atuariais, indicavam inclusive a seriação que deveria constar do currículo.

Muito embora, o estabelecimento do currículo mínimo impunham matérias obrigatórias, as instituições detinham o poder de adequar as suas grades curriculares de acordo com a necessidade do mercado e do perfil profissional que cada instituição objetivava formar.

Concernente aos currículos mínimos, Bedone (1987, p. 9) afirma:

A expressão Currículo Mínimo deve ser entendida, em termo de possibilitar o primeiro contato com a profissão, a aprender a estudar as teorias e técnicas que lhes são pertinentes e a aproveitar ao máximo as aquisições que a aprendizagem em serviço vai ensejar.

Com relação ao tempo de duração do curso, o CFE delimitou-o, obrigando às Instituições de Ensino Superior, a uma carga horária mínima anual de 772 horas e ao final do curso de 2.700, deixando a cargo das instituições a opção de ampliar ou reduzir a carga horária do curso, desde que não desviasse dos horários anuais e totais.

Neste período, os cursos de Ciências Contábeis no Brasil estavam voltados à oferta de disciplinas de caráter técnico em detrimento das disciplinas humanísticas.

Até que em 1983, segundo Silva e Moura (2002, p. 8), o professor Hilário Franco e Eliseu Martins, entre outros, apresentaram, no II Congresso Interamericano de Educadores da Área Contábil, o trabalho “Currículo Básico do Contador: orientação técnica versus orientação humanística”. Onde evidenciava tal característica nas instituições latino-americanas, e propunha a inserção de disciplinas de cunho humanística:

Que nos ensinem a pensar, a disciplinar o nosso pensamento e a metodizar nossas pesquisas e indagações científicas. Precisamos nos liberar da atávica tendência de formarmos administradores/contadores, ou economistas-contadores, para formarmos, apenas e acima de tudo, Contadores capazes de dialogar com administradores, economistas, engenheiros, etc. Ao nosso tempo que o Contador deve ser pessoa altamente versada e vocacionalmente dirigida para trabalhar com números e valores, de forma relativa, sem nunca perder o sentido da materialidade, também atuam num ambiente econômico que, em seu ambiente mais amplo, é social e institucional, e no qual a habilidade para lidar com pessoas e grupos, e mesmo a cultura geral e humanística, são aspectos fundamentais para o sucesso de sua atuação.

O currículo do curso de Ciências Contábeis passou por uma nova reformulação, através da Resolução nº. 03, de 05 de outubro de 1992, expedidas pelo CFE, onde foram fixados os conteúdos mínimos e a duração dos cursos em 2.700 horas. Essa reformulação adveio de um esforço do CFC, que em 1985 resultou na criação de um grupo de estudos composto por renomados professores, profissionais da área, alunos, empresários. Este grupo entendia que uma reformulação no currículo deveria ser uma reflexão resultante da opinião da sociedade a respeito da profissão contábil.

O procedimento adotado foi à aplicação de um questionário, distribuído em perguntas relativo à opinião e recomendação que os contadores, usuários da Contabilidade, e demais atores envolvidos, tinham a respeito do currículo para a formação do contador.

Dentre muitas constatações, Silva e Moura (2002, p. 9) destacam: (1) insatisfação generalizada quanto à formação dos contadores; (2) distanciamento entre a teoria e a prática; (3) má qualificação dos docentes; (4) inserção de disciplinas na área da informática; e (5) exigência de estágio supervisionado e de trabalhos de conclusão de curso.

O currículo mínimo adotado em 1992 estabelecia que 2/3 do curso fossem compostas de disciplinas obrigatórias, e o restante do curso preenchido de acordo com cada instituição, pois se entende que o discente teria a oportunidade de optar pela área que mais lhe acrescentar profissionalmente, bem como no atendimento das peculiaridades regionais onde o contador atuará. Em suma, abrangia disciplinas obrigatórias e eletivas.

De acordo com esta Resolução, os conteúdos eram divididos em 03 categorias, a saber:

Tabela 7 – Categoria I: Conhecimentos de Formação Geral de Natureza Humanística e Social (de 15 a 25% da carga horária total)

Disciplinas Obrigatórias	Disciplinas Obrigatórias e Eletivas
Língua Portuguesa; Noções de Direito; Noções de Ciências Sociais; Ética Profissional.	Noções de Psicologia; Filosofia da Ciência; Cultura Brasileira, e Outras.

Fonte: Resolução nº. 03/92(Conselho Federal de Educação).

A segunda Categoria apresentada, denominada de Conhecimentos de Formação Profissional, estava estruturada da seguinte forma:

**Tabela 8 – Categoria II: Conhecimentos de Formação Profissional
(de 55 a 75% da carga horária total)**

Conhecimentos Obrigatórios de Formação Profissional Básica	Conhecimentos Obrigatórios de Formação Profissional Específica	Conhecimentos Eletivos
Administração Geral; Economia; Direito Trabalhista; Direito Comercial; Direito Tributário; Direito Societário; Matemática; Estatística.	Contabilidade Geral; Teoria da Contabilidade; Análise das Demonstrações Financeiras; Auditoria; Perícia Contábil; Administração Financeira e Orçamento Empresarial; Contabilidade Pública; Contabilidade e Análise de Custos.	Contabilidade Gerencial; Sistemas de Contabilidade; Contabilidade Agrícola e Pecuária; Contabilidade de Seguros; Contabilidade de Cooperativas; Contabilidade Previdenciária; Contabilidade Imobiliária; E Outras Disciplinas.

Fonte: Resolução nº. 03/92(Conselho Federal de Educação).

Finalmente, a terceira Categoria contemplava os Conhecimentos ou Atividades de Formação Complementar, e tinha em seus conteúdos Obrigatórios as seguintes disciplinas:

Tabela 9 – Categoria III: Conhecimentos ou Atividades de Formação Complementar (de 10 a 20% da carga horária total)

Conhecimentos Obrigatórios de Formação Instrumental

Jogos de Empresas;
Laboratório Contábil;
Estudo de Caso;
Trabalho de Conclusão de Curso;
Estágio Supervisionado;
E Outras Disciplinas.

Fonte: Resolução nº. 03/92 (Conselho Federal de Educação).

Em 20 de dezembro de 1996 foi aprovada a Lei nº. 9.394, mais conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que determinou em seu Art. 53, Inciso II, a fixação dos currículos dos cursos e programas observados às diretrizes gerais pertinentes que o MEC atribui às Universidades; Passando, desse modo, a ter sua autonomia na implementação de seus cursos. Dessa forma, nota-se que as IES tornavam-se cada vez mais autônomas, quanto ao currículo a ser adotado, sem deixar de considerar as diretrizes mínimas, que as normas traziam. Neste sentido, Silva e Moura (2002, p. 10), afirmam que:

[...] com a nova LDB, seja possível e viável uma revisão de toda a tradição burocrática que herdamos em uma Educação Conservadora onde se recebe tudo pronto sem uma maior discussão com o sujeito da aprendizagem.

Moraes (2005, p. 17), em sua dissertação de mestrado, que investigou sobre o impacto da grade curricular no *Exame de Suficiência* dos Contadores, estabeleceu as principais modificações proporcionadas pelo advento da LDB, em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional anterior (Lei nº. 4.024/61), que estabelecia currículos mínimos:

Currículos Mínimos (Lei 4.024/61)	Diretrizes Curriculares Nacionais (Lei 9.394/96)
Estavam comprometidos com a emissão de um diploma para o exercício profissional	Não se vinculam a diploma e a exercício profissional, pois os diplomas, de acordo com art. 48 da LDB, se constituem prova, válida nacionalmente, da formação recebida por seus titulares
Encerravam a concepção do exercício do profissional, cujo desempenho resultaria especialmente das disciplinas ou matérias profissionalizantes, enfiadas em uma grade curricular, com os mínimos obrigatórios fixados em uma resolução por curso	Concebem a formação de nível superior como um processo contínuo, autônomo e permanente, com uma sólida formação de nível superior como um processo contínuo, autônomo e permanente, com uma sólida formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, de acordo com perfil de um formando adaptável às novas e emergentes demandas
Inibiam a inovação e criatividade das instituições, que não detinham liberdade para reformulações naquilo que estava, por Resolução do CFE, estabelecido nacionalmente como componentes curriculares e até com detalhamento de conteúdos obrigatórios	Ensejam a flexibilização curricular e a liberdade de as instituições elaborarem seu projetos pedagógicos para cada curso segundo uma adequação às demandas sociais e do meio aos avanços científicos e tecnológicos, conferindo-lhes uma maior autonomia na definição dos currículos plenos dos seus cursos
Atuaram como instrumento de transmissão de conhecimentos e de informações, inclusive prevalecendo interesses corporativos responsáveis por obstáculos no ingresso no mercado de trabalho e por desnecessária ampliação ou prorrogação na duração do curso	Orientam-se na direção de uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional
Pretendia como produto um profissional "preparado"	Pretendem preparar um profissional adaptável a situações novas e emergentes
Eram fixados para uma determinada habilitação profissional, assegurando direitos para o exercício de uma profissão regulamentada	Devem ensinar variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa.

Fonte: Parecer nº. 146/2002 (CNE / CES)

Quadro 01 – Comparação entre Currículos Mínimos e as Diretrizes Curriculares Nacionais (LDB, 1996)

Fica claro ao analisar a comparação exposta no Quadro 01, que a intenção da LDB/96 em formar profissionais adaptáveis às novas e emergentes demandas, com uma formação caracterizada pela solidez básica e profissional de conhecimentos, e ainda, com currículos que tenham como característica fundamental a flexibilidade, representa uma evolução no campo educacional para as escolas de todo o Brasil.

Em 1997, o MEC outorgou o Edital nº. 04, convocando as IES, para o encaminhamento de propostas curriculares, no intuito de elaborar as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Este Edital também apresentou competências e habilidades, definindo o perfil geral dos profissionais de Contabilidade.

Neste sentido, o Edital supramencionado afirma que os *“profissionais dotados de competências e habilidades, viabilizem aos agentes econômicos o pleno cumprimento de sua responsabilidade de prestar contas da gestão perante a sociedade (‘accountability’)”*.

Ainda de acordo com este Edital, concernente aos conteúdos mínimos a serem ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, estabeleceu dez tópicos, perfazendo 50% da carga horária total, listando diversas áreas de conhecimento, como segue:

Tabela 10 – Conteúdo Mínimo Distribuído em Áreas de Conhecimento (segundo o Edital nº. 04/97)

Conteúdos	Áreas do Conhecimento
Administração	Teoria Geral da Administração; Estratégia Empresarial; Comportamento Organizacional;
Economia	Teoria da Firma (Monopólio, Oligopólio, Concorrência Perfeita, etc.); Cenários Econômicos e Economia Internacional; Economia das Empresas;
Direito	Legislação Social e Trabalhista; Direito Tributário; Direito Comercial e Societário.

Métodos Quantitativos	Medidas de Tendência Central e de Dispersão; Análise de Regressão e Correlação; Análise de Série Temporal; Cálculo Diferencial e Integral.
Teoria da Contabilidade	História do Pensamento Contábil; Ativo e Passivo e sua Mensuração; Receitas, Despesas, Perdas e suas Mensurações; Princípios Fundamentais de Contabilidade e Harmonização Internacional.
Contabilidade Financeira	Princípios, Normas e procedimentos de Contabilidade Financeira; Elaboração e Evidenciação das Demonstrações Contábeis.
Contabilidade Tributária	Contabilidade de Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Planejamento Tributário.
Contabilidade Gerencial	Métodos de Custeio; Sistemas de Acumulação de Custos; Análise de Custos; Descentralização (Preço de Transferência e Centro de Resultado).
Conteúdo de Auditoria	Controles Internos; Princípios, Normas e Procedimentos em Auditoria; Papéis de Trabalho.
Controladoria	Sistemas de Informações; Processo de Planejamento, Execução e Controle; Avaliação de Desempenho; Responsabilidade de Prestar Contas da Gestão Perante a Sociedade (<i>Accountability</i>).

Fonte: Edital nº. 04/97 (MEC).

A complementação do restante da carga horária (50%), o Edital sugeriu os seguintes conteúdos:

Tabela 11 – Conteúdos Sugeridos por Área de Conhecimento (segundo o Edital nº. 04/97)

Abrangência dos Conteúdos

- Teoria da Comunicação (Semiótica);
- Sociologia das Organizações;
- Sistemas de Informações;
- Teoria e Análise de Sistemas;
- Análise de Cenários Econômico-Financeiros;
- Demonstração do Valor Adicionado;

- Balanço Social;
- Mensuração e Avaliação Patrimonial;
- Contabilidade e Prática de Constituição, Alterações e Encerramento de Empresas;
- Contabilidade Societária;
- Logística e Gestão Estratégica de Custos;
- Estrutura e Análise Técnica de Mercado de Capitais;
- Contabilidade Inflacionária, Juros e Câmbio;
- Informação Contábil para Decisões de Créditos;
- Gestão de Tecnologias e de Processos Avançados de Produção;
- Planejamento Estratégico, Tático, Operacional e Orçamentos;
- Aquisições, Fusões, Incorporações, Cisões, Privatizações, Formação de Grupos, etc;
- Auditoria Interna, Arbitragens e Perícias Contábeis;
- Análise de Riscos e de Carteira de Investimentos;
- Operações de Arrendamento, *Factoring*, *Hedging*, Derivativos, Securitização, etc;
- Contabilidade Internacional;
- Contabilidade Social;
- Contabilidade Ambiental;
- Contabilidade, Orçamento e Auditoria Governamental;
- Contabilidade de Recursos Humanos e Outras Formas de Contabilidade Específica;
- Estágios Supervisionados, Jogos de Empresas, Trabalhos de Conclusão de Curso e Atividades Complementares.

Fonte: Edital nº. 04/97 (MEC).

Em 2002, o MEC, através da CES, apresentou o Parecer nº. 146, com base nas propostas dos projetos pedagógicos enviadas, obrigadas pelo Edital citado anteriormente. O conteúdo está relacionado às DCN de diversos cursos, em especial da Contabilidade.

Destaca-se, até então, a preocupação com a formação do contador, a respeito de sua capacidade de responder aos anseios da sociedade, enquanto prestador dos serviços contábeis. Também engloba o perfil, as competências e as habilidades do Contador, a saber:

Perfil Desejado do Formando

O curso de graduação em Ciências Contábeis deve contemplar um perfil profissional que revele a responsabilidade social de seus egressos e sua atuação técnica e instrumental, articulada com outros ramos do saber e, portanto, com outros profissionais, evidenciando o domínio de habilidades e competências inter e multidisciplinares.

Competências e Habilidades

Quanto às competências e habilidades, os Bacharéis em Ciências Contábeis deverão ser capazes de:

- Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem próprias das Ciências Contábeis e Atuariais;
- Demonstrar uma visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- Elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- Desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- Exercer suas funções com expressivo domínio das funções contábeis e atuariais que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento da sua responsabilidade quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas da sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Em 16 de dezembro de 2004 o MEC homologou a Resolução nº. 10, instituindo DCN para o curso de graduação em Ciências Contábeis, oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior em todo o território nacional.

Tabela 12 – Conteúdos para a Formação de Contadores

Formação Básica	Formação Profissional	Conhecimentos Eletivos
Estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística.	Estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, além de suas relações com a Atuária, e da Auditoria, da Controladoria e suas aplicações peculiares ao setor público e privado.	Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática, utilizando <i>softwares</i> atualizados para Contabilidade.

Fonte: Resolução nº. 10/2004 (CES / CNE).

É importante destacar que esta Resolução, em seu Art. 5º, realça a inclinação dos cursos de Ciências Contábeis às exigências de organismos internacionais, tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), em proporcionar harmonização

das normas e padrões contábeis internacionais. Ressaltando o aspecto da organização curricular, em seus conteúdos, na adequação às novas demandas.

Por fim, ao analisar a evolução dos currículos em Ciências Contábeis, pode-se verificar que estes estiveram em constante mutação, com legislações sempre preocupadas em formar recursos humanos hábeis, multidisciplinares, criativos, críticos, flexíveis às mudanças de ambiente, e com um profundo embasamento técnico-científico.

2.6 ASPECTOS GERAIS E ESPECÍFICOS CONCERNENTES AOS DOCUMENTOS-BASE (TD'S) DO ISAR

2.6.1 Razões para a Elaboração de um Currículo Mundial

A UNCTAD no objetivo de estabelecer uma marca de nível para as qualificações nacionais, bem como ajudar a dar “suporte” a estas qualificações a atuar em uma economia global, criou o ISAR para organizar e desenhar diretrizes para a qualificação dos contadores profissionais, que sirva de critério de referência, para as qualificações nacionais e que permita aos possuidores, destas qualificações, atuarem em um contexto de uma economia global.

O ISAR balizou os Documentos-Base (TD'S) em pronunciamentos e guias de referências emitidas por outros organismos oficiais, como o IFAC. Cabe destacar, principalmente, a *International Educational Guideline* (IEG) nº. 09, que trata sobre os requisitos de formação, avaliação da competência profissional e experiência para obtenção do título de Contador profissional, revisada pela última vez em 1996, bem como a IEG nº. 11, que trata sobre a tecnologia da informação em planos de estudos em Contabilidade. Daí o ISAR elaborou os documentos: TD5, TD6 e posteriormente

o TD/21, base de análise para comparação desta pesquisa, que trazem em seus conteúdos diretrizes que promoverão a harmonização global de exigências profissionais de qualificação dos contadores.

Com base nos referenciais abordados, o currículo global está condicionado pelas diversas transformações que emergem em aspectos ligados à economia, à sociedade, ao ambiente, à ética, a cultura e da própria Contabilidade.

Com relação às razões para a elaboração de um currículo global é preciso se considerar, em primeiro lugar, os esforços da OMC no que tange aos procedimentos de concessão de licenças, requisitos e procedimentos de qualificação e normas técnicas de Contabilidade e auditoria. Tal órgão objetiva segundo Sá (2003), globalizar as profissões, tendo como primeiro objetivo a Contabilidade, propiciando aos contadores trabalharem em subsidiárias brasileiras no exterior ou vice-versa.

Em segundo lugar, as crises financeiras recentes, tais como a *Parmalat*, *Enrow*, *Wordcom*, *Xerox*, dentre outras, que foram consideradas entre os estudiosos como “escândalos contábeis”, trouxe à tona deficiências dos sistemas de Contabilidade e Auditoria, o que tem contribuído para aumentar a pressão para utilização de normas internacionais de contabilidade, que conseqüentemente necessitará de profissionais aptos a trabalhar sobre a perspectiva de harmonização das normas.

Então, a necessidade de melhorar a transparência na Contabilidade é tarefa difícil quando associados a tais escândalos mundiais, que afetaram diversos setores da sociedade.

Segundo Beting (1999), em seu artigo “Um Blecaute Contábil”, publicado no Jornal O Estado de São Paulo, afirma que:

A demanda de transparência contábil dos governos e das empresas, exigência que se alastra pelos condutos da economia globalizada, deixou de ser assunto hermético de profissionais enrustidos. Virou cobrança para a transformação ética da economia e para a restauração moral da sociedade.

Dessa forma, nota-se que a demanda por uma postura ética e moral do Contador virou um requisito obrigatório perante a sociedade. Pois como afirma Jacomino (2000, p. 28):

Hoje, mais do que nunca, a atitude dos profissionais em relação às questões éticas pode ser a diferença entre o seu sucesso e o seu fracasso. Basta um deslize, uma escorregadela, e pronto. A imagem do profissional ganha, no mercado, a mancha vermelha da desconfiança.

Portanto, o profissional de Contabilidade deve buscar a qualidade dos seus serviços, através da transparência de suas informações prestadas e do relacionamento das questões éticas com os princípios norteadores de uma sociedade cada vez mais ativa e crítica para que o Contador não trilhe pelo caminho da desconfiança e do fracasso.

2.6.2 Quadro Atual da Profissão Contábil – Exigências Globais e Empresariais

De acordo com pesquisa realizada em 2006 pela KPMG *Corporate Finance*, uma das principais fornecedoras de serviços na área contábil e de auditoria, com subsidiárias em todo o mundo, aponta que 40% das empresas brasileiras já adotam normas internacionais, convertendo seus balanços a padrões internacionais.

No Brasil, o Projeto de Lei nº. 3.741, que altera a Lei das S.A., permite a incorporação de normas internacionais. Enquanto o projeto não é aprovado e na ausência de impedimento legal, a CVM, o BACEN e o CFC, por exemplo, procuram

editar normas visando à compatibilização das práticas contábeis brasileiras com as internacionais.

Recentemente, em 16 de agosto de 2006, foi lançado oficialmente o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com a função de estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações, além de centralizar e uniformizar a produção de procedimentos contábeis, com intuito de estabelecer um único conjunto de normas para aplicação no Brasil, aderentes aos padrões internacionais.

O CPC buscará facilitar o processo de decisão dos investidores, contribuindo para a solidificação do mercado de capitais brasileiro, resultando em uma abertura ainda maior por capital estrangeiro, pois haverá redução de seu custo de captação, aumentando o volume de investimentos e do comércio transnacional. Bem como a redução do custo na preparação de demonstrativos que busca atender a diferentes procedimentos, como de fato ocorre.

Criado através da Resolução nº. 1.055, de 07 de outubro de 2005, do CFC, o Comitê reúne toda a comunidade afim ao assunto, desde profissionais da área contábil até usuários e acadêmicos. São elas: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC Nacional), BOVESPA, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI). E conta com o apoio de importantes órgãos reguladores, como a CVM e o BACEN.

O BACEN, por exemplo, ciente das transformações verificadas nos últimos anos no cenário econômico mundial, ocasionadas pelo acelerado processo de globalização da economia, emitiu o Comunicado nº. 14.259 em 09 de março de

2006, que ressalta procedimentos para convergência das normas de Contabilidade e Auditoria aplicáveis às instituições financeiras e às demais instituições que operam no país a adotar normas internacionais de Contabilidade, especificamente relativa às promulgações do IFAC e do IASB.

Em suma, o Comunicado, ora citado, defende ser de fundamental importância à adoção pelas instituições financeiras de informações contábeis de alta qualidade, transparentes e comparáveis. Fortalecendo, dessa forma, a credibilidade das informações contábeis, facilitando a atuação das instituições financeiras brasileiras no mercado internacional. Por fim, o BACEN estabeleceu como prazo à padronização dos procedimentos a níveis internacionais das instituições financeiras brasileiras o dia 31 de dezembro de 2010.

Com base nas informações apresentadas, fica claro que o esforço das entidades nacionais em busca da padronização de procedimentos contábeis em nível mundial é uma realidade. Porém, surgem alguns questionamentos a cerca dessas mudanças: será que os profissionais, no Brasil, estão preparados para essas mudanças? E as instituições de ensino estão aptas a formarem estes Contadores? O fato é que nesse ambiente as escolas de Contabilidade deverão formar profissionais preparados a exercerem seus serviços de maneira condizente com esta realidade. Senão essas escolas perderam sua essência, que é de formar profissionais aptos a trabalharem no mercado.

É nesta preocupação que a ONU e a OMC, representada pelo ISAR na UNCTAD, acredita que o nivelamento da qualificação dos Contadores é de extrema necessidade, uma vez que a harmonização dos procedimentos aumentará a demanda por profissionais mundiais. Com isso reduzirá, por exemplo, custos de reconhecimento de qualificação.

Por outro lado, diversas pesquisas abordaram a internacionalização do currículo no curso de Ciências Contábeis, com a oferta de disciplinas ligadas a tópicos de Contabilidade Internacional, no pressuposto de que a integração econômica mundial dos mercados é um fenômeno irremediável.

Segundo Adhikari et al (1999), a mais de duas décadas têm se abordado questões relativas ao exame das percepções de acadêmicos e profissionais de Contabilidade no que diz respeito a esta abordagem. Defende ainda, os mesmos autores, que a internacionalização e globalização dos currículos acadêmicos envolvem principalmente conhecimento de línguas estrangeiras, cultura geral, foco, flexibilidade, dentre outras características.

Neste mesmo sentido Mendivil (2002) defende a internacionalização do currículo contábil, como também aborda a preocupação com o ensino superior, destacando prioritariamente que deve ser balizado na flexibilidade curricular, adequando-se às demandas econômicas e sociais.

De acordo com Houston e Lightner (2001) a importância da incorporação de disciplinas voltadas a Contabilidade Internacional no currículo é uma exigência do desenvolvimento da economia global. Não é de hoje que este tema é discutido e debatido pelos pesquisadores da área contábil, dentre muitos se destacam: Meek (1985); McClure (1988); Stout & Schweikart (1989); Conover, Salter & Price (1994); Tondkar, Adhikari & Coffman (1994).

Outro ponto a se destacar é com relação à evolução tecnológica desencadeada nas últimas décadas. As empresas dos mais variados segmentos do mercado têm realizado inúmeros investimentos em Tecnologia da Informação (TI), com o único objetivo de maximizar o desempenho das organizações, tanto no âmbito

operacional quanto no competitivo. Dessa forma, a TI está conseguindo um papel cada vez mais importante nas estratégias empresariais.

Segundo Deitos (2003, p. 22) “as inovações de natureza tecnológica, entendidas como a transformação de uma invenção em um processo, produto ou serviço novo é um dos principais fatores que impulsionaram a competitividade, a diversificação e o crescimento”.

Para a Contabilidade, este fato não se apresenta de forma diferente, pois como o grande propósito da atividade contábil é gerar informações relevantes para os seus diferentes usuários e como essa demanda de informações está crescendo significativamente nos últimos tempos, torna-se necessária a constante busca por conhecimento tecnológico, mesmo porque, as inovações tecnológicas desencadeada nas últimas décadas requerem dos Contadores o suprimento das necessidades de seus usuários e do ambiente que ambos atuam.

Da mesma forma Cruz et al (2001) afirmam que:

Com o advento da informática na área contábil propõe ao contador, assim como todo e qualquer profissional, participe de um processo de atualização de seus conhecimentos, buscando constantemente compreender as inovações tecnológicas, a fim de produzir com qualidade os serviços prestados à sociedade.

No entanto, Bloom (2002) evidencia alguns problemas concernentes ao ensino de Contabilidade, especificamente quanto ao currículo. Destaca que os currículos não conferem ênfase suficiente à tecnologia, e que a não providência para solucionar esta situação, poderia acarretar aos Contadores perda de espaço no mercado, tendo em vista que estes estarão *fora* desse mercado se não procurarem se adequar aos conhecimentos em TI, até porque os avanços nesta área é de fato

uma mudança inevitável que as empresas e os profissionais Contábeis precisam se adaptar.

Por fim, Moreira (2005) adverte que o impacto tecnológico na gestão das informações nas empresas deixará de alicerçar-se no domínio débito e crédito, que era, ou ainda é, a vantagem competitiva dos profissionais contábeis, para se alicerçar em competências e habilidades mais avançadas, no uso e aplicação da TI.

Outro ponto a ser destacado é com relação à interdisciplinaridade entre matemática, matemática financeira e estatística, denominado pelo PMEC de Métodos Quantitativos, que segundo a UNCTAD (2003), tem como fim promover o entendimento e a utilização nos diversos ramos da Contabilidade. O Professor Sérgio de Iudícibus ressalta que é de extrema relevância para o profissional contábil atual, tendo em vista que a utilização dos métodos quantitativos proporciona aos Contadores fornecerem informações de maneira mais precisa, tendo em vista que a Contabilidade ainda só é capaz de captar e registrar eventos mensuráveis em moeda e que os relatórios não expressam a realidade financeira e econômica da entidade. Na tomada de decisões muitos outros elementos devem ser considerados, deve-se então buscar um grupo de disciplinas que dê suporte no auxílio ao processo da análise das demonstrações contábeis.

Ainda sobre Métodos Quantitativos aplicados em Contabilidade, Dickey (1997) apud Nossa (1999) afirma que:

O ensino de Métodos Quantitativos deve ocorrer de forma que os alunos não apenas memorizem fórmulas e/ou procedimentos e sim que ocorra um ensino diversificado de forma a promover uma formação de qualidade onde os métodos quantitativos possam ser percebidos de forma interdisciplinar.

Outra exigência global/empresarial que pode ser destacada é a responsabilidade social e ambiental das empresas. Ultimamente, muitas são as notícias vinculadas sobre o impacto das empresas no meio-ambiente, como por exemplo, o aquecimento global que compromete as futuras gerações da humanidade, provocado principalmente pelo paradigma atual de desenvolvimento, onde o lucro é buscado ao máximo em detrimento do melhor uso dos recursos naturais.

Nesse contexto, de acordo com Callenbach (2003), os objetivos da administração, tradicionalmente, são econômicos. Isto traz à tona a importância e o papel das ciências, e em particular da Contabilidade, referente às questões ambientais e sociais. Mesmo porque, a Contabilidade entendida como um sistema de informação deveria assumir a responsabilidade de mensurar os impactos ambientais das organizações, alinhando objetivos econômicos aos sociais. O fato que emerge é que os recursos naturais são tratados como matéria-prima para o processo produtivo, principalmente no processo produtivo industrial, e ainda que estes recursos naturais sejam esgotáveis (CAMPANHOLA, 1995).

Diversos autores, tais como Sá (2001), Tinoco (2001), Llana (2003) Lehman (2003), Kraemer (2002) afirmam que a Contabilidade enfrenta um grande desafio, pois sendo esta uma ciência social, com objetivo precípua de elaborar, mensurar e divulgar informações, e que deveria considerar com mais intensidade questões de preservação em seus informes e no melhor uso dos recursos, bem como adquirir competências necessárias para cooperar com o desenvolvimento sustentável, começando com a preservação ambiental. E, dessa forma, sendo capaz de influenciar positivamente as organizações quando o assunto for de ordem ambiental

e de responsabilidade social. E ainda, indiretamente, na satisfação dos usuários interessados na atuação da empresa sobre o meio ambiente.

Outro ponto é referente aos recentes escândalos de multinacionais, envolvendo empresas de Contabilidade e Contadores, traz à tona discussões relativas à postura ética e moral desses profissionais, no fornecimento de informações transparentes, oportunas e confiáveis.

Por fim, pode-se entender com base no referencial levantado, que o mercado global exige profissionais de alto nível, com capacitação técnica e teórica da Contabilidade, nacional e internacional; no domínio de línguas estrangeiras; conhecimentos atrelados à tecnologia de informação e métodos quantitativos; do papel da Contabilidade nas questões ambientais e sociais, bem como a exigência por comportamentos éticos e morais no exercício de sua profissão.

2.6.3 Diretrizes para Elaboração de um Currículo Global da Contabilidade e Outras Exigências de Qualificação (TD/B/COM.2/ISAR/5)

Foi utilizado para a elaboração deste documento, em grande parte, dos trabalhos do IFAC, como foi descrito em tópico anterior, em especial suas diretrizes sobre a qualificação dos contadores profissionais.

O ISAR, ao eleger um tema para o 16º período de seção da UNCTAD, considerou que os trabalhos sobre o programa mundial de estudos estavam muitos avançados, o que permitiu chegar a uma conclusão. Ainda, foi considerada pelos órgãos ligados a área contábil, no que tange as qualificações profissionais, uma questão urgente, devido aos progressos realizados em questões de contabilidade pela OMC.

O documento em questão está dividido em 04 partes. Onde na primeira parte são abordados introdutoriamente as razões para elaboração do PMEC.

Na segunda parte do documento são abordados os componentes de um sistema para a qualificação de contadores profissionais, a saber:

- A- Generalidades;
- B- Aptidões;
- C- Formação em conhecimentos gerais;
- D- Formação em conhecimentos profissionais;
- E- Valores profissionais;
- F- Avaliação da competência profissional;
- G- Experiência prática requerida para o credenciamento profissional;
- H- Formação profissional continua.

Na terceira parte é arrolado sobre normas de qualificação, acreditação e certificação dos Contadores profissionais, abrangendo as condições necessárias para cumprimento das diretrizes internacionais de qualificação contábil de cada país. São exigências para cumprimento dessas diretrizes: uma formação prévia de qualificação adequada; um sistema independente de exames profissionais; requisitos de experiência prática, laboral; por fim, um programa para manter a competência profissional dos Contadores. Todas essas exigências foram satisfeitas no TD6.

E, na última parte, apresenta recomendações ao estudo da Contabilidade, ao motivar a criação de uma organização internacional de qualificação.

Com relação aos componentes do sistema para qualificação de Contadores, especificamente no item *Generalidades* são apresentadas os objetivos da educação e experiência pertinente à qualificação de Contadores.

Ainda neste item foram observados alguns pontos a serem considerados pelo Modelo. Salientou-se que os conhecimentos necessários propostos pelo modelo são de uma formação que dependerá de muitos fatores culturais, sociológicos e ambientais diferentes e deverá ser definido a nível nacional. Este é uma das limitações que o currículo terá, pois diferentes são as legislações, os costumes e a prática a nível nacional.

Referente ao item *Aptidões*, foram destacados algumas necessárias ao Contador profissional, com base no fato de que não são suficientes apenas os conhecimentos teóricos, mas sim, que estes sejam capazes de nortear a prática em seus mais diversos problemas que possam vir surgir. As aptidões consideradas são:

- *Aptidões Intelectuais*, com capacidade de analisar, investigar, refletir, resolver problemas complexos em situações complicadas, selecionar prioridades com uso de recursos limitados, capacidade de adaptação, entre outras características;
- *Aptidões Relacionamento Interpessoal*, com capacidade de trabalhar em grupo, organizar e delegar tarefas, motivar e formar pessoas, resolver e responder aos mais diversos conflitos humanos, liderança, relacionar com pessoas de diversas formações cultural e intelectual, trabalhar eficazmente, negociar soluções e acordos que diminua o conflito de interesses, etc;
- *Aptidões Comunicação*, com capacidade de apresentar, discutir e defender opiniões eficazes e em linguagem adequada, capacidade de escutar e ler,

localizar, obter, organizar, comunicar e utilizar a informação de fontes humanas, impressas e eletrônicas, etc;

- *Aptidões Tecnologia da Informação*, com capacidade de operar sistemas de elaboração de dados, utilizar correio eletrônico, pesquisar e recuperar informações de bases eletrônica, utilizar programas de elaboração de textos, cálculos, planilhas, e capacidade de operar ao menos um programa de Contabilidade.

Muito embora, existam limitações do modelo na implantação do currículo mundial, este traz alguns conhecimentos considerados gerais para a formação do contador para a atualidade. A *Formação em Conhecimentos Gerais*, terceiro item dos Componentes de Qualificação de Contadores, descrevem alguns conhecimentos considerados importantes na formação geral desses profissionais.

Dentre os conhecimentos destacam-se: conhecimentos básicos do comportamento humano; capacidade para realizar investigações, proceder a raciocínios lógicos abstratos e compreender os juízos críticos, conhecimento de ideais e questões gerais, assim como das diferentes forças econômicas, políticas e sociais não apenas localmente mais mundialmente; Conhecimentos da evolução das idéias e acontecimentos através da história, nas diferentes culturas no mundo de hoje em uma perspectiva internacional; consciência dos valores pessoais e sociais e do processo de investigação e reflexão, bem como na formulação de juízos de valor, que seja resultante da experiência prática.

Com relação aos conhecimentos profissionais, integrante do item *Formação em Conhecimentos Profissionais*, o modelo destaca: macroeconomia; microeconomia; comportamento empresarial; transações nacionais e internacionais;

métodos quantitativos e estatísticos empresariais; conceitos de tecnologia da informação para sistemas empresariais; controles internos em sistemas empresariais informacionais; além dos conhecimentos na área contábil, tais como, gestão da Contabilidade; tributação; direito empresarial e comercial; auditoria interna e externa, finanças e gestão financeira; ética profissional.

No item *Valores Profissionais*, são abordadas necessidade de posturas éticas que são oriundas de interesses da sociedade e da profissão. Ressalta o compromisso de o Contador atuar com integridade e objetividade, responsabilidade social, com conhecimento das normas profissionais éticas das organizações empresariais, bem como destaca o compromisso do Contador seguir aprendendo por toda a vida.

Vale salientar que o documento preocupa-se com a transparência dos serviços contábeis, pois terminam por influenciar diversos setores da sociedade.

Dentro desse contexto, Arthur Levitt, Presidente da Comissão de Bolsa de Valores dos Estados Unidos, afirma:

La importancia de que los estados financieros sean transparentes, oportunos y fiables, así como su importancia para la protección de los inversores nunca ha sido más evidente. La actual situación financiera en Asia y en Rusia son claros ejemplos de esta nueva realidad. Estos mercados están aprendiendo una penosa lección que se ha repetido antes muchas veces: los inversores son presa de pánico cuando reciben malas noticias inesperadas y no cuantificables.

No item *Avaliação da Competência Profissional*, o documento destaca que deve existir um procedimento adequado de avaliação da competência profissional, administrado por órgão profissional, que seja requisito aos profissionais que pretendem alcançar o título de bacharel. Defende a completeza de um exame, ao exigir parte das respostas por escrito e outra de forma oral. Afinal, os Contadores

obteriam uma certificação, que demonstraria a sociedade e às empresas que este estaria preparado atuar.

No item *Experiência Prática Requerida para a Acreditação Profissional* são apresentadas justificativas da exigência de um período adequado de experiência prática que permita aos candidatos à Contador demonstrar conhecimentos, aptidões e valores profissionais suficientes para desempenhar suas funções com competência profissional. Aborda, também, que este objetivo de experiência prática pode ser alcançado em um período inferior a três anos.

Com relação ao programa de formação contínua, estabelecido no item *Formação Profissional Contínua*, o documento abrange três aspectos:

- a) mantener y mejorar los conocimientos técnicos y las aptitudes profesionales que poseen [los profesionales];
- b) ayudar a los miembros de la profesión a aplicar las técnicas, comprender la evolución económica y evaluar su impacto sobre los clientes o empleados y sobre su propio trabajo, y hacer frente a las nuevas responsabilidades y expectativas;
- c) ofrecer garantías razonables a la sociedad de que muchos miembros de la profesión poseen los conocimientos técnicos y las aptitudes profesionales requeridas para desempeñar los servicios que se comprometen a ofrecer (UNCTAD, 1999, p. 19).

O modelo sugere que a formação continuada pode ser exigida pelo órgão de classe representativo, em termos práticos seria obrigatoriedade dos Contadores profissionais cumprirem no mínimo com 30 horas anuais, de participação em cursos, seminários, congressos, treinamentos, ou seja, de atividades estruturadas de aprendizagem.

Enfim, chega-se a compreensão, tendo em vista a estrutura do documento (TD5), que objetiva principalmente a busca em promover a harmonização mundial dos requisitos de qualificação profissional, permitindo reduzir as disparidades entre

os sistemas nacionais de educação, que sirva de critério de referência para as qualificações nacionais permitindo a atuação do profissional contábil em todo o contexto de um mundo cada vez mais globalizado.

2.6.4 Modelo do Currículo Global para a Instrução Profissional de Contabilistas Profissionais (TD/B/COM.2/ISAR/6) e (TD/B/COM.2/ISAR/21)

Preliminarmente, neste tópico, será dada ênfase ao TD21, que é a atualização e revisão do TD6. Pois, não faria sentido descrever o TD6, que foi apresentado à comunidade internacional em 1999, em detrimento de sua revisão e atualização apresentadas 04 anos depois, em 2003, no TD21.

O TD21 apresenta um modelo revisado de currículo desenvolvido pelo ISAR, com o intuito de oferecer a comunidade internacional uma descrição das áreas técnicas, com suas competências e habilidades, em que um estudante deve dominar para se transformar um contabilista profissional.

Este currículo vem servir de guia ao índice técnico da instrução do contador profissional, qualificando-os e permitindo-os melhorar a sua função e dando-lhes um maior entendimento da economia global. E, foi criado para os países que desejam iniciar uma harmonização mundial no sistema educacional, dentro das exigências globais. Evidentemente que cada país deve fazer um exame do currículo para desenvolver minuciosamente cada módulo e adaptá-lo às necessidades nacionais.

O TD21 é dividido em 24 módulos, contra os 16 módulos apresentados no TD6. A razão dessa mudança foi ocasionada principalmente por dois aspectos. Primeiro, devido aos escândalos contábeis ocorridos depois de 1999. E em segundo lugar, necessidade de uma reclassificação e atualização de alguns tópicos

abordados nos módulos previstos, com o acréscimo de algumas áreas, antes não abordadas no documento anterior. Como por exemplo, houve a inserção de módulos de caráter optativo, que servirá de base para a escolha do discente ou da IES em que área deseja se especializar.

Todavia, é importante ressaltar que estes módulos não são obrigatórios, cada universidade escolhe a matéria da instrução acadêmica e o papel da experiência, do estudo pessoal e da preparação no processo de aprendizagem individual, que esteja de acordo com as necessidades de cada país.

Com base nas diretrizes apresentadas no PMEC, Riccio e Sakata (2004), sintetizaram tais diretrizes, classificando-os em *Blocos de Conhecimento*, dividindo-os em 04. No entanto, foi acrescentado o módulo *optativo avançado*, decorrente do documento TD21. São eles:

1. Conhecimentos Organizacionais e da Atividade Comercial;
2. Tecnologia da Informação;
3. Conhecimentos de Contabilidade e Assuntos Afins;
4. Conhecimentos Gerais;
5. Conhecimentos de Contabilidade e Assuntos Afins (Nível Optativo Avançado).

Vale lembrar que em cada bloco são descritos os módulos abordados pelo PMEC, seguido de seus conteúdos.

No entanto, segundo os mesmos autores citados anteriormente, foram feitas algumas adaptações referentes aos blocos, no sentido de formar categorias de

conhecimento, para possibilitar a comparação das disciplinas, bem como de sua análise.

Em suma, a classificação dos blocos, de seus respectivos módulos e áreas do conhecimento, ficaram como é demonstrado na Tabela 13, a seguir:

Tabela 13 – Currículo Mundial ISAR/UNCTAD/ONU (Blocos de Conhecimentos)

1. Conhecimentos Organizacionais e da Atividade Comercial	2. Tecnologia da Informação	3. Conhecimentos Básicos de Contabilidade e áreas afins	4. Conhecimentos Gerais
<p>1.1 Economia a) Microeconomia; b) Macroeconomia; c) Economia Nacional; d) Economia Internacional</p> <p>1.2 Métodos Quantitativos e Estatística de Atividades Comerciais: a) Matemática; b) Matemática Financeira; c) Estatística Básica; d) Estatística Aplicada aos Negócios.</p> <p>1.3 Políticas Gerais Administrativas, Estruturas Básicas e Comportamentos Organizacionais: a) Fundamentos de Administração; b) Estruturas Empresariais (governo, indústrias, comércio, etc.) c) Psicologia Organizacional.</p> <p>1.4 Funções e Práticas da Gestão e Administração das Atividades: a) Gestão Estratégica dos Negócios; b) Gestão das Operações e Serviços; c) Gestão de Recursos Humanos; d) Gestão da Produção/Materiais;</p> <p>1.5 Comercialização: a) Fundamentos do Comércio; b) Relações Públicas; c) Fundamentos de Marketing; d) Logística Empresarial.</p> <p>1.6 Operações Comerciais Internacionais a) Operações em Mercados Comuns (NAFTA, UE, MERCOSUL, etc.) b) Gestão Internacional de Recursos Humanos c) Comércio Internacional;</p>	<p>2.1 Tecnologia da Informação: a) Conceitos da Tecnologia de Informação (TI) para sistemas Comerciais; b) Controle Interno dos Sistemas Informatizados de Gestão; c) Gestão, Implementação e uso de TI; d) Gestão da Segurança da Informação; e) Comércio Eletrônico;</p>	<p>3.1 Contabilidade Básica: a) História do Pensamento Contábil; b) Contabilidade Geral; c) Normas da Profissão Contábil; d) Contabilidade Internacional; e) Teoria da Contabilidade; f) Introdução à Análise de Balanços.</p> <p>3.2 Contabilidade Financeira: a) Contabilidade Avançada; b) Contabilidade Comercial; c) Contabilidade Ambiental; d) Normas Nacionais de Contabilidade; e) Normas Internacionais de Contabilidade; f) Preparação de Informes de Vários Tipos de Empresas;</p> <p>3.3 Contabilidade Financeira Avançada: a) Tópicos Contemporâneos; b) Contabilidade Avançada Aplicada (Consolidação).</p> <p>3.4 Contabilidade Gerencial (Básica): a) Contabilidade de Custos; b) Análise de Custos; c) Análise de Balanços Avançados.</p> <p>3.5 Tributação: a) Contabilidade Tributária; b) Atuária; c) Direito Tributário;</p> <p>3.6 Sistema de Informação Contábil: a) Sistemas de Informações Gerenciais; b) Desenvolvimento de Sistema de Informação Contábil; c) Funcionamento dos Programas Informáticos Comerciais;</p> <p>3.7 Legislação Comercial: a) Direito Comercial; b) Legislação Social / Trabalhista; c) Direito Público e Privado; d) Legislação Societária.</p> <p>3.8 Fundamentos de Auditoria: a) Princípios e Conceitos de Auditoria; b) Normas Nacionais/Internacionais de Auditoria; c) Auditoria de Sistemas Informatizados; d) Avaliação e Planejamento de Auditoria.</p> <p>3.9 Finanças e Gestão Financeira: a) Mercado de Capitais e Financeiros; b) Gestão Financeira em Organizações Internacionais.</p> <p>3.10 Integração dos Conhecimentos: a) Jogos de Empresas; b) Estudos de Caso; c) Jogos de Simulação Computadorizados;</p>	<p>4.1 História e Religião 4.2 Comportamento Humano / Psicologia 4.3 Sociologia 4.4 Metodologia de Pesquisa/Científica 4.5 Artes e Literatura 4.6 Ética 4.7 Filosofia 4.8 Comunicação Oral 4.9 Línguas</p>

Fonte: Riccio e Sakata (2004, p. 38) – adaptado.

Com base na classificação apresentada no Tabela 13, onde são apresentadas as disciplinas obrigatórias do modelo, têm-se no *Bloco 01 – Conhecimentos Organizacionais e da Atividade Comercial*, um total de 22 disciplinas-padrão, distribuídos em 06 módulos; No *Bloco 02 – Tecnologia da Informação* apresenta um total de 05 disciplinas-padrão, distribuído em 01 módulo; No *Bloco 03 – Conhecimentos Básicos de Contabilidade e Áreas Afins* evidencia um total de 36 disciplinas-padrão, distribuídos em 10 módulos; E, por fim, no *Bloco 04 – Conhecimentos Gerais* têm-se um total de 09 disciplinas-padrão, distribuídos em 09 módulos.

Em suma, a classificação apresenta um total de 72 disciplinas-padrão, de caráter obrigatório, onde estão distribuídas em 26 módulos.

Na Tabela 14, ainda sobre o *Currículo Mundial*, é apresentado, além do Bloco de Conhecimentos de Contabilidade e Áreas Afins, módulos de Contabilidade e Áreas Afins de *nível optativo avançado*.

Tabela 14 – Nível Optativo Avançado de Contabilidade e Áreas Afins

5. Nível Optativo Avançado de Contabilidade e Áreas Afins

5.1 Preparação de Informes Financeiros e Contábeis de Nível Avançado:

- a) Contabilidade das Instituições Financeiras e Bancária;
- b) Contabilidade Agrícola;
- c) Contabilidade Imobiliária;
- d) Contabilidade Governamental;
- e) Contabilidade de Organizações Não Governamentais;
- f) Contabilidade Industrial.

5.2 Contabilidade Gerencial Avançada:

- a) Custos Avançados;
- b) Gestão de Sistemas de Informações Gerenciais;
- c) Técnicas Quantitativas no Apoio às Decisões.

5.3 Tributação Avançada:

- a) Planejamento Tributário;
- b) Regimes/Tratados Fiscais de Países Estrangeiros.

5.4 Direito Mercantil Avançado:

- a) Direito Internacional Trabalhista e Comercial;

5.5 Auditoria Avançada:

- a) Auditoria Contínua;
- b) Auditoria Ambiental;
- c) Auditoria Pública;
- d) Auditoria em Mercado de Capitais;
- e) *Software* de Auditoria;

5.6 Finanças e Gestão Financeira Avançada:

- a) Gestão de Tesouraria;
- b) Gestão Pública;
- c) Gestão de Riscos;
- d) Gestão de Carteiras.

5.7 Estágio em Contabilidade:

- a) Estágio Supervisionado;
-

Fonte: TD21 – ISAR/UNCTAD/ONU (2003)

Com relação ao *Bloco 05 – Nível Optativo de Contabilidade e Áreas Afins* somam um total de 22 disciplinas-padrão, distribuídos em 07 módulos.

2.7 COMPONENTES DO PROGRAMA MUNDIAL DE ESTUDOS EM CONTABILIDADE – SITUAÇÃO BRASILEIRA

Este tópico é dedicado à análise da situação brasileira, com relação aos componentes do sistema para qualificação de contadores profissionais. Exceto aos componentes relativos à formação em *Conhecimentos Gerais e Profissionais*, pois este serão objetos da comparação curricular proposto pelo trabalho em tela.

Um dos aspectos abordados no PMEC é a obrigatoriedade de uma avaliação de competência profissional, especificamente um exame no final do curso, administrado por órgão profissional ou autoridade reguladora, como forma de garantir que seus membros tenham a competência que a sociedade espera dos egressos; demonstrar sua capacidade para desempenhar de maneira competente sua responsabilidade em aspectos relativos ao bem estar social.

Fica claro que o ISAR ao abordar a adoção desse exame, ressalta a idéia de que é a sociedade que concede o direito do exercício profissional e, portanto, exigem que este egresso esteja apto a assistir de forma competente a sociedade.

No Brasil, o esforço na institucionalização do Exame de Suficiência, ainda está longe de ocorrer. Tendo em vista que apesar do Conselho Federal de Contabilidade adotar, através da Resolução nº. 853/99, o exame para os egressos do curso de Ciências Contábeis no Brasil foi suspenso a sua obrigatoriedade em 2005 para obtenção do registro profissional.

Marion (1986) já observava os impactos no exame de suficiência de âmbito nacional para o exercício da profissão do Contador. Koliver (1999) destaca que:

A realização do exame de suficiência como condição para registro profissional deverá contribuir decisivamente para que os cursos de graduação sofram uma profunda reforma, de forma a se garantir conhecimentos e habilidades em nível suficiente para o início do exercício profissional.

Souza (1999), Franco (2000), Iudícibus (2000), Martins e Lousada (2003) defendem a aplicabilidade do exame para obtenção do registro, como forma de avaliação dos cursos, e que este instrumento possibilitará a melhoria do ensino, da aprendizagem, além de certificar que o recém formado tem amplas condições de atuar no mercado de trabalho.

Fica evidente que ninguém desconhece a importância da obrigatoriedade na adoção do Exame de Suficiência, pois se entende que é um instrumento fundamental para estimular a modernização das instituições de ensino e dos currículos dos cursos de Ciências Contábeis.

Outro aspecto abordado no PMEC é a experiência prática. Segundo este documento a comprovação da experiência requerida oferece ao profissional:

1. Reforçar o conhecimento da organização e o funcionamento da empresa;
2. Poder relacionar o trabalho de Contabilidade com outras funções e atividades da organização;
3. Adquire consciência do ambiente em que serão prestados os serviços;
4. Desenvolve a ética profissional e os valores profissionais em situações práticas da vida cotidiana;
5. Adquire a capacitação especializada em Contabilidade necessária para garantir a competência profissional.

Dessa forma, entende-se que a experiência profissional comprovada traz frutos benéficos para o futuro profissional quando do término do curso.

No Brasil, este aspecto foi abordado na Resolução nº. 10/04, homologada pelo MEC, especificamente no item III, do art. 5º, quando trata dos conteúdos de formação teórico-prática. São eles: estágio curricular supervisionado, atividades complementares, estudos independentes, conteúdos optativos, prática em laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade. A questão que fica é se as instituições estão adotando esses instrumentos para a efetivação da aproximação entre teoria e prática dos alunos nos cursos oferecidos.

Por fim, o PMEC engloba outro componente importante na qualificação profissional, à formação profissional contínua.

O documento defende que os candidatos que ingressam no mercado de trabalho devem ter o compromisso de seguir aprendendo durante toda a vida. Pois

considera que a expectativa gerada é que os Contadores atualizem seus conhecimentos sobre os assuntos cotidianos, incluídos a economia local e mundial, para acompanhar as inovações financeiras e tecnológicas que constituem importantes fatores de globalização econômica.

Outro ponto de destaque no documento, acerca da educação continuada, é que estes devem ser exigidos pelos órgãos profissionais de Contabilidade, que estarão incumbidos de estabelecer normas sobre o alcance da formação contínua através da participação de atividades estruturadas de aprendizagem (congressos, seminários, palestras, dentre outras atividades); como também normas de fiscalização dessas atividades, bem como estabelecer medidas disciplinadoras pelo não cumprimento das normas editadas.

Ao remeter estes aspectos, descritos no parágrafo anterior, ao caso brasileiro, pode-se observar que a obrigatoriedade de comprovação na participação de atividades estruturadas de aprendizagem atinge apenas os Auditores Independentes.

Em 2002, o CFC através da aprovação da Resolução nº. 945, denominado PEC (Programa de Educação Continuada) foram estabelecidos normas para educação profissional continuada para auditores, considerando principalmente que “a constante evolução e a crescente importância da auditoria independente exigem atualização e aprimoramento técnico e ético, para manter-se e ampliar-se a capacitação para feitura de trabalhos de alto nível qualitativo”. A avaliação de desempenho, prevista nesta Resolução, está ancorada em uma pontuação mínima anual exigida pelo CFC, que o auditor precisa cumprir. Essa pontuação, desde abril de 2005, são 32 horas anuais, no mínimo.

Um dos defensores do PEC, o Dr. Jorge Katsumi Niyama, em reportagem apresentada na Revista Brasileira de Contabilidade (2002), ressalta que a ampliação desta norma para todos os outros profissionais da área contábil, seria impossível a adoção do PEC de uma única vez, até porque, ele lembra que no Brasil há pouco mais de 300 mil profissionais de Contabilidade e que ainda não há infra-estrutura compatível com esse número.

Acredita-se que a Resolução nº. 945 editada pelo CFC foi fruto das exigências estabelecidas pela CVM, para os auditores cadastrados nesta comissão, especificamente abordada em sua Instrução 308/99, onde estabeleceu a obrigatoriedade da educação continuada, como exigência na atuação dos auditores independentes.

Em 23 de abril de 2004 foi editada a Resolução, citada anteriormente, através da Resolução nº. 995, onde foi dada nova redação em alguns aspectos. Tais modificações não foram profundas ao ponto de modificar a Resolução anterior.

Por fim, cabe destacar que o PMEC estabelece que a duração dos estudos necessários para obter a titulação poderá variar de 03 a 05 anos, no máximo. Por outro lado, ao verificar o Parecer CNE/CES nº. 329, aprovada em 11 de novembro de 2004, que tratou a questão da duração do curso de Ciências Contábeis em instituições brasileiras, fixaram uma carga horária mínima de 3.000 horas em 04 anos.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

3.1 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A investigação em tela foi abordada sobre a perspectiva do método indutivo. Que se caracteriza como um procedimento de raciocínio, que parte da análise de dados particulares para formulações de noções gerais, acerca de determinado fenômeno (FACHIN, 2002; DA SILVA, 2003; PRESTES, 2003).

Com base na concepção de Lakatos e Marconi (2001, p. 107-108), Lopes et al (2006), sobre as técnicas de pesquisa, destacam que há duas. A técnica direta, respaldada basicamente na utilização de entrevista e questionário; e, a técnica indireta de coleta de dados, onde está refletida basicamente em pesquisa documental e bibliográfica.

Dessa forma, para a presente investigação optou-se pela utilização das duas técnicas, tanto a direta quanto a indireta para a coleta de dados.

A primeira foi procedida quando da aplicação de questionários estruturados, com perguntas diretas, aos professores, para identificar suas percepções quanto à formação do Contador, se diferem significativamente ou não, entre os cursos das três capitais.

O questionário está dividido em três partes.

- a) *Dados Gerais do Professor*, onde se procurou descrever as principais características dos professores pesquisados;
- b) *Percepções dos Professores Quanto a Formação do Contador*, onde foram indagados aspectos concernentes ao currículo, sobretudo o seu conteúdo, relativos ao *Programa Mundial de Estudos em Contabilidade*;

c) *Percepção dos Professores Quanto ao Exame de Suficiência, Aspectos Curriculares, Educação Continuada e Tempo de Curso*, onde foram apresentadas questões relativas à flexibilidade e remodelagem curricular, e sua discussão nos pleitos departamentais, assim como, aspectos da educação continuada, e tempo de curso.

Vale salientar que a essência do questionário pauta-se no PMEC proposta pelo ISAR/UNCTAD/ONU e no questionário utilizado na pesquisa do Dr. Onei Tadeu Dutra (2005), que propôs em sua tese, uma proposta de matriz curricular para o curso de Contabilidade na Grande Florianópolis – Santa Catarina.

As questões apresentadas aos professores que compõem o corpo docente das IFES selecionadas, tiveram respostas objetivas e respostas de grau de percepção. Para este foi utilizada uma escala *likert*, onde as respostas variavam de zero (discordo totalmente) a quatro (concordo totalmente). A escala *Likert*, proposta por Rensis Likert em 1932, é uma escala onde os respondentes são solicitados não só a concordarem ou discordarem das afirmações, mas também a informarem qual o seu grau de concordância/discordância. A cada célula de resposta é atribuído um número que reflete a direção da atitude do respondente em relação a cada afirmação. (MATTAR, 1997).

Enquanto que na pesquisa indireta foi caracterizada pelo levantamento bibliográfico acerca da educação contábil, além de levantamento documental, quando da descrição e análise dos documentos emitidos pelo ISAR (TD/5, TD/6 e o TD/21); das legislações e normas atinentes à formação do Contador; como também, das grades curriculares adotadas pelas IFES selecionadas. Tais programas

curriculares foram coletados nos respectivos sítios, com o apoio de informações por *e-mail* e telefone coletadas durante a pesquisa.

Contudo, foram submetidos levantamentos de dados relativos à harmonização de normas e seu impacto, quadro atual da profissão contábil, exigências globais e empresariais, contextualização brasileira referentes aos componentes do PMEC, concepção do currículo como instrumento idealizador e sistemático do conhecimento, com o intuito de trazer subsídios no desenvolvimento das análises críticas. Todos extraídos de artigos científicos, dissertações, teses, periódicos e de sítios que versam sobre o campo de estudo pesquisado.

Quanto à tipologia da pesquisa foi utilizada a estrutura defendida pela Professora Dra. Ilse Maria Beuren et al (2003, p. 79-93), pois se entendeu que tal abordagem é mais voltada para a metodologia de pesquisa aplicada em Contabilidade. Esta estrutura está agrupada em três categorias:

- a) *Pesquisa quanto aos objetivos*, dividindo-se em exploratória, descritiva e explicativa;
- b) *Pesquisa quanto aos procedimentos*, dividindo-se em estudo de caso, levantamento, pesquisa experimental, documental, bibliográfica e participante;
- c) *Pesquisa quanto à abordagem do problema*, dividindo-se em qualitativa e quantitativa.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa se enquadra como exploratório-descritiva. Exploratório, pois, de acordo com Beuren (2003), “buscará conhecer com

maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa”.

E, descritiva, ao considerar que o principal objetivo desse tipo de pesquisa, é descrever características de determinada população, ou fenômeno ou o estabelecimento de relação entre as variáveis. Pois, de acordo com a mesma autora, “preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem a interferência do pesquisador”.

Enfim, concernente à comparação das grades curriculares, a pesquisa teve um cunho exploratório-descritivo, sem expor críticas ou aprofundamentos quanto às variáveis que explicam a qualidade do ensino das IFES, mas sim, no tocante a identificar tópicos (disciplinas), diferentes ou não, nas grades curriculares das três instituições à luz do PMEC. Com isso, permitiram ser estabelecidas análises comparativas entre as IFES, sobre fatores comuns, diferenciadores e de globalização.

Quanto aos procedimentos foi adotada a pesquisa documental-bibliográfica, mencionada e detalhada anteriormente.

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa se enquadra como qualitativa, pois como teoriza Beuren et al (2003); Oliveira e Moreira (2000); Lopes et al (2006), este tipo de pesquisa é entendido como um processo que se preocupa não apenas com a mensuração do resultado, mas como entendê-lo numa perspectiva situacional do ambiente. E, quantitativa, tendo em vista que foram utilizados métodos estatísticos descritivos para elaboração, tratamento e apresentação dos dados.

3.2 COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

A amostra selecionada compreende os cursos de Contabilidade das Universidades Federais da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, e os professores vinculados aos cursos de bacharelado em Contabilidade, das mesmas. Assim como, as grades curriculares vigentes. Na definição da amostra das IFES estudadas levou-se em consideração que estas ofertam o curso de mestrado acadêmico, fazendo parte do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. E os professores, por entender que estes assumem a responsabilidade de operacionalizar os programas curriculares e, que o mesmo tenha conhecimento sobre os desafios que se afrontam à ciência na qual leciona e, em especial, das expectativas da formação de seus alunos.

Segundo levantamento realizado *in loco*, entre os meses de novembro e dezembro de 2006, e com pesquisa nos sítios das respectivas instituições foi identificado à quantidade de professores vinculados aos corpos docentes de cada uma, bem como dos programas curriculares adotados.

3.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para comparar as percepções dos professores, foi aplicado técnicas da estatística descritiva, como a utilização de tabelas estatísticas, de gráficos em barra, gráficos de dispersão, médias aritméticas simples. As indagações apresentadas aos questionados foram comparadas entre as três instituições, e contemplava questões sobre a formação do Contador, seu perfil; e, posteriormente, analisados na perspectiva brasileira e do PMEC.

Esclarecendo mais detalhadamente, a análise curricular embasou-se nos programas contábeis oferecidos pelas Universidades Federais da Paraíba,

Pernambuco e Rio Grande do Norte, seguido de uma comparação com o PMECC, através da classificação das disciplinas oferecidas pelas IFES em concordância com os módulos estabelecidos nos *Blocos de Conhecimento* definidos pelo ISAR/UNCTAD/ONU. Cabe ressaltar que os módulos do modelo do ISAR foram categorizados em áreas de conhecimentos (denominadas de disciplinas-padrão), para permitir a comparação das disciplinas das IFES com tais áreas.

Esta metodologia de *categorização em áreas do conhecimento* foi adotada na pesquisa de Riccio e Sakata (2004), onde os autores realizaram uma comparação de universidades brasileiras de Contabilidade com universidades de Portugal, concernente ao PMECC. Este procedimento foi estabelecido no intuito de permitir comparações entre as disciplinas, que dessa forma, propiciou examinar as evidências referentes a fatores comuns, diferenciadores e de globalização. Foi atribuído 01 (um) para as disciplinas que foram contempladas no *Programa Mundial*, e 0 (zero) para as disciplinas que não estão contempladas neste Programa.

Vale salientar que as ementas, das grades curriculares das IFES estudadas e dos módulos propostos no PMECC, serviram de apoio para a comparação, na aderência ou não das disciplinas dos cursos brasileiros. Este procedimento de comparação, segundo Martins (1994), é um procedimento de caráter controlado onde são analisadas coisas análogas, com fim de descobrir similitudes ou diferenças através da comparação.

Os resultados oriundos da aplicação do questionário foram tabulados e apresentados com a utilização do *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 13.0, e comparados e acompanhados de análise-crítica, com base nos referenciais levantados. Enquanto que a tabulação e apresentação dos

resultados da comparação das grades curriculares dos cursos com o modelo do ISAR, utilizou-se o *Software Microsoft Excel*.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados e analisados os resultados da pesquisa, que está dividida em duas partes. A primeira parte está destinada à apresentação, comparação e análise curricular das grades adotadas pelas IFES estudadas com o modelo do ISAR; e, a segunda parte está voltada para apresentação e análise dos questionários aplicados aos docentes destas IFES, sobre a formação do Contador.

4.1 DESCRIÇÃO DAS GRADES CURRICULARES DAS IFES ESTUDADAS

4.1.1 Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus João Pessoa

O curso de bacharelado em Ciências Contábeis foi criado através da Resolução nº. 30, da congregação da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba, em 30 de outubro de 1953. No entanto, só recebeu a autorização de funcionamento através do Decreto Presidencial nº. 38.733, de 30 de janeiro de 1956.

Posteriormente, em 11 de agosto de 1960, o curso passou a ser reconhecido perante o MEC. Esse reconhecimento foi oficializado através do Decreto Presidencial nº. 48.754.

Atualmente, o perfil curricular adotado pelo curso foi fruto da Resolução nº. 09 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), órgão deliberativo superior da universidade em matéria de natureza acadêmica. Tal perfil foi deliberado e aprovado em 19 de abril de 1994. E, está em consonância à Resolução nº. 3 de 1992, emitida pelo Conselho Federal de Educação, que dispõem sobre os currículos mínimos.

De acordo com a Resolução nº. 09 do CONSEPE, o curso tem duração mínima de 2.850 (duas mil, oitocentas e cinqüenta) horas/aula, oferecidos em dois turnos, a saber: diurno (04 anos) e noturno (05 anos). Onde 2.580 horas/aula estão destinadas às disciplinas obrigatórias e 240 horas/aula das disciplinas eletivas, mais 30 horas/aula de Educação Física.

A estrutura curricular adotada soma 52 disciplinas, divididas em obrigatórias e eletivas. Quanto às disciplinas obrigatórias são de número 38, voltadas aos Conhecimentos de Formação Geral e Específica que estão dispostas em 03 categorias. Na primeira categoria são apresentadas disciplinas de Conhecimentos de Formação Geral, Humanística e Sociais, como segue:

Tabela 15 – Categoria 01: Conhecimentos de Formação Geral, Humanísticas e Sociais - UFPB

Disciplinas
Português instrumental
Instituições de Direito Público e Privado
Introdução à Sociologia
Ética Geral e Profissional
Métodos e Técnicas de Pesquisa

Fonte: Resolução nº. 03/94 (CONSEPE)

A segunda categoria está dividida em 02 grupos. O primeiro grupo com disciplinas relativas aos Conhecimentos de Formação Profissional Básica e o segundo grupo com disciplinas ligadas aos Conhecimentos Profissionais de Formação Específica. A Tabela 16 apresenta o primeiro grupo e abrange as seguintes disciplinas:

Tabela 16 – Categoria 02: Conhecimentos de Formação Profissional (Formação Básica) - UFPB

Disciplinas
Processo Administrativo
Economia I
Economia II
Direito Tributário
Legislação Fiscal Aplicada
Legislação Social
Instituições de Direito Comercial
Matemática Básica I
Matemática Financeira
Estatística I

Fonte: Resolução nº. 03/94 (CONSEPE)

O segundo grupo, da segunda categoria, abrange disciplinas de Conhecimentos de Formação Profissional Específica, como é descrito na Tabela 17.

Tabela 17 – Categoria 02: Conhecimentos de Formação Profissional (Formação Específica) - UFPB

Disciplinas
Teoria da Contabilidade
Contabilidade Básica
Contabilidade Intermediária
Contabilidade Avançada
Contabilidade Comercial
Contabilidade Industrial
Contabilidade das Instituições Financeiras
Contabilidade Pública
Contabilidade de Custos
Análise de Custos
Auditoria Contábil

Auditoria Fiscal
Perícia Contábil
Administração Financeira
Orçamento Empresarial
Análise das demonstrações Contábeis
Sistemas de Informações Contábeis
Contabilidade Gerencial
Mercado Financeiro e de Capitais

Fonte: Resolução nº. 03/94 (CONSEPE)

A Tabela 18 apresenta a terceira categoria, que engloba Conhecimentos ou Atividades de Formação Complementar, como segue:

Tabela 18 – Categoria 03: Conhecimentos ou Atividade de Formação Complementar - UFPB

Disciplinas
Princípios de Computação
Laboratório Contábil I
Laboratório Contábil II
Educação Física

Fonte: Resolução nº. 03/94 (CONSEPE)

De acordo com a Tabela 19, a estrutura curricular adotada, quanto às disciplinas eletivas, é composta por 14 disciplinas de diversas áreas:

Tabela 19 – Disciplinas Eletivas - UFPB

Disciplinas
Introdução à Psicologia
Sociologia do Desenvolvimento
Introdução à Filosofia
Administração Mercadológica

Introdução à Organização e Métodos
Matemática Básica II
Estatística II
Contabilidade de Assuntos Fiscais
Contabilidade Rural
Contabilidade e Custos Hospitalar
Contabilidade de Hotelarias e Restaurantes
Contabilidade Governamental
Auditoria Pública
Auditoria de Mercado de Capitais

Fonte: Resolução nº. 03/94 (CONSEPE)

4.1.2 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Campus Recife

O curso de bacharelado em Ciências Contábeis foi criado e autorizado pelo Conselho Universitário da instituição, em sua 3ª. Sessão, no dia 01 de fevereiro de 1951. No entanto, o seu reconhecimento veio através do diploma legal, pela Lei Federal nº. 1.254, de 04 de dezembro de 1950.

Atualmente, o perfil curricular adotado pelo curso foi fruto de Resolução Interna, em vigor desde o primeiro semestre de 1994, e é denominado de *Perfil 305*.

O curso tem duração mínima de 2.880 (duas mil, oitocentas e oitenta) horas/aula, oferecidos em dois turnos: vespertino e noturno, com duração mínima de 04 anos. Onde 2.820 horas/aula destinadas às disciplinas obrigatórias, de formação geral e específica, e 60 horas/aula de disciplinas eletivas.

A estrutura curricular adotada soma 53 disciplinas. Sendo que as de caráter geral e específico (disciplinas obrigatórias), somam 43 disciplinas. A grade está

dividida em duas categorias, uma de formação geral e uma de formação específica, sem contar com a categoria das disciplinas optativas. A Tabela 20 mostra a composição da primeira categoria:

Tabela 20 – Categoria 01: Conhecimentos de Formação Geral - UFPE

Disciplinas
Fundamentos de Sociologia
Português Instrumental
Economia I
Matemática I
Introdução às Ciências Contábeis

Fonte: Perfil 305 (UFPE)

A segunda categoria dispõe de disciplinas ligadas aos Conhecimentos de Formação Específica, e se apresenta de acordo com a tabela em seguida:

Tabela 21 – Categoria 02: Conhecimentos de Formação Específica - UFPE

Disciplinas
Economia II
Matemática II
Normas da Profissão Contábil
Direito Público e Privado
Contabilidade Industrial
Introdução à Administração
Estatística 10
Legislação Social
Matemática Financeira II
Direito Comercial 9A
Direito Tributário I
Economia Brasileira

Marketing
Contabilidade Introdutória II
Orçamento e Finanças Públicas
Contabilidade Intermediária II
Contabilidade Tributária I
Custos I
Computação Aplicada à Contabilidade
Mecanismos das Instituições Financeiras
Contabilidade Avançada I
Contabilidade do Setor Público I
Custos II
Análise de Balanços I
Análise de Balanços II
Contabilidade Avançada II
Contabilidade do Setor Público II
Auditoria I
Controladoria I
Análise de Sistemas Contábeis
Técnicas de Projeções Contábeis
Auditoria II
Controladoria II
Metodologia Científica Aplicada à Contabilidade
Perícia Contábil
Contabilidade Tributária II
Teoria da Contabilidade
Monografia

Fonte: Perfil 305 (UFPE)

Quanto às disciplinas eletivas o currículo abrange um total de 10, da área contábil e de diversas outras áreas. A saber:

Tabela 22 – Disciplinas Eletivas - UFPE

Disciplinas
Instituições de Previdência Pública e Privada
Contabilidade Bancária
Contabilidade Imobiliária I
Contabilidade Agropastoril
Método de Pesquisa Aplicada I
Relações Públicas IV
Administração de Material
Administração de Pessoal
Análise de Custos
Filosofia e Psicologia

Fonte: Perfil 305 (UFPE)

4.1.3 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Campus Natal

O curso de Ciências Contábeis oferecido pela UFRN surgiu inicialmente na Escola do Comércio de Natal. Que posteriormente transformou-se em Escola Técnica de Comércio, autorizada a formar técnicos. Esta mudança veio através da medida aprovada pelo Decreto-Lei nº. 6.141, de 28 de dezembro de 1943.

Quase 22 anos após tal transformação foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Esta foi agregada a UFRN em 27 de setembro de 1965. Porém, só foi autorizada pela Lei nº. 5.702, de 14 de setembro de 1971.

Atualmente o curso está vinculando-se ao CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, através do DECON – Departamento de Ciências Contábeis, cuja autorização se deu através da Resolução Interna nº. 127/80, deliberada e aprovada pelo Conselho Universitário desta instituição.

O perfil curricular atual da UFRN é de 1994, segundo informações colhidas no sítio oficial.

O curso em tela é oferecido nos turnos matutino e noturno, com duração média de 05 anos. Com 44 disciplinas obrigatórias (2.640 horas/aula), de formação geral e específica, e 17 disciplinas eletivas (1.020 horas/aula), de diversas áreas, perfazendo um total de 61 disciplinas. Vale ressaltar que o limite que o discente poderá cursar de disciplinas eletivas é de 240 horas/aula ou até 04 disciplinas.

O currículo está dividido em duas partes. A primeira engloba disciplinas voltadas aos Conhecimentos de Formação Geral e Específicas, e a segunda dispõe sobre as disciplinas eletivas. A Tabela 23 apresenta as disciplinas de caráter formativo geral e específico:

Tabela 23 – Conhecimentos de Formação Geral e Específica - UFRN

Disciplinas
Língua Portuguesa I
Língua Portuguesa II
Instituições de Direito Público e Privado
Sociologia I
Ética Geral e Profissional
Psicologia
Metodologia da Ciência
Ciência Política
Introdução a Administração
Introdução a Análise Econômica I
Introdução a Análise Econômica II
Direito e Legislação Social
Legislação Tributária
Elementos de Direito Comercial
Introdução ao Cálculo I

Introdução ao Cálculo II
Introdução ao Cálculo III
Matemática Financeira I
Matemática Financeira II
Elementos de Estatística
Estatística Aplicada I
Contabilidade Básica I
Contabilidade Básica II
Contabilidade Intermediária I
Contabilidade Intermediária II
Contabilidade Avançada
Teoria da Contabilidade I
Teoria da Contabilidade II
Análise das Demonstrações contábeis I
Análise das Demonstrações contábeis II
Auditoria I
Auditoria II
Perícia Contábil
Administração Financeira
Orçamento Empresarial
Contabilidade Pública I
Contabilidade Pública II
Contabilidade de Custos I
Contabilidade de Custos II
Análise de Custos
Contabilidade Gerencial
Introdução ao Microcomputador
Aplicativos em Micro
Estágio Supervisionado em Contabilidade

Fonte: <<http://sol.ccsa.ufrn.br/ccsa/areas/cont/contabeis>>

Concernente às disciplinas de caráter eletivo, o curso apresenta a sua estrutura da seguinte forma:

Tabela 24 – Disciplinas Eletivas - UFRN

Disciplinas
Seminário de Contabilidade I
Seminário de Contabilidade II
Contabilidade das Empresas Rurais
Contabilidade das Instituições de Crédito e Financiamento
Contabilidade Hoteleira
Contabilidade da Construção Civil e Imobiliária
Contabilidade Hospitalar
Planejamento Contábil Tributário
Orçamento Público
Sistema de Informações Contábeis
Organização e Métodos
Relações Públicas e Humanas
Administração de Pessoal
Administração da Produção
Moedas e Bancos
Finanças Públicas
Análise Microeconômica

Fonte: <<http://sol.ccsa.ufrn.br/ccsa/areas/cont/contabeis>>

4.1.4 Comparação e Análise: UFPB/UFPE/UFRN *versus* ISAR/UNCTAD/ONU

O total de disciplinas que compõem o programa curricular das IFES investigadas foi de 166 disciplinas, com uma média de 55 disciplinas por curso. No entanto, não se devem considerar esses valores isoladamente, tendo em vista que a simples nomenclatura da disciplina não evidencia todo o seu conteúdo. Mesmo assim, tratando-se de uma pesquisa exploratória, as resultantes das comparações

curriculares podem oferecer indícios sobre a formação Contábil entre essas instituições federais, comparadas à classificação nos Blocos de Conhecimento do ISAR.

Os próximos parágrafos serão destinados à apresentação dos resultados, oriunda da classificação das disciplinas ofertadas pelas IFES investigadas, em razão dos Blocos de Conhecimentos proposto pelo ISAR.

As disciplinas de Contabilidade (*Bloco 03* e *Bloco 05*) oferecidas pelo curso da UFPB (Campus João Pessoa) ocupam quase 60% do curso, correspondendo a 31 disciplinas (24 do *Bloco 03* e 07 do *Bloco 05*) dentre as 52 ofertadas. O segundo Bloco mais oferecido é o de Conhecimentos Organizacionais, com 12 disciplinas que englobam as áreas: econômica, quantitativa e administrativa, perfazendo um total de 23% do curso. Em terceiro, encontra-se o Bloco de Conhecimentos Gerais, com 07 disciplinas ofertadas, correspondendo a 13,5%. Com relação às disciplinas de Tecnologia da Informação (*Bloco 02*), foi identificada apenas 01 disciplina.

As disciplinas de Contabilidade (*Bloco 03* e *Bloco 05*) oferecidas pelo curso da UFPE (Campus Recife) totalizam 33, correspondendo a 62,3% das 53 disciplinas ofertadas. Em segundo lugar tem-se o Bloco de Conhecimentos Organizacionais, com 12 disciplinas oferecidas. Em seguida, o Bloco de Conhecimentos Gerais, em menor quantidade, apresenta-se com 05 disciplinas oferecidas, correspondendo a quase 9,5% do curso. Por fim, concernente ao Bloco de Tecnologia da Informação, foi identificada 02 disciplinas.

As disciplinas de Contabilidade (*Bloco 03* e *Bloco 05*) oferecidas pelo curso da UFRN (Campus Natal) totalizaram 34 disciplinas, correspondendo a quase 56% do total de disciplinas ofertadas (61 disciplinas) pelo curso. Em segundo lugar ficou o

Bloco de Conhecimentos Organizacionais, com pouco mais de 29% do curso, representados por 18 disciplinas. O Bloco de Conhecimentos Gerais totalizou 07 disciplinas, ou seja, 11,5% do curso. E, por fim, referente ao bloco de Tecnologia da Informação, foi identificado 02 disciplinas.

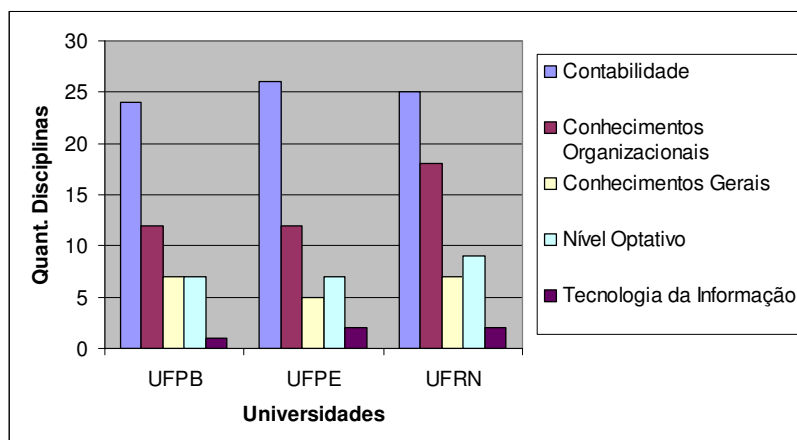
Após a classificação curricular das IFES de acordo com os blocos de conhecimento (ISAR) realizada anteriormente, fica claro que não há muitas diferenças quanto o oferecimento de disciplinas voltadas à Contabilidade e Áreas Afins, variando entre 31 disciplinas (UFPB) e 34 disciplinas (UFRN). Nesses totais, convém salientar que estão inclusas as disciplinas voltadas à Contabilidade, tanto do *Bloco 03* como do *Bloco 05* (Nível Optativo Avançado).

Referente ao Bloco de Conhecimentos Organizacionais os cursos da UFPB e a UFPE oferecem o mesmo número de disciplinas (12 por curso), diferentemente da UFRN, que revela ênfase nas disciplinas oferecidas neste Bloco (18 disciplinas).

As disciplinas de TI, em geral, são pouco oferecidas. Uma vez que variou entre 01 e 02 disciplinas oferecidas. Um fator comum identificado entre essas disciplinas, subsidiado pelas ementas, é que em todos os casos o enfoque é basicamente para noções de informática, não abrangendo Sistemas Empresariais, Sistemas Contábeis, Integrados, Auditoria de Sistemas, Comércio Eletrônico, nem tão pouco para o uso, implementação e gestão de TI. À exceção da disciplina *Análise de Sistemas Contábeis*, oferecido pela UFPE, que contém na ementa tópico voltado à utilização de Sistemas Contábeis Empresariais.

Com relação às disciplinas de Conhecimentos Gerais, não houve grandes variações, uma vez que a oferta de disciplinas ficou entre 05 (UFPB e UFRN) e 07 (UFPE).

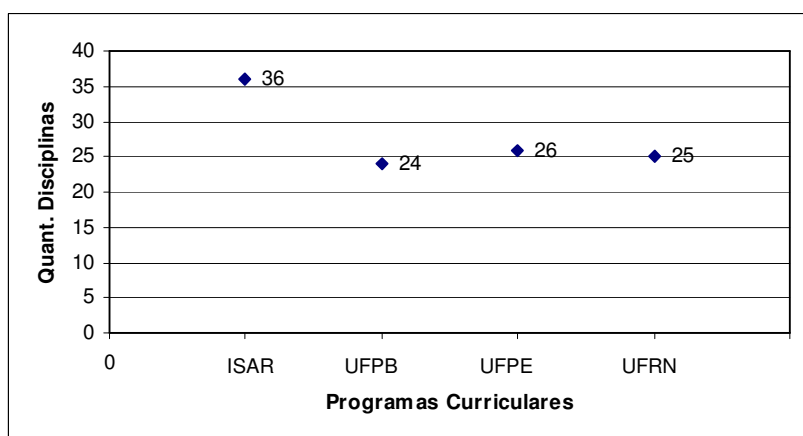
O Gráfico 01 apresenta o resumo da distribuição das disciplinas, ofertadas pelas IFES, de acordo com os Blocos de Conhecimentos do ISAR:



Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 01 – Distribuição das Disciplinas por Bloco de Conhecimento

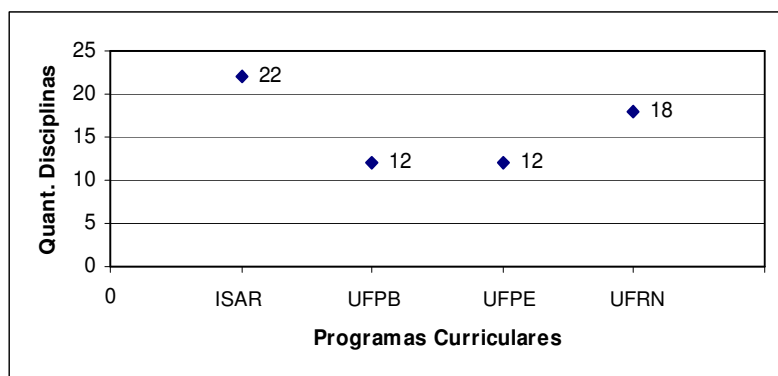
Abrindo a comparação por Blocos de Conhecimentos, o Gráfico 02 mostra as disciplinas de Contabilidade (apenas do *Bloco 03*), e evidencia que não houve grandes variações, quanto às disciplinas ofertadas entre as IFES. Muito embora, a UFPE esteja mais próximo do modelo do ISAR.



Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 02 – Comparação IFES versus ISAR (Bloco de Contabilidade)

Quanto ao Bloco de Conhecimentos Organizacionais, A UFRN é a que se encontra mais próxima do modelo sugerido pelo ISAR. E a UFPB juntamente com a UFPE possuem o mesmo número de disciplinas voltadas a este Bloco. Como mostra o Gráfico 03.

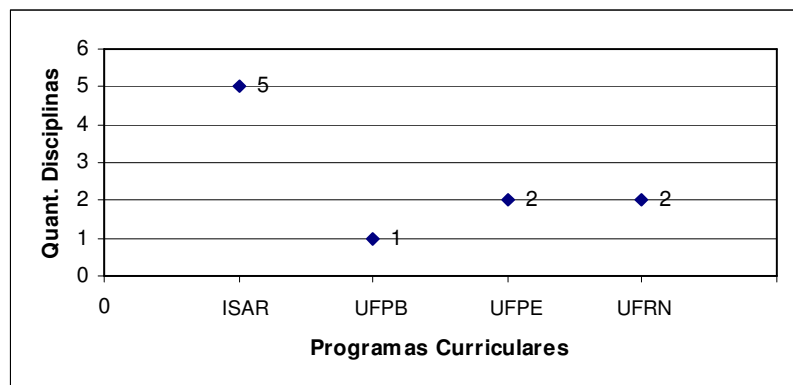


Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 03 – Comparação IFES versus ISAR (Bloco de Conhecimentos Organizacionais)

Quanto ao Bloco de TI, como já foi mencionado anteriormente, são oferecidas 01 ou 02 disciplinas, que contemplam em suas ementas apenas noções de informática e utilização de alguns aplicativos, e que não abrangem Sistemas Empresariais, Contábeis, Integrados de Gestão e do uso, implementação e gestão de TI, nem tão pouco voltados ao Comércio Eletrônico. À exceção da UFPE, que traz em sua ementa conceitos básicos de sistemas contábeis, bem como de sua utilização.

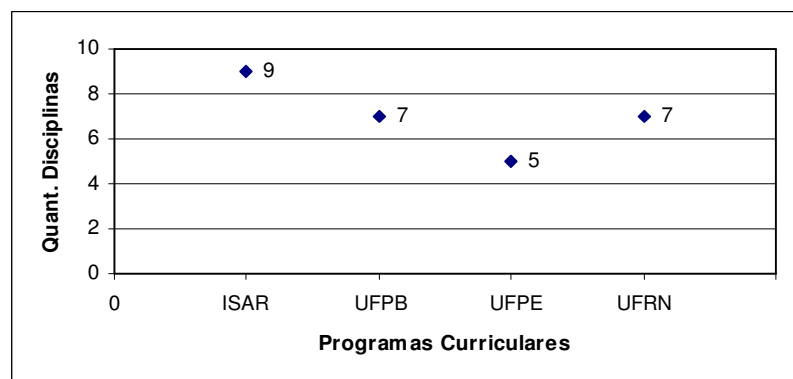
O Gráfico 04 apresenta a distribuição das disciplinas de TI, por programa curricular.



Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 04 – Comparação IFES *versus* ISAR (Bloco de TI)

Com relação ao Bloco de Conhecimentos Gerais, as disciplinas ofertadas pelas IFES não divergem muito quando comparados ao modelo do ISAR. Mesmo assim, a UFRN e a UFPB são as que se aproximam mais do modelo. Como pode ser visualizado no Gráfico 05.

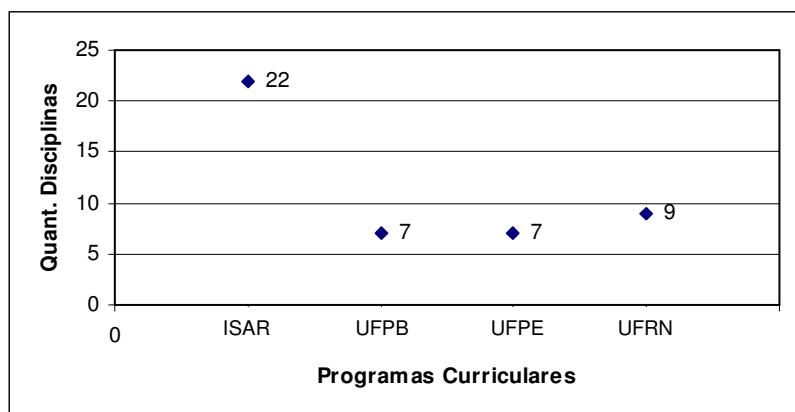


Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 05 – Comparação IFES *versus* ISAR (Bloco de Conhecimentos Gerais)

O Bloco de Conhecimentos de Nível Optativo Avançado abrange, em sua grande maioria, módulos da área contábil e, em menor parcela, áreas correlatas, como Direito Comercial e Trabalhista Internacional. E, através da pesquisa realizada, verificou-se que as disciplinas oferecidas pelos cursos das IFES, em função desse Bloco, são voltadas especificamente à Contabilidade.

O Gráfico 06 apresenta a comparação dos programas curriculares das IFES e do ISAR, evidenciando o distanciamento das três instituições estudadas, quanto às disciplinas optativas avançadas do modelo mundial.



Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 06 – Comparação IFES versus ISAR (Bloco de Nível Optativo Avançado)

Considerando os gráficos apresentados, verifica-se que das disciplinas ofertadas pelas IFES não há grandes variações entre elas. Como também, constatou-se que o modelo do ISAR abrange todas as disciplinas que são ofertadas pelas IFES, demonstrando certo grau de aderência dos currículos ao PMEC, à exceção da disciplina Educação Física, integrante do programa da UFPB, e da disciplina Monografia, integrante do programa da UFPE, que não se enquadrou em nenhum módulo do Currículo Mundial.

As principais diferenças encontradas na comparação foram no Bloco de Conhecimentos Optativos Avançados de Contabilidade e Áreas Afins, ou seja, onde houve um maior distanciamento das disciplinas dos cursos das IFES comparadas ao modelo. Este fato pode ser explicado, uma vez que o modelo mundial apresenta 22 disciplinas-padrão e, como o próprio documento do ISAR salienta, o caráter desse

Bloco é opcional, de aprofundamento ou especialização em algumas áreas, à escolha do enfoque do curso ou à escolha dos discentes.

Quanto aos indícios de globalização nos currículos brasileiros, objetos do estudo em tela, segundo os diversos autores citados na seção 2.6.2 (sobre as *exigências globais e empresariais*), que defendem a internacionalização da educação universitária, especificamente a Contábil, não foram identificados nenhum conteúdo (disciplina) voltado ao estudo de línguas estrangeiras nem focadas em temas internacionais.

Cabe destacar as principais áreas voltadas a temas internacionais que não foram consideradas nos currículos das IFES estudadas: Economia Internacional, Comércio Internacional, Operações em Mercados Comuns (MERCOSUL, EU, NAFTA, etc.), Logística Empresarial (ênfase em negócios internacionais), Gestão Internacional de Recursos Humanos, Marketing Internacional, Regimes/Tratados Fiscais Internacionais, Contabilidade Internacional, Normas Internacionais de Contabilidade e Auditoria, Gestão Financeira em Negócios Internacionais, e estudo de Línguas Estrangeiras.

Outros fatores diferenciadores dos programas curriculares das IFES em relação ao modelo do ISAR valem destacar, ou seja, alguns dos tópicos que não foram contemplados pelas grades dos cursos das IFES são: Estatística Aplicada aos Negócios (a maioria dos cursos oferecem estatística voltadas para noções básicas), Psicologia Organizacional, Contabilidade Social e Ambiental, Contabilidade de Organizações não Governamentais, Auditoria Ambiental e Pública, Gestão de Riscos, Carteiras e Tesouraria.

4.2 ANÁLISE DO RESULTADO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS DOCENTES

Nesta seção serão apresentados e analisados os resultados dos questionários aplicados aos professores que compõem as IFES estudadas.

4.2.1 Perfil dos Respondentes

Segundo os dados disponibilizados nos sítios oficiais dos cursos em tela, verificou-se que o corpo docente da UFPB é formado por 29 professores; a UFPE são 30 professores e a UFRN são 19 professores. Dos quais, houve 14 respondentes na UFPB (48,3%); 16 respondentes na UFPE (53,3%) e 14 respondentes na UFRN (73,7%). Perfazendo um total de 44 professores pesquisados (56,4%) de um universo de 78 professores.

O perfil dos respondentes, quanto à idade, por instituição ficou dividida da seguinte forma:

Tabela 25 – Perfil dos Respondentes Quanto a Idade por Instituição

		Instituição			Total
		UFPE	UFRN	UFPB	
Idade	19 a 25 anos	0	2	0	2
	26 a 35 anos	2	4	4	10
	36 a 45 anos	5	5	4	14
	46 a 55 anos	5	2	4	11
	mais de 56 anos	4	1	2	7
Total		16	14	14	44

Fonte: Pesquisa Direta.

Segundo os dados dos respondentes, na UFPE, pode-se constatar que a predominância é de professores acima dos 30 anos, no total de 13 professores. Na

UFRN distribui-se de maneira a ter um perfil docente de 26 aos 45 anos, com um total de 09 professores. E, na UFPB, teve uma amplitude maior, com concentração de professores com idade variando entre 26 e 55 anos, somou um total de 12 professores.

Tabela 26 – Perfil dos Respondentes Quanto a Formação e Qualificação por Instituição

Instituição	Formação	Especilização	Nível de Qualificação			Total	
			Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado		
UFPE	Formação	Ciências Contábeis	1	7	5	0	13
		Economia	0	0	1	0	1
		Informática	0	0	1	0	1
		Outro	0	0	0	1	1
	Total	1	7	7	1	16	
UFRN	Formação	Administração	1	1			2
		Ciências Contábeis	3	7			10
		Economia	1	0			1
		Engenharia	1	0			1
	Total	6	8			14	
UFPB	Formação	Administração	0	2	0		2
		Ciências Contábeis	1	9	1		11
		Engenharia	1	0	0		1
	Total	2	11	1		14	

Fonte: Pesquisa Direta

Com base na Tabela 26, verifica-se o predomínio de docentes respondentes, com formação e qualificação em Ciências Contábeis. UFPE com um maior número, com 13 professores, seguido da UFPB, com 11 e a UFRN, em menor número, com 10 professores. Os demais estão distribuídos entre as áreas das Ciências Administrativas, Engenharia, Economia e Educação.

Tabela 27 – Perfil dos Respondentes Quanto a *Experiência* por Instituição

		Instituição			Total
		UFPE	UFRN	UFPB	
Experiência Docente	1 a 2 anos	2	6	1	9
	3 a 4 anos	1	0	1	2
	5 a 7 anos	1	3	4	8
	8 a 10 anos	2	2	2	6
	mais de 10 anos	10	3	6	19
Total		16	14	14	44

Fonte: Pesquisa Direta

De acordo com a tabela apresentada, constatou-se que os respondentes da UFPE têm uma experiência docente maior que as demais, com 10 respondentes dos 16, que lecionam no curso a mais de 10 anos, seguida da UFPB com seis docentes acima dos 10 anos de experiência.

Por outro lado, a UFRN apresentou-se com uma predominância em professores mais jovens, com até 02 anos de experiência docente, onde totalizou 06 professores.

Segundo os dados dispostos na Tabela 28, nota-se que a UFPB e a UFPE, apresenta uma concentração maior de docentes servidores públicos com dedicação exclusiva, sendo 09 e 08 docentes, respectivamente. A UFRN, quanto ao regime de trabalho, apresenta uma distribuição mais igualitária dentre os regimes questionados.

Tabela 28 – Perfil dos Respondentes Quanto ao *Regime de Trabalho* por Instituição

Instituição			Nível de Qualificação				Total
			Especilização	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	
UFPE	Regime de Trabalho	Servidor Público, 20h	0	1	0	0	1
		Servidor público, 40h	0	2	3	0	5
		Servidor Público, D.E.	0	3	4	1	8
		Contrato Temporário	1	1	0	0	2
	Total		1	7	7	1	16
UFRN	Regime de Trabalho	Servidor público, 40h	0	4			4
		Servidor Público, D.E.	2	3			5
		Contrato Temporário	4	1			5
	Total		6	8			14
UFPB	Regime de Trabalho	Servidor público, 40h	0	5	0		5
		Servidor Público, D.E.	2	6	1		9
	Total		2	11	1		14

Fonte: Pesquisa Direta

4.2.2 Aspectos Gerais da Formação do Contador

A percepção dos respondentes quanto à formação do Contador é apresentada na segunda parte do questionário.

Com relação ao item 2.1, onde foi indagada aos professores, sua opinião sobre o atual currículo adotado pelo curso de sua instituição, se é adequado no atendimento as atuais exigências do mercado de trabalho do Contador. E, se a opinião fosse negativa, a quem era atribuída tal inadequação.

Na UFPE, os docentes ficaram divididos quanto à adequação do currículo atual ao mercado profissional do Contador. Foram 08 professores (50%), que acreditam o atual currículo é adequado no atendimento ao mercado.

Na UFRN, os docentes foram mais críticos, considerando o percentual dos que concordam que o currículo atual não atende as demandas mercadológicas. Dos

14 respondentes, 12 professores (85,7%) consideraram que o currículo adotado é inadequado para o mercado.

Na UFPB, os docentes também apresentam um alto percentual de insatisfação com o atual currículo, quando este se refere a atender ao mercado. Dos 14 respondentes, apenas 28,57% (04 docentes) acreditam que o atual currículo é adequado ao mercado.

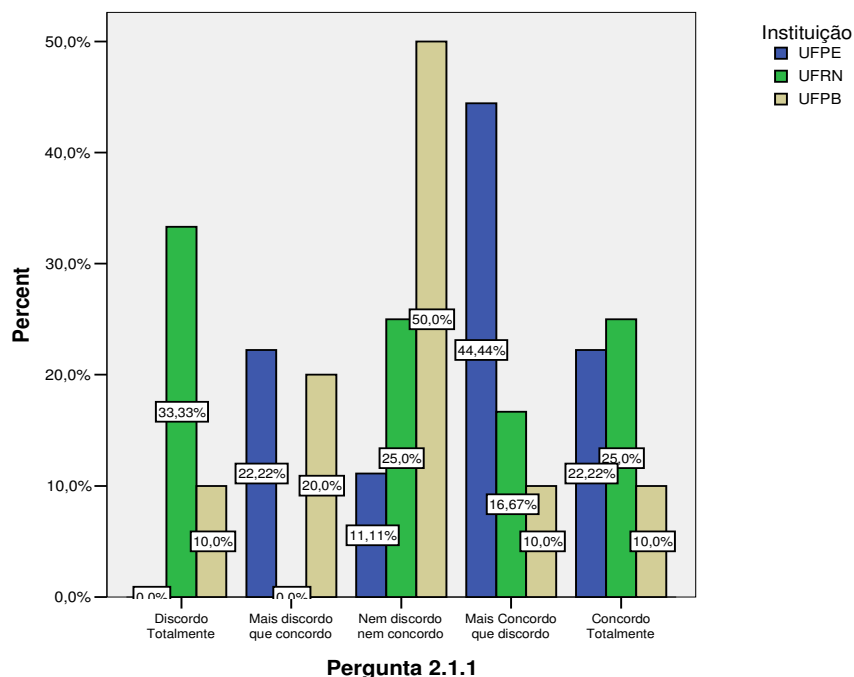
Dessa forma, considerando as três instituições, ou seja, os 44 professores respondentes, apenas 14 acreditaram que o currículo é adequado a atender as exigências mercadológicas. Já para a maioria, ou seja, para 30 docentes, os atuais currículos são inadequados a atender as demandas do mercado.

Para estes respondentes, com opinião contrária, atribuíram que o currículo atual não atende as exigências mercadológicas por conta de tais fatores:

- ***Falta de uma visão mais prática do curso:***

- a) Para o curso da UFPE, constatou-se que pouco mais de 66% dos respondentes apresentam um maior nível de concordância sobre este fator;
- b) Para a UFPB, a metade dos respondentes posicionou-se de forma indiferente (50%), e apenas 20% percebem este fator como sendo impeditivo de adequação dos currículos sobre o mercado. A maioria que se posicionou ativamente discordou sobre este fator, foram 30% dos respondentes.
- c) Para UFRN as opiniões ficaram praticamente divididas. Com quase 34% discordando totalmente e pouco mais de 40% com tendência a concordar com esse fator e, os 25% restantes opinaram de forma imparcial.

O Gráfico 07 mostra os resultados da distribuição das percepções dos respondentes sobre este fator, divididos por instituição, e se apresenta da seguinte forma:



Fonte: Pesquisa Direta.

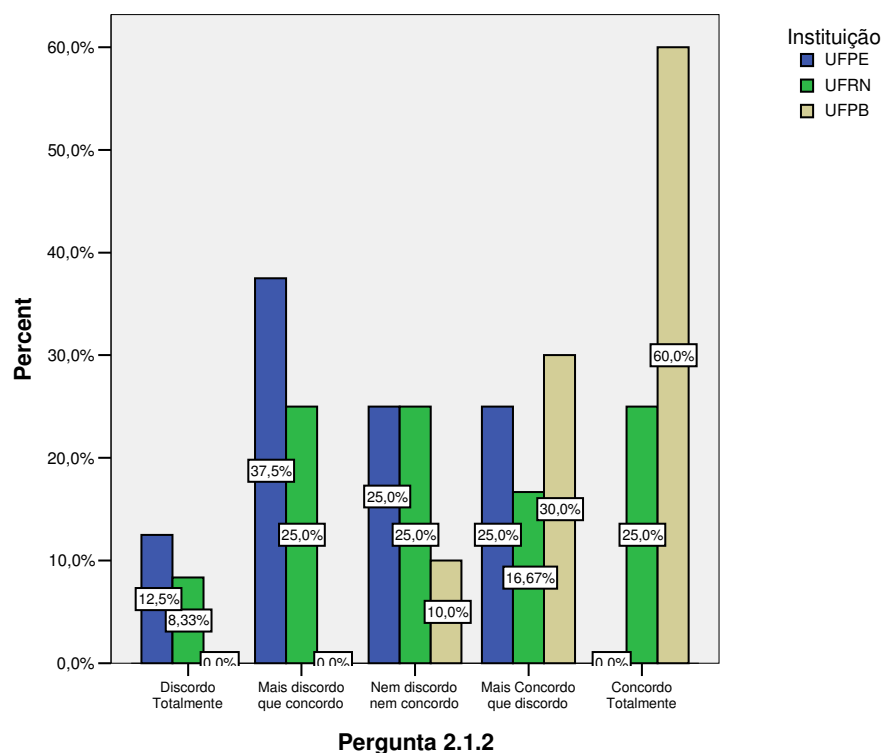
Gráfico 07 – Opinião quanto à falta de uma visão mais prática do curso

- **Disciplinas mal posicionadas no curso, dificultando uma visão geral (encadeamento) do curso, considerando o pressuposto de que o conhecimento deve ser construído em uma seqüência lógica de complexidade, para facilitar o aprendizado do educando:**
 - a) Para a UFPE identificou-se um percentual de 50% com tendência a discordar desse fator, como limitador do atual currículo; e apenas 25% mais concordando do que discordando;
 - b) Para a UFRN, a tendência em discordar com esse fator foi menor do que na UFPE, ou seja, obteve-se um percentual de quase 34%. Por outro lado, o

grau de concordância com este fator foi de quase 42%. O restante opinou de forma imparcial;

- c) Para a UFPB os resultados foram predominantemente com tendência a concordar com este fator, como um dos limitadores do atual currículo no atendimento as exigências mercadológicas, perfazendo um total de 90% dos respondentes e, 10% se posicionaram de forma imparcial.

O Gráfico 08 ilustra resumidamente esses resultados, como segue:



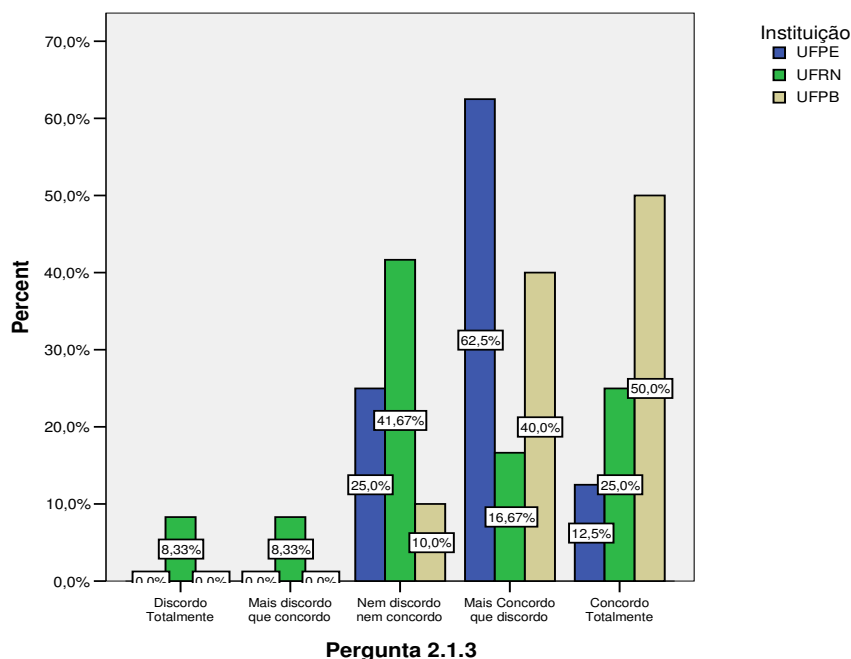
Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 08 – Opinião quanto ao mal posicionamento das disciplinas no curso

- ***Falta de uma visão global do curso, que parte da interdisciplinaridade dos conteúdos, partindo de uma visão geral do País e indo até a dinâmica das interações entre países:***

- a) Para a UFPE houve um predomínio na opinião dos professores quanto a este fator, onde foi atribuído um percentual de 75% dos respondentes com um maior nível de concordância para a falta de uma visão global dos cursos, e os 25% restantes opinaram de forma imparcial;
- b) Para a UFPB o percentual de tendência em concordância foi maior, com 90% dos respondentes que atribuem à inadequação dos currículos dos cursos de Contabilidade a uma falta de visão global dos cursos repassada aos estudantes, e com 10% de opinião imparcial;
- c) Para a UFRN, a maioria, ou seja, 41,67% dos respondentes concordaram que o atual currículo não atende as expectativas do mercado profissional, pela falta de visão global dos cursos. O mesmo percentual apresenta-se como opinião imparcial a respeito desse fator.

O gráfico seguinte resume os resultados sobre a percepção das opiniões dos professores das IFES estudadas, sobre este fator:

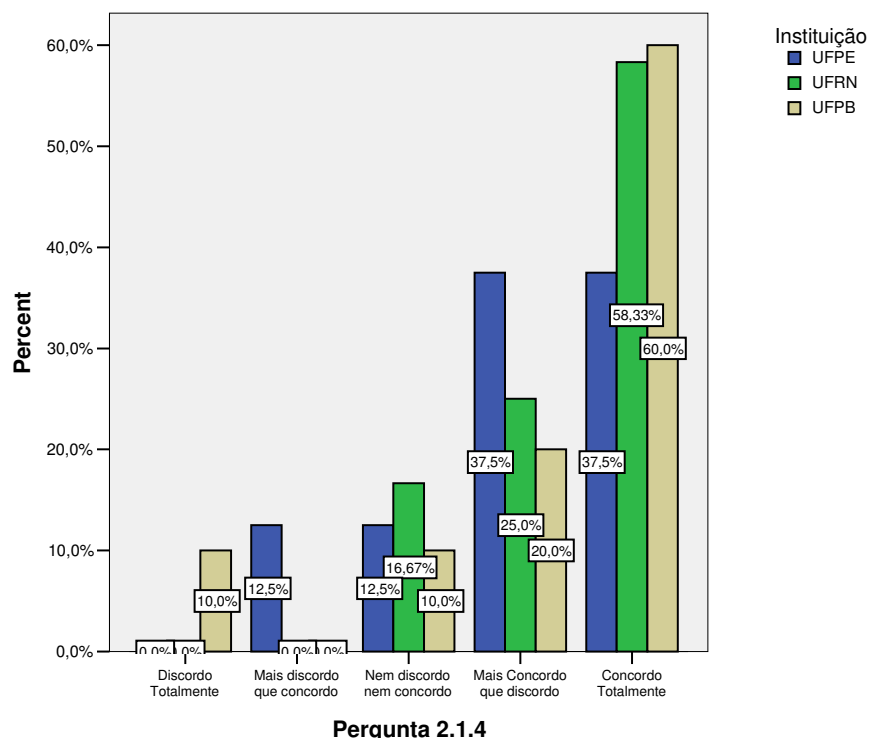


Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 09 – Opinião quanto à falta de uma visão global dos cursos

- Falta de conteúdos curriculares voltados a tópicos internacionais de Contabilidade, inclusive na ausência de disciplinas de línguas estrangeiras, Contabilidade Ambiental e Social, Tecnologia da Informação e Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade:**
 - Para a UFPE a maioria dos respondentes, isto é, 75% se posicionaram com um maior nível de concordância, contra 12,5% que apresentaram tendência a discordar;
 - Para a UFRN este percentual de concordância sobre este fator foi maior, com quase 84%. Os restantes se posicionaram de forma imparcial;
 - Para a UFPB o grau de concordância atingiu 80%, dentre os respondentes. Por outro lado, apenas 10% se posicionaram contrariamente, e 10% de forma imparcial.

Segue os resultados comparativos das percepções referentes a este fator:



Fonte: Pesquisa Direta.

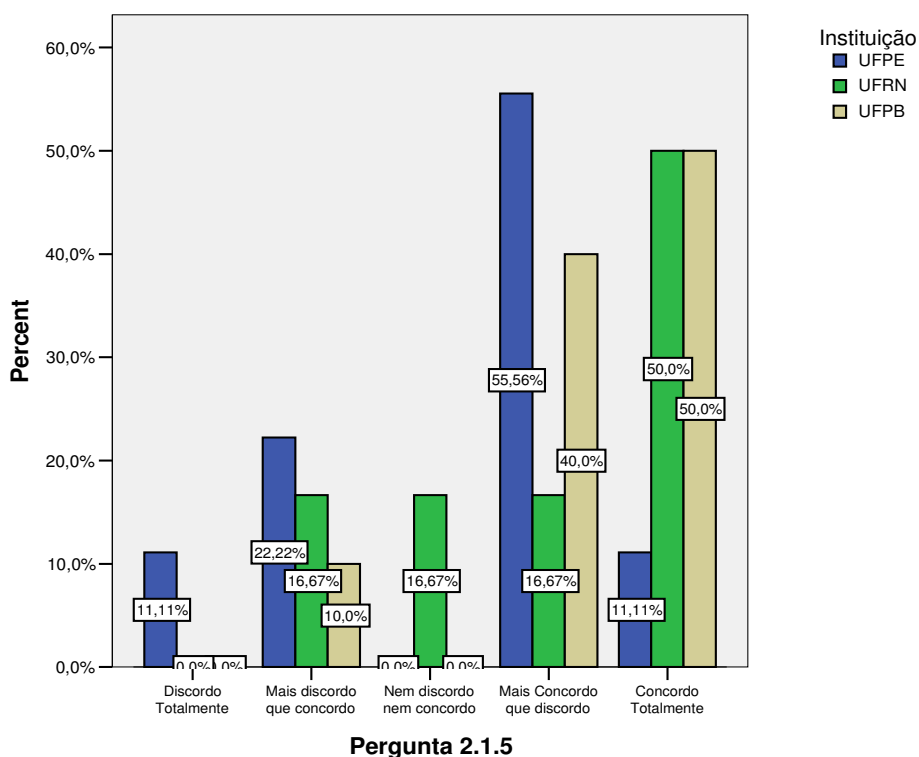
Gráfico 10 – Opinião quanto à falta de conteúdos dirigidos à Contabilidade Internacional, Social e Ambiental, Línguas, TI e Métodos Quantitativos

- **Falta de uma ênfase maior em disciplinas relativas à prática da pesquisa científica, que auxiliaria o discente nos estudos e conhecimentos da Ciência Contábil:**
 - a) A UFPE apresentou quase 67% dos respondentes, que atribuem à falta de uma ênfase maior em disciplinas relativas à prática da pesquisa científica, pela não adequação do atual currículo para atender as exigências do mercado. Por outro lado, quase 34% tendem a discordar sobre este fator;
 - b) A UFRN apresentou o mesmo percentual de respondentes que tendem a concordar com este fator, quase 67%. Com tendência a discordar foi

constatado que 16,7% dos respondentes não acreditam que este fator seja relevante para o não atendimento do currículo às demandas mercantis;

- c) A UFPB apresentou um resultado de 90% dos respondentes que tendem a concordar com este fator e 10% que tendem a discordar.

O gráfico em seguida apresenta o resumo de tais resultados:



Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 11 – Opinião quanto à falta de uma ênfase maior em disciplinas relativas à prática da pesquisa

Com relação à pergunta 2.2, onde foi indagada aos professores sua opinião sobre o enfoque que o curso deve proporcionar aos discentes, se seria voltado a um curso genérico, não privilegiando nenhuma área do conhecimento vinculada à Contabilidade, ou seria um curso que enfocasse uma área específica, no

atendimento ao mercado local/regional. Se a opinião fosse focar uma área específica, foi perguntado qual seria esta área.

Na UFPE, dos 16 respondentes, 07 professores opinaram que o curso deveria sim, ser voltado para alguma área específica da Contabilidade (43,75%) para atender a demanda local. Os demais opinaram que o curso deveria ser genérico, onde não fosse priorizada nenhuma área específica.

Na UFRN e na UFPB obtiveram resultados iguais, ou seja, dos 14 docentes questionados, em cada uma dessas IFES, 05 concordaram que o curso deveria ser voltado a uma área específica (35,71) para atender o mercado local (regional). Por outro lado, a maioria (64,29%) posicionou-se que o curso deveria ser de caráter genérico.

Traçando um paralelo dessas respostas com o Currículo Mundial proposto pelo ISAR, notou-se que o modelo é muito abrangente e complexo, onde as escolas de Contabilidade deveriam considerar seu ambiente social, político, econômico e empresarial, para a adoção de um currículo com base no modelo internacional. Dessa forma, o próprio modelo deixa claro que um currículo baseado no modelo do ISAR, deverá ser adaptado às exigências do ambiente em que a escola esteja inserida.

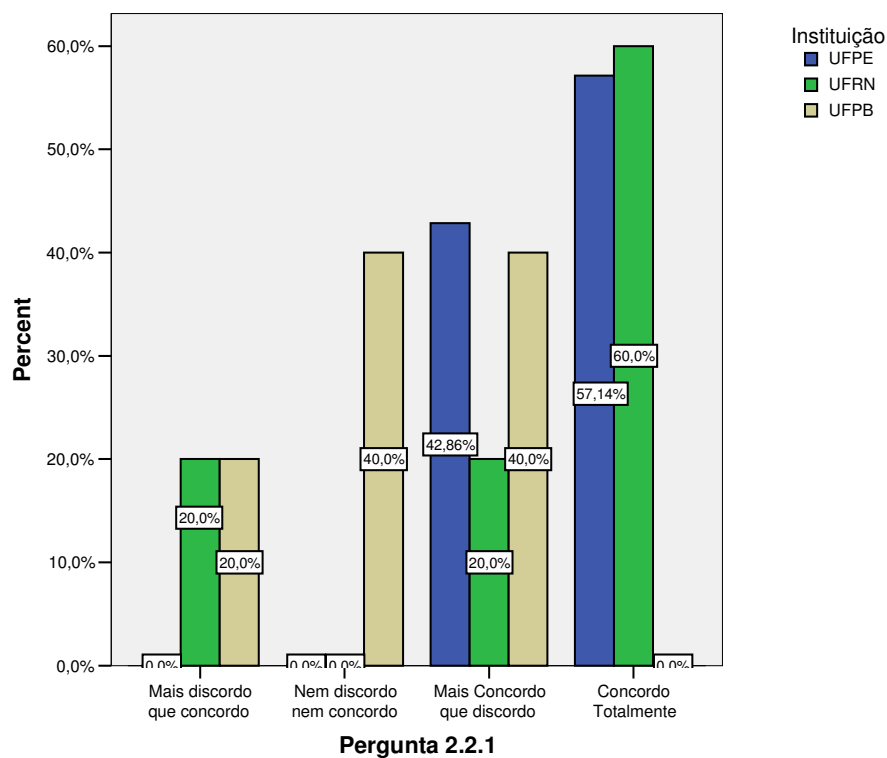
Os respondentes da UFPE, UFPB e UFRN, que defendem que o curso priorize uma área específica da Contabilidade para atender o mercado local/regional, opinaram sobre as seguintes áreas:

- **Área Pública:**

a) Na UFPE, o percentual de tendência a concordar com esta área foi de 100%;

- b) Para a UFRN, este percentual chegou a 80% com tendência a concordar com esta especificidade;
- c) Já para a UFPB, obteve-se um percentual de 40% com tendência a concordar, sendo que se somadas, a imparcialidade com a tendência a discordar sobre essa área, chega-se a 60% dos respondentes;

Resumidamente, com relação a esta área específica, as respostas obtidas ficaram representadas, de acordo com o Gráfico 12, da seguinte forma:



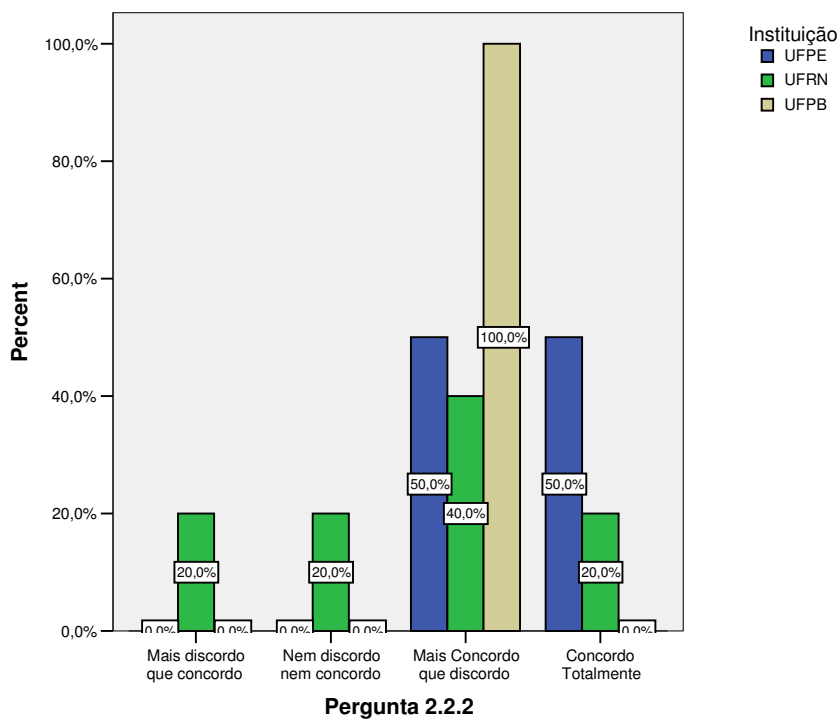
Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 12 – Opinião quanto à ênfase do curso na área pública

- **Área Comercial:**

- Na UFPE e na UFPB, o percentual de tendência a concordar com esta área foi de 100%; e,
- Para a UFRN, este percentual chegou a 60% com tendência a concordar com esta especificidade.

Graficamente, os resultados por instituição sobre a opinião desta área, são representados da seguinte forma:



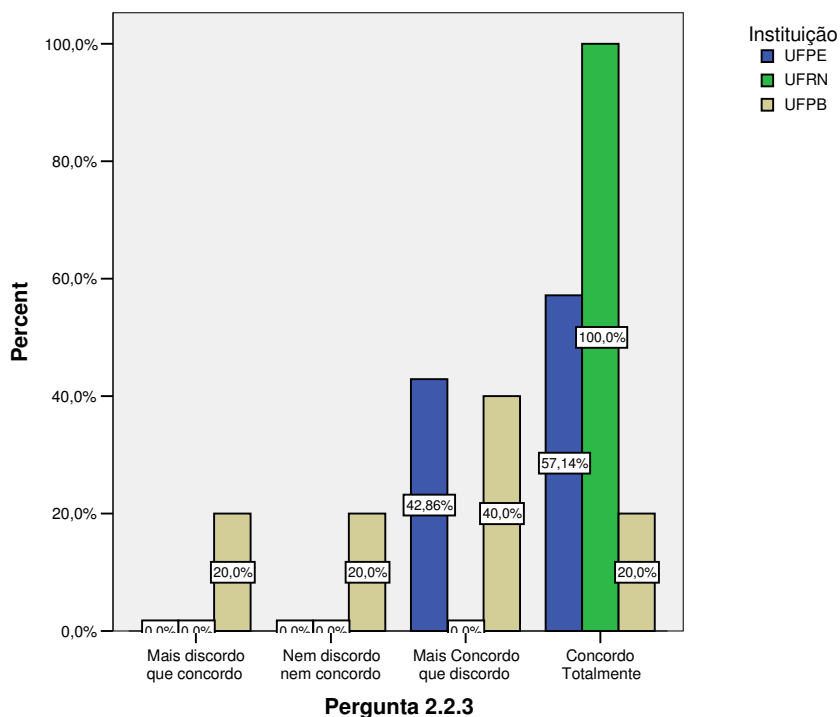
Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 13 – Opinião quanto à ênfase do curso na área comercial

- **Área da Pesquisa:**

- A UFPE e a UFRN apresentou um percentual de 100% com tendência a concordar que a ênfase na área de pesquisa seja dada; e,
- Na UFPB este percentual ficou em 60% dos que concordam ou tendem a concordar, com esta área.

Em seguida, o Gráfico 14 apresenta os resultados por instituição sobre a ênfase nesta área específica.



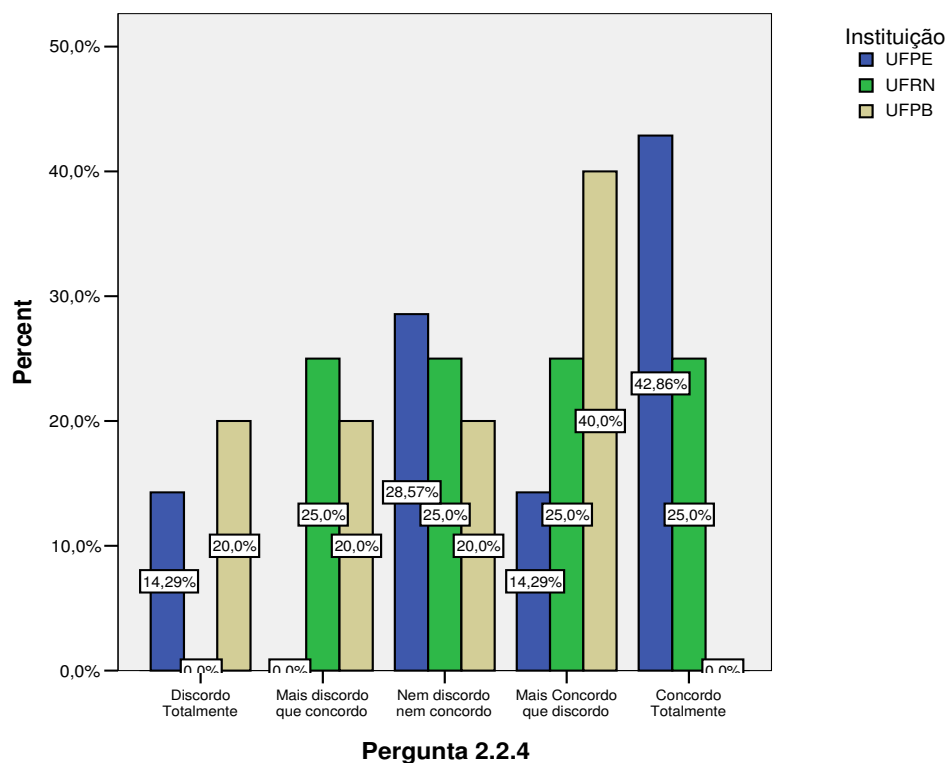
Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 14 – Opinião quanto à ênfase do curso na área de pesquisa

- **Área de Formação de Professores:**

- a) A UFPE apresentou um percentual de pouco mais de 67% com tendência a concordar, que a ênfase na área de formação de professores seja dada pelo curso;
- b) A UFRN resultou no percentual de 50% dos respondentes que tendem a concordar com essa área. Com 25% em posição imparcial e os demais com tendência a não concordar com a ênfase nesta área;
- c) Na UFPB o percentual de concordância nesta área ficou em 40%. Mesmo número dos que, por outro lado, tendem a discordar desta área específica.

De acordo com o Gráfico 15 são apresentados os resultados de cada instituição sobre a ênfase na formação de professores.



Fonte: Pesquisa Direta.

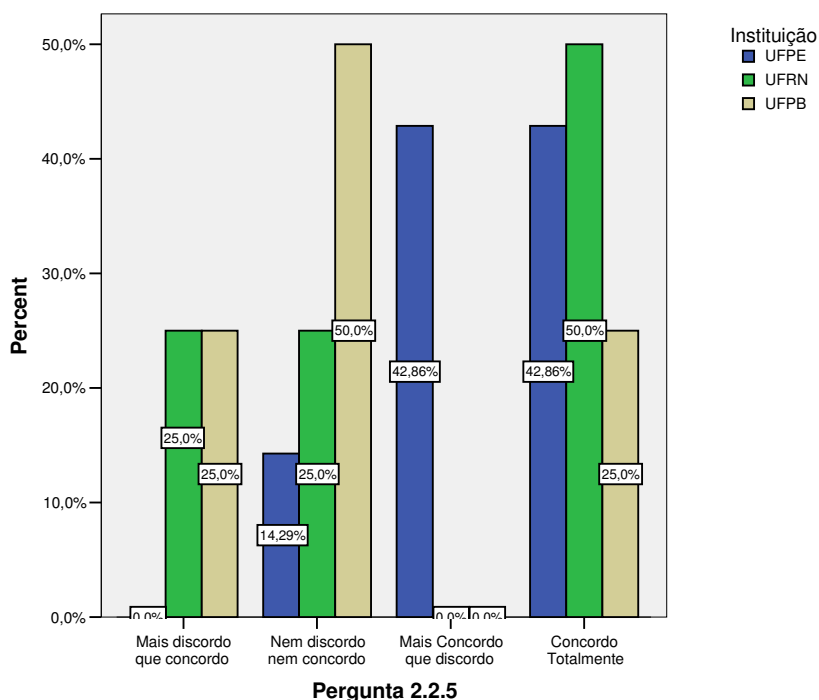
Gráfico 15 – Opinião quanto à ênfase do curso na área de formação de docentes

- **Área de Comércio Exterior:**

- a) A UFPE apresentou um percentual de quase 86% com tendência a concordar que a ênfase na área de comércio exterior seja dada pelo curso;
- b) A UFRN resultou no percentual de 50% dos respondentes que tendem a concordar com essa área. Com 25% em posição imparcial e os demais com tendência a não concordar com a ênfase nesta área; e,
- c) Na UFPB o percentual de concordância com esta área ficou apenas em 25%. Mesmo número dos que, por outro lado, tendem a discordar desta área

especifica. Constatou-se também que a metade dos respondentes se posicionou de maneira imparcial;

O Gráfico 16 sintetiza o resultado por instituição da ênfase nesta área:



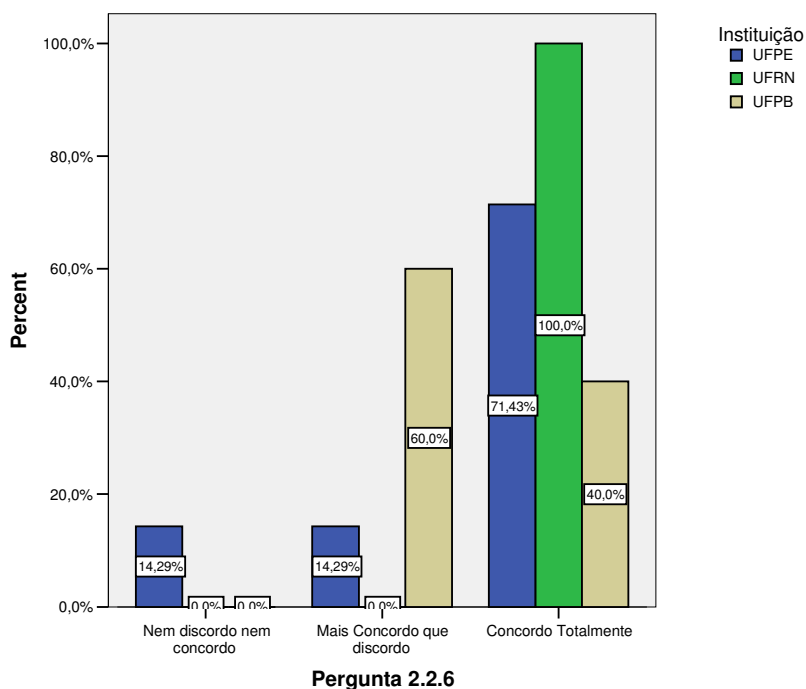
Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 16 – Opinião quanto à ênfase do curso na área de comércio exterior

- **Área Gerencial:**

- a) A três instituições apresentaram resultados similares, quanto à tendência a concordar com esta área específica, uma vez que os percentuais dos respondentes foram de 100%, exceto a UFPE que apresentou um percentual de quase 86% com tendência a concordar que a ênfase na área gerencial deve ser priorizada.

Segue o resumo de tais resultados, mostrados no Gráfico 17:



Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 17 – Opinião quanto à ênfase do curso na área gerencial

No questionário, o item 2.2.7 possibilitou aos docentes especificar outra área, que não as apresentadas, como prioridade a ser especificada. Das respostas de todos os questionados as principais áreas citadas que foram mencionadas: *Auditoria* e *Agrobusiness*.

Com relação à pergunta 2.3, onde foi perguntado sobre a opinião dos professores, quanto à possibilidade de nivelamento da educação do Contador no mundo, permitindo a este profissional atuar em diversas partes do mundo, pois se entende que este, teria uma educação 'nivelada', oferecida pelas diversas escolas de Contabilidade no mundo.

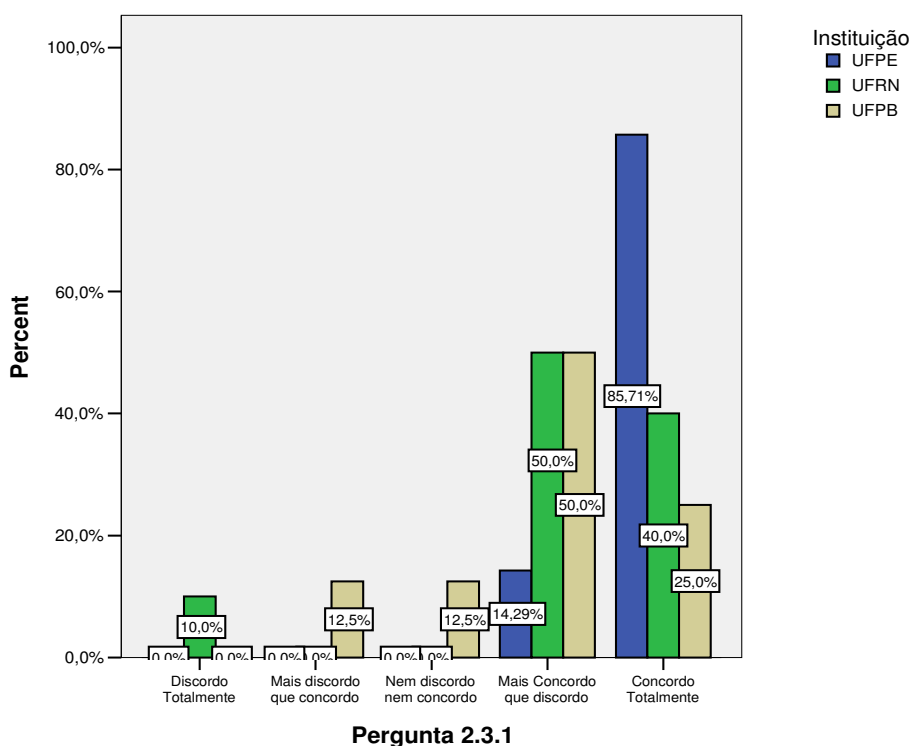
De todos os respondentes (44 professores), apenas 17 acreditam que o nivelamento da profissão do Contador no mundo é possível. Enquanto que 61,4%

dos respondentes não concordam que este nivelamento no mundo seja possível. Segundo esses 27 respondentes o que dificultaria o nivelamento da educação Contábil seriam: (1) divergências regionais de mercados; (2) falta de harmonização das normas e a (3) variável cultural-humano-comportamental de cada país.

Na UFPE, foram 10 respondentes que acreditam que o nivelamento da educação não seria possível. A principal dificuldade encontrada, em 100% (concordo totalmente) das opiniões foi a variável cultural-humano-comportamental de cada país, seguida das divergências regionais de mercado, com 100% de tendência a concordarem, e por fim, ficou o problema da falta de harmonização das normas, com quase 86% dos respondentes com tendência a concordarem.

Os questionados da UFRN que não acreditam ser possível o nivelamento do contador (64,3%), destacam a falta de harmonização das normas como o principal fator que dificulta o nivelamento da educação Contábil, com 100% das opiniões dos 09 professores que acreditam ser impossível tal nivelamento. Seguido da variável cultural-humano-comportamental, com 90% dos que tendem a concordar com essa dificuldade. Por fim, as diferenças regionais de mercado somaram 90% dos que tendem a concordar. A única diferença desta última dificuldade com a anterior é que os outros 10% das opiniões (diferenças regionais de mercado) discordaram totalmente sobre tal dificuldade.

O Gráfico 18 apresenta os resultados por instituição da opinião sobre a dificuldade, divergência regional de mercado, no nivelamento da educação do Contador no mundo.

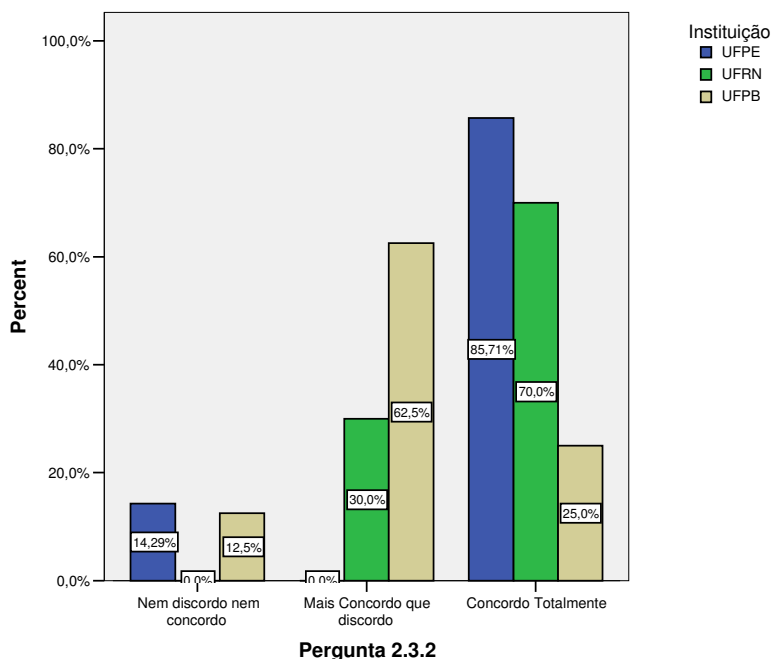


Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 18 – Opinião quanto às divergências regionais de mercado

Dos 14 questionados pertencentes à UFPB, 57,14% (09 professores) acredita não ser possível o nivelamento da educação Contábil, prioritariamente apontando como principal dificuldade, assim como na UFPE, a variável cultural-humano-comportamental de cada país, com 87,5% (62,5% concordando totalmente) tendendo a concordarem com esta dificuldade. E o restante assumiu caráter imparcial. Em seqüência, tem-se 87,5% dos respondentes (25% concordando totalmente) tendem a concordar que a dificuldade em nivelar a formação está no problema da falta de harmonização das normas. E, por fim, 75% dos que não concordaram com o nivelamento da educação do Contador, atribuem às divergências regionais de mercado, como um fator dificultante desse nivelamento.

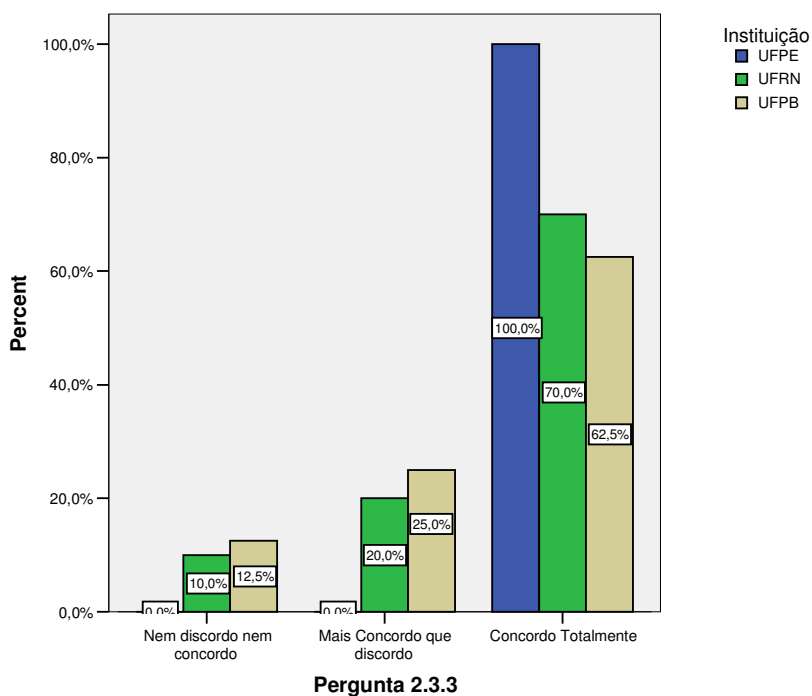
Resumidamente, sobre a harmonização das normas como dificuldade de nivelamento da formação no mundo, o resultado apresentou-se da seguinte forma:



Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 19 – Opinião quanto à falta de harmonização das normas

Por fim, os resultados da opinião sobre a variável cultural-humano-comportamental de cada país, como fator limitante do nivelamento da educação Contábil, apresenta-se de acordo com o Gráfico 20, disposto na seqüência:



Fonte: Pesquisa Direta.

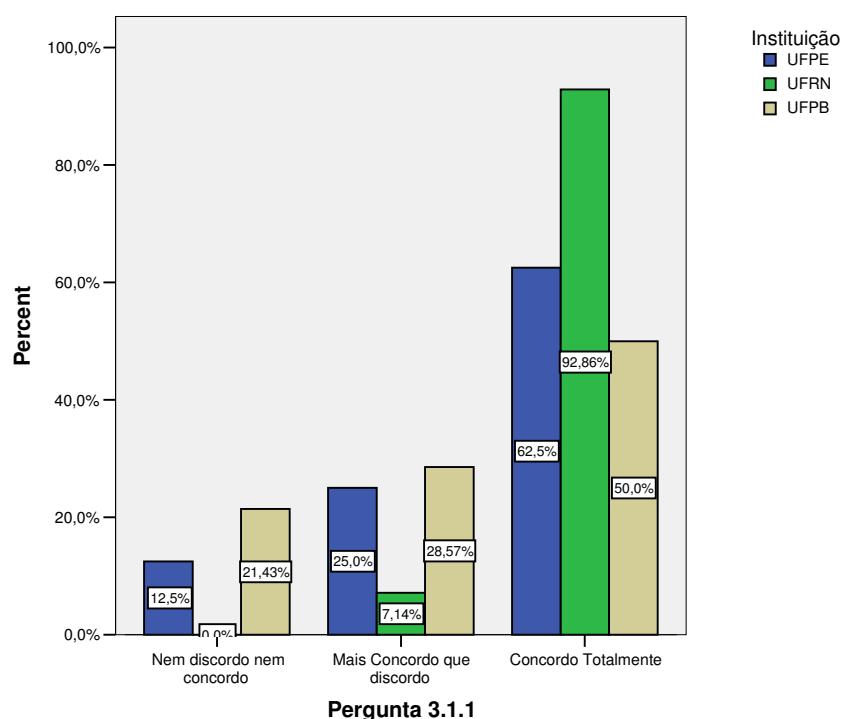
Gráfico 20 – Opinião quanto à variável cultural-humano-comportamental

4.2.3 Aspectos Específicos da Formação do Contador

Neste tópico serão apresentados os resultados quanto à terceira parte do questionário. Os aspectos específicos da formação do Contador abordados nesta parte englobaram especificamente: exame de suficiência, flexibilidade curricular, modificação ou atualização curricular, educação continuada, carga horária prática e carga horária do curso.

No que diz respeito ao exercício profissional, foi perguntado qual seria o posicionamento dos professores, quanto à aplicação do exame de suficiência para os Bacharéis. Se estimula a melhora do ensino oferecido pela instituição e/ou se eleva a qualidade do profissional perante o mercado de trabalho.

Para 87,5% dos respondentes da UFPE, há uma tendência a concordar que o exame estimula a melhora do ensino de Contabilidade, contra 12,5% que foram imparciais quanto ao exame. Já para a UFRN esse total foi de 100% dos questionados, que tendem a concordar com o estímulo à melhoria do ensino. E, para a UFPB esse total é de praticamente 78,6%, que tendem a concordar com essa assertiva. O Gráfico 21 retrata bem esses resultados.



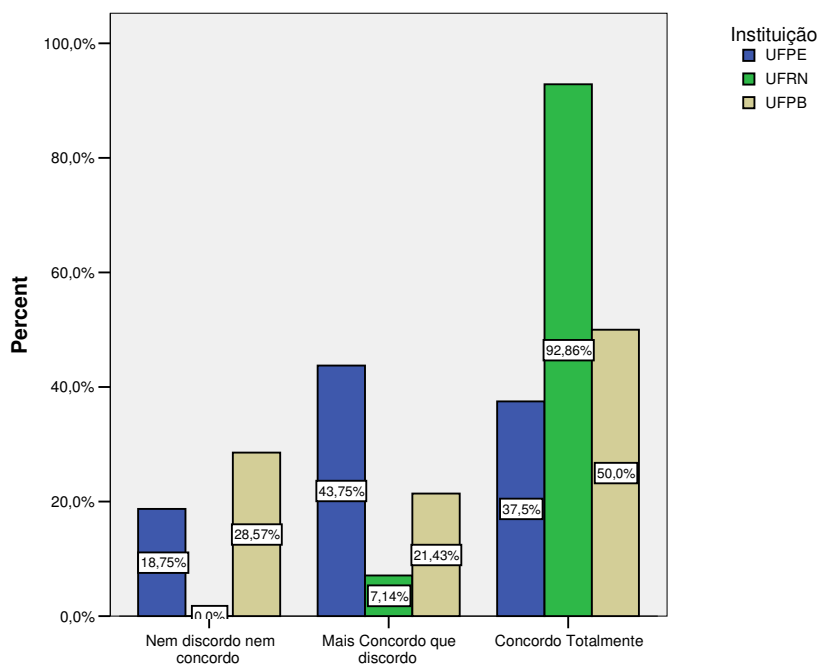
Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 21 – Opinião quanto ao exame de suficiência se estimula a melhora do ensino praticado pelas instituições

Quando indagados sobre o exame de suficiência, especificamente se sua aplicação eleva a qualidade do profissional perante o mercado de trabalho, os respondentes da UFPE tendem a concordar em 82,5% sobre essa assertiva. Para a UFRN esse percentual sobe para 100% com tendência a concordar. Já para a UFPB 71,43% dos respondentes tendem a concordar com a elevação da qualidade do

Contador perante o mercado com a realização do exame. Um dado importante a ser relatado é que para as duas variáveis indagadas, nenhum dos respondentes tende a discordarem da aplicação do exame. Percebe-se que não houve diferenças quanto aos resultados da aplicação do exame. Todas as IFES concordam ou tendem a concordar que o exame estimula a melhora do ensino de Contabilidade, bem como eleva a qualidade do profissional perante o mercado de trabalho.

Tais resultados evidenciam a importância da aplicação do exame para os Bacharéis, que está em consonância ao que estabelece o PMEC, bem como os diversos autores que defendem a aplicação de tal exame.



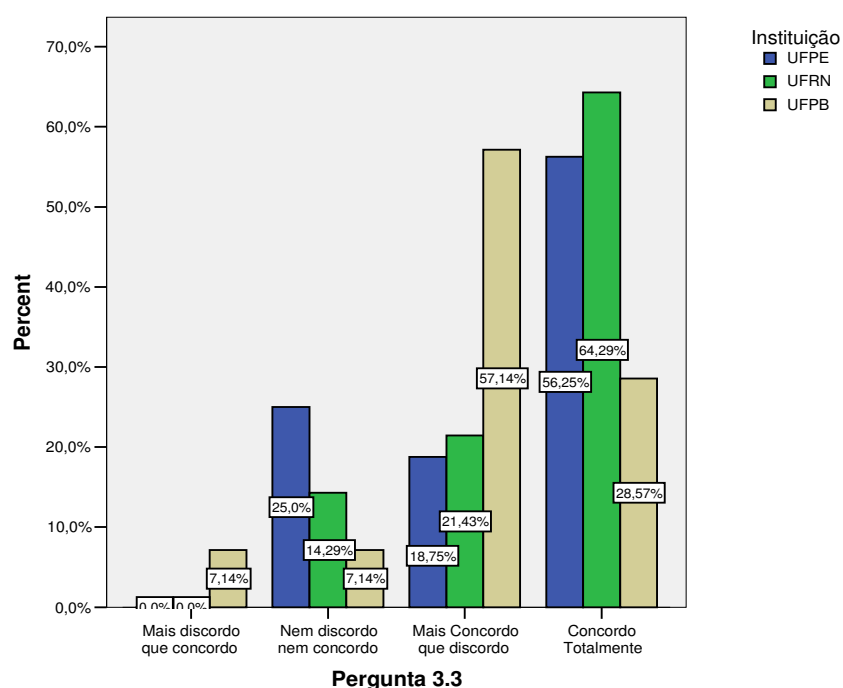
Pergunta 3.1.2

Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 22 – Opinião quanto ao exame de suficiência se eleva a qualidade do profissional perante o mercado de trabalho

De acordo com o Gráfico 22, percebe-se que os resultados encontrados nas três IFES, referente ao exame de suficiência, foram inclinados à concordar com a aplicação do exame.

A questão 3.3 versa sobre a flexibilidade curricular, no entendimento de que o currículo deve ser essencialmente caracterizado pela flexibilidade, no atendimento às mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas no mundo.



Fonte: Pesquisa Direta.

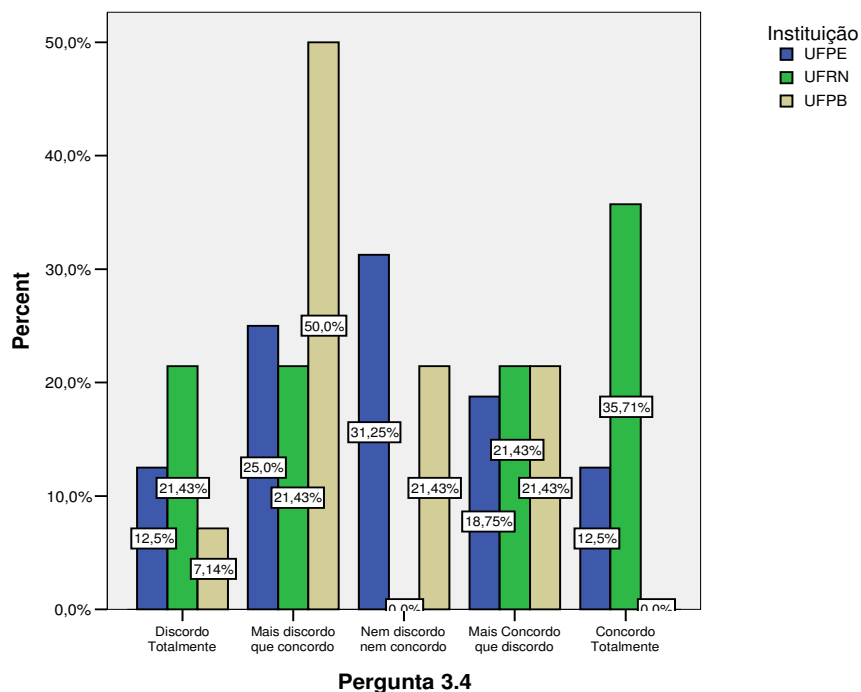
Gráfico 23 – Opinião quanto à flexibilidade curricular

Com base no gráfico anteriormente mostrado, nota-se que o nível de concordância das três IFES investigadas se aproxima. A UFPE, por exemplo, apresenta 75% de concordância; A UFRN e a UFPB apresentam 85,72% de concordância, que os currículos dos seus cursos devem ter como característica principal a flexibilidade em seus currículos.

Esses resultados, se comparados ao P MEC, demonstram que os professores questionados, estão em concordância ao que estabelece o modelo mundial, bem como, as opiniões, tem aderência aos preceitos legais, especificamente na LDB.

Outra questão foi concernente às discussões que versam sobre modificações ou atualizações curriculares, nos pleitos departamentais internos (plenos), se estão frequentemente em pauta.

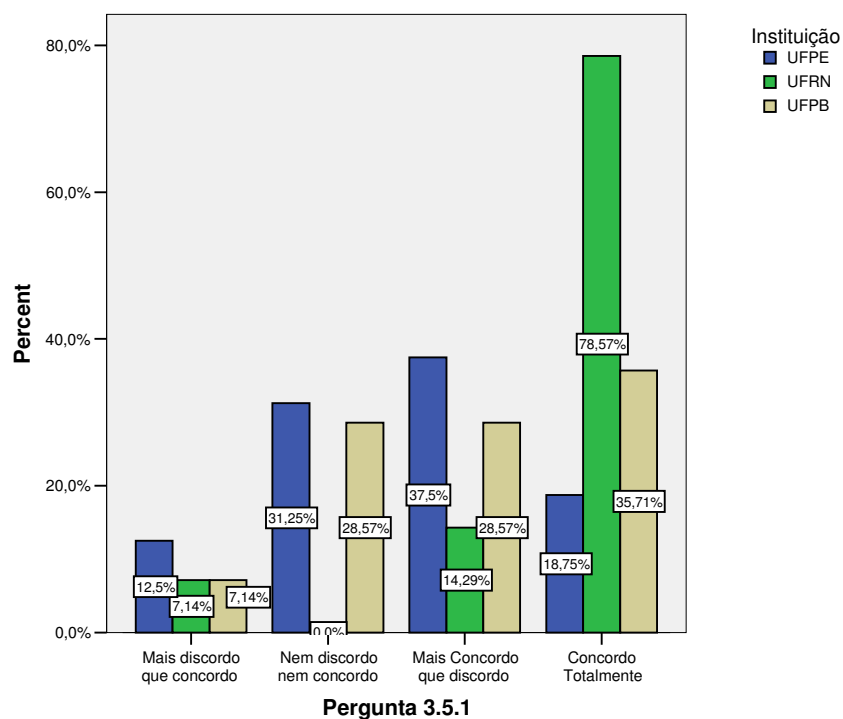
Das três IFES estudadas, apenas a UFRN apresenta resultado que tende a concordar com tal assertiva, com pouco mais de 57% dos respondentes. Já UFPE e a UFPB apresentam um resultado contrário à UFRN, em que há uma tendência a discordar, que as discussões sobre modificações curriculares estejam frequentemente em pauta, 37,5% e 57,14%, respectivamente.



Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 24 – Opinião quanto às discussões internas sobre modificações curriculares

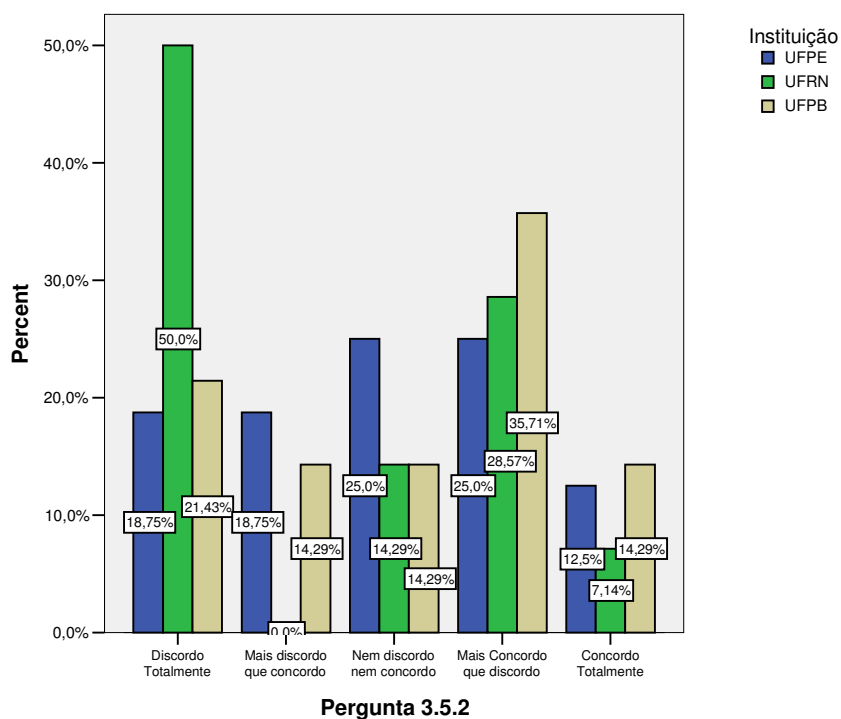
Na seqüência foi perguntado sobre o que dificulta a remodelagem curricular, no entendimento dos professores. Levantaram-se três aspectos, a saber: (1) excesso burocrático quando se refere à mudança no currículo; (2) falta de docentes qualificados para assumir as ‘novas’ disciplinas; (3) divergências de posicionamento entre docentes, nos pleitos departamentais internos.



Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 25 – Opinião quanto ao excesso burocrático referente à mudança curricular

O Gráfico 25 destaca os resultados dos questionados das IFES investigadas. Onde a maioria da UFPE, representada por 56,25%, tendem a concordar com o excesso burocrático na questão da remodelagem curricular. Já a UFRN apresentou o maior índice, com pouco mais de 92% em concordância com tal assertiva. Para a UFPB 64,28% dos respondentes concordam que este é um empecilho quando se trata de modificar a grade curricular.



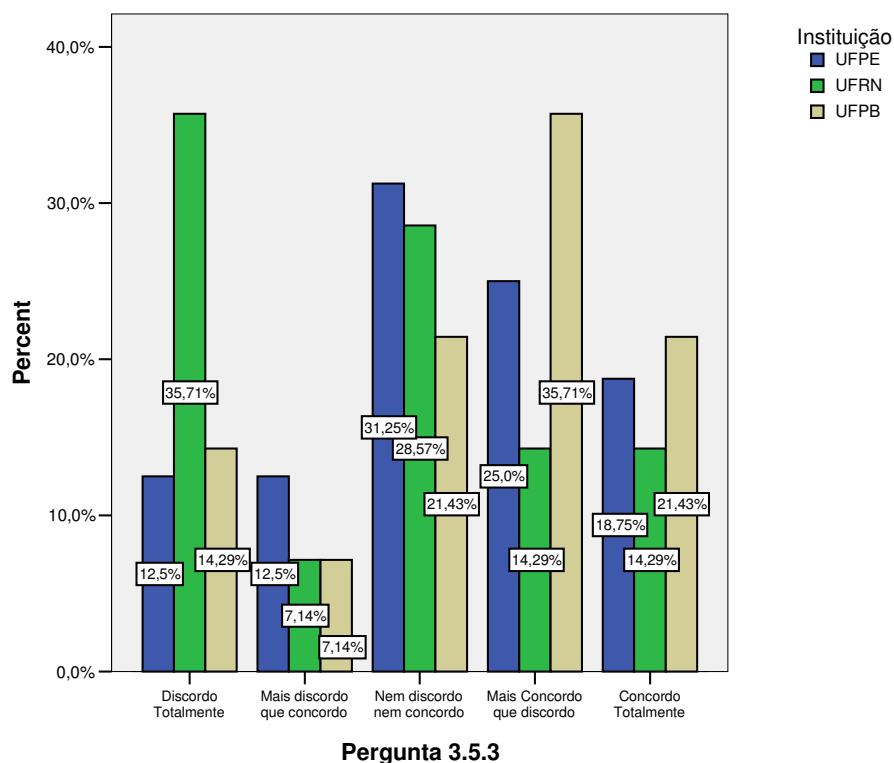
Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 26 – Opinião quanto à falta de docentes qualificados para assumir as ‘novas’ disciplinas

O segundo aspecto abordado sobre remodelagem curricular foi referente à possível falta de docentes qualificados para assumir as ‘novas’ disciplinas. O Gráfico 26 apresenta os resultados nesse sentido, e das três IFES estudadas, apenas a UFPB demonstra uma tendência a concordar com a falta de docentes qualificados para as novas disciplinas. O percentual foi de quase 50% dos respondentes da UFPB, com 14,3% opinando imparcialmente. Já para a UFPE e a UFRN, estes apresentaram um nível de discordância maior quando se trata desse aspecto, com 37% e 50% respectivamente.

O terceiro aspecto abordado sobre remodelagem curricular, foi sobre as possíveis divergências de posicionamentos entre docentes, nos pleitos departamentais internos. Com base neste quesito, apenas a UFRN apresenta uma

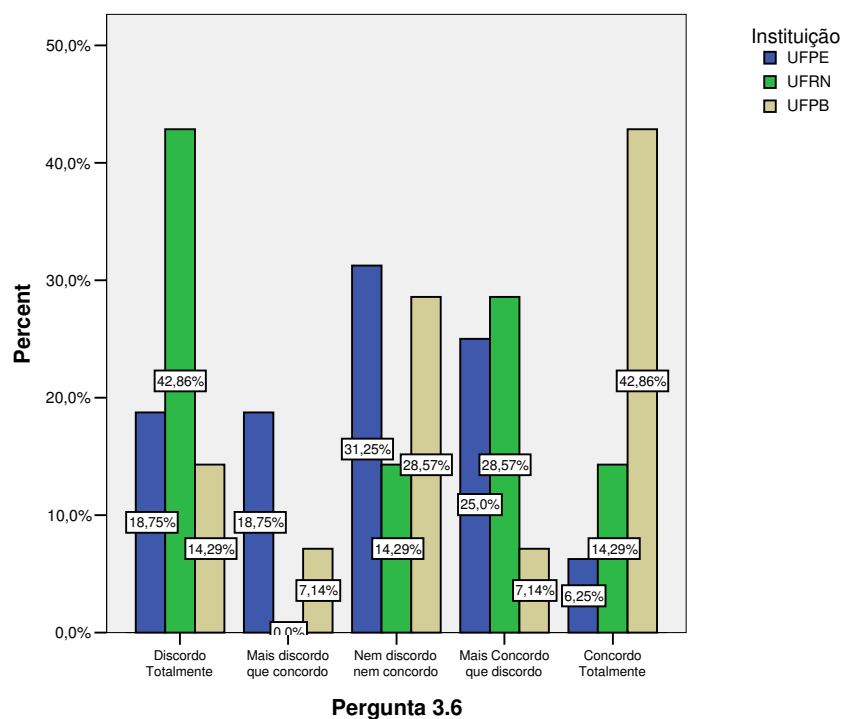
tendência maior a discordar sobre o aspecto indagado, com quase 43% de discordância. Por outro lado, a UFPE e a UFPB apresentaram níveis de concordância maior do que a UFRN, com 43,75% e 57,14%, respectivamente, representando a maioria dessas IFES, quando se analisar os percentuais de imparcialidade.



Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 27 – Opinião quanto às divergências de posicionamento entre docentes na remodelagem curricular

O item 3.6 trata de aspectos concernentes à educação continuada, especificamente na possibilidade de tornar-se um requisito obrigatório e supervisionado, pelos órgãos competentes ou de representação da classe contábil, como sugere o PMEC.



Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 28 – Opinião quanto à obrigatoriedade e supervisão dos órgãos competentes no aspecto da educação continuada

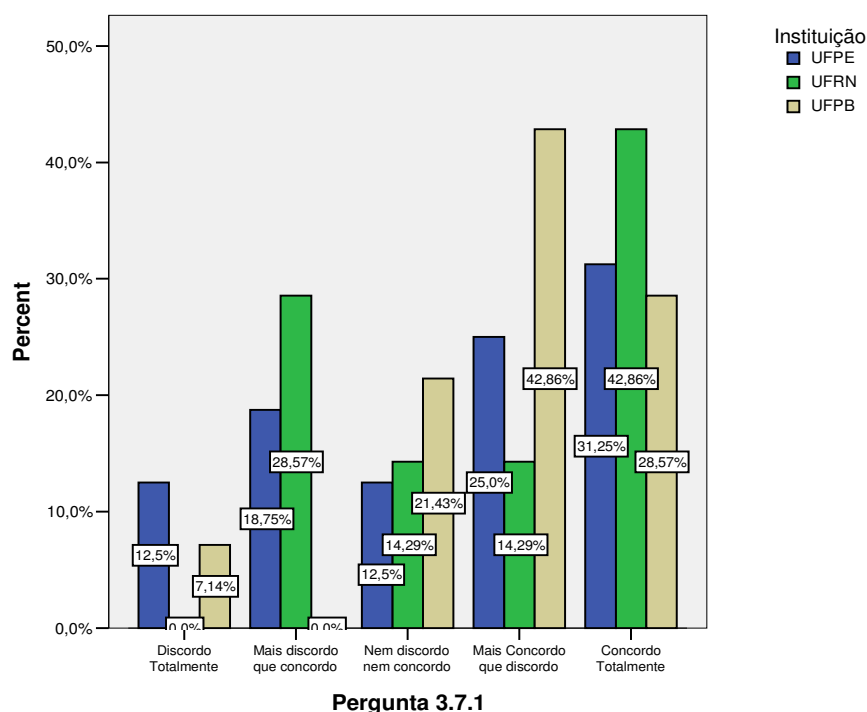
Os resultados da UFPE revelam que os docentes tendem a discordar sobre esta obrigatoriedade e supervisão da educação continuada para os profissionais de Contabilidade, com 37% dos respondentes. Já que 31,25% dos respondentes apresentam opinião imparcial a respeito deste item. Os resultados da UFPB revelaram que a maioria, ou seja, 50% tendem a concordar com a obrigatoriedade e supervisão de aspectos ligados à educação profissional continuada. Já a UFRN revelou um empate técnico entre os que tendem a concordar e os que tendem a discordar, com um percentual de 42,86%.

É importante saber que o PMEC propõe a obrigatoriedade e a supervisão de atividades ligadas à educação continuada por parte dos profissionais, podendo

inclusive ser penalizados, os profissionais, pelos órgãos competentes ou da representação da classe Contábil.

O item 3.7 trata da carga horária prática oferecida aos alunos, distribuído em quatro atividades, a saber: (1) criação de escritórios modelos; (2) empresas junior; (3) estágio supervisionado e (4) atividades laboratoriais.

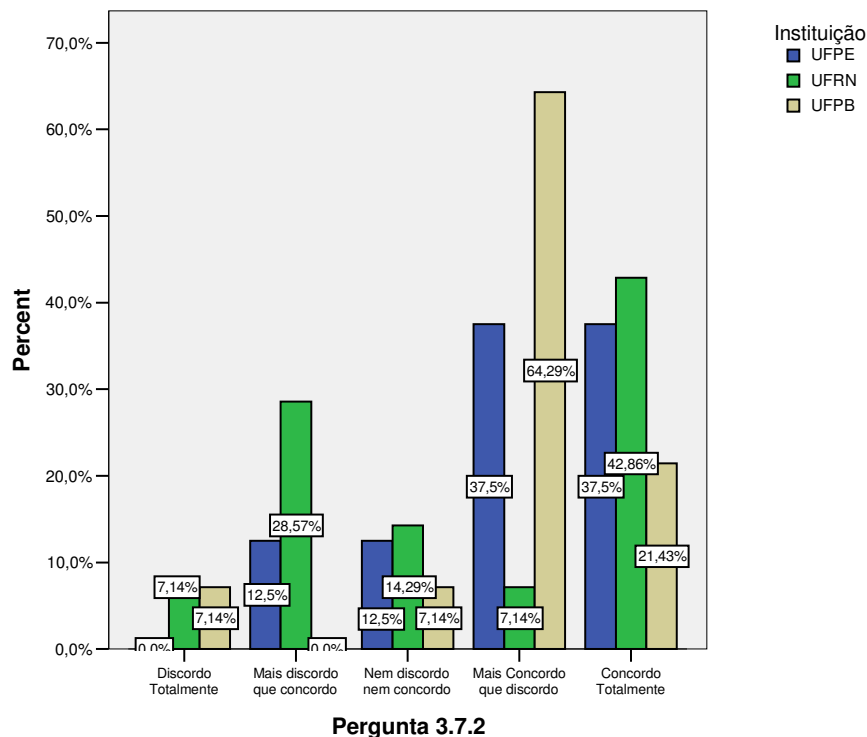
O Gráfico 29 mostra a distribuição das percepções por instituição, e revela que as três instituições apresentaram respostas favoráveis à aproximação da teoria à prática, através da criação de escritórios modelos. A UFPB com 71,43%, seguida da UFRN com 57,15% e a UFPE com 56,25%.



Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 29 – Opinião quanto à criação de escritórios modelos para aplicação da teoria à prática

Concernente a utilização de empresa júnior, as instituições revelaram uma tendência a concordar com esse tipo de atividade. A UFPB apresenta o maior percentual de concordância, com 85,72%, seguida da UFPE com 50%, e com menor percentual a UFRN com 50% dos respondentes, como mostra o Gráfico 30.



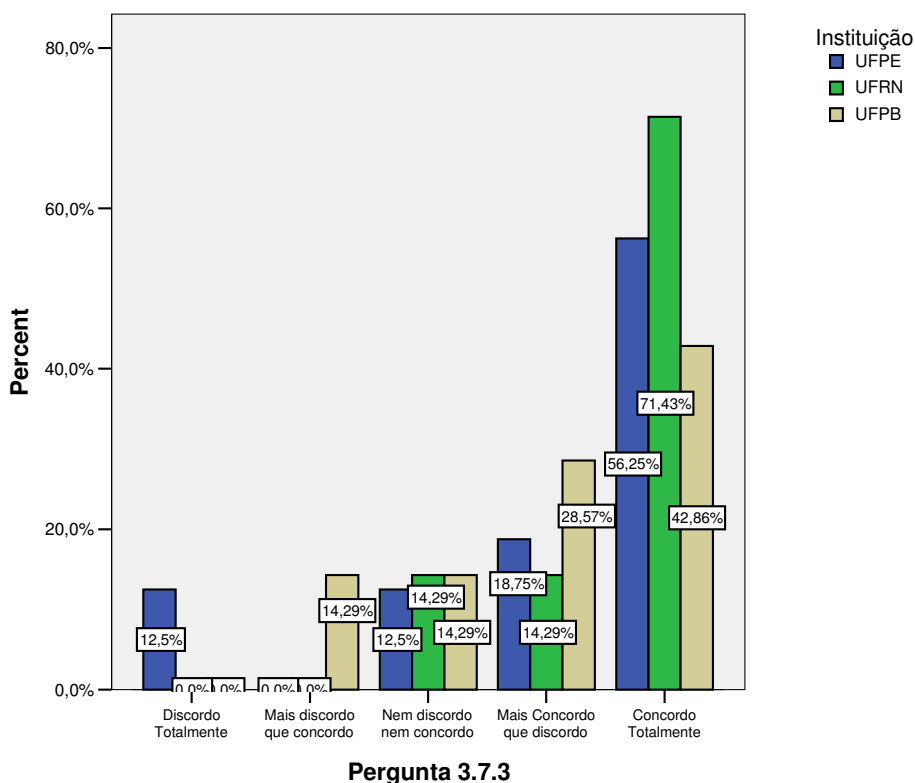
Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 30 – Opinião quanto à utilização de empresa júnior para aplicação da teoria à prática

Com relação à aplicação da teoria à prática, os professores revelaram que a prática fora da universidade, através de convênios com empresas, onde o estudante atuaria na figura de *trainee*, é tida com um alto nível de concordância dentre os docentes. Por exemplo, a UFPB obteve o maior índice, com pouco mais de 85% que tendem a concordar com esta prática. Seguida da UFPE, com 75% de concordância. E, por fim, a UFRN com quase 72% de concordância com tal prática. Convém

lembrar que das atividades indagadas nessa questão, o PMEC, contempla apenas essa 'disciplina' em seu currículo (*Estágio Supervisionado*).

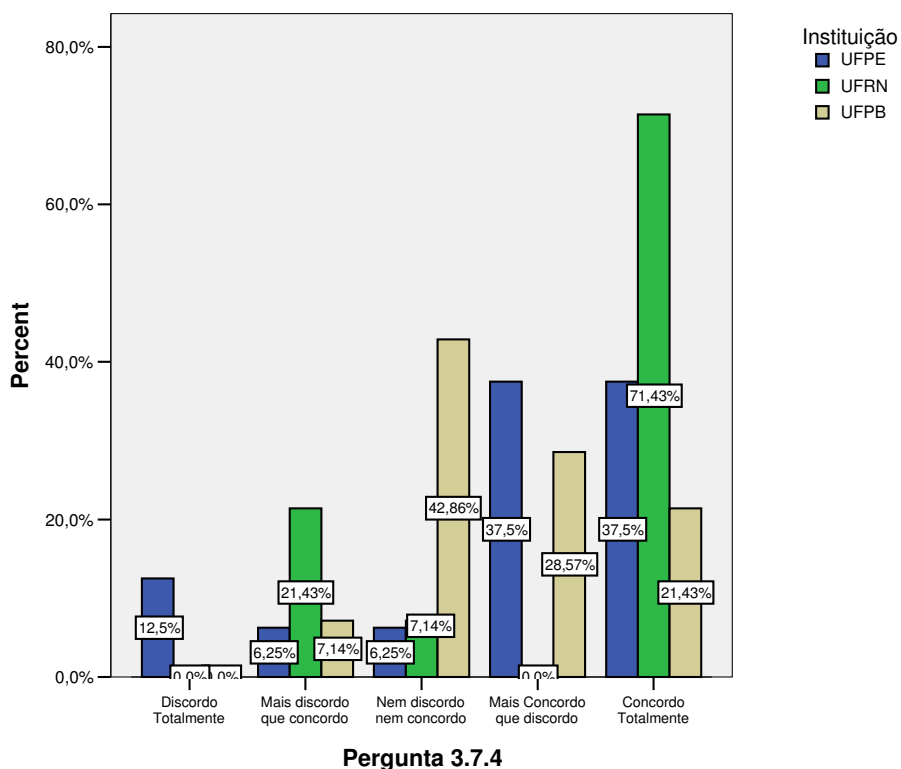
Os resultados dessa atividade são mostrados no gráfico a seguir:



Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 31 – Opinião quanto à utilização de prática fora da universidade

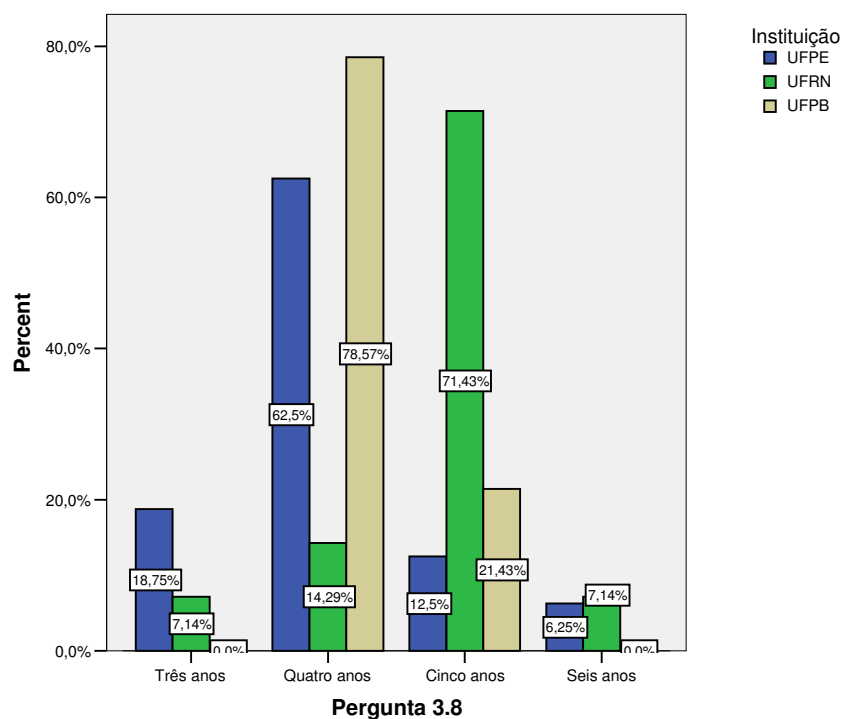
Por fim, o item 3.7.4 apresenta como atividade que aproxime a teoria da prática através da participação de atividades de laboratório. Todas as instituições investigadas tendem a concordar com essa prática. A UFPE apresentou o maior índice de concordância dentre as três instituições, com 75%. Já a UFRN fez um total de 71,43%, seguida da UFPB com 50% dos respondentes que admitem tal atividade prática. Como mostra o gráfico a seguir:



Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 32 – Opinião quanto à participação de atividade de laboratório

O último item (3.8), indagou sobre a duração do curso, requerendo opinião que os docentes teriam, quando o assunto fosse duração do curso. O Gráfico 33 apresenta os resultados relativos a este aspecto.



Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 33 – Opinião quanto à duração do curso

Ao analisar o gráfico mostrado anteriormente, fica claro, que os respondentes da UFPE e da UFPB, em sua grande maioria, defendem que o curso seja ministrado em 04 anos. Diferentemente, da UFRN que defendem a duração de 05 anos para a formação adequada do discente.

O PMEC não determina a carga horária que deve ser dada aos estudantes, mas deixa claro que o curso, tendo em vista a complexidade e abrangência das disciplinas, não poderá ser ministrado em menos de 03 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eleição de uma grade curricular dependerá das peculiaridades de cada país, pois segundo o PMEC, devem-se levar em conta leis e regulamentos oficiais, das normas profissionais, dentre outros aspectos. Dessa forma, a recomendação que o ISAR faz é que não é conveniente prescrever um programa concreto de formação, pois muitos fatores culturais, sociológicos e ambientais interferem na definição de um currículo. Com base nisso, é que o PMEC recomenda que os currículos sejam definidos em nível nacional/local.

Mesmo assim, o PMEC não perde sua importância, na formação de Contadores Globais, uma vez que se pode utilizar o modelo, como uma referência, um guia, sobre as últimas tendências/exigências no mundo empresarial e Contábil.

Dentro desse contexto, se deve levar em consideração que o Currículo Mundial é um modelo conceitual que se caracteriza pelo cunho normativista, e sabe-se que a crítica que essa corrente de pensamento traz, é que a prescrição de uma situação não irá revelar com solidez se haverá eficácia ou não na adoção do modelo.

No Brasil, a única experiência brasileira na adequação total ao *Currículo Mundial*, é a FUCAPE – *Business School* (Espírito Santo), até porque alguns dos professores que lá lecionam, são membros efetivos do ISAR, tal como os Professores Valcemiro Nossa, Nelson Carvalho, dentre outros. No entanto, não se pode avaliar ainda esta remodelagem curricular, pois o curso de *Contador Global* teve sua primeira turma em 2005, e ainda não se tem resultados concretos, que afirmem ou não a eficácia do PMEC no Brasil.

Quanto às normas ditadas pelo MEC, tais como a LDB/96, Resolução nº. 10/04 abrangem em seus conteúdos aspectos da grade curricular de forma a atender ao modelo internacional.

O Currículo Mundial tem a preocupação de formar profissionais para o mercado, e não contempla disciplinas voltadas à formação de docentes, em aspectos didáticos, pedagógicos e metodológicos, apesar dos professores investigados entenderem que o curso deveria englobar tal área. Como também, outra limitação do modelo do ISAR é que não há ênfase quanto à pesquisa e a produção científica, outro ponto considerado importante para os professores pesquisados. Este fato pode ser comprovado devido a não abrangência no Currículo Mundial sobre a disciplina monografia, por exemplo. Enfim, o P MEC está voltado mais para o atendimento das exigências mercantis, tendo em vista, que o curso privilegia o mercado de trabalho das empresas, em detrimento à ênfase em áreas de pesquisa e de formação de docentes.

Outro dado importante que foi constatado através análise e comparação curricular é que, das 166 disciplinas oferecidas pelas IFES estudadas, nenhuma trata de tópicos internacionais ou de globalização, como por exemplo, o estudo de línguas estrangeiras, Contabilidade Internacional, etc. Mesmo assim, todas as disciplinas oferecidas pelas IFES foram contempladas no modelo do ISAR, demonstrando certo grau de aderência dos programas brasileiros ao internacional.

Um dado interessante é que o Decreto Federal no. 20.158, de 1931, que organizava o ensino comercial e a profissão do Contador da época, tinha como disciplinas básicas obrigatórias, o inglês e o francês. O que hoje, 76 anos depois,

não é contemplado pelos currículos atuais, tão importante naquele tempo o que dirá agora.

Outra observação que se faz presente é que o curso da UFPE, já existe uma proposta curricular, aguardando aprovação desde janeiro de 2002.

CONCLUSÃO

O domínio de conhecimentos específicos congruente a uma compreensão holística do ambiente, são exigências cada vez mais presentes no mercado de trabalho do Contador. Esta situação reflete a complexidade de uma realidade que os egressos do curso terão de enfrentar. Dessa forma, é fundamental que as escolas de Contabilidade abordem essa complexidade, com currículos mais flexíveis.

Essa característica (flexibilidade), não foi identificada nos currículos estudados, uma vez que nas três instituições, os programas curriculares adotados são de 1994, isto é, há 17 anos não se tem uma reforma abrangente no currículo. Bem como, com base nos resultados do questionário aplicado aos professores das instituições estudadas, apontam que o principal fator que dificulta uma remodelagem curricular é exatamente o excesso burocrático, muito embora, para a maioria dos questionados, entendem que a flexibilidade curricular deve ser característica pertinente no atendimento às mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas do mundo.

Dessa forma, os desafios que se apresentam a todos os atores envolvidos no processo formativo de Ciências Contábeis, é de uma rigidez curricular, com excessivo grau burocrático, onde os professores não concordam que as discussões acerca do currículo sejam visíveis e notórias nos pleitos departamentais internos de suas instituições, à exceção da UFRN; como também, da não 'legalidade' do exame de suficiência para os egressos do curso, embora estejam frequentemente em pauta das discussões do CFC, e seja importante no estímulo a melhora do ensino e da qualidade do Contador que ingressará no mercado, na visão dos professores estudados; ainda, que os currículos não apresentam tópicos internacionais, tópicos

sobre TI, métodos quantitativos aplicados ao negócio, Contabilidade Social, Ambiental e Internacional, línguas estrangeiras; e por fim, apesar de ser unânime o posicionamento dos docentes quanto a impossibilidade de nivelamento da educação do Contador mundo, atribuindo para tanto, as divergências regionais de mercado, a falta de harmonização das normas e, principalmente, a variável cultural-humano-comportamental como dificuldades, não se pode considerar que estes fatores dificultadores sejam impossíveis de serem realizados. O fato é que os organismos nacionais e internacionais de Contabilidade vêm lutando para que o nivelamento da educação seja possível. Convém lembrar que tais desafios não devem ser encarados como um problema insolúvel, mas sim como oportunidades para melhoria da formação.

O PMEC pode ser um ponto de partida para os países que pretendem harmonizar suas normas e suas qualificações no âmbito nacional e internacional. Este deverá ser encarado com um guia de referência para a qualificação de Contadores e não como a única saída para a solução da formação qualitativa de profissionais Contábeis, principalmente se levarmos em consideração as peculiaridades situacionais brasileiras.

As ações que se colocam à prova para profissão Contábil é que as escolas podem oferecer em seus cursos, formação e qualificação adequadas às exigências globais e empresariais; aprovação pelo governo, com certa urgência, obrigando aos egressos do curso prestar um exame, que daria mais credibilidade aos profissionais perante a sociedade e as empresas. Uma vez que tal exame faz parte do PMEC; Bem como a adoção do PEC, que atualmente são destinados apenas aos auditores independentes, a todos os Contadores, como garantia de excelência dos serviços Contábeis, uma vez que obrigam aos profissionais a atualização constante de seus

conhecimentos, incorporando, de uma vez por todas, a formação continuada com um instrumento de melhoria e atualização constante dos conhecimentos do Contador, tendo em vista que atualmente a graduação não pode ser encarada mais como um fim.

As perspectivas para a formação do Contador no Brasil são visíveis, uma vez que, com currículos adequados à nova realidade resultará no fortalecimento da profissão, através de um melhor preparo de seus recursos humanos; bem como, com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o Comunicado 14.259 do BACEN, por exemplo, revela as ações já tomadas pelos organismos brasileiros em busca da harmonização e padronização das normas contábeis. Outro ponto seria a adoção obrigatória do exame de suficiência, ponto abordado no PMEC, que constituiria em uma medida legítima, que objetivará resguardar a sociedade, garantindo-lhe a qualidade dos serviços de Contabilidade prestados pelos Contadores profissionais.

Por fim, deve-se levar em consideração que o processo educacional deve ser continuamente (re)visto para estar adequado às necessidades do mercado (organizações públicas, privadas, não governamentais, comerciais, industriais, de serviços, na formação/qualificação docente, etc.), no âmbito internacional, nacional e local, e que as escolas consigam estabelecer um equilíbrio entre a busca de uma formação de profissionais com padrão internacional e a contribuição que este profissional passa a assumir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. Este trabalho assume um caráter de relevância perante a profissão, uma vez que a motivação para a manutenção de um estado de mudança se torna premente, onde as turbulências advindas desse processo possam ser benéficas para novas atitudes comportamentais em relação às Ciências Contábeis.

SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

O estudo contém detalhes importantes para poder ser utilizados no desenvolvimento de um programa brasileiro de Contabilidade, adequadas ao modelo internacional, e atendendo as peculiaridades regionais. Com isso, propõe-se que sejam realizadas pesquisas no intuito de melhorar as condições de formação dos Contadores brasileiros.

A FUCAPE, por exemplo, poderia ser estudada, no sentido de se avaliar a adoção de um currículo, com base no PMEC, seus impactos no mercado de trabalho, etc. A experiência desta escola poderá servir como caminho que subsidie a aplicação dessa estrutura em outras escolas de Contabilidade.

Sugere-se que se aprofunde a questão dos conteúdos repassados aos estudantes, se os professores repassam todo o conteúdo, inclusive na bibliografia e metodologia de ensino utilizada/praticado, no sentido de se identificar se a preparação dos Contadores condiz com os objetivos dos cursos.

Como também se podem realizar pesquisas entre professores, agentes do mercado, empresas, instituições de ensino, profissionais Contábeis, para revelar de fato quais as exigências do mercado de trabalho, bem como de fornecer considerações mais aprofundadas sobre outros fatores, tais como aspectos culturais, políticos e socioeconômicos.

REFERÊNCIAS

ADHIKARI, A.; FLANIGAN, M.; TONDKAR, R. H. A survey of international accounting education in the US and some other countries, **Journal of Accounting Education**, Volume 17, Issues 2-3, Spring-Summer: 175-189, 1999.

ARAÚJO, Éverson Lemos de. **A inserção dos alunos de graduação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco no mercado de trabalho**: uma análise estatística do período em 1997 a 2001. Recife, 2003. 47 p.

ARAÚJO, Inaldo da P. Santos. **Introdução à Contabilidade**. Breves apontamentos de aula. Salvador – BA; 1998.

AVELINO JÚNIOR, Francisco Marcelo. **Cultura da Educação Profissional Continuada: uma análise dos contadores do município de Fortaleza-CE**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Programa Multiinstitucional). Natal/RN, 2005. 140 p.

BARBOSA, Leonardo do Nascimento. **As diretrizes curriculares diante da formação do profissional de ciências contábeis**. Recife: 2000. 40 p.

BARROS, Patrícia Helena Dantas de. **Uma análise crítica da grade curricular do curso de Ciências Contábeis da UFPE, no contexto do exame de suficiência para profissional contábil**. Recife, 2004. 48 p.

BEDONE, Dalva. **Manual Didático Pedagógico**. Campinas: PUCCAMPINAS, 1987.

BETING, Joelmir. Um Blecaute Contábil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25/09/1999.

BLOOM, Robert. Accounting education: charting the course through a perilous future. **The Journal of Government Financial Management**, Alexandria, spring, 2002. Disponível em <<http://proquest.umi.com>> Acesso em: 15.03.2006.

BOTH, Ivo José. “Avaliar a universidade é preciso: agente de modernização administrativa e da educação”. In: SOUZA, Eda C. B. Machado (org). **Avaliação Institucional**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. 244 p.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Resolução nº. 3 de outubro de 1992.** Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis. Diário Oficial da União. Brasília, 1992.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº. 9.394).** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. DF, 20 dez 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Parecer CES/CNE nº. 146/2002.** Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, nº. 90, de 13 de maio 2002, seção 1.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Parecer CES/CNE nº. 329/2004.** Carga Horária Mínima dos Cursos de Graduação, Bacharelado, na modalidade presencial. Brasília-DF, 11 de novembro de 2004.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Resolução nº. 10, de dezembro de 2004.** Câmara de Educação Superior / Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em 20 out 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Comunicado 14.259/2006.** Sobre a convergência das normas internacionais de Contabilidade às brasileiras. Brasília-DF. Disponível em <<http://www.iasplus.com/resource/0603brazil.pdf>> Acesso em 05 jan. 2007.

BRITTO, Jairo Xavier de; TENÓRIO, Jose Nelson; Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. **Enfoque estratégico da aprendizagem do aluno graduado de Ciências Contábeis na Universidade Federal de Pernambuco.** Recife, 2000. 48 p.

CALLENBACH, E., et al. **Gerenciamento Ecológico – Eco-Management – Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.

CAMPANHOLA, C. Gestão ambiental e crescimento econômico. In: I Simpósio ambientalista brasileiro no cerrado. Contribuições para um novo modelo de desenvolvimento. **Anais do I Simpósio Ambientalista Brasileiro no Cerrado.** Goiânia: GO, 1995.

CARDOZO, Wagner et al. O ensino de métodos quantitativos nos cursos de ciências contábeis. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, 6, 2006, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2006. 1 CD-ROM.

CARR, Graham. O currículo contábil – respondendo ao desafio da mudança. In: FRANCO, Hilário. **A Contabilidade na era da globalização**: temas discutidos no XV Congresso Mundial de Contadores, Paris, de 26 a 29-10-1997. São Paulo: Atlas, 1999.

CARVALHO, Nelson. **Currículo do Contador Global**. Disponível em <<http://www.fucape.br>>. Acesso em 19.12.2004.

CHEIBUB, Theócrita Pereira. **Currículos plenos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis**: uma análise de grades curriculares recentes. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Programa Multiinstitucional). Brasília/DF, 2003. 206 p.

COELHO, Claudio Ulysses F. **O Técnico em Contabilidade e o Mercado de Trabalho: contexto histórico, situação atual e perspectivas**. Informativo 263 - SENAC. Rio de Janeiro, 2000. Acesso em <<http://www.senac.br/informativo/BTS/263/boltec263d.htm>>. Acesso em 23.02.2007.

CONOVER, T.; SALTER, S.; PRICE, J. (1994). International accounting education: a comparison of course syllabi and CFO preferences. **Issues in Accounting Education**, 9(2), 259–270.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº. 945/2002**. NBC P4 – Normas para Educação Continuada. Brasília-DF, 27 de setembro de 2002.

_____. **Resolução nº. 995/2004**. NBC P4 – Normas para Educação Continuada (Nova Edição da Resolução nº.945/2002). Brasília-DF, 23 de abril de 2004.

CRUZ, Flávia Angélica de Lira. **Qualificação dos docentes de contabilidade da UFPE**: uma análise evolutiva do esforço institucional do Departamento de Ciências Contábeis da UFPE frente às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Recife, 2004. 44 p.

CRUZ, Naiana V. S, José C. S. GALVÃO. **Origem e Evolução do Pensamento Contábil**. UEFS, Feira de Santana- BA, 2001. Monografia. 72 p.

DA SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade – orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** São Paulo: Atlas, 2003.

DEITOS, Maria Lúcia Melo de Souza. O impacto dos avanços da tecnologia e a gestão dos recursos tecnológicos no âmbito da atividade contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade.** Brasília: CFC, ano XXXII, n. 140, p. 21-31, março/abril de 2003.

DICKEY, Edwin M. **Challenges of mathematics teaching today: how can school leaders help?** NASSP Bulletin, 997, pp. 1-10.

DUTRA, Onei Tadeu. **Proposta de uma Matriz Curricular para o Curso de Ciências Contábeis na Grande Florianópolis.** São Paulo: FEA/USP, 2003.

GODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e Prática.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GUARANÁ, Maria de Fátima do Rêgo Barros. Metodologia de **ensino da Contabilidade**: uma visão do estudo de Prof^a. Cacilda Andrade voltada para os alunos da UFPE. Recife, 2003. 31 p.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
FRANCO, Hilário. **Temas Contábeis.** 1^a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. “Avaliação de cursos”. In: SOUZA, Eda C. B. Machado (org.). **Avaliação de currículos e programas.** Brasília: Universidade de Brasília, 2000. 72 p.

FREZATTI, Fabio; LEITE FILHO, Geraldo Alemandro. Análise do Relacionamento entre o Perfil de Alunos do Curso de Contabilidade e o Desempenho Satisfatório em uma Disciplina. In **XXVII ENANPAD**, 20 a 24 de setembro de 2003, Atibaia – São Paulo.

HENDRIKSEN, Eldon S. e BRENDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

HERNANDEZ, José. **Gestão Estratégica de Custos.** São Paulo: Atlas, 1999.

JACOMINO, Darlen. Você é um profissional ético? **Revista Você S.A.**, São Paulo: Editora Abril, ed. 25, ano 3, p. 28-36, jul.2000.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5ª. Edição - São Paulo: Editora Atlas, 2004.

KOLIVER, Olívio. O ensino universitário, os exames de competência e a educação continuada na busca da excelência e do exercício profissional pleno. *In* **Revista do CRC/RS**, n. 98, Porto Alegre, 1999.

_____. A Formação e o Exercício Profissional dos Contadores e a Multidisciplinaridade. *In* **Anais do XXIV Conferência Interamericana de Contabilidade**. Punta del Leste, Uruguay, 2001.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Uma Reflexão sobre o Ensino da Contabilidade**. Disponível em <<http://www.gestipolis.com/canales5/fin/umareflex.htm>> Acesso em 23.01.2005.

_____. Contabilidade ambiental como sistema de informações. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília – DF: ano XXXI, n. 133, p.69-83, jan/fev.2002.

LAFFIN, Marcos. O professor de contabilidade no contexto de novas exigências. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, nº 127, 2001.

LEHMAN, G. **Contabilidade Ambiental: contabilidade como o discurso instrumental ou emancipatória?**
<http://www.gla.ac.uk/departments/accounting/csear/studentresources/index.html>
acesso em 24 de fevereiro de 2003.

LIGHTNER, Sharon; HOUSTON, Carol Olson. Offering a globally-linked international accounting course in real time: a sharing of experiences and lessons learned. **Journal Accountin Education**. Vol. 19 – 2001 – 247-263.

LIMA, Angélica Ferreira de. **A informática como uma das ferramentas na melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem no curso de Ciências Contábeis da UFPE**. Monografia de Conclusão de Curso. UFPE, Recife, 2003. 45 p.

LINDO, A. P. El Currículo Universitario Frente a los Cambios em los Sistemas de Ideas Y Creencias. In: **I Encuentro Nacional sobre la Universidad como Objeto de Investigación**, Anais. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, v. 7, n.1, p. 73-88, 1996.

LLENA, F. **La responsabilidad social de la empresa**. Disponível em <www.ciberconta.unizar.es> Acesso em 26 de março de 2003.

LOPES, Jorge E.G. Uma introdução ao estudo da escola do terceiro milênio. A escola contingencial. **Revista de Administração Educacional**, Recife, v.1, n.1, p.39-45, jul./dez., 1997.

_____; MULATINHO, Caio E.S.; SILVA, Felipe Dantas C. da; PEDERNEIRAS, Marcleide M.M; VIEIRA, Dimmitre Morant. **O Fazer do Trabalho Científico em Ciências Sociais Aplicadas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

MACHADO, Márcia Reis. **O resultado econômico-financeiro proporcionado aos profissionais mediante conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu* em contabilidade, 1998-2001**. João Pessoa, PB, 2003. 145 p.

MARION, José Carlos. **O ensino da contabilidade o professor do ensino superior na Contabilidade, vantagens e desvantagens, linhas metodológicas, ensino da contabilidade Brasil X EUA**. São Paulo: Atlas, 1996. 124 p.

_____. Preparando-se para a profissão do futuro. **Pensar Contábil**, v. 1, n° 2, nov., 1998.

_____, MULLER, Aderbal Nicolas. **Qual o futuro da Contabilidade na nova economia?** Disponível em <http://www.classecontabil.com.br/servlet_art.php> Acesso em 15.12.2004.

_____, ROBLES JÚNIOR, Antônio. **A Busca da Qualidade no Ensino Superior de Contabilidade no Brasil**. Disponível em <<http://www.classecontabil.com.br>> acesso em 15.03.2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LOUSADA, Ana Cristina Zenha. Egressos como Fonte Informação à Gestão dos Cursos de Ciências Contábeis. **Revista de Contabilidade e Finanças USP**. São Paulo, n. 37, p. 73-84, jan./abr. 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. 2a. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MATTAR, F. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

MCCLURE, M. M. (1988). Internationalization of the introductory financial accounting course. **Journal of Accounting Education**, 159–181.

MEEK, G. K. (1985). Adding an international dimension to the introductory managerial accounting course. **Journal of Accounting Education**, 57–68.

MENDIVIL, Jorge Luis Ibarra. The New Providers of Higher Education. *In* **Higher Education Policy**. December 2002, Vol. 15, Number 4, Pages 354-364. Disponível em <<http://www.palgrave-journals.com>> Acesso em 24.10.2006.

MORAES, Edson Franco. **O impacto das grades curriculares do curso de bacharelado em ciências contábeis no desempenho das instituições de ensino Superior do estado da Paraíba no exame de suficiência no Período de 2000 a 2004**. Dissertação de Mestrado – UFPE/UFPB/UFRN/UnB. Paraíba: 2005.

MOREIRA, Antônio Flávio B. Currículo, Utopia e Pós-modernidade. *In*: **Currículo: Questões Atuais**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001b.

MOREIRA, José Antônio Cardoso. O Ensino de Contabilidade em Portugal: debater o presente e preparar o futuro. **Revista de Contabilidade e Comércio**, Vol. LV – no. 237. Portugal, 2005. Disponível em <<http://www.infocontab.com.pt/download/revInfocontab/2006/15/JoseCardoso.pdf>> Acesso em 20.12.2006.

NASI, Antônio Carlos. Globalização da Economia e as novas tendências da profissão contábil no século XXI. **Revista do Conselho Regional do Rio Grande do Sul**. N° 92, 1998.

NOSSA, Valcemiro. A necessidade de professores qualificados e atualizados para o ensino da contabilidade. **Revista de Contabilidade do CRC-SP**. São Paulo, Ano III, n.9, p.18-23, set. 1999

_____. **A necessidade de professores qualificados e atualizados para o ensino da contabilidade**. VI Congresso Brasileiro de Custos, São Paulo - Brasil. v. 1. p. 1-11. 1999. Disponível: <www.eac.fea.usp.br/ftp/congresso/T108.pdf> [acesso em 27/04/2005]

_____. MAZOCO, L. F.; KASSAI, J. R.; KASSAI, Silvia; GONZALES, P. G. Las Instituciones de Educación Superior Y Las Empresas: Necesidad De Una Integración para Mejorar la Enseñanza de la Contabilidad. In **Anais do 3er. Congresso Internacional sobre Innovaciones e Investigación en la Docencia en Contaduría y Administración**. Cidade del México , México, Outubro de 2000.

OLIVEIRA, Marcelle Colares. **A formação e a inserção no mercado de trabalho dos bacharéis em ciências contábeis graduados do município de Fortaleza**. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, 1996. 241 p.

ONU. **Carta da Organização das Nações Unidas**, 1945. Disponível em <http://www.vestibular1.com.br/revisao/historia_onu.doc > acesso em 20.12.2004.

PEREIRA, Dimmitre Morant Vieira Gonçalves. **A formação e a qualificação do contador face ao programa mundial de estudos em contabilidade proposto pelo isar: Uma abordagem sobre o processo ensino-aprendizagem**. Monografia de Conclusão de Curso (UFPE), Recife, 2005.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico – do planejamento aos textos, da escola à academia**. 2. ed. São Paulo: Rêspel, 2003.

PROTASIO, Andréa Ribeiro da Silva; BELTRÃO, Mônica; Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. **A importância do ensino de contabilidade na formação do contador**. Recife, 1999. 30 p.

RAVANELLO, Holy. Um novo Currículo para o Curso de Ciências Contábeis. **Revista do Conselho de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. nº. 1 julho/setembro de 1972.

RICCIO, Edson Luiz; SAKATA, Marici Cristine Gramacho. Evidências da Globalização na Educação Contábil: estudo das grades curriculares dos cursos de graduação em universidades brasileiras e portuguesas. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, nº. 35, p. 35-44, maio/agosto, 2004.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 3º ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002. 400 p.

_____. A função social do contabilista. **Revista Mineira de Contabilidade**. Belo Horizonte – MG: n. 03, p. 24-27, abr/jun. 2001.

SA, Maria Aparecida de Araújo; LOPES, Christianne Calado Vieira de Melo; Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. **Um estudo sobre o Curso de Ciências Contábeis da UFPE quando submetido ao primeiro provão uma análise do perfil acadêmico, condições infra-estrutura e trabalho dos docentes.** Recife, 2002. 65 p.

SAVIANI, Nereide. **Saber Escolar, Currículo e Didática: Problema da Unidade Conteúdo/Método no Processo Pedagógico.** São Paulo: Editora Autores Associados, 1998.

SCHMIDT, Paulo. **História do Pensamento Contábil.** Porto Alegre: Bookman, 2000.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MOURA, Herval Silva. **Retrospectiva Histórica do Ensino Superior de Contabilidade no Brasil.** Disponível em <<http://www.icteba.org.br/aspecton/doc/d0>>. Acesso em 10.01.2006.

SILVA, Laércio Baptista da. **A contabilidade no Brasil – aspectos do desenvolvimento por influência da legislação e do contabilista.** São Paulo: Dissertação de Mestrado – FEA-USP, 1980.

SILVA, Leidreanny Timoteo da; SILVA, Luiz Gustavo Cordeiro da; Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. **Educação continuada e formação profissional em contabilidade estudo comparativo entre Brasil e Espanha.** Recife, 2000. 65 p.

SILVA, Selia Grabner da; SILVA, Tânia Moura da. **Ciência Contábil, a necessidade do mercado e o ensino superior.** In Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (CRC/RS), 1995.

SILVA, Tânia Moura da; GLABNER, Selia; BANDEIRA, Ana Mariella. Perspectiva Atual para a Formação do Contador. **Revista Eletrônica de Contabilidade.** V. 1, n. 1, set-nov/2004.

SOUZA, Eda C. B. Machado de. **Avaliação de instituições de ensino superior: o caso do Brasil e de outros países.** 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. 110 p.

STAINSACK, Shellen. “A Interação universidade/empresa no Estado do Paraná”. In: **1º Concurso de monografia sobre a relação universidade/empresa.** Curitiba: IPARDES, 1999.

STOUT, D. E; SCHWEIKART, J. A. (1989). The relevance of international accounting to the accounting curriculum: a comparison of practitioner and educator opinions. **Issues in Accounting Education**, 4(1), 126–143.

TERRA, Carolina. **As profissões mais valorizadas nos EUA**. Disponível em <<http://rpalavreando.blogspot.com/2006/04/rp-em-destaque-entre-as-profisses-mais.html>>. Acesso em 17.04.2006.

TINOCO, J. E. P. **Balço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001

TONDKAR, R., ADHIKARI, A.; COFFMAN, E. (1994). Adding an international dimension to upper-level financial accounting courses by utilizing foreign annual reports. **Issues in Accounting Education**, 9:2(Fall), 271–281.

TRALDI, Lady Lima. **Currículo**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

UNCTAD, **Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento**. Disponível em <http://www.lainsignia.org/2004/junio/econ_023.htm>. Acesso em 20.12.2005.

_____. Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento. **International Standards of Accounting and Reporting (ISAR): TD/B/COM.2/ISAR/5 – Directiva para la elaboración de un programa mundial de estudios de contabilidad y otras normas y requisitos de cualificación**. Ginebra, 1999. Disponível em <<http://www.unctad.org/sp/docs//c2isard6.sp.pdf>>. Acesso em 20.12.2005.

_____. Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento. **International Standards of Accounting and Reporting (ISAR): TD/B/COM.2/ISAR/6 – Plan de estudios Mundial para la formación de contables profesionales**. Ginebra, 1999. Disponível em <<http://www.unctad.org/sp/docs//c2isard6.sp.pdf>>. Acesso em 20.12.2005.

_____. Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento. **International Standards of Accounting and Reporting (ISAR): TD/B/COM.2/ISAR/21 – Plan de estudios Mundial para la formación de contables profesionales (revisado)**. Ginebra, 2003. Disponível em <<http://www.unctad.org/sp/docs//c2isard6.sp.pdf>>. Acesso em 20.12.2005.

VARELLA, Márcio. "Programa de Educação Continuada chega aos auditores independentes". In **Revista Brasileira de Contabilidade**. Ano XXXI, nº 138, Novembro/Dezembro, 2002.

VEIGA NETO, Alfredo. Estudos de Currículo: novidade no *front*. **Revista Educação e Sociedade**. Vol. 25, n. 89. Campinas: set./dez. 2004.

WALTER, Milton Augusto. **Introdução à contabilidade**: uma metodologia moderna para o ensino da Contabilidade. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

WILLIAMS, Jan R. Challenges facing accounting education. **The Practical Accountant**, Boston, Jul. 2000. Disponível em:
<<http://proquest.umi.com>> Acesso em: 20 mar. 2002.

WIKIPÉDIA. **Enciclopédia Livre**. Definição de *Benchmark*. Disponível em
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Benchmarking#Benchmark>>. Acesso em 20.05.2006.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



Recife, 10 de Novembro de 2006.

Prezado(a) Senhor(a),

O Professor Caio Eduardo Silva Mulatinho, aluno do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, cursando Mestrado em Ciências Contábeis, está realizando estudo sobre a Percepção dos Docentes quanto à Formação do Contador, com o objetivo de elaborar sua Dissertação de Mestrado.

Para que este estudo possa concretizar-se é imprescindível o preenchimento do questionário que estamos enviando. É importante registrar que os dados fornecidos por Vsa. são confidenciais e serão tratados somente de forma agregada sendo, portanto, impossível caracterizar as respostas individuais, resguardando assim a sua privacidade.

Contando com sua fundamental colaboração, aguardamos sua resposta por meio do encaminhamento do questionário preenchido, se possível até o dia 30 de novembro de 2006.

Atenciosamente,

Prof. Dr. José Francisco Ribeiro Filho
Coordenador Regional do PMIPGCC



**PESQUISA SOBRE A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES, QUE COMPÕEM O CORPO
DOCENTE DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, RELATIVOS À
FORMAÇÃO DO CONTADOR**

I) Dados Gerais do Professor

1.1 Idade:

- 19 a 25 anos
 26 a 35 anos
 36 a 45 anos
 46 a 55 anos
 mais de 56 anos

1.2 Formação:

- Administração
 Ciências Contábeis
 Economia
 Engenharia
 Informática
 Outro, Especificar _____

1.3 Nível de Qualificação:

- Especialização, especificar Área e Ano da Formação: _____
 Mestrado, especificar Área Ano da Formação: _____
 Doutorado, especificar Área Ano da Formação: _____
 Pós-Doutorado, especificar Área Ano da Formação: _____

1.4 Tempo que Leciona no Curso de Bacharelado em Contabilidade:

- 01 a 02 anos
 03 a 04 anos
 05 a 07 anos
 08 a 10 anos
 mais de 10 anos

1.5 Vínculo e Regime de Carga Horária (só na primeira opção) Atual com a Instituição:

- Servidor Público, especifique a carga horária: _____
 Contrato Temporário

II) Percepção dos Professores quanto à Formação do Contador

2.1 Em sua opinião, o atual currículo adotado pelo curso de bacharelado em Ciências Contábeis, oferecidos em sua instituição, é adequado para atender as atuais exigências do mercado de trabalho para a profissão do contador?

- sim
 não

Se a resposta for *sim*, passe para o item 2.2.

Se a resposta for *não*, a que você atribui?

2.1.1 Falta de uma visão mais prática do curso;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

2.1.2 Disciplinas mal posicionadas no curso, dificultando uma visão geral (encadeamento) do curso, considerando o pressuposto de que o conhecimento deve ser construído em uma seqüência lógica de complexidade para facilitar o aprendizado do educando;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

2.1.3 Falta de uma visão global de que os cursos não repassam aos estudantes, que parte da idéia de interdisciplinaridade dos conteúdos programáticos, partindo de uma visão geral do País e indo até a dinâmica das interações entre países;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

2.1.4 Falta de conteúdos programáticos dirigidos a Contabilidade Internacional e ao estudo de línguas estrangeiras, Contabilidade Ambiental e Social, Tecnologia da Informação, Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade, dado o ambiente de integração dos mercados; da ênfase em temas como responsabilidade social da Contabilidade; devido ao impacto da evolução tecnológica e de comunicação no mundo dos negócios, e por fim da utilização do ferramental estatístico no apoio ao estudo e desenvolvimento de novas técnicas na Contabilidade.

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

2.1.5 Falta de uma ênfase maior em disciplinas relativas à prática da pesquisa científica, tendo em vista ser este um método/instrumento de estudo valioso;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

2.2 Para o Senhor (a), o curso de Ciências Contábeis da instituição na qual leciona, deve focar uma área específica para atender o mercado local (regional) ou ser um curso genérico, não priorizando nenhuma área do conhecimento vinculada à Contabilidade? Poderia justificar esta resposta?

() sim

() não

Se a resposta for *não*, passe para o item 2.3.

Se a resposta for *sim*, qual (is) seria (m)?

2.2.1 Ênfase na Área Pública;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

2.2.2 Ênfase na Área Comercial;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

2.2.3 Ênfase na Pesquisa;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

2.2.4 Ênfase na Formação de Professores;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

2.2.5 Ênfase em Comércio Exterior;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

2.2.6 Ênfase na Área Gerencial;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

2.2.6 Outra Área, especificar: _____

2.3 Em sua opinião, o nivelamento da educação do contador no mundo é possível?

- () sim
() não

**Se a resposta for *sim*, passe para o item 3.
Se a resposta for *não*, o que dificulta?**

2.3.1 Divergências regionais de mercado;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

2.3.2 Falta de harmonização das normas;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

2.3.3 Variável cultural-humano-comportamental de cada país;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

III) Percepção quanto ao Exame de Suficiência, Aspectos Curriculares, Educação Continuada e Tempo do Curso

3.1 No que diz respeito ao exercício profissional, qual o seu posicionamento quanto à aplicação do exame de suficiência para os bacharéis?

3.1.1 Estimula a melhora do ensino de contabilidade oferecido pela instituição

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

3.1.2 Eleva a qualidade do profissional perante o mercado de trabalho

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

3.2 A flexibilidade curricular deve ser característica pertinente no atendimento às mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas no mundo?

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

3.3 Nos pleitos departamentais internos (plenos) as discussões que versam sobre “alterações”, “modificações” ou “atualizações” curriculares estão freqüentemente em pauta?

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

3.5 No seu entender o que dificulta uma remodelagem curricular?

3.5.1 Excesso burocrático quando se refere à mudança no currículo;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

3.5.2 Falta de docentes qualificados para assumir as ‘novas’ disciplina;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

3.5.3 Divergências de posicionamento entre docentes, nos pleitos departamentais;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

3.6 A participação nos cursos, *lato* e *stricto sensu*, de extensão, relativos à Contabilidade, bem como a participação em congressos, seminários, encontros em geral, deveriam ser, em sua opinião, obrigatórios, supervisionados, e até ser objeto de

medidas disciplinadoras pelo não cumprimento, punidas pelo órgão competente ou regulador?

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

3.7 Os cursos superiores devem oferecer uma carga horária prática aos alunos. Em sua opinião, como o curso deve oferecer esta carga horária, levando em consideração que deverá ser um instrumento mais eficaz possível, para a aplicação da teoria à prática?

3.7.1 Através da criação de escritórios modelos;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

3.7.2 Utilização de empresas júnior;

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

3.7.3 Prática fora da Universidade, através de convênios com empresas, atuando na figura de *trainee*.

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

3.7.4 Participação de atividades de laboratórios.

Discordo Totalmente

0	1	2	3	4
---	---	---	---	---

 Concordo Totalmente

3.8 Atualmente existem pessoas que advogam que alguns cursos superiores podem ser ministrados em três anos, incluindo os cursos de contabilidade, administração, direito e economia. Em sua opinião, qual deve ser a duração do curso de ciências contábeis?

- () três anos
- () quatro anos
- () cinco anos
- () seis anos

ANEXO A – TD 5 ISAR/UNCTAD/ONU



**United Nations
Conference
on Trade and
Development**

Distr.
GENERAL

TD/B/COM.2/ISAR/5
28 December 1998

Original : ENGLISH

TRADE AND DEVELOPMENT BOARD
COMMISSION ON INVESTMENT, TECHNOLOGY AND
RELATED FINANCIAL MATTERS
Intergovernmental Working Group of
Experts on International Standards
of Accounting and Reporting
Sixteenth session
Geneva, 17-19 February 1999
Item 3 of the provisional agenda

**GUIDELINE FOR A GLOBAL ACCOUNTING CURRICULUM
AND OTHER QUALIFICATION REQUIREMENTS**

Report by the UNCTAD secretariat

Executive summary

At its fifteenth session, the Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (ISAR) decided to devote its sixteenth session to the development of a global accounting curriculum and other qualification requirements for professional accountants. While work was already well advanced on this topic, it considered that, given the progress at the World Trade Organization on accounting disciplines, it was necessary to produce a global curriculum to serve as a benchmark to cut the time and cost of negotiating mutual recognition agreements. It therefore requested UNCTAD to continue its work on the development of a global curriculum as well as on other requirements for professional accountants in cooperation with other relevant bodies such as the International Federation of Accountants, the Arab Society of Certified Accountants and the Association of Chartered Certified Accountants. It further requested that UNCTAD report back at its sixteenth session. This report is in response to that request, and describes the work undertaken and the elements of a guideline for the qualification of professional accountants. The purpose of the guideline is to establish a benchmark for national qualifications and to assist holders of those qualifications to function in a global economy. The guideline has been developed for the benefit of the international community as a whole in order to promote global harmonization of professional qualification requirements. While there are international standards for the provision of the service of accounting, there are no global standards for the service providers. It should be noted that the purpose of this exercise was not to establish a "global qualification", since qualifications are usually given at the national level.

CONTENTS

	<u>Paragraph</u>
I. Introduction	1-8
II. Components of a system for the qualification of professional accountants	9-48
A. General	9-12
B. Skills	13-16
C. Education for general knowledge	17-20
D. Education for professional knowledge	21-33
E. Professional values	34-36
F. Assessment of professional competence	37-39
G. Practical experience required for a professional certification	40-41
H. Continuing professional education	42-48
III. Qualification standards, accreditation and certification	49-56
IV. Recommendations	57-58
	<u>Page</u>
Bibliography	15
Annex I: Background documents considered by the informal consultative group	16-17

I. Introduction

1. One objective of the Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (ISAR) is to strengthen the accountancy profession worldwide in order to create a global profession capable of offering its services across borders. To attain this objective UNCTAD has undertaken an exercise to design a benchmark or guideline for the qualification of professional accountants which would establish a point of reference for national qualifications and assist holders of those qualifications to function in a global economy. This exercise was carried out in collaboration with an informal consultative group of experts from the Arab Society of Certified Accountants, the Association of Chartered Certified Accountants, the Certified General Accountants of Canada, the European Commission, The Fédération Internationale des Experts Comptables Francophones (FIDEF), the Institute of Chartered Accountants of Scotland, the Polish Accounting Standards Board, the International Federation of Accountants (IFAC), and representatives from academia and international accounting firms.

2. The components of this system include:

- (a) general knowledge and skills;
- (b) detailed curriculum for professional (technical) education;
- (c) professional examinations;
- (d) practical experience;
- (e) continuing professional education; and
- (f) a certification scheme.

3. The guideline was developed for the benefit of the international community as a whole in order to promote global harmonization of professional qualification requirements. Such harmonization would close the gaps in national education systems, cut the cost of mutual recognition agreements and thereby increase transborder trade in accountancy services. While there are international standards for the provision of the service of accounting, there are no global standards for the service providers. It should be noted that the purpose of the exercise was not to establish a "global qualification", since qualifications are usually given at the national level (although there are several exceptions), but to establish a benchmark.

4. The informal group has been meeting during the past four years following decisions taken at the twelfth, thirteenth and fifteenth sessions of ISAR. At its fifteenth session, ISAR decided that UNCTAD should continue its work on the development of a global curriculum in cooperation with relevant bodies, as well as on other requirements for the training of professional accountants, and should report back to ISAR at its sixteenth session. The Chairperson of the fifteenth session noted that the International Forum of Actuaries Associations had undertaken a similar exercise to produce minimum global guidelines for the education of actuaries in order to protect their professional titles and the public.

5. ISAR, in selecting a topic for the sixteenth session, considered that the work on the global curriculum was already well advanced, making it possible that a conclusion could be reached at its sixteenth session. Moreover, it was considered that producing a benchmark for professional qualifications had become a matter of some urgency, given the progress made in the area of accounting at the World Trade Organization (WTO).

6. The informal consultative group made its recommendations after having considered and discussed numerous background papers (listed in annex I). The group also drew considerably on the work of the IFAC's Education Committee, particularly its guidance relating to the qualification of professional accountants (also listed in annex I). Given the educational guidelines and materials of IFAC and the work of the experts, particularly on the detailed global curriculum, there now exists some specific guidance on the steps that need to be taken at the national level to ensure the proper formation of professional accountants. Recent events have re-enforced the need for such guidance. First, WTO has completed its work on the disciplines for the domestic regulation of licensing requirements and procedures, qualification requirements and procedures, and technical accounting and auditing standards. The WTO disciplines do not set out in any detail what licensing

requirements and qualification requirements should be; they only stipulate that the requirements should not constitute unnecessary barriers to trade. The disciplines, therefore, do not specify what is required to become a professional accountant. As it is not the task of WTO to develop qualification standards, the development by ISAR of a global qualification and an accreditation system would contribute to the work of WTO. For example, the has a dispute settlement procedure for cases which infringe on free trade agreements, and a global benchmark for qualifications would, at least in theory, be of some use in resolving disputes about the recognition of qualifications.

7. Second, in the wake of recent financial crises, various deficiencies in accounting disclosure and auditing have come to light, adding to the growing pressures to use international accounting standards. The need for better accounting disclosure has been emphasized by Arthur Levitt, Chairman of the United States Securities and Exchange Commission according to whom:

"The significance of transparent, timely and reliable financial statements and its importance to investor protection has never been more apparent. The current financial situations in Asia and Russia are stark examples of this new reality. These markets are learning a painful lesson taught many times before: investors panic as a result of unexpected or unquantifiable bad news."

8. The use of international accounting standards depends critically on the existence of qualified accountants and auditors, but there are many obstacles to teaching international accounting standards. The fact that accountants' understanding is often limited to their own national standards and standard-setting processes constitutes an important impediment to raising capital globally and to financial stability. Thus, globalization and the liberalization of capital markets have implications for accountants and auditors. They not only have to be equipped to operate in these markets, but they also have to ensure their efficient functioning. Globalization also requires that one or more accounting qualifications should be transportable over national frontiers. Accountants who have already qualified with a recognized professional body find it hard to understand why they should have to re-qualify with another body if they wish to move across national frontiers. Accountants from developing countries have additional difficulties in that their local qualifications are not recognized abroad, and transnational corporations and international agencies located in their countries depend on foreign accountants. A benchmark for qualifications would help developing countries to establish whether the qualifications of their nationals were of comparable standard to those elsewhere. If they could not meet the benchmark, then it would be clear where remedial action was needed. This paper is divided into three sections: a description of the components of a system for the qualification of professional accountants; a description of certification systems; and recommendations. The detailed global curriculum can be found in document TD/B/COM.2/ISAR/6.

II. Components of a system for the qualification of professional accountants

A. General

9. The components of a system for the qualification of professional accountants are:

- (a) General education and skills;
- (b) Professional education;
- (c) Assessment of professional competence;
- (d) Relevant experience;
- (e) Continuing professional education; and
- (f) Certification.

10. In a normal career path, people receive their general education prior to their professional education, although some subjects may be studied concurrently in many educational institutions. Candidates frequently obtain professional experience while they are receiving their formal education; otherwise, they obtain the relevant experience after they have completed their formal education. Professional

competence may be assessed following the completion of the periods of education and experience, but in many cases the examination is taken prior to completion of the entire period of relevant work experience.

The goal of education and relevant experience in the qualification of professional accountants

11. According to IFAC's International Educational Guideline (IEG) No.9, "The goal of education and experience must be to produce competent professional accountants who are capable of making a positive contribution over their lifetimes to the profession and to the society in which they work. The maintenance of professional competence in the face of the increasing changes they encounter makes it imperative that accountants develop and maintain an attitude of learning to learn. The education and experience of professional accountants must provide a foundation of knowledge, skills, and professional values that enables them to continue to learn and adapt to change throughout their professional lives."

12. Achieving this goal requires grounding in the skills, knowledge (both general and technical) and professional values essential to professional competence. The skills which professional accountants must attain through education and experience are discussed in section B below. The knowledge that individuals must acquire prior to qualification consist of general knowledge and professional knowledge. General knowledge is discussed in section C below. Professional knowledge, according to IFAC's guidance, may be grouped into three categories: organizational and business knowledge; information technology knowledge; and accounting and accounting-related knowledge. Professional knowledge is discussed in Section D and professional values in section E, below. Determining the level of attainment of aspiring professional accountants is the subject of section F. This assessment of professional competence is normally done through an examination scheme. Section G discusses the subject of relevant professional practice requirements, and section H describes the elements of a programme for the continuing education of professionals.

B. Skills

13. It is not sufficient for aspiring professional accountants to possess only theoretical knowledge. Accountants must also have the ability to apply theoretical knowledge to practical, real-life situations, by obtaining, analysing, interpreting, synthesizing, evaluating and communicating information. Many believe that these skills are best acquired during a period of general education prior to professional education. However, it should also be recognized that some elements of knowledge and skills are often acquired concurrently during the period of general and professional education and while obtaining practical experience. Examples of such skills are interpersonal, communication and problem-solving skills.

Guidance from IFAC

14. The skills that IFAC believes that professional accountants must obtain are intellectual skills, interpersonal skills, communication skills and information technology skills. These skills, as described in IEG No. 9, are as follows:

- (a) Intellectual skills:
 - the capacity for inquiry, research, abstract logical thinking, inductive and deductive reasoning, and critical analysis;
 - the ability to identify and solve unstructured problems in unfamiliar settings and to apply problem-solving skills;
 - the ability to select and assign priorities within restricted resources and to organize work to meet tight deadlines;
 - the ability to adapt to change.

- (b) Interpersonal skills:
 - the ability to work with others in a consultative process, particularly in groups, to organize and delegate tasks, to motivate and develop people, to withstand and resolve conflicts, and, at appropriate times, to lead others;

- the ability to interact with culturally and intellectually diverse people;
 - the ability to negotiate acceptable solutions and agreements in professional situations;
 - the ability to work effectively in a cross-cultural setting.
- (c) Communication skills:
- the ability to present, discuss and defend views effectively through formal and informal, written and spoken language;
 - the ability to listen and read effectively, including a sensitivity to cultural and language differences;
 - the ability to locate, obtain, organize, report and use information from human, printed and electronic sources.
- (d) Information technology skills:
- to operate at least two types of data processing systems; these would normally be a stand-alone micro computer system and a multi-user local network system;
 - to use electronic mail;
 - to access and retrieve information from an on-line database such as the worldwide web;
 - to use: a word processing programme; an accounting spreadsheet programme; a database package; and at least one accounting (book-keeping) programme (such as Peachtree Accounting).

Guidance from other professional groups

15. The Accounting Education Change Commission (AECC) in the United States was formed in 1989 by the American Accounting Association, the primary organization of accounting academics in that country, and was financially supported by the Sponsors' Education Task Force. The Task Force members represented the largest professional accounting firms in the United States. The objective of the AECC was to be a catalyst for improving the academic preparation of accountants so that entrants to the accounting profession would possess the skills, knowledge and attitudes required for success in accounting career paths. The guidance in the AECC's *Position Statement No. One*, "Objectives of education for accountants" (September 1990), is generally similar to the guidance from IFAC in IEG No.9.

16. UNCTAD also reviewed the "Syllabus for entry to the chartered accountancy profession" of the Provincial Institutes of Chartered Accountants in Canada and Bermuda's. The skills, in addition to knowledge, that the Institutes consider to be important for professional accountants, as listed in their 1997 syllabus, are also similar to those suggested by IFAC.

C. Education for general knowledge

Higher education requirement

17. According to a survey by the WTO secretariat (see "Synthesis of the responses to the questionnaire on the accountancy sector", S/WPPS/W/11, dated 5 May 1997), "Most of the countries who have responded to the questionnaire require a higher (post-secondary) degree in order to qualify as an accountant. The length of the studies necessary to obtain the degree ranges from a minimum of three years to a maximum of five."

18. In some countries, students receive their general education from educational institutions separately and prior to entering a programme of professional studies. In other countries, the courses in general education subjects and the courses in professional subjects are taken during the same programme. The choice of a single programme or two separate programmes is one for each country to make, depending on government laws and regulations, educational conditions, professional standards and other considerations.

19. IFAC does not recommend any particular general knowledge syllabus. UNCTAD has also concluded that it is not practical to prescribe a specific curriculum for general knowledge since this is a function of many different cultural, sociological

and environmental factors, and should be decided at the national level. However, IFAC's guidance in IEG No.9 states that a broad-based education should provide accountants with:

- an understanding of the flow of ideas and events in history, the different cultures in today's world and an international perspective;
- basic knowledge of human behaviour;
- a sense of the breath of ideas, issues and contrasting economic, political and social forces in the world;
- experience in inquiry and evaluation of quantitative data;
- the ability to conduct inquiry, carry out abstract logical thinking and understand critical thinking;
- an appreciation of art, literature and science;
- an awareness of personal and social values and of the process of inquiry and judgement;
- experience in making value judgments.

20. The informal consultative group has concluded that candidates for a professional designation should have completed a course of appropriate studies from an accredited higher education institution prior to becoming certified.

D. Education for professional knowledge

Guidance from IFAC

(I) Organizational and business knowledge

21. According to IFAC's IEG No.9, the recommended organizational and business knowledge core subjects are:

- economics;
- quantitative methods and statistics for business;
- organizational behaviour;
- operations management;
- marketing;
- international business;

(ii) Information technology knowledge

22. IFAC has issued IEG No. 11, entitled "Information technology in the accounting curriculum", to supplement the guidance provided in IEG No.9. IEG No.11, revised in 1998, states that all professional accountants, irrespective of their primary working responsibilities, must have at least a general level of knowledge in each of the following areas:

- information technology (IT) concepts for business systems;
- internal control in computer-based business systems;
- development standards and practices for business systems;
- management of IT adoption, implementation and use;
- evaluation of computer-based business systems.

23. After the basic techniques of electronic data processing (how to use micro computers and basic software, such as an operating programme and word processing and spreadsheet programmes) have been mastered, the study of the above IT concepts should be integrated into the study of other professional subjects.

24. In 1998, IFAC supplemented IEG No.11 with the international technology guideline No.1 entitled "Managing security of information". Recognizing the critical importance of the effective management of information, information systems and communications to the success and survival of an enterprise, the guideline describes the principles of information security and approaches to the implementation of security techniques.

25. Of particular importance to all professional accountants, regardless of their specific domain of professional activity, is the issue of internal control. This should be given particular emphasis in any education or training programme.

(iii) *Accounting and accounting-related knowledge*

26. IFAC's recommended core subjects in accounting and accounting-related knowledge are:

- financial accounting and reporting;
- management accounting;
- taxation;
- business and commercial law;
- external and internal auditing;
- finance and financial management;
- professional ethics;

Curriculum for professional knowledge

27. IFAC's IEG No.9 does not include a specific educational curriculum for professional knowledge - the scope of the guideline is to provide a general framework for the subject matter of the education of aspiring professional accountants.

28. As stated in the introduction to this paper, ISAR has concluded that many developing countries and countries with economies in transition need more than a general guideline for designing or evaluating the accounting curricula of their educational institutions. The ISAR delegates consider that there is a need for a model curriculum to serve as a benchmark if such countries are ever going to be able to demonstrate that their educational programmes are comparable to the programmes in other countries. Many States Members of the United Nations cannot afford to have a mechanism such as a special education committee to link the needs of the global market with the education of accountants in their country. Nevertheless, developing countries face barriers if they do not comply with world standards. Accordingly, ISAR requested UNCTAD to develop such a model curriculum for consideration at the sixteenth session of ISAR.

29. The informal consultative group set up by UNCTAD has met five times during the last four years to formulate a model curriculum (as well as to make recommendations on other elements of the contents of a system for the qualification of professional accountants). During this time, UNCTAD studied the curricula published by professional organizations around the world, and found several curricula which meet the IFAC guidelines in IEG No.9 and which also contain sufficient detail to be useful for the development of a model curriculum.

30. The informal consultative group found that curricula historically have been prescriptive, that is, they specify the general and technical subject matters that professional accountants need to study to acquire the appropriate knowledge and skills. However, in some of the developed countries, another approach, called the "competency-based approach", is being followed. This approach takes outcomes (that is, what is required of a person for that person to be considered a qualified professional accountant) as the starting point for course and syllabus development.

31. The global curriculum developed by the informal consultative group (contained in document TD/B/COM.2/ISAR/6) follows the first prescriptive approach, because the group felt that this would be more useful in most countries of the world. The model was developed after a thorough review of seven curricula known for their outstanding quality. A matrix was developed to compare their content with that suggested by IFAC educational guidelines. The model has been based primarily on the curricula of the Association of Chartered Certified Accountants and the Certified General Accountants of Canada, and IFAC's IEG No.11 "Information technology in the accounting curriculum" (revised 1998), and its international technology guideline No. 1, "Managing security of information". The subject matter in these curricula was supplemented with topics contained in the other curricula reviewed by UNCTAD and by subjects suggested by members of the informal consultative group. (The curricula reviewed by UNCTAD are listed in the Bibliography).

32. The informal consultative group has reviewed the model curriculum and recommends that it be included as part of ISAR's guideline for the qualification of professional accountants. While it is worth pointing out that some of the subjects

in the model curriculum, as well as the other guidance in this report, will become outdated and other subjects and information may need to be added, the information should not go out of date rapidly. ISAR will continue to study emerging issues as they arise, such as has been done recently for the topics of new financial instruments and environmental accounting, among others.

33. The informal consultative group considers that the detailed model curriculum or global curriculum should merely be a starting point for a country wishing to bring its system of qualification into line with global requirements. The relevant authorities in each country would be expected to develop a syllabus on the basis of the curriculum and indicate the time to be spent on each subject. A weighting system for the subjects would be impractical on a global basis.

E. Professional values

34. Concerning professional values, IFAC's guidance in IEG No.9 states that:

"[Professional accountants need to have] ... a framework of professional values for exercising good judgment and for acting in an ethical manner that is in the best interest of society and the profession ... The attributes which collectively comprise the values and attitudes of professional accountants are:

- a commitment to act with integrity and objectivity and to be independent under applicable professional standards
- a knowledge of the standards of professional ethics of the member body to which an individual aspires to join
- a concern for the public interest and sensitivity to social responsibilities
- a commitment to lifelong learning".

35. IFAC has also issued the *Code of Ethics for Professional Accountants* (revised 1998). According to the Code, "... the objectives of the accountancy profession are to work to the highest standards of professionalism, to attain the highest level of performance and generally to meet the public interest ... These objectives require four basic needs to be met: credibility; professionalism; quality of services; and confidence ... In order to achieve the objectives of the accountancy profession, professional accountants have to observe a number of ... fundamental principles. The fundamental principles are: integrity; objectivity; professional competence and due care; confidentiality; professional behaviour; and [the relevant] technical standards [for carrying out professional services]."

36. The informal consultative group believes that appropriate values are very important in defining an individual as a professional. The informal consultative group endorses the guidance of IFAC on professional values as contained in IEG No. 9 and its *Code of Ethics for Professional Accountants*.

F. Assessment of professional competence

Guidance from IFAC

37. The general recommendations by IFAC on this subject are contained in IEG No.9. Beginning in paragraph 44, the IEG states that:

"An appropriate process of assessment of professional competence must exist or be established. A required component of the assessment process for individuals seeking to become qualified is a final examination, administered by or with substantive input from, the professional body or regulatory authority. The examination must be comprehensive, require a significant portion of responses to be in writing, and be administered near the end of the educational and, where appropriate, experience requirement.

...

"The assessment process, which may take a variety of forms, should be appropriate to the knowledge, skills and professional values being evaluated.

This assessment process must include as a component an examination of professional competence, for several reasons. First, professional organizations, particularly those that are self-regulatory, have a responsibility to ensure that their members have the competence expected from them by society. Second, individuals who assume responsibility for certain aspects of the well being of others need to demonstrate their ability to discharge them in a competent manner. Third, the well being of society and the credibility of the profession are enhanced by ensuring that only those who meet the competency standards are able to hold themselves out as professionals.

"It is acknowledged that the nature of an examination of professional competence is the responsibility of the member bodies and that there is no single preferred method for testing professional competence ... The examination of professional competence should contain a significant weighting assigned to answers in writing to provide an independent basis for assessment of the individual's knowledge and skills. The examination may include elements of oral and group assessments. Appropriate assessment techniques are critical to the credibility of the final examination.

"Examinations of professional competence may consist of a series of components or parts over the individual's education and experience period. The timing of the final or ultimate component or part of the examination of professional competence should be at or near the end of the individual's education and experience programs. It should also be comprehensive enough to cover the entire body of knowledge necessary to become qualified.

"Assessments of professional competence should measure more than just theoretical knowledge. For example, candidates should be able to demonstrate that they:

- have a sound technical knowledge of the specific subjects of the curriculum;
- have an ability to apply technical knowledge in an analytical and practical manner;
- are able to extract from various subjects the knowledge required to solve multiple topic problems;
- can identify information relevant to a particular problem by distinguishing the relevant from the irrelevant in a given body of data;
- are able, in multi-problem situations, to identify the problems and rank them in the order in which they need to be addressed;
- appreciate that there can be alternative solutions and understand the role of judgment in dealing with these;
- have an ability to integrate diverse areas of knowledge and skills;
- can communicate effectively to the user by formulating realistic recommendations in a concise and logical fashion; and,
- have knowledge of the ethical requirements of the profession."

38. In March 1998, IFAC's Education Committee issued a document entitled "An advisory on examination administration" (Study 1). The stated purpose of the advisory is to "... indicate what issues need to be considered in the administration of examinations and what processes might be adopted to address the issue [of examining students to measure their professional competence]". The contents of the advisory can be summarized as follows:

- (a) Phases of the examination process;
- (b) Other policy issues, such as: the objectives of examinations; the scope of examinations; types of questions asked; the use of oral presentations as part of an examination; examination aids allowed by candidates; and the acceptance of "open book" examinations;
- (c) The importance of maintenance of confidentiality;
- (d) Examination procedures manuals;
- (e) The development of examinations;
- (f) Checking the identity of candidates;
- (g) Examination facilities and the conduct of the examination;

- (h) Grading the examination papers;
- (i) Approving the results of the candidates' performance, communicating the results and providing for appeals against the results awarded.

39. The informal consultative group believes that the guidance of IFAC in IEG No.9 and its document, "An advisory on examination administration" (Study 1), should be included in the ISAR guideline for a system for the qualification of professional accountants.

G. Practical experience required for professional certification

Guidance from IFAC

40. The experience requirements recommended by IFAC are also contained in IEG No.9. Beginning in paragraph 49, the IEG states that:

"An appropriate period of relevant experience in performing the work of professional accountants must be a component of a prequalification program. The period of experience may vary due to differences in the environment in which professional accountants offer their services. However this period should be long enough to permit prospective accountants to demonstrate that they have gained the knowledge, skills, and professional values sufficient for performing with professional competence and for continuing to grow throughout their careers. *This objective cannot normally be met in a period of less than three years.* [emphasis added].

...

"The term 'relevant experience', as used in this Guideline, refers to participation in work activities in an environment appropriate to the application of professional knowledge, skills, and values. Relevant experience provides a professional environment in which the accountant:

- enhances his or her understanding of the organization and functioning of business
- is able to relate accounting work to other business functions and activities
- becomes aware of the environment in which services will be provided
- develops the appropriate professional ethics and values in practical, real-life situations
- has an opportunity to work at progressive levels of responsibility
- obtains the specialized accountancy training needed to ensure professional competence

"Prospective professional accountants should gain their relevant experience in accounting positions deemed appropriate by the body to which they are applying.

"Experience leading to qualification should be conducted under the direction and supervision of experienced members of the profession as identified by the professional body or regulatory agency.

"Given the variety of circumstances that exist among accountancy bodies, the requirements for relevant experience may vary from one to another. However, the professional body or regulatory agency should ensure that the experience gained is acceptable. Among the steps it might take are the following:

- establish a system that provides for the monitoring and reporting of the experience actually obtained by the student
- provide detailed written guidance in the form of manuals for employers and students
- establish a mechanism for approving employers as suitable for providing the appropriate experience for the students; (this may be in the form of a committee that reviews the reputation and nature of practice of any applicant employer to ensure that the employment situation is satisfactory)

- assess and approve the work experience environment before the commencement of employment; (to this end, the nature and scope of relevant experience and the organizational structure of the employer should be considered to ensure that the student receives proper direction, supervision, counselling and evaluation)
- assess the experience gained on the basis of a written and/or oral submission made by the student, appropriately supported by employers, etc., at the point of application for membership
- review employers previously approved; the review may advise an employer on areas that need improvement or may recommend that approval be withdrawn if conditions have changed to the extent that relevant experience criteria are not being met
- establish a system of periodic reporting to cover changes, if any, in the nature, scope, and content of the practical experience provided to the prospective professional accountant in cases where it may be impractical to visit all approved employers

"For a programme of relevant experience to be effective, close collaboration is necessary between the professional body or regulatory authority, the prospective professional accountant and the employer providing the experience, whether it be in industry, commerce, government or public practice.

"The programme of relevant experience should be designed and implemented to be mutually beneficial to the prospective professional accountant and the employer. It should meet the relevant experience requirements set by the professional body and be cost-effective for the employer.

"A record of the actual experience provided for each prospective professional accountant should be maintained either by the employer or by the prospective accountant and reviewed by the professional body. The record should be compared regularly with the overall experience program established for the prospective professional accountant to ensure that the requirements established by the professional body or regulatory agency are being met, and that the prospective professional accountant is being adequately counselled when progress within the program does not match the anticipated development rate. It will also provide an opportunity for the prospective professional accountant to comment on the work experience and contribute to further development."

41. The informal consultative group also believes that ISAR should include in its guideline a recommendation that candidates for a professional qualification should have a minimum of three years of relevant experience, in accordance with the IFAC guidance cited above. The appropriate professional body or governmental agency in the country that regulates the accountancy profession should specify the type of experience.

H. Continuing professional education

42. One of the qualities sought from those hoping to enter the accounting profession (or any other profession) is a commitment to lifelong learning. Accountants are expected to keep up their knowledge of current affairs, including the local economy and the global economy, and, particularly, of developments in the fields of accounting and auditing. Financial and technological innovations are being introduced at an increasingly rapid rate and are major drivers of the globalization of the economy. Thus, the success in an examination that assesses the professional competence of candidates can only be considered an entrance requirement; to function in the global economy, the professional accountant must engage in continuing education.

Guidance from IFAC

43. IFAC has addressed the issue of continuing professional education (CPE) in IEG. No.2 (revised) ("Continuing professional education"). According to the guideline, the objectives of a programme for continuing professional education are as follows:

- "(a) To maintain and improve the technical knowledge and professional skills possessed by [professionals];
- (b) assist members of the profession to apply techniques, to understand economic developments and to evaluate their impact on their clients or employees and on their own work, and to meet changing responsibilities and expectations; and
- (c) provide reasonable assurance to society at large that members of the profession have the technical knowledge and professional skills required to perform the services they undertake to provide."

44. The guideline goes on to state that:

- "CPE should contribute to the professional ability of the individual [person] and, therefore, acceptable CPE courses or activities should be relevant to the work of the [person] concerned. It is not necessary for ... bodies to go beyond that general guideline by mandating specific topics for a program of CPE. It is reasonable to rely on [persons] to select subject areas from the body of knowledge for accountants that are appropriate for them.
- ... bodies should establish reasonable norms for the extent of CPE that [professionals] should obtain in the form of structured learning activities.
- ... bodies should require their [professionals] to comply with norms established for participation in structured learning activities.
- In developing their programs of CPE ... bodies should adopt systems that will enable them to monitor effectively the extent to which [professionals] are observing their guidelines on CPE.
- ... bodies should establish appropriate mechanisms to respond to instances of noncompliance with CPE requirements. Such mechanisms should focus on bringing a [professionals] into compliance, but should explicitly provide for disciplinary action when necessary."

45. The guideline defines structured learning activities as: "... measurable, verifiable activities that are designed to impart specific technical and general knowledge. Examples would include: courses presented by educational institutions, member bodies or employers; individual study programs (correspondence courses, audiotapes or videotape packages, computerized learning programs) that require some evidence of successful completion by the [person]; and participation as a speaker or attendee in conferences, briefing sessions or discussion groups." Structured learning activities also include writing technical materials such as books, magazine articles and training programmes.

46. IFAC's guidance goes on to recommend that professional accountants receive at least 30 hours each year of CPE as defined above. IFAC realizes that it may not be practical for every professional person to obtain this minimum amount of CPE training each and every year and therefore suggests an alternative minimum of an aggregate of 90 hours of structured learning activities over each three-year period. A professional accountant's programme of CPE should not normally be confined to only one or two of the activities described above.

47. In addition to participating in structured learning activities, professional accountants are expected to read accounting and auditing, general business and economic journals and newspapers, including technical materials posted on the Internet. They would also normally have technical discussions with persons in their organization and other professionals. These activities should be considered as being in addition to the structured learning experiences described above.

48. It may be difficult to enforce compliance with a nation's CPE requirement, since sanctions for non-compliance could significantly affect an individual's ability to earn a living. Obviously, the laws and environment in the country will affect how non-compliance can be dealt with. IFAC has presented compelling justification in its revised IEG No.2 for a programme of mandatory CPE for all professional accountants. The informal consultative group endorses the need for CPE and its objectives as expressed by IFAC, and suggests that ISAR's guidelines should include a mandatory CPE programme of at least 30 hours (or at least 90 hours over a three-year period) of structured learning activities. Professional associations

or regulatory authorities should monitor compliance and establish mechanisms to respond to non-compliance, including disciplinary action.

III. Qualification standards, accreditation and certification

49. For the purpose of determining if a country has met international guidelines for the qualification of professional accountants, the country must be able to demonstrate that it has in place:

- (a) appropriate prequalification education;
- (b) an independent examination system;
- (c) a work experience requirement; and
- (d) a programme to maintain the professional competence of accountants.

50. Based upon its experience with WTO Working Party on Professional Services, UNCTAD and the informal consultative group have concluded that if countries meet the international guideline for a professional accounting qualification, mutual recognition and trade in professional accountancy services will be facilitated. Accountants worldwide must have the same basic knowledge and technical skills even though tax and other legal rules and regulations mean that the application of such knowledge and skills will differ from place to place. Therefore there is a need for an accreditation organization to attest that the country has in place a system for the qualification of professional accountants.

51. ISAR will need to consider how a global guideline can be effectively implemented. One way is for ISAR to request UNCTAD to publish and promulgate the guideline, including the model professional education curriculum, leaving it up to individual nations to demonstrate voluntarily that they are complying with the guideline. The next question would be how this compliance could be demonstrated. One method would be for the appropriate organization or body in a country to undertake a self-assessment of compliance with the international guideline and submit it to the United Nations, or to an organization authorized or designated by the United Nations to monitor compliance. If this method was chosen, it would be useful to review the structure and functions of other bodies which deal with monitoring and certification. For this purpose, the informal consultative group reviewed a report from UNCTAD on the membership, functions and certifying activities of the following six international organizations:

- (a) International Organization for Standardization (ISO);
- (b) International Laboratory Accreditation Cooperation (ILAC);
- (c) International Atomic Energy Agency (IAEA);
- (d) International Civil Aviation Organization (ICAO);
- (e) International Maritime Organization (IMO);
- (f) World Meteorological Organization (WMO).

52. The report described in detail the purpose, structure, functioning and funding of these organizations, which set technical standards which are either voluntary or mandatory. In most cases, national bodies conduct an inspection and issue a certificate attesting that the inspected entity is in compliance with the standards. These national certifying bodies are recognized internationally. In one case, (IAEA), the organization conducts its own inspections and decides on compliance. The cost of certification is usually borne by the entity requesting certification.

53. The informal consultative group also considered a proposal for a certifying body submitted by one of its members, the proposed International Qualification Organization for Professional Accountants (IQO). The objective of the proposed organization would be to act as an accreditation organization for comparing the benchmark qualification with any other national qualification. It would grant accreditation to national and regional professional accountancy examination bodies that met the standards it sets for education, examinations, qualifications and experience. Certificates issued by the accredited bodies would carry IQO certification as globally recognized public accountancy qualifications.

54. The proposal is for IQO to be a not-for-profit, non-governmental organization affiliated with the United Nations Economic and Social Council and UNCTAD. The IQO, which would have its headquarters in London, would consist of a general assembly

of the institutes and professional associations, and an advisory, or consultative group. The general assembly would elect a council which in turn would appoint an accreditation board and a technical standards board. The accreditation board would be the most important component since it would approve the accreditation teams' reports and issue certificates of conformity. The certification of professional accountants would remain a national responsibility, while, IQO would accredit the national certification bodies.

55. IQO could be financed from member subscriptions, sales of publications, fees for the accreditation of accounting certification bodies, voluntary contributions and funded projects.

56. It was suggested that, as a first step, all professional accounting organizations could be invited to send a representative to a founders' meeting. All members of IFAC, the International Accounting Standards Committee (IASC), various regional professional bodies, academic accounting associations, intergovernmental bodies (such as the European Union) and international organizations (such as the World Bank and WTO) could be invited. Those organizations signing the articles of association during the meeting would be considered to be the founders of IQO and would have permanent status. The recognition and credibility of IQO would depend on the quality of its work, as in the case of IFAC and IASC.

IV. Recommendations

57. ISAR should review each of the separate components of the guideline and should endorse or modify them. This would include a general endorsement by ISAR of the guidance of IFAC, including IEG No.2 (Continuing professional education), IEG No.9 (Prequalification education, assessment of professional competence and experience requirements of professional accountants), IEG No.11 (Information technology in the accounting curriculum), the *Code of Ethics for Professional Accountants*, international information technology guideline No.1 (Managing security of information), "Advisory on examinations administration" (Education Committee Study 1) and "Practical experience" (discussion paper). In particular, the informal consultative group believes that the skills listed in IEG No.9 are particularly important competencies for professional accountants. ISAR may therefore wish to recommend that references to these documents should be included as part of its guideline for the qualifications of professional accountants. ISAR may also wish to endorse the detailed global curriculum and recommend its use by national professional education bodies and examination authorities.

58. To promote trade in accountancy services, mutual recognition of professional qualifications and the closing of the education gap among countries, ISAR may wish to recommend that UNCTAD, together with international and national professional associations, should explore ways and means to create an international qualifications organization as the way forward to implementing a certification system.

Bibliography

- Accounting Education Change Commission and American Accounting Association (AAA). *Assessment for New Curriculum: A Guide for Professional Accounting Programs* (Accounting Education Series, vol. 11), Sarasota, Fl, AAA, 1995.
- _____. *Positions and Issues Statements of the Accounting Education Change Commission* (Accounting Education Series, Vol. 13), Sarasota, Fl, AAA, 1995.
- American Institute of Certified Public Accountants (AICPA) *Education Requirements for Entry into the Accounting Profession: A Statement of AICPA Policies* (second ed., revised), New York, AICPA, 1988.
- Arab Society of Certified Accountants (ASCA). *How to Become an Arab Certified Accountant: An Information Guide*, Cairo, ASCA, 1997.
- Association of Chartered Certified Accountants (ACCA). *Studying and the Examinations, ACCA Syllabus*, London, ACCA, 1996.

- Australian Society of Certified Practising Accountants (ASCPA). *CPA Program*, Melbourne, ASCPA, 1997.
- Certified General Accountants' Association of Canada (CGA-Canada). *Program of Professional Studies*, Vancouver, BC, CGA-Canada, 1996.
- _____. *Syllabus, 1996-1997*, Vancouver, BC, CGA-Canada, 1996.
- European Union. Eighth Council Directive of 10 April 1984, (84/253/EEC), Brussels, European Commission, 1984.
- Institute of Chartered Accountants of India (ICAI). *Education and Training for Chartered Accountancy*, New Delhi, ICAI, 1997.
- Institutes of Chartered Accountants in Canada and Bermuda. *Syllabus for Entry to the Chartered Accounting Profession, Effective for the 1997 Uniform Final Examination*, Toronto, Canadian Institute of Chartered Accountants, 1996.
- International Federation of Accountants (IFAC). *Prequalification Education, Assessment of Professional Competence and Experience Requirements of Professional Accountants* (International Educational Guideline (IEG) No. 9, revised), New York, IFAC, 1996.
- _____. *Information Technology in the Accounting Curriculum*, (International Educational Guideline (IEG) No. 11, revised), New York, IFAC, 1998.
- _____. *Managing Security of Information* (International Information Technology Guideline 1), New York, IFAC, 1998.
- _____. *An Advisory on Examination Administration*, (Study 1), New York, IFAC, 1998.
- _____. *Continuing Professional Education* (International Educational Guideline (IEG) No. 2, revised), New York, IFAC, 1998.
- _____. *Code of Ethics for Professional Accountants* (revised), New York, IFAC, 1998.
- _____. *Integrating Information Technology Across the Accounting Curriculum: The Experience of the Certified General Accountants' Association of Canada*, New York, IFAC, 1995.
- _____. *Implementing International Education Guideline 11 "Information Technology in the Accounting Curriculum": Strategies of the American Institute of Certified Public Accountants*, New York, IFAC, 1996.
- _____. "Practical experience" (discussion paper), New York, IFAC, 1998.
- _____. "Competence-based approaches to the professional preparation of accountants" (discussion paper), New York, IFAC, 1998.
- World Trade Organization (WTO), Working Party on Professional Services. "Regulation of the accountancy profession in developing countries and countries in transition" (communication from UNCTAD) (S/WPPS/W/8), Geneva, WTO, 12 August 1996.
- _____. "Synthesis of the responses to the Questionnaire on the Accountancy Sector" (note by the secretariat), (S/WPPS/W/11), Geneva, WTO, 5 May 1997.

Annex I**Background documents considered by the informal consultative group**

Accountancy Development in Africa: Challenge of the 80s (ST/CTC/109, United Nations Publication, Sales No. 91.II.A.2), New York, 1991.
Responsibilities of the Accounting Profession and Direction of Accounting and Auditing Education, United Nations, New York, 1993.
 "Professional Accounting Education: Some Requirements for the Year 2000 and Beyond" (E/C.10/AC.3/1993/7, United Nations Document), New York, 1993.

Papers prepared by the secretariat for the informal consultative group and which can be obtained by contacting the secretariat on e.mail: Lorraine.Ruffing@unctad.org

Globalizing the Accountancy Professional, Geneva, 15-16 October 1996.
 Development of a Global Accounting Qualification and an Accreditation System, Geneva, 15-16 October 1996.
 Main Issues for Consideration in Reducing Barriers to Trade in Accountancy Services, Geneva, 27 August 1996.
 Draft of a Proposed Model Curriculum on Professional Education for the Qualification of Professional Accountants, Geneva, 1-2 November 1997.
 Post-qualification Continuing Professional Education Requirements for Maintaining National Professional Certification, Geneva, 1-2 November 1997.
 Comparison of Selection National Professional Syllabi with the International Federation of Accountants Guidelines, Geneva, 1-2 November 1997.
 Progress on the Development of a Global Curriculum, Geneva, 11-13 Feb. 1998.
 Working Draft of a Proposed Model Curriculum on Education for the Qualification of Accountants, Geneva, 16-17 June 1998.
 Skills in Addition To Knowledge Required for a Professional Certification, Geneva, 16-17 June 1998.
 Commentary on "An Advisory on Examination Administration", Study 1, March 1998, Education Committee, IFAC.
 Conclusions on Professional Examinations, Geneva, 16-17 June 1998.
 Practical Experience Required for A professional Certification, Geneva, 16-17 June 1998.
 National Requirements for Meeting Global Qualification Standards, Geneva, 16-17 June 1998.
 Minimum Requirements for Obtaining a National License as a Qualified Accountant and as a Public Accountant, 16-17 June 1998.
 Global Approach to an Accounting Qualification, ACCA, Dubai Conference, May 1998
 Working Draft of a Proposed Model Curriculum on Education for the Qualification of Accountants, Geneva, 16-17 September 1998.
 Components of National Systems for the Formation of Professional Accountants, 16-17 September 1998.
 Commentary on "Continuing Professional Education, IEG2, Revised May 1998, Education Committee, IFAC.
 Global Certification and Accreditation Systems, Geneva, 16-17 September 1998.
 International Professional Accounting Qualification Organization (IQO), 16-17 September 1998.

Papers by the IFAC Education Committee considered by the group

"Prequalification education, assessment of professional competence and experience requirements of professional accountants" (IEG No. 9), revised October 1996.
 "An advisory on examination administration", IFAC education committee, Study 1, March 1998.
 "Continuing professional education" (IEG No. 2), revised May 1998.
 "Information technology in the accounting curriculum" (IEG No. 11), revised June 1998.
 "Practical Experience" (discussion paper), IFAC Education Committee, August 1998.

ANEXO B - TD 21 ISAR/UNCTAD/ONU



**United Nations
Conference
on Trade and
Development**

Distr.
GENERAL

TD/B/COM.2/ISAR/21
31 July 2003

Original: ENGLISH

TRADE AND DEVELOPMENT BOARD
Commission on Investment, Technology and Related Financial Issues
Intergovernmental Working Group of Experts on
International Standards of Accounting and Reporting
Twentieth session
Geneva, 29 September to 1 October 2003
Item 4 of the provisional agenda

REVISED MODEL ACCOUNTING CURRICULUM (MC)

Report by the UNCTAD Secretariat

Executive Summary

The 16th session of the Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (ISAR) that took place in Geneva in February 1999 adopted a guideline on national requirements for the qualification of professional accountants. The guideline included a model curriculum for the professional education of accountants. It was envisaged at the 16th session of ISAR that the guideline would need to be revised from time to time as seen necessary by the Group to keep it up-to-date. It has now been over four years since the guideline was issued and hence the Group has discussed the need for revising it. Furthermore, major corporate failures that occurred over the last two years have indicated the need for strengthening the accounting profession including training professional accountants.

Proposals on revising the model curriculum were presented to the nineteenth session of ISAR. In accordance with the feedback obtained at the nineteenth session and additional comments received after the session, and also at two workshops held in Geneva in April and June 2003, the model curriculum has been revised. This report contains the revised version of the model curriculum and will be presented to the 20th session of ISAR that expected to deliberate on the revisions.

Contents

	Page
Introduction	3
1. Organizational and business knowledge	5
1.1 Module on economics	
1.2 Module on quantitative methods and statistics for business	
1.3 Module on general business policies, basic organizational structure and organizational behavior	
1.4 Module on management functions, practices and operations management	
1.5 Module on marketing	
1.6 Module on international business	
2. Information technology	18
2.1 Module on information technology (IT)	
3. Core (Basic) Accounting Finance and Related Knowledge	23
3.1 Module on basic accounting	
3.2 Module on financial accounting	
3.3 Module on advanced financial reporting	
3.4 Module on management accounting	
3.5 Module on taxation	
3.6 Module on accounting information systems (AIS)	
3.7 Module on business and commercial law	
3.8 Module on assurance and auditing fundamentals	
3.9 Module on business finance and financial management	
3.10 Module on knowledge integration – a capstone	
4. Elective (Advanced) Accounting, Finance And , Related Knowledge	47
4.1 Module on advanced financial reporting and accounting for specialized industries	
4.2 Module on advanced management accounting	
4.3 Module on advanced taxation	
4.4 Module on advanced business and commercial law	
4.5 Module on advanced assurance and auditing	
4.6 Module on advanced business finance	
4.7 Accounting internship	

GLOBAL CURRICULUM

FOR THE PROFESSIONAL EDUCATION OF PROFESSIONAL ACCOUNTANTS

Introduction

1. The following model curriculum is a revision of the curriculum that was developed **in 1999** by UNCTAD, together with experts from the Arab Society of Certified Accountants, the Association of Chartered Certified Accountants, the Certified General Accountants of Canada, the European Commission, FIDEF, the Institute of Chartered Accountants of Scotland, the Polish Accounting Standards Board, the International Federation of Accountants, and representatives from academia and international accounting firms acting in their personal capacities (**publication reference: UNCTAD/ITE/EDS/9**). The purpose of the detailed curriculum is to describe for the international community the technical subject areas that an individual must master to become a professional accountant.
2. The detailed curriculum is only one part of a larger exercise to create a benchmark for the qualifications of professional accountants which if followed would enable them to better function in and to better serve the global economy. The components of such a system include:
 - (a) general knowledge and skills;
 - (b) professional (technical) education;
 - (c) professional examinations;
 - (d) practical experience;
 - (e) continuing professional education; and
 - (f) a certification scheme.
3. All these are described in the **UN/UNCTAD** document TD/B/COM.2/ISAR/5, entitled “Development of a global accounting curriculum and other qualification requirements”.
4. The benchmark was developed for the international community as a whole in order to promote global harmonization of professional qualification requirements. Such harmonization would close the gaps in national training systems, cut the cost of mutual recognition agreements and increase trans-border trade in accountancy services. While there are international standards for the provision of the service of accounting, there are no global standards for the service providers.
5. To see the curriculum in the proper perspective, it should be read with **four** ~~three~~ caveats in mind. First, **The MC is for the formal education of professional accountants at the highest level in every country of the world – not just for developing countries. Many education/training institutions, however, are not capable or ready to adopt/adapt the MC. Therefore, certain conditions have to exist before an institution embarks on an implementation programme.**

6. Second, the detailed curriculum is intended to serve as a guide to the technical content of the education of the professional accountant. It should be distinguished from the basic general knowledge and skills that aspirants also need to function in an interdependent economy. It is not sufficient for persons aspiring to become professional accountants to possess only theoretical knowledge. Accountants must be able to apply the theoretical knowledge in practical, real-life situations by obtaining, analyzing, interpreting, synthesizing, evaluating and communicating information. Many believe that these skills are best acquired during a period of general education prior to professional education. It should also be recognized that general knowledge and skills are frequently obtained concurrently during an education program and while obtaining practical experience. In this regard the experts felt that three areas of general knowledge or basic skills should be taught throughout the curriculum. These areas are: information technology; ethics; and communication skills.

7. Third, there are a number of approaches to global accounting education. One approach is prescriptive and specifies the general and technical education professional accountants need to develop the required skills. It is best thought of as an “input” approach. Another approach is the competency-based approach, where competency is defined as the ability to perform activities within an occupation or function to the standards expected in employment. It then specifies what basic competencies professional accountants need. It looks at competencies as “outputs” or “outcomes” and then works backwards to specify the education necessary to achieve these “outcomes”. Because the competency-based approach is still in its infancy, the experts have chosen the first and more traditional approach, that is, to develop a curriculum for accounting education rather than to follow a competency-based approach. **The 2003 revised edition of the MC still adheres to the input approach.**

8. The choice of approach was also influenced by the fact that developing countries had asked for explicit guidance on curricula and that the latter might be more easily implemented than a competency-based system. It should be mentioned that the detailed curriculum was developed after a review of seven national curricula. It is thus based on existing international guidance and the curricula of selected professional organizations, which are known for their high quality. The major headings for the various modules are grouped under classifications contained in the International Federation of Accountants’ (IFAC) *Pre-qualification Education, Assessment of Professional Competence and Experience Requirements of Professional Accountants, International Educational Guideline* (IEG) No. 9 (revised 1996) and *Information Technology in the Accounting Curriculum*, IEG No. 11 (revised 1998)*. UNCTAD also relied heavily on the curriculum of the Association of Chartered Certified Accountants and that of the Certified General Accountants of Canada. These were supplemented with selected items that were identified in UNCTAD’s review of the curricula of other national organizations. UNCTAD wishes to extend its thanks to these professional organizations for allowing portions of their curricula to be included.

9. Fourth, and lastly, it should be mentioned that the detailed curriculum is merely the starting point for a country desiring to harmonize its educational system to meet global requirements. Each country must take the curriculum and develop the corresponding

* Currently being converted by IFAC Education Committee into International Education Standards for Professional Accountants

syllabuses, determine the time to be spent on each module, and adapt the content to national needs.

1. ORGANIZATIONAL AND BUSINESS KNOWLEDGE

1.1 Module on economics

The objective of this module is to provide candidates with an understanding of the issues, concepts and theories of microeconomics and macroeconomic. Accounting is concerned with the identification, measurement and communication of data revealing the socio-economic activities of an entity for the purpose of facilitating decision-making by all interested parties in their effort to efficiently and effectively allocate their scarce resources. Economic data are the primary input for the accounting functions. It is imperative, therefore, for accountants to thoroughly understand economics. In this module, students learn some of the analytical and critical thinking tools used by economists and are provided with the opportunity to utilize them. This includes the practical application of economic reasoning for solving decision and forecasting problems in business, industry, and government. Candidates are expected to have an understanding of how their national economy functions, as well as how other national economies function. They should also understand how their national economy interacts with the global economy and appreciate the importance of international trade, and the effects of changes in foreign exchange rates and balances of payments in the performance of the business. On completion of this module the individual should be able to:

- demonstrate a solid knowledge of the vocabulary associated with the principles of macro and microeconomics.
- demonstrate a basic understanding of the theories associated with the principles of macro and microeconomics.
- evaluate world trade activities and government policy with respect to economics.
- better comprehend economic and financial events and identify how they affect the environment of accounting.
- have a solid foundation which will enable them to understand and recognize the nature of economic events and their impact on accounting functions.
- have an understanding of the role of accounting in a market-based economy
- have a grasp of the free enterprise system and the role of the financial market in the global economy.

1.1.1 Economics questions, economic methods and the market

- (a) Basic economic issues, *emphasizing the fundamental problem in economics, which is the concept of scarcity? that is, since resources (financial, material, time, etc.) are scarce, individuals as well as organizations are forced to make choices, thus creating economic events.*
- (b) The function and working parts of the nation's economy
- (c) Main alternative economic systems in the world
- (d) Economic theories and models, including: models of relationships between economic variables at the micro and macro economic levels; the types of economic models; and mathematical and statistical techniques used in constructing economic models

- (e) Property rights and money
- (f) Demand and changes in demand
- (g) Supply and changes in supply
- (h) Price determination
- (i) Communicating economic data using graphs

1.1.2 Elasticity, price regulation and consumer choice

- (a) Price elasticity of demand
- (b) Other elasticities of demand
- (c) Elasticity of supply
- (d) Price regulation
- (e) Choices that consumers make
- (f) Utility and utility maximization
- (g) Consumer surplus
- (h) Formulas and equations used in economics
- (i) Forecasting: the use of objective data and subjective judgment to assess the future values of certain economic factors; and demand forecasting

1.1.3 Production and the enterprise's economic policies

- (a) The enterprise's economic problems
- (b) Elementary business finance
- (c) Historical costs and opportunity costs as economic concepts
- (d) The efficiency of enterprises
- (e) The enterprise's objectives and constraints
- (f) Short-term costs
- (g) Long-term costs
- (h) Cost minimization
- (i) The enterprise's costs, technology and input prices

1.1.4 Market structures: competition and monopoly

(a) The function of the market in allocating scarce economic resources

(i) Goods and services

(ii) Financial markets

- (b) Types of market structures
- (c) The concept of perfect competition
- (d) Profit-maximization strategies of a competitive firm
- (e) Competitive industry in the long run
- (f) Why perfect competition is efficient
- (g) Monopolies and why they arise
- (h) The monopoly's profit-maximization price and output
- (i) Price determination
- (j) Monopolies and efficiency issues
- (k) Rent-seeking and why it arises
- (l) Competition and monopoly at the domestic level

1.1.5 Market structures: monopolistic competition and oligopoly

- (a) The definition of monopolistic competition and oligopoly
- (b) Price and output in a monopolistically competitive industry
- (c) The efficiency of monopolistic competition
- (d) Price/profit strategies of enterprises in an oligopolistic industry
- (e) Price and output behavior of a cartel
- (f) Monopolistic competition and oligopoly at the domestic level
- (g) Information as an economic resource
- (h) Market failure and government action to overcome it

1.1.6 National economic issues and measure of performance

- (a) The costs and other aspects of unemployment
- (b) Inflation and its effects
- (c) The theory of imperfect competition in the market place
- (d) Gross domestic product (GDP), nominal GDP and real GDP
- (e) Growth and fluctuations in the nation's economy
- (f) The government's budget deficit
- (g) Measuring the national price level
- (h) GDP as a measure of economic performance and economic welfare

1.1.7 Expenditure decisions

- (a) Aggregate expenditure and its components
- (b) Consumption and saving decisions
- (c) The role of investments in the national economy
- (d) Net exports
- (e) Aggregate planned expenditure and real GDP
- (f) Equilibrium expenditure
- (g) The concept of the multiplier effect
- (h) Fiscal multipliers

1.1.8 Money, banking and interest rates

- (a) The nature of money
- (b) Financial intermediaries
- (c) Money creation
- (d) The national bank and its influence on the money supply
- (e) Demand for money
- (f) How interest rates are determined
- (g) The national bank's influence on aggregate national expenditures
- (h) Fiscal policies, interest rates and investment

1.1.9 Unemployment and inflation

- (a) Aggregate demand and what determines it
- (b) Aggregate supply and what determines it
- (c) Macroeconomic equilibrium

- (d) Wages and employment
- (e) Unemployment
- (f) Expectations
- (g) Expectations and macroeconomic equilibrium
- (h) Inflation

1.1.10 The global environment

- (a) Comparative advantages and gains from trade
- (b) The theory and practice of free trade and problems of protectionism
- (c) Foreign exchange controls and its effects and risks
- (d) Trade restrictions
- (e) Economic relations between developed and developing nations; problems of debt and development
- (f) Single market agreements, such as the European Union
- (g) Regional trade agreements, such as the North American Free Trade Agreement (NAFTA), the South American Common Market (MERCOSUR) and the Economic Community of West African States (ECOWAS)
- (h) International trade agreements such as the General Agreement on Trade in Services (GATS) and the World Trade Organization (WTO)
- (i) International institutions such as the World Bank and the International Monetary Fund (IMF) and their role in the world economy
- (j) Balance-of-payments accounts and implications of policies to achieve equilibrium
- (k) Financing international payments deficits
- (l) Exchange rate determination and alternative exchange rate regimes including the European Exchange Rate Mechanism (ERM)
- (m) Foreign exchange markets
- (n) Policies for national and international growth and development

1.2 Module on quantitative methods and statistics for business

10. *The objective of this module is to provide an understanding of how to calculate and use certain quantitative tools in practical business, industrial and governmental applications. After the methods of making the calculations are understood, computers are useful tools to perform the actual calculations. On completion of this module the individual should be able to:*

- *Know how to formulate a problem in mathematical terms, solve the problem and be able to interpret the results.*
- *understand and apply statistical techniques, including methods of presentation of data, which are appropriate in a business environment.*
- *identify the accounting areas which can utilize the quantitative tools and techniques presented in this module to give them context and give examples*
- *understand the use and limitations of these tools and techniques.*

1.2.1 Basic arithmetic operations *with implications for accounting*

- (a) Arithmetic procedures, powers and roots, and logarithms
- (b) Percentages and ratios

- (c) Simple and compound interest concepts and nominal and effective interest rates
- (d) Discounted cash flows, net present values and internal rates of return measurements
- (e) The use of computers for arithmetic operations

1.2.2 **Basic concepts of statistics? The measurement of uncertainty**

- (a) Probability concepts, addition and multiplication laws, and tree diagrams
- (b) Normal distribution concepts
- (c) Variance with expected values**
- (d) Expectation concepts and their application to decision problems
- (e) Populations and samples**
- (f) Frequency distributions**
- (g) Measures of central location**
- (h) Measure of dispersion**

1.2.3 *Statistical presentation as an aid to reporting information, such as histograms, pie charts, ogives, pictograms, frequency polygons and the Lorenz curve;*

1.2.4 *The use of computer to generate statistical presentations of data and in generating and showing these presentations*

~~1.2.5 Basic concepts of statistics (Combined in 1.2.2 above)~~

- ~~a) Populations and samples~~
- ~~b) Frequency distributions~~
- ~~e) Measures of central location~~
- ~~d) Measures of dispersion~~

1.2.5 *Mathematical decision models to represent the relationship among elements relevant to a given situation and to determine the effects in external and internal conditions*

1.2.6 *Fundamentals of probability*

- (a) Basic probability concepts
- (b) Basic counting rules
- (c) Probability rules
- (d) Probability distributions

1.2.7 *Probability distribution*

- (a) Binomial distribution
- (b) Continuous probability distributions
- (c) Normal probability distribution

1.2.8 *Sampling and sampling distributions*

- (a) Sample designs
- (b) Sample statistics -
- (c) The sampling distribution of x

- (d) The t-distribution

1.2.9 Statistical estimation

- (a) Properties of estimators
(b) Interval estimation
(c) Sample size determination
(d) **Applications to auditing**

1.2.10 Hypothesis testing

- (a) Basic concepts of hypothesis testing
(b) Hypothesis tests on the mean
(c) Hypothesis tests on the proportion
(d) Interval estimation and hypothesis testing

1.2.11 Regression, correlation, multiple regression, index numbers and time series (combined 1.2.12 & 1.2.13 and eliminated overlap)

- (a) Simple linear regression
(b) Correlation
(~~e~~) **Testing the model**
(d) Regression analysis
(e) Multiple regression
(f) Examination of regression assumptions
(g) Index numbers and time series
(h) Testing models

1.2.12 Statistical decision theory

- (a) Probability rules and Bayes' rules
(b) Probability/decision trees

1.2.13 Matrices and linear programming

- (a) Matrices
(b) Graphic linear inequalities
(c) The linear programming model
(d) Graphical sensitivity analysis
(e) **Use of the computer for linear, non-linear and integer programming**

1.3 Module on general business policies, basic organizational structure and organizational behaviour

11. The objective of this module is to introduce the key concepts about different types of organizations and how they function in the practical context of the business environment and how they formulate their strategic planning. The module emphasizes the role of the corporation in corporate governance and in promoting ethical behaviour. It also **examines human behaviour in organizations at the individual and group levels, including the effect of**

organization structure on behaviour. On completion of this module an individual should be able to:

- describe the nature and purpose of the main types of organizations and distinguish between different forms of organizational structures
- explain the nature and purpose of the strategies, values and policies which operate in organizations
- outline how the formal corporate structure functions
- explain how the socio-cultural and political environment affects the way in which organizations conduct business
- explain the important role of the corporation in corporate governance and the check and balance among the interests of the various constituencies .
- explain the impact of changes in technology on organizations
- appreciate the unique challenges faced by small enterprises
- understand how not-for-profit organizations function differently.
- **identify the principles and concepts in the theories and practices of strategic management**
- **assess the impact of environmental forces on organizational strategies and plans**
- **understand and apply organizational behaviour concepts**
- **understand interpersonal and team interaction**
- **understand organizational analysis and problem solving**
- **identify the accounting areas which can be impacted by the concepts presented in this module and tie them to accounting functions**

1.3.1 General business policies

1.3.2 Structure, function and objectives of different types of organizations

- (a) The nature and functioning of commercial organizations, including sole proprietorships, partnerships and companies (corporations)
- (b) Non-commercial organizations, including public sector organizations, clubs and societies
- (c) The key personnel and their roles, responsibilities and relationships in organizations and the ways in which these might be integrated
- (d) The ways in which organizations may be structured
- (e) The functions within organizations
- (f) The strategy, aims, objectives, values, policies and conflicts which organizations may have, and the ways in which these are developing, in relation to:
 - (i) Alternative theories of the enterprise
 - (ii) Innovation and change, quality and value for money
 - (iii) Human resources issues, such as development and working conditions
 - (iv) Clients and customers
- (g) The different forms which organizations may take in relation to the functions of
 - (i) Administration
 - (ii) Finance
 - (iii) Personnel

1.3.3 **The corporation** and corporate governance

- (a) The aims and objectives of a corporation and the goals of the different interest groups involved
- (b) The relationship between shareholders, bondholders, bankers and directors; the potential for conflicts of interests; the effect of the agency theory on concepts of governance
- (c) The concept of goal congruence and how it can be achieved
- (d) The role of non-executive directors, administrators, management buy-outs and buy-ins, executive share schemes, etc. in corporate operations
- (e) The ways and means of promoting ethical behavior within the organization and in relation to the outside world.
- (f) *The role of the chief financial officer (CFO), the audit committee, internal auditors and external auditors.*
- (g) *Discussion of corporate governance case studies in the local scene as well as relevant cases from the international scene.*

1.3.4 Organizations and their structural and political environment

- (a) Demographic structures and product and labor markets
- (b) Socio-economic groupings; the distribution of income and wealth
- (c) The influence of culture on organizational values, attitudes, behavior and performance
- (d) Social responsibility and organizations
- (e) Ethical behavior in the enterprise
- (f) The role of the state and its impact on organizations.
- (g) Political parties and pressure groups and their influence on government policy.

1.3.5 Strategic management and planning (originally 1.5.1)

- (a) Distinguish between functional and strategic level.
- (b) Identify opportunities and threats from the environment as they impact organizations.
 - (i) The processes by which firms choose, maintain or redirect their strategic positions within ever-changing external environments.
 - (ii) Integrate business functions and identify the organization's position in relation to the outside environment.
- (c) Competitive advantage: its meaning in different national and international markets and industries
- (d) Forecasting the future for nations, industries, organizations and the workforce for changes, developments and opportunities
- (e) Strategic management and planning: its purpose; the methods used; the effect of the external environment on planning; and understanding and managing risk
- (f) Illustration of the role of accounting in setting and implementing management strategy

1.3.6 Organizations and technology: changes in technology and their implications for economic efficiency and growth, methods of production, types of products and organizational structure

1.3.7 Special challenge faced by small enterprises

1.3.8 *Not-for-profit organizations and governmental organizations*

- (a) The different goals of these types of organizations in comparison with for-profit organizations
- (b) Evaluation of programs
- (c) Measuring effectiveness and efficiency

1.4 *Module on management functions and practices and operations management organizational behavior, the function of marketing in business, and principles of international business*

The objective of this module is to provide candidates with an understanding of the different functions, duties and responsibilities of enterprise executives and managers. It develops candidates' awareness that strategic decisions are the result of a trade-off between various competing options considered by an organization's management. The ~~paper~~ module explores the decision-making process and the need to weigh the arguments, make choices and realize that, in most circumstances, there is not only one possible solution. The module introduces the accounting student to the decision-making process in managing the production of goods and product planning, process planning and facility planning and control of quantity, cost and quality with emphasis on inventory management, work methods, project management and productivity improvement. On completion of this module the individual should be able to:

- describe the nature of management and management styles
- explain the role of communications in organizations
- understand the importance of linking information systems development and management to business goals and needs
- evaluate ways in which change can be managed successfully
- and allocate resources in an optimum way
- understand the manager's role and responsibilities in relation to the working environment
- assess the importance of human resources development to organizations and identify methods of managing people effectively
- identify the accounting areas which can be impacted by the concepts presented in this module and tie them to accounting functions

1.4.1 *The role, functions and styles of management*

- (a) The nature, purpose, scope and interrelations of functions carried out by management in relation to resources, costs, operations and performance, namely
 - (i) Setting objectives (long and short-term, strategic and operational, corporate and personal)
 - (ii) Planning to meet objectives
 - (iii) Implementing objectives
 - (iv) Monitoring, evaluating performance and checking performance against objectives and plans
- (b) The role of management in relation to an organization's human resources and the relationship of management style to organizational structure
- (c) The nature of general management and the changing nature of managerial work
- (d) Organizing group activities into distinct work units and establishing relationships between them

- (e) Defining the authority, duties and responsibilities of people and work units
- (f) Concepts of organizing
- (g) Effective communication in organizations, both written and oral
- (h) Forms, styles and types of communication in organizations
- (i) Negotiation techniques and skills development
- (j) Promoting new ideas to others to gain their support
- (k) Management integrity

1.4.2 *The role of the accountant in the management team in providing information and assisting in the analysis, interpretation and forecasting of business operations*

- (a) Seeking and clarifying information and views from others, including providing feedback to others
- (b) Isolating the key aspects of information and providing summaries for use by others
- (c) Presenting information clearly to others, both orally and in writing
- (d) Negotiating and agreeing with others
- (e) Promoting new ideas to others to gain their support
- (f) Giving and receiving constructive criticism to improve future performance
- (g) Advising others in one's areas of responsibility and expertise
- (h) Encouraging others to offer information, suggestions, etc
- (i) Ethical behavior among parties

1.4.3 *Managing operation and services (originally 1.52)*

- (a) Determining the work to be undertaken: time and resources needed and their costs; contingency planning
- (b) Planning resources allocation
 - (i) Setting work objectives
 - (ii) Designing and modifying methods of achieving work objectives
 - (iii) Optimizing the allocation of available resources
 - (iv) Formulating and evaluating work plans
 - (v) Reviews of previous plans and performance
 - (vi) The importance of time management
 - (vii) Implications of resource allocation and work plan alternatives for costs and profitability
- (c) Monitoring and maintaining services
 - (i) Different concepts of quality
 - (ii) Methods for monitoring and evaluating the implementation of work plans
 - (iii) Methods of assessing, analysing and interpreting information on service
 - (iv) Delivery and other non-financial targets, resource utilization and costs
 - (v) *Inventory control.*

1.4.4 *Human resources management (originally 1.5.3)*

- (a) Cultural differences and compensation and performance evaluation
- (b) The purpose and forms of personnel specifications in the recruitment of personnel
- (c) Methods of identifying competencies and other attributes required
- (d) Specifying personnel requirements
- (e) Evaluating and determining the benefits and costs of new or additional personnel
- (f) Identifying and determining suitable methods of recruitment
- (g) Selection methods and their use

- (h) Methods of motivating and supporting personnel
- (i) Staff appraisals and the assessment of competence
- (j) Warning and dismissing personnel: legal and organizational policies and procedures; the role of internal and external specialists in the process
- (k) The role of employee groups in promoting the welfare of personnel
- (l) National legislation which affects recruitment, selection, employment and dismissal of personnel
- (m) The management of organizational and personal changes
- (n) Concepts and principles of human resources development
 - (i) The role which individual and team development can play in growth and development
 - (ii) The different concepts and models of competence
 - (iii) Methods of encouraging and supporting individuals and teams to grow and develop
 - (iv) The effect of internal and external factors on development

1.4.5 Management of the working environment (originally 1.5.4)

- (a) Organizational structure, forms and culture.
- (b) Motivation, employment contract, diversity, negotiation, communication, leadership and teamwork
- (c) Interrelationship of organizational elements in maintaining a functioning organization
- (d) Monitoring, interpreting and applying best practices
- (e) National legislation which affects the working environment
- (f) The role and purpose of health, safety and security requirements, procedures and guidelines
- (g) Roles and responsibilities of persons for managing and improving the working environment

1.5 Module on marketing

The objective of this module is to introduce students to the nature of marketing, the fundamentals of marketing strategy and marketing environment. The module explores global competition, ethical and moral marketing behaviours, the business environment under which marketing operates and the role of technology in a changing world. It investigates the marketing of goods and services by commercial organizations as well as the marketing of ideas by not-for-profit firms. Upon completion of this module individuals should be able to:

- evaluate the strategic role of marketing
- explain the major distribution function of marketing
- understand buyer behaviour, market segmentation, targeting, positioning and the role of the Internet in marketing
- understand integrated marketing communications through advertising, sales promotion, publicity and public relations
- understand the role of pricing and pricing strategies employed in the successful marketing of goods and services

- *identify the accounting areas which are impacted by the concepts presented in this module and give examples*

1.5.1 Nature of marketing (originally 1.4.3)

- The purpose and functions of marketing
- The fundamentals of marketing strategy, and the different roles which marketing plays in the economy
- The business environment under which marketing operates
- The ethical and moral marketing behaviours.
- Analysing market needs and identifying marketing opportunities and how to improve the services offered
- Obtaining competitive advantages: market segmentation, targeting and positioning strategies
- The marketing of goods, services and ideas by businesses as well as by not-for-profit firms.
- Consumer behaviour: Decision-making processes and socio-cultural forces

1.5.2 The nature of distribution

- Retailing and wholesaling
- Physical distribution management

1.5.3 Promotion and advertising

- Advertising
- Sales promotion
- Public relations

1.5.4 Pricing

- Introduction to pricing concepts
- Pricing strategies and concepts

1.5.5 Special topics in marketing

- Strategies for new products and the product life cycle (PLC)
- The marketing of high quality services
- Integrated marketing communications

1.5.6 The impact of the global economy on marketing

- Relationships between transnational corporations and developing countries.
- The role of transnational corporations in economic development.
- Relationships with host countries
- The microenvironment in an era of Global competition
- Global information systems and marketing research
- The emerging role of the Internet and the role of technology in marketing
- Transfer pricing revisited
- Unfair transfer pricing strategies and the incentives for these
- Effects of unfair transfer pricing strategies on the economies of developing countries
- Detecting unfair transfer pricing strategies

1.6 Module on international business

The objective of this module is to explore the role of global financing, investing and operating activities and their impact on business and trade. The module exposes students to the challenges and opportunities in doing business in a global environment. Upon completion of this module individuals should be able to:

- *understand the global environment in which business operates*
- *outline the major financial decisions faced by managements in conducting international business*
- *comprehend the role of the multinational corporation, the challenges it faces and the power it commands*
- *assess the role of the global environment with regard to small business, the challenges it faces and the opportunities it presents*
- *appreciate the impact of globalization on human resources*

1.6.1 Organizations and their international environments (originally 1.4.4)

- (a) **The importance of international trade**
- (b) **The globalization of markets**
- (c) **The development of multinational and transnational corporations**

1.6.2 International business: competing in the global economy (originally 1.45)

- (a) **International factors affecting business developments:**
- (b) **The role of transnational corporations in the world economy with particular emphasis on the role of financial markets in shaping management decisions of international firms**
 - (i) **The ever-emerging global economy**
 - (ii) **National differences in economy and culture**
 - (iii) **Cross-border trade and investment**
 - (iv) **The global trading and monetary system**
 - (v) **Foreign direct investment**
 - (vi) **Regional economic integration**
 - (vii) **The foreign exchange market**
- (c) **International financial management decisions**
 - (i) **Alternative methods of financing imports and exports**
 - (ii) **The workings of international money and capital markets and the opportunities that they offer to companies as a source of finance and as a repository for the investment of funds**
 - (iii) **The management of financial resources within a group of companies, including:**
 - **payment between companies,**
 - **cash management,**
 - **transfer pricing,**

- judging the performance of companies within a group,
 - the financial control of a group of companies
- (iv) The appraisal of international capital investments, applying the appropriate techniques, and the consideration of the major issues in the decision-making process, including:
- strategic objectives,
 - the principle of home country vs. host country returns,
 - the form of foreign investments including use of branches vs. subsidiaries,
 - the different methods of financing foreign investments,
 - the effect of taxation on foreign investment decisions,
 - repatriation of sales amounts, earnings and charges to foreign operating companies,
 - political risk analysis.

1.6.3 The international firm

- (a) Dimensions of culture
- (b) Organizational structure
- (c) Management and structure of multinational firms

1.6.4 International HRM issues

- (d) Globalization and human resource strategy
- (e) Dealing with intercultural differences
- (f) Selecting employees for foreign assignments
- (g) Training and developing expatriate employees
- (h) Evaluation and compensation of employees in international assignments

2. INFORMATION TECHNOLOGY

2.1 Module on information technology (IT)

*The objective of this module is to ensure that candidates appreciate the contribution of information systems to meet the goals and needs of business and to understand procedures for the development, introduction and use of computer-based systems. The subject matter should be taught from the perspective of their usefulness and application to business situations; the technology should not be seen as an end in itself. **The module starts with pertinent basic survey materials to equip the student to have a consumer's understanding of IT. Therefore, after the basic techniques of electronic data processing (how to use the computers and basic software, such as operating programs, word processing and spreadsheet programs) have been mastered, After the IT module,** the study of information technology should be integrated as far as possible in the study of subjects in the other modules, and not as a separate stand-alone, self contained technical skills course. The subject matter described in this module represents the scope of knowledge, which should be learned. On completion of this module the individual should be able to:*

- describe different types of information system, with particular reference to financial systems
- **understand what IT is about, ? that is, what the IT people do**

- *understand what the points of interaction are between the accountant and the IT functional areas, that is where the IT specialists need the help of the accountants and conversely where they can help the accountants*
- *understand working with large-scale systems. understand their role in the decision-making process and their relationship to the organization*
- *understand the internal controls in data processing systems*
- *describe and apply the main tools and techniques of systems analysis, design and development*
- *evaluate the performance of information systems*
- *describe systems for the security of data and applications and cost implications, not just descriptions*
- *describe the tools that are available to assist in efficient project management.*
- *discuss the procedures to enable systems maintenance to be carried out in an accurate and timely manner*
- *understand upgrade and replacement cycles*
- *understand the problems of managing existing resources such as desktop inventory and how to handle maintenance cycles for all equipment in the organization*
- *understand the importance of electronic commerce in the current business environment and understand how it works, what it costs and what changes it causes in the firm*
- *understand the implications for changing the equipment configuration, software configuration, etc.*
- *Expose students to knowledge management, particularly knowledge management for accounting knowledge*

2.1.1 IT concepts for business systems: *Survey of IT pertaining to accounting functions*

- (a) General system concepts
 - (i) Systems theory, system objectives and types of systems
 - (i) System architectures
 - (ii) Control and feedback in systems
 - (iii) The nature, types and attributes of information
 - (iv) The role of information within business
- (b) Management's use of information: **General overview**
 - Decision theory
 - (i) Human information processing
 - (ii) Transaction processing in typical business applications
 - (iii) The communication of information
 - (iv) Financial analysis, decision support, executive information systems, and business intelligence
 - (v) General ledger, budgeting and information systems.

~~(e) Hardware~~

~~(d) System software~~

~~(e) Application software strategy~~

{The above three items are deleted and replaced by basic survey components shown below. Details of items deleted are not shown here-p. 37 &38 of the UNCTAD curriculum booklet}.

- (c) IT infrastructure and rules as they pertain to accounting functions**
 - (i) Hardware**
 - Capabilities
 - PC
 - Mid-range and mainframes
 - Wireless
 - Cost/replacement cycles
 - (ii) Software**
 - Applications/operating systems capabilities
 - Application software strategy
 - Integrated systems
 - Databases
 - Nature of the IT industry and IS contracts
 - Software (creation and maintenance)
 - Cost/replacement cycles
 - (iii) Telecom**
 - Cost
 - Capabilities
 - Bandwidth
 - Wireless
 - Providers
 - Regulatory environment
 - (iv) Security**
 - (v) Privacy**
- (d) Accountants' functions with respect to IT**
 - (i) Specify types and characteristics of**
 - End user hardware
 - Application software
 - Telecommunications infrastructure
 - (ii) Interact with IS**
 - Group level
 - Individual level
 - Software specification
 - Software acceptance testing
 - Software maintenance
 - (iii) Interaction of accountants with IT technical staff**
 - (iv) Accountants' role on computer/IT/IS committees**
 - (v) In strategic decisions about IT such as:**
 - Resource allocations
 - Hardware to be obtained
 - Applications to be available
 - Infrastructure to be put in place (telecom, intranets, extranets)
 - Make vs. buy decisions on hardware, software
 - Outsourcing vs. in-sourcing
 - Automating business functions
 - Business process re-engineering
 - Adoption of new technologies
 - Strategic use of IT

- Outsourcing
- Strategic use of IT

- (e) Data organization and access methods **(originally f)**
 - (i) Data structures and life organizations
 - (ii) Access methods and the maintenance
 - (iii) Types of data files
 - (iv) Data base management systems
 - (v) Document management
- (f) Networks and electronic data transfer **(originally g)**
 - (i) Network components, configurations, and designs
 - (ii) Internet, internet and extranet applications
 - (iii) Data communication and transmission devices/software
 - (iv) Message and document communication
 - (v) Operation management and control
- (g) Transaction processing in typical business applications **(originally h)**
 - (i) General application processing phases
 - (ii) Processing models
 - (iii) How different classifications of transactions are processed (e.g. purchases, sales, etc)
 - (iv) Production planning and scheduling, including ERP, computer-aided design CAD and CAM

2.1.2 Internal Control in computer-based business systems

- (a) Control objectives
 - (i) Risks and exposure in computer-based information systems
 - (ii) The effect of the computer on processing controls
 - (iii) The effect of IT on organizations and control
 - (iv) Responsibility for controls
 - (v) Effectiveness and efficiency of operations
 - (vi) Reliability of financial reporting
 - (vii) Compliance with applicable laws and regulations
 - (viii) Cost effectiveness of control procedures
- (b) Control framework
- (c) The control environment
 - (i) Management philosophies and operating styles, organization plans and structures, communication methods and control methods and their effects on system development
 - (ii) **System development methodology (this is heavily featured in section 2.1.3)**
 - (iii) Control over system selection, acquisition and development
 - (iv) Control over system implementation
 - (v) Control over system and program changes
- (d) Risk assessment
 - (i) Risk exposures
 - (ii) Probability and consequences of loss
 - (iii) Preventive, detective and corrective strategies
- (e) Control activities
 - (i) The function of accounting systems

- (ii) Administrative and accounting control procedures
- (iii) Control design
- (iii) ~~Control over data integrity, privacy and security~~ {Privacy and security will be paramount in future years. May better be treated with security.}**
- (iv) Continuity of processing, disaster recovery planning and control
- (v) Information system processing and operations **from a control point of view**
- (f) Monitoring compliance with control – the role of management users, internal auditors and external auditors

2.1.3 ~~Development standards and practices for business systems~~

- (a) ~~The role of information in organization design and behavior~~ (Each of the items in this section overlaps other sections-Detail of this item is deleted here)**
- (b) ~~System analysis and design techniques~~ (This section is a discussion of how IT works internally – covered in the accounting section in the AIS component.)**
- (c) ~~System acquisition, development life cycle~~ {Again, done from an IT not an accounting perspective. Need not to be covered in details here. Included in the new AIS module. Details of this section are not shown here}**

2.1.3 The management of IT adoption, implementation and use

- (a) Strategic consideration in IT development **{Align IT strategy with business strategy – has accounting implications that need to be covered as contained in the AIS module}**
 - (i) Planning of information systems based on business success factors and criteria
 - (ii) Components of long-range plans
 - (iii) Integration with business objectives and success factors
 - (iv) Participation in strategic planning
- (b) Administrative Issues
 - (i) Job functions, organization and reporting relationships of the IT department
 - (ii) Recruiting and developing information systems human resources (IT service in-house vs. outsourced packaged software).**
- (c) Financial control over IT –budgeting and cost control
- (d) ~~Security and back-up and recovery—access, availability and continuity~~ {Duplicated in the security section}**
- (e) Operational issues
 - (i) Developing operational priorities
 - (ii) Management of computer operations
 - (iii) Management of inter-organizational computing
- (f) Management of system acquisition, development, and implementation
 - (i) Development acquisition alternatives
 - (ii) Standards and controls applicable to IT development projects
- (g) The management of system maintenance and change – standards and control
- (h) The management of end-user computing – the role of information centres
- (i) **Charge-back schemes**

2.1.4 Managing the security of information

- (a) Control over data integrity, privacy, and security

- (b) Importance of information security
- (c) Principles of information security
- (d) Best approaches to implementing information security
- (e) **Trade-off between cost of security and amount of security**

~~2.1.6 Artificial Intelligence, Expert Systems, Fuzzy Logic, etc. {this section is the easiest one to leave out. It deals with a subject that most accountants won't see in a long time and will probably be at the bottom of the list for developing countries. At best, an hour defining terms would be appropriate}~~

2.1.5 Electronic Commerce

- (a) The nature of electronic commerce
- (b) Intra-company applications
- (c) The extranet and its applications for managing supply chains with suppliers, vendors, and contractors
- (d) The Internet and the worldwide web
- (e) The marketing of products and services
- (f) External customers transactions, payments and transfers
- (g) On-line banking *as it affects the firm's treasury*
- (h) Financial electronic data interchange (FDI)
- (i) Security matters related to electronic commerce

ACCOUNTING, FINANCE AND RELATED KNOWLEDGE

This accounting, finance and related knowledge section of the curriculum is made up of 10 required core (basic) modules and seven elective (advanced) modules. Each institution ~~organization?~~ adopting the MC should cover the core modules. The institution's curriculum planning process should set additional requirements (minimum of three modules) from among the seven elective (advanced) modules. The selection of electives should be consistent with 1) the mission and goals of the institution, 2) the environment in which it operates, and 3) the needs of students to specialize in one of the accounting specializations.

3. CORE (BASIC) ACCOUNTING, AUDITING, TAXATION, AND ACCOUNTING-RELATED KNOWLEDGE

3.1 Module on basic accounting

The objective of this module is to equip candidates with the basic understanding of the principles and concepts of accounting as well as their applicability and relevance in the national context and with the ability to apply these principles and concepts in the preparation of financial and related information to meet internal and external obligations.

On completion of this module individuals should be able to:

- outline the role and principles of financial accounting and reporting
- ~~record, handle and summarize accounting data~~ **identify, measure and communicate economic and financial events that are subject to accounting treatment**

- prepare financial statements for both incorporated and non-incorporated enterprises
- discuss the accounting treatment of long-life assets, short-life (current) assets, liabilities, goodwill, research and development costs, contingencies, and events after the date of the latest balance sheet (statement of financial position)
- ~~appraise critically the role of the International Accounting Standards Committee~~
- ~~understand and apply relevant International Accounting Standards applicable to the topics in the module that have been issued by the International Accounting Standards Committee~~
- ~~interpret and use financial statements after they have been prepared~~
- ~~communicate the results of the financial accounting process through properly prepared financial statements.~~
- ~~interpret and use financial information for business decision-making~~
- ~~appreciate the importance of professional judgment and ethics in making accounting and financial reporting decisions.~~

3.1.1 Introduction to accounting ~~Accounting thought and the theoretical background of accounting~~ ~~{Being the first accounting module, a basic introductory coverage of professional issues here with in-depth coverage in 3.2, 3.3 & the new elective}~~

- (a) **Define and explain accounting, identifying its functions, scope and objectives**
- (b) **Differentiate among the different branches of accounting (financial, managerial, etc.)**
- (c) The classical notion of stewardship
- (d) Double entry bookkeeping
- (e) The Florentine vs. the Venetian approach to reporting
- (f) Savory and the Napoleonic Commercial Code
- (g) The industrial revolution and the share-issuing company
- (h) The arrival of income taxation and the conflict with financial accounting.
- (i) Schmalenbach and the charts of accounts
- ~~(j) The rise of the Group of Companies and the need for consolidated account~~
- ~~(k) Accounting variations among countries~~
 - ~~(i) Why practices differ from one country to another even though the same set of basic principles is followed~~
 - ~~(ii) The linkage of tax laws and accounting principles requirements for enterprises in certain countries~~
 - ~~(iii) Differences in the degree of development of the capital markets in countries and their effect on the development and use of generally accepted international principles of accounting~~
- ~~(j) Accounting theory formulation~~
- ~~(k) Conceptual frameworks~~
- ~~(l) Approaches to accounting research~~
- ~~(i) Internationalization of markets and reporting~~
- ~~(j) The rise of the group of companies and the need for consolidated accounts~~
- ~~(k) Accounting variations among countries~~
 - ~~(i) Why practices differ from one country to another even though the same set of basic principles is followed~~
 - ~~(ii) The linkage of tax laws and accounting principles requirements for enterprises in certain countries~~

- (iii) **Differences in the degree of development of the capital markets in countries and their effect on the development and use of generally accepted international principles of accounting**
- (e) **Internationalization of markets and reporting**

3.1.2 *The nature of the accounting profession*

- (a) Italian initiatives in the sixteenth century
- (b) Origins of the modern profession in the early nineteenth century
- (c) Creation of the Chartered Institutes in Scotland and England
- (d) The development of professional bodies in the English-speaking world
- (e) Developments in Germany and France in the twentieth century
- (f) The international dimension and the “**big four**” international accountancy firms

3.1.3 *Basic professional values and ethics {basic introductory coverage here with in-depth coverage in 3.2, 3.3 and the new elective}*

- (a) Reputation
- (b) Integrity and due care
- (c) Competence
- (d) Objectivity
- (e) Client relations and confidentiality
- (f) Reporting breaches of conduct
- (g) Unlawful activities
- (h) Fees and remuneration
- (i) Publicity and advertising
- (j) Disciplinary procedures

3.1.4 ~~Institutions~~ **Standard-setting and regulation in accounting practice**

- (l) Early sources of regulation
 - (i)
 - (ii) **Public sector regulation of accounting practice**
 - (iii) National securities commissions and **their role in effect on professional accounting regulations standards**
 - (iv) **Private sector standard-setting for accounting practice**
- (m) Harmonization of accounting practice Internationally
 - (i) The International Accounting Standards Board (**IASB**) and its **IFRS**
 - (ii) The United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (ISAR)

3.1.5 *National concepts and principles relating to the preparation and presentation of financial Statements*

- (a) The nature, principles and scope of accounting
- (b) The nature, principles and objectives of financial and related records of an organization
- (c) The users of financial and related information and their varying needs
- (d) The assumptions underlying general-purpose financial statements

- (e) The qualitative characteristics of financial statements
- (f) The elements of financial statements
- (g) Criteria for the recognition of the elements of financial statements
- (h) Measurement of the elements of financial statements
- (i) The concept of capital and capital maintenance
- (j) The nature, role and significance of accounting theories and principles
- (k) Principles of conceptual frameworks of accounting
- (l) Generally accepted accounting standards
- (m) The concept and role of the true and fair presentation of financial statements

~~3.1C.6 The International Accounting Standards Board and the international financial reporting standards~~

- ~~a) The International Accounting Standards Board and the process of developing international financial reporting standards (IFRS)~~
- ~~b) The scope and application of International Accounting Standards (IAS) and IFRS~~
- ~~e) The use of IAS and IFRS by companies, securities regulators and governmental agencies~~

3.1.6 *Identifying, measuring and communicating economic and financial transactions applying IAS and IFRS* ~~Recording, handling and summarizing accounting data~~

- ~~a) Single entry bookkeeping~~
- (a) Double-entry bookkeeping and accounting systems.
- (b) Introduction to manual and electronic bookkeeping systems
- (c) The classification of expenditures between capital and revenue transactions
- (d) The accounting treatment of disclosures of accounting policies *(including IAS 1)*
- (e) The accounting treatment of current assets such as cash and deposits, accounts receivable and prepayments, bad and doubtful accounts, and inventories or stocks *(including IASs 1 and 2)*
- (f) The accounting treatment of long life (term) assets such as tangible (fixed) assets and intangible assets (including goodwill and research and development costs), and the depreciation and amortization of such long life assets *(including IASs 4, 9, 16, 25, 27, 28 and 31)*
- (g) Valuation and reporting of investments in debt and equity securities *(IAS 25)*
- (h) The accounting treatment of current and long-term liabilities and provisions *(including IAS 1)*
- (i) The nature, purpose and accounting treatment of shareholders' equity and reserves
- (j) Accounting for leases *(including IAS 17)*
- (k) The presentation of financial statements *(including IASs 1, 8, 22 and 27)*
- (l) Post-balance-sheet events and contingencies *(including IAS 10)*
- (m) Confirming and correcting mechanisms in book-keeping and accounting systems, such as control accounts, bank reconciliation and suspense accounts, and the correction of recording errors

3.1.7 *The preparation and presentation of financial statements for business enterprises (under conditions of stable prices)*

- (a) Income statements *(including IASs 1, 4, 8, 9, 12, 14, 18, 24 and 33)*
- (b) Balance sheets *(including IASs 1, 2, 14, 16, 17, 24, 25, 27, 28, 31 and 32)*
- (c) Cash flow statements *(IAS 7)*
- (d) Value-added statements

3.1.8 *Basic interpretation and use of financial statements*

- (a) Contrasting the concepts of funds flow and cash flow
- (b) The computation, **interpretation and limitations** of significant accounting ratios for financial statement analysis purposes
- (c) Appraising and communicating the financial position and prospects of a business based on given and prepared statements and ratios
- (d) Appraising the validity of available information for user purposes

3.2 **Module on financial accounting**

*The objective of this module is to ensure that candidates have developed a thorough knowledge and understanding of accounting principles and concepts and can **begin to** apply this grounding to the situations that they will typically encounter in practical work situations. On completion of this module individuals should be able to:*

- *appraise theoretical and regulatory national accounting frameworks and international accounting standards*
- *prepare income statement and statement of cash flows, income measurement, balance sheet, financial disclosures, time value of money concepts, current assets (cash and receivables, inventory), operational assets, investments, current liabilities, contingencies, bonds, notes, leases, accounting for income taxes, pensions, employee benefit plans, shareholders' equity, accounting changes, earnings per share.*
- *analyze and interpret financial and related information and produce reports to meet the needs of internal and external users*
- ***develop a professional in-depth understanding of underlying accounting concepts***

3.2.1 *The theoretical accounting framework – **applying IAS and IFRS***

- (a) The objectives of financial statements**
- (b) Qualitative characteristics of financial information**
- (c) Users of financial statements and their information requirements**
- (d) Accounting conventions
- (e) The interpretation and application of theories of accounting in relation to
 - (i) The recognition and measurement of income
 - (ii) Capital maintenance
 - (iii) The valuation of assets and liabilities
- (f) The accounting recognition of assets, liabilities and shareholders' equity transactions
- (g) Principles of accounting for revenues and costs *(including IASs 18, 19 and 23)*

3.2.2 The preparation of the different types of financial statements and other special accounting issues – *applying IAS and IFRS*

- (a) The conversion of an unincorporated enterprise into a corporation
- (b) The concepts of pre-incorporation profits, distributable profits and the purchase of an enterprise's own shares
- (c) Accounting for joint ventures and associated enterprises *(including IAS 34)*
- (d) Interim (i.e. other than year-end) financial reporting by enterprises
- (e) Fair value accounting
- (f) Accounting for financial instruments, such as derivatives and other hedging instruments *(including IAS 32)*
- (g) Accounting for environmental cost and liabilities
- (h) Accounting for governmental assistance *(including IAS 20)*
- (i) The role and function of the special (national/regional) standard setting organizations

3.2.3 The preparation of financial statements for various types of organizational entities

- (a) The preparation of accounts from incomplete information and records
- (b) Partnership accounting, including accounting for the admission of partners, changes in capital and profit and loss-sharing ratios, and the retirement, dissolution and goodwill adjustments for partnership interests
- (c) Accounting for proprietorships and other unincorporated enterprises
- (d) Accounting for incorporated enterprises, including the preparation of financial and other statements for internal and external purposes
- (e) ~~Accounting and reporting for government organizations, including "fund" accounting~~
- (f) Fundamentals of accounting for not-for-profit organizations
- (g) Introduction to accounting for foreign subsidiaries and branches, and accounting for foreign currencies *(including IASs 21, 27, 28 and 31)*

3.2.4 Advanced concepts for analyzing and appraising financial and related information – *(align with the business finance module)*

- (a) Interpreting and analyzing financial statements for indications of business performance
- (b) Use of computers for financial analysis
- (c) Assessing information weaknesses in financial statements
- (d) Business valuation

3.2.5 The communication of information to users: the preparation of reports to meet the needs of internal and external users, supported by appropriate accounts and financial statements, which include necessary information and explanations

- (a) The results of operations and the state of affairs
- (b) Projected results
- (c) Accounting policies and practices used
- (d) The main assumption on which the reports are based

- (e) Significant departures from IAS and IFRS and national standards, and assumptions and policies
- (f) Graphic presentation of financial data for users, including the use of computer-generated graphics

3.3 Module on advanced financial accounting

The objective of this module is to ensure that candidates can exercise judgment and techniques in accounting encountered by professional accountants, and can evaluate and react to current developments or new accounting practices. Institutions can add to this module any legal and/or unique financial reporting requirements applicable to this environment. On completion of this module the individual should be able to:

- ~~demonstrate the ability to work within the professional and ethical framework of the accounting profession~~
- interpret, apply and appraise critically ~~(specified International Accounting Standards)~~ emerging accounting issues and exposure drafts.
- ~~understand, apply and critically evaluate the theoretical and practical issues involved in the identification, measurement and communication of tangible and intangible non-monetary assets, monetary assets and liabilities~~
- analyze and interpret financial statements and other related information.
- prepare reports of groups of companies and ~~consolidated financial statements~~
- ~~carry out and appraise financial reorganization schemes for given situations~~
- ~~explain the principal aspects of company dissolutions and winding-ups~~
- ~~account for business combinations (acquisitions, disposals and uniting of interests)~~
- ~~develop a critical appreciation of the functions of financial accounting and reporting and further strengthen practical and analytical accounting skills~~
- ~~understand the theory underlying financial accounting practices and apply this theory to the study of accounting regulations~~
- ~~critically evaluate and apply relevant accounting standards through a study of conventional and alternative accounting practices~~

3.3.1 The professional activities of accountants: ~~applying IAS and IFRS~~

- (a) Critically appraising, evaluating proposed changes and promoting changes in
 - (i) Accounting theories and principles,
 - (ii) Concepts
 - (iii) ~~IFRSs~~, IASs, Exposure Drafts of IASs and other IASB publications
- (b) Monitoring and evaluating
 - (i) International issues and case law
 - (ii) Ethical issues

3.3.2 Group (consolidated) accounts

- (a) The concept of group accounts
- (b) General principles for the preparation of group accounts ~~(including IASs 22, 24 and 27)~~

- (c) Inter-company eliminations in the preparation of group accounts
- (d) Translation methods for preparing group accounts of entities whose individual accounts are expressed in more than one currency
- (e) Other methods of accounting for groups of enterprises
 - (i) The equity method of accounting,
 - (ii) The proportional consolidation method
- (f) Financial instruments, such as derivatives and other hedging instruments**
- (g) The use of computers for preparing combining and consolidating groups of accounts

3.3.3 Assessing informational weaknesses and limitations of financial statements and analyses (originally 3.6.6)

3.3.4 Special topics dealing with local legal financial reporting requirements or issues unique to this environment

3.4 Module on management accounting – basic concepts

~~The objective of this module is to provide a solid foundation in quantitative techniques and costing methods relevant to business and accounting.~~

The objective of this module is to generate accounting information capable of facilitating managerial decisions at all levels in their efforts to efficiently and effectively allocate the organization's scarce economic, human, and financial resources. This objective is to be accomplished through a thorough understanding of how the information generated is being used. Therefore, emphasis on the content and delivery of management and cost accounting methods and techniques are taught within the context of the decision-making processes. On completion of this module the individual should be able to:

- discuss the role of cost and management accounting and quantitative analysis within the organization.
- **analyse and solve different types of managerial accounting decision-making problems by applying various management accounting techniques and methods**
- use various classifications to analyze costs within the organization.
- describe and apply the principles relating to the costing of the different resource inputs into a business.
- demonstrate output costing methods appropriate to a variety of different businesses.
- illustrate and evaluate absorption and marginal costing methods and other management cost accounting methods and techniques.
- describe, illustrate and comment on the planning and control uses of standard costing, budgeting and variance analysis
- **describe, illustrate and comment on the planning and control uses of standard costing, budgeting and variance analysis – (originally 3.5)**

3.4.1 Background information

- (a) Importance of knowledge of the business processes and their technological implications
- (b) The role of quantitative techniques in problem-solving situations
- (c) The value of qualitative and quantitative information in decision-making

- (d) The interpretation of operating results and evaluation of the impact of optimum decisions
- (e) The benefit of computer software (e.g. spreadsheets and statistics packages) in handling numerical information
- (f) The importance of effective communications to users of information

3.4.2 *The cost and management accounting framework*

- (a) Cost and management accounting in comparison with financial accounting: their purposes, the role of cost accounting as part of a management information system, and the need for both financial as well as non-financial information
- (b) Cost classification concepts and terminology, such as:
 - (i) Direct and indirect costs,
 - (ii) Fixed and variable costs,
 - (iii) Period and product costs,
 - (iv) Controllable and uncontrollable costs,
 - (v) Avoidable and unavoidable costs,
 - (vi) "Sunk" costs,
 - (vii) Budgeted, standard and actual costs and their comparisons and analyses
- (c) The use of linear, curvilinear and step functions and how their calculations are used to analyze cost behavior
- (d) The concepts of cost units, cost centers and profit centers
- (e) describe, illustrate and comment on the planning and control uses of standard costing, budgeting and variance analysis
- (f) The difference between absorption and marginal costing systems

3.4.3 *Cost determination: the costing of resource inputs*

- (a) Materials
 - (i) Accounting for stock (inventory) movements
 - (ii) Determination of optimum purchase quantities
 - (iii) Material pricing issues
 - (iv) Identification of accounting for stock losses
- (b) Labor
 - (i) The difference between direct and indirect labor
 - (ii) Types of labor remuneration methods
 - (iii) Labor efficiency calculations and interpretations
 - (iv) Recording labor costs
 - (v) Calculation and interpretation of labor turnover rates
- (c) Overheads
 - (i) Overhead cost analyses
 - (ii) The apportionment and absorption of overhead costs, including reciprocal service situations
 - (iii) Accounting for the over- and under-absorption of costs

3.4.4 *Costing methods: the costing of resource outputs*

- (a) Job order, batch and contract costing methods
 - (i) Characteristics of each method

- (ii) Accounting for direct and indirect costs, including the treatment of waste, scrap and rectification costs,
- (iii) Calculation of the profit on partially completed contracts
- (b) The process costing method:
 - (i) Characteristics of the process costing method,
 - (ii) Identification and use of appropriate cost units,
 - (iii) Valuation of process transfers and work-in-process using equivalent units of production and based on FIFO and average costing methods,
 - (iv) Accounting for normal and abnormal losses and gains, joint and by-products
- (c) Operation or service costing
 - (i) Scope of operation or service costing,
 - (ii) Identification of appropriate cost units,
 - (iii) Considerations relating to the collection, classification and ascertainment of costs

(d) Standard costing

3.4.5 The pricing of goods and services

- (a) Target and minimum pricing.
- (b) Price /demand relationships,
- (c) The pricing of special orders and short-life products,
- (d) Transfer pricing between divisions in a group,
- (e) Pricing in service industries,
- (f) Pricing internal services

3.4.6 Costing systems: marginal contrasted with absorption costing

- (a) The concept of profit contribution
- (b) The difference between marginal and absorption costing
- (c) Marginal cost accounting: process cost accounting transactions in a marginal costing system
- (d) Cost-volume-profit (CVP) analysis: understanding the concepts of break-even and margin of safety

3.4.7 Cost and management accounting methods *introductory coverage here move in-depth treatment to module 3.5*

- (a) Cost control (as distinguished from cost determination); control over waste, scrap, spoilage and defective items
- (b) Determining and allocating or apportioning the costs of activities and outputs through the use of appropriate concepts, methods and techniques for:
 - (i) Absorption costing,
 - (ii) Marginal costing,
 - (iii) Opportunity costing
- (c) Activity-based costing; use of cost drivers and activities
- (d) Alternative stock (inventory) management systems and models including total quality management (TQM), “just in time” (JIT), economic order quantities (EOQ), etc.
- (e) Consideration and application of information required in relation to
 - (i) The costing of products and services

- (ii) Preparing plans
- (iii) Monitoring and controlling performance and
- (iv) Decision-making needs
- (f) **Relevance, costs and the decision process**
- (g) Cost reduction: techniques such as work-study, time and motion studies and value analysis

3.4.8 Budget as a tool for decision-making (originally module 3.5)

- (a) **Master budgets**
- (b) **Flexible budgets and variances analysis**

3.4.9 Information for budgeting, planning and control purposes (originally 3.5.1)

- (a) **Objectives and concepts of budgetary systems**
 - (i) **Budgeting as a multi-purpose activity**
 - (ii) **Budgeting and behavioural influences**
 - (iii) **Quantitative aids in budgeting: learning curve theory and application; limiting factors and linear programming**
 - (iv) **Activity-based budgeting**
 - (v) **Control theory and budgeting**
 - (vi) **Uncertainty and budgeting**
 - (vii) **Identification of relevance, strengths and weaknesses of budgeting and budgetary control**
- (b) **Types of budgetary systems: fixed and flexible budgets, zero-based budgets, and incremental, periodic and continuous budgeting**
- (c) **Developing and implementing budgeting systems: functional and subsidiary budgets and master budgets, including cash budgeting**
- (d) **Monitoring and controlling performance; the calculation of variances; the determination of the causes of variances**
- (e) **Short-term vs. long-term budgets**
- (f) **Quantitative aids in budgeting: least squares regression; scatter diagram with correlation; forecasting with regression; time series and seasonality concepts for the analysis of time-related data**

3.4.10 Standard costing (moved from 3.5.2)

- (a) **The uses and limitations of standard costing methods**
- (b) **The determination of standards**
- (c) **Identification and calculation of variances: sales variances (including quantity and mix); cost variances (including mix and yield); absorption and marginal approaches**
- (d) **Identification of significant variances and their interrelationship**
- (e) **The uses of planning and operational variances**
- (f) **Trends, materiality and controllability of variances**
- (g) **Uncertainty and variance analysis**
- (h) **Identification of relevance, strengths and weaknesses of standard costing and variance analysis for performance and control**

3.5 Module on taxation

The objective of this module is to differentiate between tax accounting and financial accounting and to introduce the mechanics of major taxes, in particular those of corporate tax, personal taxes and value added tax, if applicable, particularly those that ~~are~~ a reliable foundation in the core areas of tax that are likely to be encountered during the initial phase of a candidate's tax experience in professional practice and to equip candidates to solve unstructured problems in the future. On completion of this module the individual should be able to:

- ***distinguish between financial accounting and tax accounting***
- *discuss the operation of the national taxation system*
- *compute the income tax liabilities arising from individual and unincorporated businesses*
- *compute tax liabilities for companies*
- *display an awareness of the impact of all major taxes on the transactions of individuals, partnerships and corporations*
- *apply that knowledge to practical situations involving computation, explanation, discussion and advice*
- *appreciate the importance of taxation in personal and corporate financial planning and decision-making*
- *demonstrate an understanding of the national tax regulations associated with the provision of suitable investment advice to individuals*
- *identify opportunities to minimize potential tax liabilities by making full use of available options, relief and other forms of available allowances*

3.5.1 Overview of the national tax system

- (a) **The philosophy and genesis of taxation and the relationship between government stewardship of national resources and taxation.**
- (b) Structure and procedures of the national, regional and local taxation authority
- (c) Duties and powers of taxation authorities and the nation's legal system
- (d) Assessments, due dates, interest on overdue amounts, and refunds of amounts paid
- (e) Sources of tax information: statutes, case laws, regulations and other sources
- (f) Resolution of tax disputes

3.5.2 Taxation of incorporated businesses **(originally 3.6.3)**

- (a) The principles and scope of corporation taxation laws
- (b) Calculating tax liabilities
- (c) Special regulations applicable to groups of companies
- (d) Minimizing and deferring tax liabilities
- (e) Purchases and sales of a company's own shares
- (f) Tax effects of the acquisition and sales of companies owned

3.5.3 Capital gains tax **(originally 3.6.5)**

3.5.4 Local direct taxes, including real estate and other property taxes **(originally 3.6.7)**

- 3.5.5 *Tax planning and the application of appropriate tax planning measures (originally 3.6.12)*
- 3.5.6 *The use of computers for tax planning and for the preparation of tax returns (originally 3.6.13)*
- 3.5.7 *Ethical considerations – tax avoidance and the minimization of tax liabilities vs. tax evasion (originally 3.6.14)*
- 3.5.8 *Other taxes such as excise taxes and road taxes –C/E*
- 3.5.9 *National insurance schemes – C/E*
- 3.5.10 *Social security schemes –C/E*
- 3.5.11 *Value-added tax schemes –C/E (originally 3.6.4)*

3.6 Module on accounting information systems (AIS)

The objective of this module is to adopt an up-to-date perspective of accounting information systems incorporating a version of an efficient real-time accounting systems. On completion of this module the individual should be able to:

- *develop an understanding of organizations– their activities and processes–and the information needs of organization stakeholders*
- *develop awareness of the processes and disciplines associated with the design and control of accounting information systems*
- *develop awareness and an understanding of information risk assessment and control procedures*
- *develop awareness of the resources available to build a real time accounting information system*
- *develop the ability to collate and present information in a timely and effective manner.*
- *demonstrate an understanding of various accounting and business processes in an information systems context*
- *discuss and apply the principles of business system design*

Note: Align content with relevant components in the IT and auditing modules

3.6.1 Introduction to accounting information systems

- (a) **Review of manual accounting systems**
- (b) **Traditional AIS**
- (c) **Data concepts**
- (d) **Business system design**

3.6.2 Development standards and practices for accounting information systems

- (a) **The role of information in organization design and behaviour**
 - (i) **Databases and database management systems**

- (ii) **System development life cycle**
- (iii) **Risks: economics, technical, operational and behavioural**
- (iv) **Controls**
- (b) **System analysis and design techniques**
 - (i) **Information requirements elicitation**
 - (ii) **Documentation of analysis and requirements**
 - (iii) **System design**
- (c) **System acquisition, development life cycle phases, tasks and practices, and maintaining control over system development processes**
 - (i) **Investigation and feasibility studies**
 - (ii) **Requirements analysis and initial design**
 - (iii) **Detailed design specification and documentation**
 - (iv) **Hardware evaluation and acquisition and development**
 - (v) **Software evaluation and acquisition and development**
 - (vi) **Selection of an Internet service provider**
 - (vii) **Hardware contracts and software licences**
 - (viii) **System installation and implementation**
 - (ix) **Testing (system verification)**
 - (x) **User procedures and training**
 - (xi) **Design of user and operator control procedures**
 - (xii) **Testing (system validation)**
 - (xiii) **System conversion and start-up**
 - (xiv) **Post-implementation review**
 - (xv) **Maintenance of hardware and software**
 - (xvi) **System documentation and operation manuals**

3.6.3 *Accounting system design issues*

- (a) **System acquisition**
- (b) **Basic flowcharting techniques/systems**
- (c) **File processing:**
- (d) **Master files**
- (e) **Transaction files**
- (f) **Periodic reporting**
- (g) **Problems with the traditional approach**

3.6.4 *Internal and systems controls*

- (a) **Frameworks for internal control**
- (b) **Specific internal control techniques**
- (c) **Control issues**

3.6.5 *The database warehouse approach:*

- (a) **Introduction to databases**
- (b) **Fundamentals/entity relationships and data flow diagrams**
- (c) **Access database fundamentals**
- (d) **Random on-line access**
- (e) **Shared data (use of common data structures) and system flexibility**
- (f) **Efficient and reliable storage**

(g) The RDBMS (Relational Data Base Management System) approach

3.6.6 The systems development life cycle model

(a) System design methods and tools

(b) Computer-aided systems engineering

3.6.7 Commercial software

3.6.8 Change management – behavioural issues

3.7 Module on business and commercial law

The objective of this module is **to survey the legal and ethical environment of business**. It provide an awareness of the nation's overall legal framework within which a professional accountant operates. **This includes civil law, labour law, criminal law (as it relates to business activities), tort law, contracts, warranty law, product liability, government regulation and property, as well as ethics and social responsibility.** On completion of this module individuals should be able to:

- identify the main sources of law in the nation
- explain how laws are administered and how legal rules emerge in the legal system
- describe the various statutes which affect the professional accountant's work
- explain the general principles of the nation's law on contracts
- identify the major features of contracts for the sale of goods
- discuss the major legislative and common or civil law principles which govern employment relationships
- appreciate the formation of a company and distinguish between various types of companies
- describe the financing of a company, including both share and loan capital
- explain the management and administration of a company with respect to directors, company officers, auditors and company meetings.
- identify the important external regulatory bodies in the country which directly relate to company operations

3.7.1 General legal concepts of enforceable rights and obligations

3.7.2 Types of laws

- (a) Constitutional laws
- (b) Administrative laws and regulations
- (c) Criminal laws
- (d) Civil laws
- (e) Fiscal laws
- (f) Mercantile (commercial laws) including laws of credit
- ~~(g) Laws of association~~
- ~~(h) Employment and social laws~~
- (g) Insolvency and bankruptcy laws

3.7.3 *The national legal system*

- (a) The system of courts and the administration of justice
- (b) Case laws and/or legislation and regulations affecting enterprises
- (c) Precedents and statutory interpretations
- (d) Disputes and the use of experts

3.7.4 *The nature, purpose, scope and key principles of national legislation, directives and case law*

3.7.5 *General principles of the law of contracts*

- (a) Formation of a contract
- (b) Contract contents and terms, including exclusion clauses
- (c) Discharge of a contract
- (d) Remedies for failure to perform contract terms

3.7.6 *Contracts for the sale of goods*

- (a) Implied and specified terms
- (b) Transfer of the possession of property
- (c) Performance
- (d) Remedies

3.7.7 *Employment contracts*

- (a) Contracts of service and for services
- (b) Unfair and wrongful dismissal
- (c) Redundancies
- (d) Remedies of employees

3.7.8 *The nature of a limited liability company*

- (a) *The difference between a limited liability company and a partnership***
- (b) *The advantages and consequences of forming a limited liability company***

3.7.9 *Company law*

- (a) The formation of a company and the nature of its constitution
- (b) The formalities and the role of the Government's Registrar of Companies
- (c) The registration of shares, directors and directors' share holdings
- (d) The contractual capacity of a company
- (e) Statutory books, records and returns required for a company

3.7.10 *Capital and the financing of companies*

- (a) *Share capital***
 - (i) *The issuance and transfer of shares***
 - (ii) *Purchase and redemption of shares***

- (iii) Dividends
- (iv) Charges against the capital of a company
- (b) Loan capital
 - (i) Borrowing powers
 - (ii) Types of debentures and their creation
 - (iii) Company charges for loan capital
 - (iv) Registration of loans
 - (v) Remedies of loan creditors

~~3.7.11 The management and administration of companies (Moved to elective module)~~

- ~~a) Company directors
 - ~~(i) Appointment and termination of office~~
 - ~~(ii) Duties and powers~~
 - ~~(iii) Contractual capacity of directors~~
 - ~~(iv) Self-dealing by directors~~
 - ~~(v) Shareholder remedies~~~~
- ~~b) Company officers: titles and responsibilities~~
- ~~c) Differences between officers' and directors' duties and responsibilities~~
- ~~d) The company secretary: appointment, role and duties~~
- ~~e) Shareholders: majority control and the rights of minorities~~
- ~~(d) External auditors
 - ~~(i) The appointment and re-appointment of auditors;~~
 - ~~(ii) Removal, resignation and replacement of auditors~~
 - ~~(iii) Duties and responsibilities~~~~
- ~~(e) Formal company meetings~~
- ~~(f) National regulatory bodies of companies:
 - ~~(i) Agencies applicable to all companies~~
 - ~~(ii) Agencies applicable to publicly held companies, including securities and exchanges organizations~~~~
- ~~i) Employment laws and labor union contracts~~

~~3.7.12 Laws of insolvency; procedures for filing for insolvency under relevant laws; rights of creditors and other interested parties (Moved to electives)~~

~~3.7.13 Laws of associations such as clubs and partnerships to carry out certain activities; rights and duties of members and partners of such associations; rights of third parties; rules governing financial statements and prospectuses (Moved to electives)~~

3.7.11 Other legal issues

- (a) Product liability
- (b) Intellectual property
- (c) Third party rights
- (d) Personal property

3.7.12 Business ethics

3.8 Module on assurance and auditing fundamentals

The objective of this module is to provide candidates with the nature and objectives of an audit and general auditing practice and other assurance services. **It introduces the basic concepts of continuous audit/assurance and deals with the nature of assurance, basic principles of continuous auditing, architectures, problem detection and assurance processes.** On completion of this module individuals should be able to:

- **demonstrate an understanding of the legal and professional environment within which the organization operates**
- explain the nature, purpose and scope of an audit of financial statements.
- consider compliance with national laws and regulations in an audit
- appraise theoretical and regulatory national auditing frameworks and international auditing standards
- consider the ethical nature of an audit **and the role of the professional auditor in today's business environment**
- Appreciate the concepts of corporate governance and the role of internal and external auditors
- **demonstrate knowledge of the describe** audit procedures undertaken in the planning of an audit
- discuss the nature of internal controls, the procedures required to evaluate control risk and the use of tests of control
- **show understanding of the audit process and the nature of audit evidence and** explain the methods for collecting and evaluating audit evidence, **and present information**
- demonstrate ability to apply audit techniques
- **explain the nature of audit sampling**
- ~~perform substantive testing on individual balance sheet classifications of items~~
- understand other basic phases in performing audits, **including effective selection and presentation of information and audit reports**
- **demonstrate knowledge of audit concepts within both manual and computerized environments**
- **explain the nature, scope, function and objectives of internal auditing**

3.8.1 The nature, purpose and scope of an audit

- (a) The historical development of auditing
- (b) The ethical base of auditing
- (c) The notion of accountability, stewardship and agency
- (d) The social concept of an audit and its changing role

3.8.2 The regulatory framework of auditing and international standards on auditing

- (a) Auditing standards: their nature, purpose, scope and development
- (b) National bodies that set auditing standards and guidelines – their role and responsibilities
- (c) National legislation that affects auditors – the role of government in relation to auditors and the auditors' responsibility to consider national laws and regulations in an audit of financial statements

- (d) National supervision and monitoring of auditors
- (e) The role of the International Federation of Accountants (IFAC)
- (f) International Standards on Auditing (ISAs): their nature, purpose, scope and development
- (g) The conceptual framework of ISAs
- (h) The relationship between ISAs and national standards on auditing
- (i) The role of parties in relation to auditing and corporate governance issues, including the regulatory and enforcement authority, management, internal auditors and the audit committee of the company's board of directors

3.8.3 *The fundamental principles and concepts of auditing*

- (a) Appointment of auditors
- (b) Management's role and responsibilities in an audit and the audit engagement letter
- (c) Auditor independence, objectivity and integrity
- (d) Confidentiality
- (e) Audit evidence and documentation
- (f) Due care, skill and competence
- (g) Audit risk
- (h) Materiality and judgment
- (i) Expression of an audit opinion
- (j) Audit reporting as a communication medium
- (k) Audit planning and supervision
- (l) Quality control and review

3.8.4 *The framework of auditing*

- (a) The application of fundamental auditing principles and concepts
- (b) The requirements of national companies' acts on auditing
- (c) The application of national generally accepted auditing standards
- (d) The application of ISAs and International Auditing Practice Statements
- (e) National ethical codes of conduct for professional auditors and the IFAC International Code of Ethics
- (f) The auditors' and management's responsibilities for the detection and reporting of fraud, errors and illegal acts
- (g) The ethical considerations relating to the engagement and continuance of audit clients
- (h) Communications with predecessor auditors
- (i) Withdrawal from professional engagements and factors affecting such decisions
- (j) Preparing, issuing and revising audit engagement letters
- (k) The roles of the board of directors, audit committees and the chief financial officer (CFO)**

3.8.5 *Audit evaluation and planning*

- (a) Establishment of the objectives, scope and critical aspects of an audit
- (b) The importance of knowledge of the business and other operations of the entity being audited
- (c) Development of the audit plan to meet those objectives
- (d) Performance, delegation, supervision and review of the audit work performed

- (e) Identification of sources of audit evidence and the relationship of audit evidence to critical audit objectives
- (f) Use of management estimates in performing an audit
- (g) Establishment of materiality levels, statistical sampling and sampling sizes
- (h) Determination of the areas of audit risks and the consideration of inherent risks, control risks and detection risks
- (i) Analysis of the consistency of financial and related information by substantive analysis, including analytical procedures
- (j) Design, documentation and re-evaluation of the audit plan
- (k) Evaluation of the management information systems

3.8.6 Evidence collection and analysis

- (a) Collection of evidence using a variety of sources and methods including: inspection of records, documents and tangible assets; observations of processes or procedures performed by others; oral and written inquiries to independent parties; computations, ratios, trends and other analytical procedures
- (b) Selection of audit procedures appropriate to the industry, business and core processes
- (c) Identification and application of sampling techniques
- (d) Evaluation of the evidence collected, both oral and written, for reliability and sufficiency
- (e) Recognition of mutual cooperation; similarities and differences in the work of the internal and external auditors
- (f) Recognition of the needs and limitations of the use of independent experts

3.8.7 The performance of an audit

- (a) Determination and documentation of the internal controls, including methods of preparing audit working papers
- (b) Design of the audit program
- (c) Assessment of internal controls
- (d) Performance tests of the systems controls
- (e) Evaluation of the results of tests and the re-evaluation of inherent and control risks
- (f) Application of substantive analysis, substantive sampling and evaluation of test results
- (g) Determination and analysis of the inter-relationship of tests
- (h) Alteration (modification) of tests in the light of test results
- (i) Comparison of test results with evidence from other tests, critical audit objectives, and risk evaluation and materiality levels
- (j) Response to potential weaknesses in the system and areas of concern evidenced by substantive tests
- (k) Introduction to the utilization of computer assisted audit techniques and testing management information system controls
- (l) Consideration of relevant legislation on the performance of an audit
- (m) Performance of substantive procedures in relation to balance sheet items
- (n) Evaluation of the sufficiency, relevance and reliability of evidence and amending the audit plan
- (o) Evaluation of the quality of the audit

3.8.8 *The audit reporting framework (moved from 3.9-originally 3.9.1)*

- (a) **Review of events that are subsequent to the date of the balance sheet**
- (b) **Evaluation of going-concern risks, management representations and the truth and fairness or fair presentation (or alternative reporting requirements) of financial statements**
- (c) **Identification of and recommendations on compliance with enterprise policies, on appropriate actions on weaknesses and on the efficiency of operations found during the audit**
- (d) **Formulation of an audit opinion**

3.8.9 *Internal auditing: its objectives and functions (moved from 3.9 - originally 3.9.5)*

3.9 **Module on business finance and financial management**

The module views accounting students as future sophisticated technical users of financial management information with a focus on corporate and business finance. Thus, the module should be taught from an accountant's point of view, i.e. emphasizing the ability to use business finance reports as well as a thorough familiarity of how these reports are prepared. Also, discussion of economic concepts and models should not overlap with what is covered in the module on economics.

The objective of this module is to provide an introduction to the theory and practice of business finance and a sound basis for further study of accounting to ensure that candidates understand the financial management methods used for analyzing the benefits of various sources of finance and capital investment opportunities. On completion of this module the individual should be able to:

- ~~• appreciate the nature and scope of working capital management~~
- ~~• identify appropriate sources of finance for particular situations and assess the impact of each upon the capital structure of a particular enterprise~~
- ~~evaluate~~ ~~appraise~~ capital investments through the use of appropriate methods and techniques, and make allowances for the effects of taxes, inflation, risks, and uncertainty
- *understand the financial context in which the firm operates*
- *analyse and evaluate different methods used in business finance decision-making*
- *understand the practical implications of finance theory for decision making in investment decisions*
- *appreciate the nature and scope of working capital management*
- *evaluate capital investments through the use of appropriate methods and techniques, and make allowances for the effects of taxes, inflation, risks and uncertainty*
- *make reasoned decisions in the area of financial management and be able to adapt to changes in factors affecting those decisions*
- *appreciate the interpretation, use and limitations of financial statements and financial information*

3.9.1 *The financial objectives of different types of organizations*

- (a) The nature, purpose and scope of financial management
- (b) The relationship between financial management, management accounting and financial accounting
- (c) The relationship of financial objectives to organizational strategy and to other organizational objectives
- (d) The nature, scope and form (long-term and short-term) of financial objectives of business organizations
- (e) The roles, responsibilities and relationships of key personnel involved in and with organizations (shareholders, lenders, managers, employees, customers, suppliers and government)

3.9.2 *The framework of financial management*

- (a) The commercial and financial environment in which organizations operate (the nature and function of the money and capital markets including banks and other financial intermediaries, and various national stock exchanges and the over-the-counter markets)
- (b) The application of macroeconomic theory as a basis for understanding the key economic variables affecting the business environment
- (c) The significance of corporate securities (share, capital, debt and preference shares) to commercial organizations and the markets in which they operate, and the influence of markets on organizations

3.9.3 *The management of working capital*

- (a) The nature and scope of working capital management
- (b) The importance of effective working capital management to corporate survival
- (c) **Credit management and cash management systems**: The selection of appropriate cash balances and managing cash surplus and deficits; the nature and functions of the short-term money market
- (d) The management of debtors (including those overseas): credit evaluation; terms of credit; cash discounts; debt collection techniques; credit management monitoring and evaluation; factoring; and invoice discounting
- (e) Creditors: the advantages and disadvantages of alternative methods of paying suppliers (including those overseas); the dangers of trading on credit

3.9.4 *The sources of finance- basic coverage (financing decisions)*

- (a) The nature and importance of internally generated funds
- (b) The cost of capital, including the calculation of effective interest rates
- (c) Capital markets, including the types of share capital, new issues, rights issues, loan capital, convertible securities and warrants
- (d) Determining the requirements for financing (how much, for how long, and for what purpose) in relation to an enterprise's operational and strategic objectives; the importance of the choice of capital structure to an organization

- (e) Identifying and evaluating appropriate sources of finance taking into account such factors as:
 - (i) Cost of finance including its servicing,
 - (ii) Timing of cash payments,
 - (iii) Effect of gearing and other ratios,
 - (iv) The effect on the company's existing investors

3.9.5 *Capital expenditures and investments – basic coverage* **(investing decisions)**

- (a) How to identify potential investment opportunities
- (b) Financial tools:
 - (i) **Compounding and discounting: the connections with time, with purchasing power and with uncertainty**
 - (ii) **Present values, PV tables and net present value: concepts and practice.**
- (c) Appraising capital investments for commercial organizations through the use of appropriate methods and techniques, including:
 - (i) Return on capital employed,
 - (ii) Payback,
 - (iii) Discounting based methods, including the importance of the cost of capital to investment appraisal and shareholder value,
 - (iv) Internal rates of return.
 - (v) Net present values,
 - (vi) Capital rationing,
 - (vii) Lease or buy decisions
- (d) Managing investment portfolios

3.9.6 *The Dividend Decision*

3.9.7 *Long-term financial planning*

- (a) The relationship of investment decisions to long-term financial planning
- (b) Portfolio theory and its relevance to decision-making and financial management practice Long-term financial planning
- (c) The capital asset pricing model and its uses in financial management
- (d) The significance of the dividend-based model and the capital asset pricing model in calculating the cost of capital
- (e) The cost of various forms of debt
- (f) The use of the “weighted average cost of capital” approach
- (g) The “adjusted present value” approach and its application in decision-making
- (h) Taxation and dividends; the impact of dividends on share prices

3.10 Module on knowledge integration: a capstone

The objective of the capstone module is to provide the learning processes that develop and reinforce the integration of intellectual reasoning ability, oral and written communications, and interpersonal skills in the teaching of technical and professional subject matters. It fosters student understanding of the role of accounting in organizations and societies through carefully monitored integration of the knowledge,

concepts, skills and practical applications acquired throughout the student's course of study. The module, taken in the last academic year of study, help students draw upon and integrates concepts from the accounting modules as well as from other business and non-business modules analysing and resolving complex accounting situations. On completion of this module the individual should be able to:

- *understand the impact of other disciplines on the study and practice of accounting*
- *understand the multi-faceted and interrelated nature of accounting fields*
- *develop a critical understanding of how the application of accounting techniques is affected by the organizational context, market developments, and a host of other social, technological, legal, ethical, environmental, regulatory and political issues*
- *understand how accounting fits within the structure of the organization and how it relates to the external environment, with particular emphasis on corporate governance issues*
- *Reinforce developed skills and acquired knowledge by performing, interpreting and understanding a variety of accounting techniques useful in solving complex problems*
- *recognize the nature of organizational problem solving perspectives and complexities*
- *analyse problem situations and develop appropriate evaluatory frameworks for use in problem formulation and solution design*
- *present findings and ideas using oral and written communication skills*
- *develop social skills by working together in a team environment*

3.10.1 Cover emerging accounting concerns, current professional topics, environmental issues, corporate governance matters, contemporary business and societal themes, and international business developments

3.10.2 Simulate real-world decision-making contexts by using local and global cases, situation analysis, guest speakers, role-play, team work, and computerized simulation games

- (a) *Students prepare group position papers and present them in class on timely and/or controversial issues such as reporting on an enterprise's contributions to environmental problems*
- (b) *Students consider cases with inherent ethical challenges and clarify, refine and gain insights as to their values.*
- (c) *Request student groups to adopt a given position on an issue. Students prepare positions and debate them in class and then prepare written reaction papers.*
- (d) *Using exercises, students forecast uncertain environmental, social and ethical events and interpret feedback on their impact and accuracy*
- (e) *In financing, investing and/or operating decisions, incorporate the financial impact of environmental issues such as waste disposal and depletion of natural resources and the impact on cost and profit calculations in the short and long terms.*
- (f) *Request students to conduct applied research on tax avoidance and tax evasion issues. Ask them to prepare, discuss and present position papers to the assigned cases in class.*
- (g) *Construct role-play situations that focus on regulatory matters such as legislative hearings on utility rates. Working in groups, students participate in*

a mock hearing to illustrate the role of accounting in regulations. Groups represent different constituencies and argue the rate case before a student group role-playing a citizen group, a utility commission or a legislative committee

- (h) Discuss corporate governance problems and financial reporting problems issues taken from local, national and international case studies

4. ELECTIVE (ADVANCED) ACCOUNTING, FINANCE AND RELATED KNOWLEDGE

4.1 Module on advanced financial reporting and accounting for specialized industries

This module deals with accounting and reporting for specialized industries and the accounting treatment and financial reporting treatments of special situations particular to the environment. The objective of this module is to ensure that candidates who seek in-depth specific coverage of financial accounting can acquire techniques and develop judgement in advanced accounting and financial reporting in specialized industries, in situations particular to the environment and in advanced accounting topics encountered by professional accountant. The module helps individuals to evaluate and react to current developments or new accounting practices. On completion of this module the individual should be able to:

- carry out and appraise financial reorganization schemes for given situations
- explain the principal aspects of company dissolutions and winding-ups
- account for business combinations (acquisitions, disposals and uniting of interests)
- prepare financial statements for partnerships, branches, joint ventures and individual companies
- prepare special reports for other organizational entities

4.1.1 Financial reporting for specialized topics

- (a) Joint ventures and associated enterprises
(b) Environmental costs and liabilities
(c) Governmental assistance

4.1.2 Financial reporting for specialized industries

- (a) Incorporated enterprises, including the preparation of financial and other statements for internal and external purposes
(b) Enterprises in the extractive industries
(c) Construction industry and accounting for construction-type contracts
(d) Banks, insurance companies and other financial institutions
(e) Agricultural farms

4.1.3 Accounting for foreign subsidiaries and branches, and accounting for foreign currencies (~~including IASs 21, 27, 28 and 31~~)

- (a) Accounting for domestic branches

- (b) Accounting for enterprises in the extractive industries
- (e) Accounting in the construction industry and accounting for construction-type contracts ~~(including IAS 11)~~
- (d) Accounting for banks, insurance companies and other financial institutions ~~(including IAS 30)~~
- (e) Accounting for agricultural farms

4.1.4 *Special issues relating to accounting for reconstructions, uniting of interests and business combinations* ~~(including IASs 22 and 27) (originally 3.3.3)~~

- (a) Accounting for changes in organizational structures:
 - (i) Single companies: The principles of acquisitions, financial reorganizations and rationalizations
 - (ii) Groups: acquisitions and other changes of parent company interests
- (b) The major features of reorganizations, uniting of interests and takeovers, their principal aspects, regulatory and audit consequences in relation to:
 - (i) Control of business combinations and the public interests,
 - (ii) The regulation of takeovers,
 - (iii) Management responsibilities in takeover situations,
 - (iv) Minority rights

4.1.5 *Accounting for the winding up of an enterprise*

4.1.6 *Advanced analysis and appraisal of financial and related information*

- (a) Evaluating the internal consistency and validity of the information collected and otherwise produced for accounts
- (b) Identifying matters for further interpretation of information produced (e.g. by comparing it to other information such as prior years' data, budgets and other targets, industry norms, and the state of the economy)
- (c) Analyzing and interpreting accounts and statements (e.g. by ratio analysis) for indications of aspects of business performance (such as value for money, quality, long-term solvency and stability, short-term solvency and liquidity, profitability, efficiency, growth and failure prediction) using, for example
 - (i) Inter-temporal analysis,
 - (ii) Intra- and inter-firm comparisons,
 - (iii) Trend analyses
- (d) The use of computers for financial analysis purposes,
 - (i) Horizontal analysis,
 - (ii) Vertical analysis,
 - (iii) Ratio analysis

4.1.7 *Financial reporting for governmental organizations*

- (a) Understand principles of accounting for state governments as well as local political subdivisions such as municipalities, ports, and fire districts.
- (b) Principles of accounting and financial reporting for state and local government.

- (c) Accounting for general funds, special revenue funds, general fixed assets, capital projects funds, general long-term debt and debt service funds.
- (d) Accounting for fiduciary and business-type activities
- (e) Analysis of governmental financial performance
- ~~(f) Auditing governmental agencies~~

4.1.8 *Financial reporting for non-governmental not-for-profit organizations*

- (a) Understand principles of accounting for non-profit, non-governmental colleges and universities, health care providers and voluntary health and welfare organizations.
- ~~(b) Audits of not for profit organizations~~
- ~~(c) Budgeting for not for profit organizations~~
- (b) Accounting for health care organizations

4.1.9 *Assessing the impact of price-level changes on financial analyses (including IASs 15 and 29)*

4.2 **Module on advanced management accounting**

The objective of this module is ensure that candidates are competent to prepare and analyze **management** accounting data, apply it to a range of planning, control and decision-making situations and adapt it to accommodate change. On completion of this module the individual should be able to:

- apply management accounting techniques in planning, control and decision-making situations
- interpret information available from the use of these techniques
- explain current practical methods used in making **financial** management decisions and the influence of the environment on such decisions
- review the objectives of management accounting and its role as part of a business information system
- explain the meaning of and the accounting implications of trends in management accounting, such as world class management
- explain the nature of information, its sources, and analyses required for the operation of a management accounting system
- ~~• describe, illustrate and comment on the planning and control uses of standard costing, budgeting and variance analysis. (Moved to module 3.4)~~
- identify relevant costs and appropriate techniques for decision-making and use them in various decision-making situations
- identify, discuss and implement a range of product-pricing methods applicable in particular operating situations
- discuss the characteristics of strategic management accounting decisions
- discuss the performance measures appropriate to different business situations.
- **Understand the role of management accounting in dealing with the non-financial performance indicators and the non-financial objectives of enterprises such as environmental and social objectives**

4.2.1 Business planning (originally 3.5.3)

- (a) Proposing, evaluating and implementing ways to meet short and medium-term financial objectives, such as budgeting, monitoring and controlling cash flow, pricing, raising finance and repaying debt
- (b) The purpose and benefits of setting short-term objectives consistent with long-term strategies
- (c) Seeking, clarifying and confirming information relevant to the determination of business objectives, such as information on current business position and past performance by using ratios and other analyses, and information on planned changes to systems and procedures
- (d) Developing and analyzing business plans to meet agreed objectives, including risk assessment of plans and all aspects of the business that they will influence, and analyses to include measures of value, profit optimization and utility
- (e) Long-term financial planning, including:
 - (i) The issues to be considered when deciding whether to expand through internal growth or through an acquisition,
 - (ii) Strategies a company might use in order to expand or maintain its current market position,
 - (iii) The techniques for valuing individual shares and other securities and for valuing a business, and the application of these techniques in merger and acquisition situations,
 - (iv) The arguments for and against mergers and acquisitions,
 - (v) Methods of financing an acquisition,
 - (vi) Appropriate merger and acquisition strategies and tactics,
 - (vii) Tactics to follow when defending against a takeover bid,
 - (viii) Planning for post-merger success and post-merger audits,
 - (ix) Identifying schemes for financial restructuring and the issues involved in the decision process; methods of restructuring; buy-outs; going private; share repurchases; rescheduling debts; and joint ventures

4.2.2 The design of management accounting systems- (originally 3.5.4) align with the AIS module

- (a) Developing and implementing appropriate systems
 - (i) Identification of cost units,
 - (ii) Establishing cost, profit and responsibility centers,
 - (iii) Determining methods for recording relevant information,
 - (iv) The sources of information for recording and processing,
 - (v) Computer-based information storage and processing,
 - (vi) Analysis of output information and its dissemination to relevant individuals and departments
- (b) Consideration and application of information requirements in relation to:
 - (i) The costing and processing of products and services,
 - (ii) Preparing operating plans,
 - (iii) Monitoring and controlling performance,
 - (iv) Decision-making considerations
- (c) Considerations in negotiating and agreeing information requirements
 - (i) The influence of size and the type of enterprise entity,
 - (ii) The nature of activities and output of each entity,

- (iii) The long-term or short-term nature of decisions,
- (iv) Management structures and styles,
- (v) Conditions of uncertainty and risk,
- (vi) Qualitative and quantitative nature of the information requirements,
- (vii) Frequency, timing, format and degree of accuracy required

4.2.3 *Evaluating the impact of changes in business structures, functions and performance measures on the applicability and appropriateness of management accounting techniques and methods* (originally 3.5.5)

4.2.4 *Performance measurement for planning and control* (originally 3.5.6)

- (a) Measurement of activity, productivity, profitability, quality and service
- (b) The relationship of measurements to the type of entity (e.g. manufacturing or service, profit or non-profit, centralized or decentralized entity)
- (c) Ranges of measures: monetary and non-monetary; the use of percentages, ratios and indices
- (d) The use of indices to allow for price and performance changes through time
- (e) Identification of areas of concern from the information produced
- (f) Relationship between business performance and managerial performance
- (g) Assessing management performance by reference to comparable internal and external information

4.2.5 *Other information for decision-making purposes* (originally 3.5.7)

- (a) Identification and application of relevant costs and appropriate techniques
 - (i) Relevant costs, such as fixed or variable, direct or indirect, avoidable or unavoidable, and opportunity or sunk costs,
 - (ii) Appropriate techniques, such as cost/volume/profit analysis, the use of limiting factors, and the recognition of risks and uncertainties
- (b) Use of relevant information for:
 - (i) Application and interpretation of quantitative techniques for decision-making purposes,
 - (ii) Adoption of new products,
 - (iii) Product mix choices,
 - (iv) Discontinuance of products,
 - (v) Make or buy decisions,
 - (vi) Decisions to sell or to further process products,
 - (vii) Decisions to shutdown or temporarily close selected operations,
 - (viii) The use of indexing of costs and revenues data, (ix) the use of discounted cash flow techniques in longer-term decision-making situations

4.2.6 *Non-financial performance indicators such as productivity per employee or per service unit* (originally 3.5.8)

4.2.7 *The non-financial objectives of enterprises such as environmental and social objectives* (originally 3.5.9)

4.3 Module on advanced taxation

The objective of this portion is to develop students' investigative skills through a study of specialized taxation topics relevant to local needs, develop students' analytical skills through the application of complex taxation policy to practical problems, deepen knowledge of the theoretical and practical aspects of the tax system and extend general theoretical awareness of the full range of the major taxes within the nation. On completion of this module the individual should be able to:

- *Perform tax planning*
- *Understand tax avoidance versus tax evasion*
- *Understand and perform Inheritance tax planning and calculation*
- *Develop working knowledge to deal with VAT issues and accounting for VAT*
- *Understand non-domestic (foreign) activities giving rise to taxation liabilities*
- *Special regulations applicable to groups of companies*
- *Understand trusts and how they function*
- *Deal with taxes such as excise taxes and road taxes*
- *Deal with specialized tax issues and policies relevant to the local needs*

4.3.1 *The income taxation of employees and unincorporated businesses (originally 3.6.2)*

- (a) The general basis for assessing taxes
- (b) Calculating tax liabilities
- (c) Minimizing and deferring tax liabilities by identifying relevant exemptions, relief and allowances

4.3.2 *Trusts (originally 3.6.11)*

4.3.3 *Non-domestic (foreign) activities giving rise to taxation liabilities (originally 3.6.15)*

- (a) Definitions of residence and domicile
- (b) The national taxation of income earned in the country and gains of non-domiciled individuals
- (c) The taxation of national residents
- (d) The national taxation of overseas gains and income attributable to corporations and to individuals
- (e) The effect of national tax treaties with other countries on tax liabilities
- (f) The effect of business structures (branches, subsidiaries) on tax liabilities
- (g) The effect of transfer pricing on overseas and national tax liabilities
- (h) Other tax planning considerations

4.3.4 *Taxation treatment and special concessions of emigrant workers remittances*

4.3.5 *Value-added tax schemes- C/E (originally 3.6.4)*

4.3.6 *Inheritance tax –C/E (originally 3.6.6)*

4.3.7 *Other taxes such as excise taxes and road taxes – C/E (originally 3.6.8)*

4.3.8 *National insurance schemes –C/E (originally 3.6.9)*

4.3.9 *Social security schemes –C/E (originally 3.6.10)*

4.4 **Module on advanced business law**

The objective of this module is to cover special legal issues specific to local needs, to allow for an in-depth coverage of topics in the core module, and to expand coverage of the ethical, social, legal and regulatory environment of business. On completion of this module individuals should be able to:

- *explain the management and administration of a company with respect to directors, company officers, auditors and company meetings*
- *understand the intricacies of management and administration of companies*
- *understand the nature of a limited liability company*
- *acquire knowledge as to the laws of associations such as clubs and partnerships*
- *discuss the legal, social, regulatory and ethical environments of business*
- *understand other legal issues peculiar to the local setting*

4.4.1 *The nature of a limited liability company – (Originally 3.7.8)*

- (a) **The difference between a limited liability company and a partnership**
- (b) **The advantages and consequences of forming a limited liability company**

4.4.2 *Capital and the financing of companies – (Originally 3.7.10)*

- (a) **Share capital**
 - (i) **The issuance and transfer of shares**
 - (ii) **Purchase and redemption of shares**
 - (iii) **Dividends**
 - (iv) **Charges against the capital of a company**
- (b) **Loan capital**
 - (i) **Borrowing powers**
 - (ii) **Types of debentures and their creation**
 - (iii) **Company charges for loan capital**
 - (iv) **Registration of loans**
 - (v) **Remedies of loan creditors**

4.4.3 *The management and administration of companies (originally 3.7.11)*

- (a) **Company directors**
 - (i) **Appointment and termination of office**
 - (ii) **Duties and powers**
 - (iii) **Contractual capacity of directors**
 - (iv) **Self-dealing by directors**

- (v) Shareholder remedies
- (b) Company officers: titles and responsibilities
- (c) Differences between officers' and directors' duties and responsibilities
- (d) The company secretary: appointment, role and duties
- (e) Shareholders: majority control and the rights of minorities
- (f) External auditors
 - (i) The appointment and reappointment of auditors
 - (ii) Removal, resignation and replacement of auditors
 - (iii) Duties and responsibilities
- (g) Formal company meetings
- (h) National regulatory bodies of companies:
 - (i) Agencies applicable to all companies
 - (ii) Agencies applicable to publicly held companies, including securities and exchange organizations
- (i) Employment laws and labour union contracts

4.4.4 Laws of insolvency; procedures for filing for insolvency under relevant laws; rights of creditors and other interested parties (originally 3.7.12)

4.4.5 Laws of associations such as clubs and partnerships to carry out certain activities; rights and duties of members and partners of such associations; rights of third parties; rules governing financial statements and prospectuses (originally 3.7.13)

4.5 Module on advanced auditing

The objective of this module is to ensure that candidates have developed a thorough knowledge and understanding of auditing principles and concepts and can begin to apply this grounding to the situations that they will typically encounter in practical work situations. The module emphasizes the applications of the basic principles of continuous audit/assurance and deal with insights that can be gathered towards changes in standards and the regulatory process, including auditing standards, financial statement standards, peers reviews, and new forms of oversight. The focus is on the timeliness of problem detection, nature of the assurance provided, nature of the assurance process, and audit technology used. On completion of this module individuals should be able to:

- *review events subsequent to the date of the balance sheet for their effect on the financial statements; review the condition of the enterprise as a going concern; review management representations; and review the truth or fairness of the information which the financial statements purport to represent*
- *explain the significance of communication to management and directors*
- *prepare and understand various forms of audit reports and their significance*
- *perform auditing procedures on computerized business systems*
- *be familiar and understand audit software uses and limitations*
- *discuss and implement advanced and specialized auditing practices and procedures*
- *understand auditors' professional liabilities*
- *understand operations auditing and how it relates to financial auditing*
- *understand basic features of environmental auditing, how to perform it and how it is related to financial auditing*
- *explain the function of internal auditing.*

~~3.9.1 The audit reporting framework (moved to 3.8C8)~~

- ~~a) Reviewing events that are subsequent to the date of the balance sheet~~
- ~~b) Evaluating going-concern risks, management representations and the truth and fairness or fair presentation (or alternative reporting requirements) of financial statements~~
- ~~c) Identifying and making recommendations on compliance with enterprise policies, on appropriate actions on weaknesses and on the efficiency of operations found during the audit~~
- ~~d) Formulating an audit opinion~~

4.5.1 Communications with boards of directors and management concerning internal control weaknesses detected in audits**4.5.2 Evaluation of computer-based systems (align with AIS and IT modules)**

- (a) Legal, ethical, auditing and information system control standards:
 - (i) Legal and ethical requirements,
 - (ii) Auditing standards relevant to information technology (IT),
 - (iii) Computer control guidelines
- (b) Evaluation objectives:
 - (i) Efficiency, effectiveness and economy of IT use,
 - (ii) Compliance with policies, statutes and regulations,
 - (iii) Evaluation of internal control in computer-based systems,
 - (iv) Fairness of financial statement representations and the accuracy and completeness of accounting records
- (c) Evaluation methods and techniques:
 - (i) Planning, scheduling and staffing
 - (ii) Obtaining an understanding of systems in the business context
 - (iii) Documenting systems and elements of control structure,
 - (iv) Tests of features, controls, transactions and balances,
 - (v) Supervision, review and quality assurance
- (d) Communicating the results of evaluations:
 - (i) Types of reports,
 - (ii) Levels of assurance,
 - (iii) Importance of communication skills
- (e) Following up– frequency, timing & reporting
- (f) Specific types of evaluations:
 - (i) System acquisition and development,
 - (ii) System implementation,
 - (iii) System maintenance and program changes,
 - (iv) IT asset safeguarding,
 - (v) Data integrity, privacy and security,
 - (vi) Continuity of processing and disaster recovery, planning,
 - (vii) System processing operations and related activities,
 - (viii) Application processing.
- (g) Computer-assisted audit techniques (CAATs):
 - (i) Approaches,

- (ii) Professional standards,
- (iii) Feasibility considerations,
- (iv) Categories, definition and design of CAATs,
- (v) Execution and control of CAATs

4.5.3 Audit software (align with AIS module and IT module)

- (a) Capabilities and limitations of generalized audit software**
- (b) Steps in managing generalized audit software**
- (c) Problems in using generalized audit software**
- (d) Capabilities and limitations of industry-specific audit software**
- (e) Use of systems software and specialized audit software**
- (f) Control and integrity issues in specialized audit software**

4.5.4 Auditors' risks of professional liabilities

- (a) Significance of the problem
- (b) Functions and duties of independent auditors for serving the public interest – clients and third parties
- (c) Auditors' liabilities to clients and to third parties for their actions
- (d) Liability laws in civil law countries
- (e) Liability laws in common law countries
- (f) Fraud vs. negligence
- (g) Professional liability insurance
- (h) What auditors can and should do to minimize their risks
- (i) Corporate governance and the auditors

~~3.9.5 Internal auditing – its objectives and functions (moved to 3.8.9)~~

4.5.5 Organizing and planning complex audit situations, including group audits and joint audits applying international auditing standards

- (a) Using the work of internal auditors, other external auditors and independent experts
- (b) Special purpose audit engagements, including investigations, and related service engagements
- (c) Attestation services
- (d) Auditing for compliance with laws and regulations
- (e) Other auditing of performance
- (f) Reviewing financial statements for compliance with International Accounting Standards
- (g) Monitoring and evaluating important theories, developments, issues and controversies in international accounting and auditing standards, international case law and audit regulations and their implications for the auditing profession
- (h) Monitoring the impact of information systems development on the audit process, including the impact of computers on the auditing process
- (i) Audits of banks, insurance companies and other financial institutions
- (j) Audits of small businesses
- (k) Auditing of governmental organizations
- (l) Auditing of other not-for-profit organizations

- (m) Non-financial auditing – types, objectives and methods; management auditing and operational auditing by professional accountants

4.5.6 Environmental audit

- (a) Environmental performance indicators
- (b) Financial performance indicators
- (c) Accounting issues in environmental audit
- (d) Audit report

4.5.7 Operations auditing

4.6 Module on advanced business finance and financial management

The objective of this module is to establish and deepen critical analysis of the financial management function, to provide an advanced analysis of the theory and practice of business finance, and to ensure that candidates understand advanced financial management tools and techniques and are able to deal with special problems of financial management in the public sector as well as concepts, tools and techniques of treasury management. On completion of this module the individual should be able to:

- **identify appropriate sources of finance for particular situations and assess the impact of each upon the capital structure of a particular entity**
- understand the concepts behind available theoretical financial models and assess the relevance of developments in financial management theory to an enterprise
- select the techniques most appropriate to optimize the employment of resources including the most effective method of financing
- understand the workings of the national and international financial systems and evaluate alternative sources of finance
- describe and discuss the development of the function of treasury management within organizations, in particular the working capital aspects and international considerations
- **appreciate the interpretation, use and limitations of financial statements and financial information**
- **demonstrate the theory behind risk analysis and how to quantify risk**
- **demonstrate awareness of the issues surrounding the optimum cash balance and the cost of capital as the link between firms' financing and investment decisions**
- critically analyze and evaluate available methods of asset pricing
- apprais, select and apply models for the analysis of investments within a portfolio context
- appraise and measure the performance and management of investment portfolios
- discuss and apply derivatives analysis to the control of contemporary business, commercial and other organizations
- comprehend the regulation of financial markets from the standpoint of the impact of derivatives.

4.6.1 The financial objectives of special types of organizations

- (a) The nature, purpose and scope of financial management
- (b) The nature, scope and form (long-term and short-term) of financial objectives of special types of organizations, including not-for-profit organizations
- (c) Problems faced by small enterprises in obtaining financing

4.6.2 *The framework of financial management*

- (a) Advanced applications of macroeconomic theory as a basis for understanding the key economic variables affecting the business environment
- (b) Fiscal policies: their nature and the effectiveness of fiscal policy
- (c) Money and interest rates, the role of money in the economy, and the supply and demand for money –
- (d) Monetary policies: attitudes to monetary policies and their problems
- (e) Supply-side policies and problems and policies to improve supply-side policies
- (f) Policies towards monopolies and oligopolies, privatization and deregulation
- (g) Environmental (“green”) policies and their implications for the management of the economy and the firm
- (h) The “efficient markets” hypothesis and its relevance to decision-making and to financial management practice

4.6.3 *Special problems of financial management in the public sector*

4.6.4 *The sources of finance- in-depth coverage (advanced financing decisions)*

- (a) The impact of capital market derivatives
- (b) The determination of equity prices –
- (c) The effect of dividend policies on financial needs and the formulation of dividend policies
- (d) Bank finance: the various forms of short-, medium- and long-term finance that are available, including leasing arrangements
- (e) Trade credit
- (f) Government sources: grants, local, regional and national aid schemes, tax incentives, etc.
- (g) Venture capital and financial sources particularly suited to the small enterprise
- (h) International money and capital markets, including banking and the financing of foreign trade
- (i) Determining the requirements for financing (how much, for how long, and for what purpose) in relation to an enterprise’s operational and strategic objectives; the importance of the choice of capital structure to an organization
- (j) Financial and actuarial mathematics
- (k) Calculating financial gearing and other key financial ratios and analyzing their significance to the organization
- (l) Negotiating term loans with banks and other financial institutions
- (m) Micro credit programs to finance development in rural areas

4.6.5 *Capital expenditures and investments – in-depth coverage (advanced investing decisions)*

- (a) How to identify potential investment opportunities
- (b) Appraising capital investments for non-commercial organizations through the use of appropriate methods and techniques, including:
 - (i) Return on capital employed
 - (ii) Payback
 - (iii) Discounting based methods, including the importance of the cost of capital to investment appraisal and shareholder value
 - (iv) Internal rates of return.
 - (v) Net present values
 - (vi) Capital rationing,
 - (vii) Lease or buy decisions
- (c) The effects of taxation and inflation on investment decisions and the handling of risks and uncertainties, for example through the use of probabilities, sensitivity analysis and simulations
- (d) Portfolio performance

4.6.6 *Treasury management*

- (a) Optimizing the flow of financial assets for an organization or an individual
- (b) Risk management and cost saving within the organization by use of:
 - (i) Options, including caps, floors and collars
 - (ii) Futures
 - (iii) Swaps
- (c) The scope and benefits of financial engineering
- (d) Foreign exchange markets and hedging against foreign exchange risks
- (e) The use of financial derivatives, including the Black-Scholes option-pricing model
- (f) Derivative regulations & accounting standards

4.7 *Module on accounting internship*

If the curriculum is delivered by an academic institution, formalized learning experience in combination with practice of accounting while engaged in an internship with a public accounting firm, business, or other off-campus organization is highly encouraged, thus the accounting internship module. Students should be encouraged to have an internship for few weeks during the last two years of their studies. These internship opportunities should be made available by professional bodies, accounting firms, industry, and government. If the internship module is offered as part of the formal student academic program, the academic institution should specify the requirement of successful completion of the internship. For example, a student taking the internship as a module prior approval of learning plan, a project, and a summary report of learning experience should be required of the student. Students should devote a specified number of hours between internship employment hours and student-intern project hours. The primary objective of the student intern project is to enhance the educational value of the student's internship experience. The academic institution should issue guidelines as to the type of work expected of the intern during the internship and the extent of compensation, if any.